

Felipe Fróes Couto. Júnio Matheus da Silva Cruz.  
Teddy Marques Farias Júnior. Vitória Dreide Xavier Araújo Silva (Orgs.)

# CAMINHOS DO DESENVOLVIMENTO

Vol. 2. Desenvolvimento Econômico

# CAMINHOS DO DESENVOLVIMENTO

Vol. 2. Desenvolvimento Econômico

Apoio



**Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes**

Wagner de Paulo Santiago  
*Reitor*

Dalton Caldeira Rocha  
*Vice-Reitor*

Ivana Ferrante Rebello  
*Pró-Reitora de Ensino*

Rogério Othon Teixeira Alves  
*Pró-Reitor de Extensão*

Maria das Dores Magalhães Veloso  
*Pró-Reitora de Pesquisa*

Cláudia Luciana Tolentino Santos  
*Pró-Reitora de Planejamento, Gestão e Finanças*

Marlon Cristian Toledo Pereira  
*Pró-Reitor de Pós-Graduação*

**©Editora Unimontes**

Maria Clara Maciel de Araújo Ribeiro  
*Editores Chefe*

**Conselho Editorial**

Maria Clara Maciel de Araújo Ribeiro  
Gustavo Henrique Cepolini Ferreira  
Ivana Ferrante Rebello  
Leandro Luciano Silva Ravnjak  
Luiz Henrique Carvalho Penido  
Maria da Penha Brandim de Lima  
Patrícia Takaki Neves  
Tânia Marta Maia Fialho  
Vanessa de Andrade Royo

Felipe Fróes Couto. Júnio Matheus da Silva Cruz.  
Teddy Marques Farias Júnior. Vitória Dreide Xavier Araújo Silva (Orgs.)

# CAMINHOS DO DESENVOLVIMENTO

Vol. 2. Desenvolvimento Econômico



Montes Claros/2024



Maria Rodrigues Mendes  
*Capa*

Maria Rodrigues Mendes  
*Diagramação*

Evilázia Ferreira Martins  
*Revisão linguística*

Este livro foi selecionado por edital  
e submetido a parecer duplo cego

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Caminhos do desenvolvimento [livro eletrônico] : desenvolvimento econômico  
/ organizadores Felipe Fróes Couto...[et al.]. -- Montes Claros, MG : Editora  
Unimontes, 2024. -- (Caminhos do desenvolvimento ; 2) PDF

Vários autores.

Outros organizadores: Júnio Matheus da Silva Cruz, Teddy Marques Farias  
Júnior, Vitória Dreide Xavier Araújo Silva.

Bibliografia.

ISBN 978-65-86467-93-2

1. Ciências sociais 2. Desenvolvimento social 3. Desenvolvimento econômico  
4. Epistemologia social 5. Meio ambiente - Aspectos sociais I. Couto, Felipe  
Fróes. II. Cruz, Júnio Matheus da Silva. III. Farias Júnior, Teddy Marques. IV.  
Silva, Vitória Dreide Xavier Araújo. V. Série.

24-243608

CDD-338.981

---

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Brasil : Desenvolvimento econômico : Aspectos sociais 338.981  
Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

**©Editora Unimontes**

Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro  
Montes Claros - Minas Gerais - Brasil  
CEP 39401-089 - CAIXA POSTAL 126  
[www.editora.unimontes.br](http://www.editora.unimontes.br)  
[editora@unimontes.br](mailto:editora@unimontes.br)  
Filiada à



# Apresentação

Afinal de contas, o que é o desenvolvimento? Qual seria o melhor caminho a ser trilhado para alcançá-lo? Existe uma política pública universalmente aplicável para atingir este objetivo que vem, cada vez mais, fazendo parte do cotidiano do brasileiro?

Se a Academia já estava habituada a conceituar, discutir e problematizar as diferentes nuances do desenvolvimento, nas últimas décadas, este assunto tomou as salas de estar, as mesas de bar e os grupos e as páginas de mídias sociais.

De esquerda ou de direita, neoliberais, progressistas ou conservadores, as propagandas eleitorais no rádio, na tv ou no auditório perene das redes sociais apresentam diferentes visões de desenvolvimento aos cidadãos. Como numa prateleira de supermercado, eles podem escolher aqueles que mais lhe parecem adequados para enfrentar os desafios que se revelam no dia a dia e carecem de enfrentamento por políticas públicas.

Avaliar a ação governamental como um todo e mensurar os seus impactos na qualidade de vida dos indivíduos seria tarefa demasiadamente desafiadora. Antes disso, a proposta da coleção “Caminhos do Desenvolvimento” foi reunir os estudos de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento que se debruçaram sobre a temática e apresentar os seus achados, a fim de suscitar novas abordagens e novos estudos acerca desse caminho em construção.

Assim, compartilhamos o nosso desafio com profissionais de diversas filiações universitárias, ao reunir dezenas de trabalhos de alta qualidade que abordaram múltiplas perspectivas acerca do desenvolvimento, de modo que se impôs a divisão desta coleção em dois volumes.

Neste segundo volume, concentram-se os trabalhos voltados à análise das perspectivas econômicas do desenvolvimento, o crescimento da renda, a produção e apreensão do conhecimento, o progresso tecnológico e o papel do Estado na promoção deste objetivo.

Por sua perspectiva multidisciplinar, esta obra não se direciona apenas aos pesquisadores da Economia, da Administração e da Contabilidade pública, mas a todos os estudantes e profissionais das mais diversas áreas do conhecimento que têm interesse nesta tão importante temática.

Convidamos o leitor a se debruçar sobre os trabalhos apresentados, desejando uma prazerosa viagem por estes caminhos apresentados.

*Os organizadores*

# Prefácio

A discussão sobre o desenvolvimento econômico é fundamental para qualquer sociedade, já que ele se relaciona a questões fundamentais para os cidadãos. Tais questões vão desde, por exemplo, a geração de empregos, o aumento da renda, a capacidade tecnológica e a distribuição minimamente adequada de renda, até, mais recentemente, às condições de vida e aos impactos das políticas econômicas, às relações entre os diferentes agentes envolvidos e aos modos de lidar com os recursos naturais.

Em países como o Brasil, marcado por desigualdades sociais e regionais, em resumo, lidar com o desenvolvimento é lidar com os problemas velhos, mas renovados, como a concentração de riqueza em certas partes do país; e com problemas novos, como a questão ambiental, simultaneamente. Este livro apresenta um esforço de reflexão e pesquisa sobre a questão do desenvolvimento econômico com atenção a desafios regionais, como a área da Sudene, em Minas Gerais; e sobre as dimensões relevantes desse tipo de processo, como o papel do desenvolvimento tecnológico, a desigualdade de renda, os serviços financeiros, a atuação de agências estatais; e a questão da desigualdade de renda em países latino-americanos. O olhar é amplo.

A experiência brasileira caracteriza-se pela presença fundamental do Estado na questão do desenvolvimento. Nas últimas décadas, o setor privado e a sociedade civil se fazem cada vez mais relevantes e presentes nesse processo. Verifica-se que algumas políticas públicas implicam em interações e complementariedade de recursos entre diferentes agentes de diferentes setores da sociedade (Estado, mercado e sociedade civil). Essas interações podem tornar a implementação dessas políticas mais eficazes, além de garantir certa legitimidade. Daí os arranjos em redes, identificados em diferentes políticas públicas, que são adotadas com o intuito de garantir eficiência e efetividade nas ações provenientes do Estado.

Falar de desenvolvimento econômico implica que os governos tenham em mente o que se entende por tal. Por isso, é necessário se ter um entendimento de elementos que compõem tal tipo de processo, como crescimento econômico, tecnologia, recursos econômicos, capacidades, posições políticas dos agentes envolvidos e recursos naturais. Pode-se dizer que esses elementos são necessários para o desenvolvimento, mas utilizados isoladamente não são suficientes. A gestão de desenvolvimento demanda articulação desses diferentes componentes.

O desenvolvimento econômico é afetado e afeta o desenvolvimento de outras áreas da sociedade, como a social. Se, de um lado, a geração de empregos, a geração e distribuição de renda, a ampliação e a criação de mercados e o uso da tecnologia nos processos produtivos podem levar a mudanças societais positivas, por outro lado, é necessário considerar os impactos que tais variáveis geram na sociedade. A qualidade dos empregos gerados, o padrão da distribuição de renda, o poder de renda entre as camadas mais pobres são algumas variáveis a serem consideradas. Tais variáveis afetam as capacidades de cidadãos de inserirem-se no mercado, seja como empregados, seja como consumidores ou como empreendedores.

Se o econômico afeta o social, o social afeta o econômico. Por isso a importância da educação, principalmente pública, para formação de profissionais que possam concorrer a empregos, serem contratados e contribuir para a geração de riqueza. A formação profissional assimilada pelas empresas torna-se em fonte de aprimoramento produtivo e de inovação gerencial. Por sua vez, tanto a saúde como a assistência social públicas são relevantes para que as famílias tenham uma rede de serviços básicos, o que pode contribuir para a qualidade de vida das pessoas. O acesso a serviços públicos, sob um olhar voltado para a equidade, serve para que as rendas dos trabalhadores possam ser aplicadas em outras dimensões da vida que lhe são relevantes, como o lazer e o consumo de outros bens e serviços além da subsistência.

As relações entre o econômico e o social levam o nosso olhar para o papel do Estado no desenvolvimento econômico. Seja na elaboração e implementação de políticas públicas, seja na avaliação das mesmas. Ele é a fonte principal de recursos econômicos para políticas públicas. Ele é a fonte de incentivos e de condicionalidades, de tal modo que as políticas devem atrair agentes econômicos privados, mas, simultaneamente, colocá-los em um contexto no qual os recursos públicos investidos neles sejam devidamente aplicados de acordo com os objetivos das políticas. A busca pela eficácia e efetividade das políticas públicas é um caminho tortuoso e pleno de falhas.

Além do aspecto financeiro, as agências estatais possuem relevância para a questão do planejamento em áreas mais carentes do país. Todavia, não se pode esquecer de questões políticas que atravessam a atuação de organizações públicas,

que também podem influenciar na sua atuação. A mistura entre política e economia pode produzir efeitos mistos. Às vezes, elas são objeto de interesse político, e isso pode afetar as suas iniciativas em certa extensão. Por outro lado, para os agentes econômicos privados, elas são fonte de capacitação e assessoria técnicas, de recursos e, graças à sua capilaridade, produzem efeitos relevantes para o desenvolvimento nas regiões onde elas atuam, seja por meio da melhoria produtiva, da introdução de mecanismos de gestão de recursos naturais e da assessoria em gestão, por exemplo.

Os atores econômicos, o empresariado, aqui, inclui desde o grande até o micro, são aqueles que estão na ponta, que investem os seus recursos em negócios, beneficiários de fundos públicos e que os aplicam de acordo com o arcabouço estabelecido pelo fundo. Em um contexto ideal, eles geram receitas e empregos, pagam tributos e reinvestem nos seus negócios. Por outro lado, algumas vezes, recursos públicos não são devidamente aplicados, por falta de capacidade organizacional, ou por comportamentos inadequados por parte dos beneficiários. Além das ditas falhas do Estado, existem as falhas de mercado.

Mas é em contexto de falhas que as políticas são implementadas. Sem o empresariado, sem os empreendedores, inovadores ou não, as políticas econômicas não ganham corpo. Dar atenção a eles pode contribuir para uma abordagem mais eficaz no momento da elaboração e implementação de iniciativas públicas. Nas últimas décadas, o empreendedorismo foi relacionado, de novo, à inovação tecnológica ou, se quisermos, à inovação gerencial. A inovação, entendida não só do ponto de vista tecnológico, mas do ponto de vista gerencial, amplia as possibilidades de desenvolvimento empresarial com efeitos no desenvolvimento econômico.

Considerando os desafios que o país enfrenta, este livro apresenta-se como uma excelente contribuição para aqueles que se dedicam ou querem dedicar-se ao tema do desenvolvimento econômico.

**Ivan Beck Ckagnazaroff**  
*FACE/UFMG*



# Sumário

## Parte 1 | Revisitando fundamentos do desenvolvimento econômico

- 14** Capítulo 1  
Fundamentos para entender o crescimento econômico  
Alexandre Queiroz Guimarães
- 28** Capítulo 2  
Social desenvolvimentismo e seus motores do desenvolvimento econômico  
Isaías Albertin de Moraes
- 38** Capítulo 3  
Progresso tecnológico e desenvolvimento: uma análise a partir da teoria marxista da dependência  
Luana de Andrade Pinheiro Borges  
Janaynna de Moura Ferraz  
Brenda Barbosa Rodrigues

## Parte 2 | Os desafios da desigualdade econômica

- 52** Capítulo 4  
Desenvolvimento desigual: uma reflexão da desigualdade de renda nos países latino-americanos  
Handerson Leonidas Sales
- 64** Capítulo 5  
Sistema financeiro e desenvolvimento regional desigual  
Tânia Marta Maia Fialho  
Luciana Maria da Costa Cordeiro  
João Guilherme Magalhães-Timóteo
- 80** Capítulo 6  
Fatores latentes da distribuição da riqueza no Brasil utilizando métricas das demonstrações contábeis  
Alexandre Teixeira Norberto Batista  
Wagner de Paulo Santiago  
Handerson Leonidas Sales
- 95** Capítulo 7  
O desenvolvimento financeiro contribui para a redução da economia informal no Brasil?  
Luciana Maria da Costa Cordeiro  
Tânia Marta Maia Fialho  
João Guilherme Magalhães-Timóteo



### Parte 3 | O papel do Estado no desenvolvimento econômico

- 110** Capítulo 8  
O papel estatal na promoção do desenvolvimento econômico e social por meio dos investimentos em inovação  
Mário Júnior Teles Machado
- 120** Capítulo 9  
Uma re(interpretação) do desenvolvimento econômico e social da área mineira da Sudene sob a perspectiva da Teoria da Complexidade de Edgar Morin  
Freddy Freitas Alcântara  
Luciana Maria Costa Cordeiro  
Luiz Paulo Fontes de Rezende
- 134** Capítulo 10  
A Codevale e o desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (MG): entre promessas, limitações e estruturação de redes  
Albér Carlos Alves Santos  
Isabela Pardinho Reis

### Parte 4 | Ensino superior e desenvolvimento

- 146** Capítulo 11  
História e memórias do curso de Administração da Unimontes na profissionalização do mercado de trabalho do norte de Minas Gerais  
Jardel Nunes Martins  
Isabela Ladeia Santos
- 160** Capítulo 12  
A expansão do ensino superior potencializa o caminho para o desenvolvimento regional? Uma reflexão sobre a atuação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará na região amazônica  
Lorena Madruga Monteiro  
Mario Cesar Sousa de Oliveira
- 175** Capítulo 13  
A transformação do conhecimento de base científica em valor econômico: análise de um caso brasileiro  
Nayara Gonçalves Lauriano  
Rodrigo Gava
- 189** Capítulo 14  
Da Tripla-Hélice ao Diagrama da Inovação Local: o caso ITCP-Unimontes  
Rodolfo Gustavo e Sousa Pessanha Guedes Prates  
Eros Phillippe Costa Claro do Nascimento  
Felipe Fróes Couto

**207** Dados dos organizadores

**209** Dados do autor do Prefácio

**210** Dados dos autores

**PARTE 1**

**Revisitando  
fundamentos do  
desenvolvimento  
econômico**

# Capítulo 1

## Fundamentos para entender o crescimento econômico

Alexandre Queiroz Guimarães

O objetivo deste capítulo é fazer uma exposição didática e introdutória sobre os determinantes do crescimento econômico. O desenvolvimento econômico inclui diferentes dimensões que se inter-relacionam: culturais, institucionais, sociais e econômicas. Desenvolver um país é dar as condições para que as pessoas façam as suas escolhas e se realizem como seres humanos, tendo acesso aos serviços básicos e aos direitos essenciais (Sen, 2000). O crescimento econômico, apesar de ser apenas um dos componentes, é central. Todos os países hoje desenvolvidos passaram por profundas transformações na estrutura econômica e produtiva.

Uma boa teoria sobre o crescimento econômico precisa levar em conta fatos estilizados (Jones, 2000). O primeiro é que há grande variação na renda per capita entre os países. Em 1998, por exemplo, mais da metade da população mundial vivia em países com menos de 10% da renda per capita dos Estados Unidos<sup>1</sup> (Jones, 2000). O segundo é que o crescimento econômico tem sido positivo ao longo do tempo. Há flutuações, mas a tendência é de crescimento ao longo do tempo. Como mostra Sachs (2003), o crescimento da Europa entre 1820 e 1998 foi na média de 1,7% ao ano, aumentando a produção em 25 vezes. O terceiro fato é que as taxas de crescimento variam de um país para outro e de um período para outro. O quarto fato é que a posição dos países na distribuição mundial de renda per capita não é imutável (Jones, 2000). Países que, no pós-Segunda Guerra, eram relativamente atrasados, como Espanha, Itália e Irlanda, entraram para o clube dos países ricos ou quase ricos. Recentemente, Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura, Hong Kong e Finlândia também o fizeram. Essa mudança, entretanto, não é comum, e a maior parte dos países pouco desenvolvidos em 1950 continuam a enfrentar sérias dificuldades atualmente. O quinto fato é que o crescimento do produto e do comércio internacional estão relacionados. Enfim, outro fato a acrescentar é que a renda per capita está positivamente correlacionada a indicadores de bem-estar social.

<sup>1</sup> O trabalhador médio da Etiópia precisava trabalhar um mês e meio para ganhar o que um trabalhador americano ganhava em um dia.

Até 1800, o crescimento econômico mundial foi relativamente baixo. Entre 1000 e 1800, a estimativa é que a renda per capita mundial tenha crescido 50% (Sachs, 2003). Em 1820, a renda média da Europa ocidental estava em torno de 90% da renda média da África atual. A expectativa de vida europeia em 1800 era de apenas 40 anos. Houve períodos de bom desempenho, como a expansão da produção e do comércio em Roma e os avanços da República de Veneza. Inovações como o moinho e o arado de tração animal foram essenciais. Todavia as inovações eram raras, e os períodos de crescimento econômico eram intercalados com outros de estagnação e declínio.

A inflexão deu-se na transição do século XVIII para o século XIX. Avanços haviam ocorrido anteriormente, mas o crescimento de forma mais sustentável foi produto da organização econômica e social do século XIX<sup>2</sup> (Sachs, 2003, p. 50-55). A produção passa a ser organizada por empresas, utilizando o trabalho assalariado, voltada à obtenção de lucro e sujeita à competição. A inovação torna-se componente endógeno, favorecendo o aparecimento de novos produtos e formas de produzir. Acemoglu e Robinson (2012) relacionam esse processo à consolidação de instituições inclusivas, que passam a valorizar o trabalho produtivo, o investimento e a inovação.<sup>3</sup>

No século XIX, outros países adaptaram-se e emularam muitas das instituições inglesas, passando a compartilhar o ritmo de progresso econômico. Outros falharam em fazê-lo, sendo subjugados pelos países mais desenvolvidos. Segundo Acemoglu e Robinson (2012), a resposta dada à Revolução Industrial foi decisiva para explicar a trajetória de muitos países.

A análise, a seguir, aborda esses e outros aspectos. Duas questões são essenciais: entender por que alguns países são mais ricos do que outros e por que alguns países crescem mais do que outros. A próxima seção traz as contribuições de Adam Smith. A seção seguinte apresenta o modelo de Solow e as suas principais conclusões. A próxima seção interpreta o período de 1950 a 1973, marcado por grande prosperidade. A seção posterior dialoga com exemplos históricos para enfatizar os méritos do modelo de Solow. Já a penúltima seção acrescenta a contribuição de outros autores, enquanto a última seção esboça as considerações finais.

## **A contribuição de Adam Smith**

As bases do funcionamento do que seria esse novo sistema econômico foi esboçado por Adam Smith (1985), um filósofo moral que se tornou o pai da ciência econômica. Segundo Rosanvallon (2002), Smith (1985) tentou responder a uma questão essencial do pensamento social moderno: como é possível a ordem social em um mundo secular centrado no indivíduo? Hobbes (1974), após descrever o homem como um ser dotado de paixões e razão, define o estado de natureza como aquele em que o homem é o lobo do homem. Para Hobbes (1974), é o medo da morte que desperta o homem de seu solipsismo e indica as razões de obediência ao Leviatã e a sujeição às suas leis.

Smith (1985), em contraponto, encontra o terreno da estabilidade social na economia, atribuindo, ao interesse próprio, a paixão que conduz os indivíduos à vida em sociedade. Contudo Smith (1985), ao contrário do sábio Bernard de Mandeville

<sup>2</sup> Entre 1820 e 1992, estima-se uma taxa de crescimento anual do PIB mundial de 1,21% ao ano.

<sup>3</sup> Esse processo desenvolveu-se pioneiramente na Inglaterra, que teria reunido, entre as condições favoráveis, um sistema político marcado pela divisão de poderes e uma posição proeminente no comércio internacional.

(1982), não vê o interesse como algo ruim ou vicioso; o interesse próprio teria sido colocado no ser humano pelo Criador para promover a prosperidade material da espécie. O interesse próprio, regrado e praticado de acordo com a lei, é a força capaz de conduzir à prosperidade (Guimarães, 1996).

Como economista, Smith (1985) volta-se para entender as leis de funcionamento do sistema econômico. Havia muitos estudos prévios sobre moeda, comércio internacional, tributação e organização do sistema econômico, mas nenhum se aproximou do grau de sistematicidade e organização encontrado na obra do pensador escocês. Como mostra Domingues (2001), Smith (1985) é influenciado por Isaac Newton, da mesma forma que Hobbes teria sido influenciado por Descartes e Marx por Darwin. Onde Newton encontrou a gravitação universal, Smith encontrou o interesse próprio como a força capaz de dar coesão ao sistema econômico. Entretanto Smith (1985) vai além, encontrando, no interesse na divisão do trabalho e na concorrência, componentes de uma ordem espontânea capaz de conduzir à riqueza das nações.

Pensadores anteriores a Adam Smith (1985) atribuíam, à intervenção estatal, à criação de fábricas e às regulamentações, fatores capazes de conduzir à prosperidade. Smith argumenta que as fontes da prosperidade devem ser buscadas no universo regido pelo interesse, pelo empreendedorismo e pela divisão do trabalho. Como enfatiza Fonseca (1993), a principal contribuição de Adam Smith foi mostrar como a interação das atividades de um grande número de indivíduos e empresas, cada qual buscando defender o que acreditam ser o seu interesse, conduz à formação de uma ordem espontânea, capaz de garantir a alocação eficiente dos recursos produtivos (terra, capital e trabalho). Daí advém uma de suas conhecidas frases: “Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro e do padeiro que esperamos o nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelos próprios interesses. Apelamos não à humanidade, mas ao amor-próprio, e nunca falamos de nossas necessidades, mas das vantagens que eles podem obter” (Smith, 1985, p. 23-24).

Smith (1985) busca elucidar o funcionamento desse universo, explicando a formação do valor, dos preços, dos salários, do lucro e da renda da terra. A riqueza está relacionada à capacidade de mobilizar trabalho produtivo, o que é feito pelo investimento. Smith não é um defensor do *laissez-faire*, mas atribui, ao empreendedorismo e às trocas, os elementos que conduzem à prosperidade: “Pouco mais é necessário para conduzir uma nação do mais baixo barbarismo até o mais elevado grau de opulência do que paz, impostos razoáveis e uma administração tolerável da justiça; tudo o mais sendo trazido pelo curso natural das coisas”.<sup>4</sup>

Nessa frase, Smith (1985) subestima o papel de outros elementos que se mostraram essenciais para a emergência do capitalismo e da Revolução Industrial, que vão muito além de “paz, impostos razoáveis e uma administração tolerável da justiça”. A frase, no entanto, contém grande sabedoria, indicando o potencial de um sistema baseado no mercado, nas trocas e no lucro, como seria testemunhado pelos séculos seguintes.

Uma grande contribuição de Smith (1985) foi apontar o papel da divisão do trabalho, considerada uma decorrência da propensão natural e inata do indivíduo à barganha e à troca, comparáveis à linguagem e à busca por afeição. Com o avanço da economia, a divisão do trabalho manifesta-se nas características do processo de trabalho que permitem ampliar a produtividade. Isso nos leva ao conhecido exemplo da manufatura de alfinetes. O argumento de Smith (1985) é que um homem isolada-

<sup>4</sup> Passagem extraída dos rascunhos de “Riqueza das Nações”, citada por Fonseca (1993, p. 120).

mente conseguia fabricar poucos alfinetes por dia, mas, em uma manufatura, onde o trabalho é dividido, onde um operário desenrola o arame, outro o endireita, um terceiro o corta, um quarto faz as pontas e um quinto as afina, é capaz de produzir milhares de alfinetes (Souza, 2012).

Diversas razões explicam esse resultado. A primeira é que a especialização produz destreza na elaboração da tarefa; a segunda é a eliminação do tempo gasto na transição entre as atividades; a terceira é que a divisão do trabalho, ao simplificar as tarefas, facilita a introdução de máquinas. O exemplo, bastante elementar, antecipa princípios básicos do funcionamento do capitalismo. Antecipa a ideia de compactação (ou exploração) do trabalho, sugerida tanto por Marx (1985) como por Frederick Taylor (1990), e também traços do modelo manufatureiro norte-americano, a conduzir ao fordismo no século XX.

Smith explica, então, os determinantes da divisão do trabalho, considerada função da extensão do mercado. Quando limitado, as famílias precisam produzir todo o necessário para o consumo; quando se amplia, podem se concentrar no que produzem melhor. O mercado tende a se ampliar com o crescimento demográfico, com o aumento dos salários e com a maior abertura da economia. Regiões litorâneas e à beira de rios tendem a expandir o comércio e a serem mais ricas.

Como um pensador clássico, encontramos também tensões típicas do sistema capitalista em formação. Smith (1985) mostra otimismo em relação à combinação entre a acumulação de capital e a divisão do trabalho. Com o investimento, há aumento da contratação de trabalhadores e do consumo, que conduzem ao aprofundamento da divisão do trabalho e a maiores lucros, revertidos em novos investimentos e completando o círculo virtuoso. Todavia Smith (1985) também acentua os problemas que a especialização e a simplificação das tarefas tendem a trazer sobre o trabalhador, embrutecendo-o e demandando programas governamentais de educação e arte. Smith levanta também a possibilidade de crises, que aparecem quando os mercados deixam de crescer e reduzem-se as oportunidades de investimento, conduzindo a um estado estacionário. Caberia, assim, aos governos a abertura de novos mercados, o aperfeiçoamento da mão de obra e o estímulo às inovações.

## **Explicando o crescimento econômico: o modelo de Solow**

Uma grande contribuição no estudo do crescimento econômico foi dada pelo economista norte-americano Robert Solow (1956), no mais influente modelo de crescimento econômico jamais produzido. Solow (1956) encaixa-se no mundo dos economistas neoclássicos, que consideravam o desenvolvimento como um processo gradual e contínuo, não vendo razão para faltarem oportunidades de empregar produtivamente o capital e o trabalho.

O otimismo fundava-se no funcionamento do mercado e do sistema de preços. Em caso de desemprego, os salários cairiam, estimulando o emprego de mão de obra. No caso de excesso de produção, os preços cairiam, estimulando a demanda. Se o consumo caísse, a poupança cresceria e seria transformada em investimento, acarretando a produção de máquinas, equipamentos e infraestrutura. Em decorrência de tais forças, o desemprego ocorreria apenas passageiramente nos momentos de transição de uma atividade para outra.

O modelo de Solow (1956) incorpora muitas das formulações e hipóteses das teorias neoclássicas. Uma hipótese essencial é a da função de produção, que

descreve como unidades de produto são geradas a partir da combinação entre capital e trabalho ( $Y = f(K, L)$ ). Na função utilizada por Solow (1956), quantidades de produto podem ser geradas por diferentes combinações entre os insumos, implicando a possibilidade de substituição entre os mesmos. Essas funções estão sujeitas a retornos marginais decrescentes, ou seja, quando um insumo é mantido fixo e o outro aumenta, a produção cresce, mas a taxas decrescentes. Essa hipótese, muito familiar para os iniciados em economia, é melhor compreendida com um exemplo. Pense em uma comunidade que produz trigo com certa combinação de trabalhadores e tratores. Ampliar inicialmente os tratores tende a aumentar a produção; mas ampliá-los indefinidamente, sem mudar o número de trabalhadores, levaria a um ponto em que a oferta de novos tratores pouco acrescentaria.<sup>5</sup>

Solow (1956) acrescenta outras hipóteses para simplificar a exposição. Assim, considera que apenas um bem é produzido, que a economia é fechada (sem comércio exterior), que a poupança se iguala ao investimento e que todos os habitantes trabalham. Algumas observações são necessárias acerca das hipóteses simplificadoras. Toda teoria ou modelo é uma simplificação da realidade.<sup>6</sup> Os modelos são recursos heurísticos que emitem feixes de luz sobre a realidade, facilitando o entendimento. Esse, como se verá, é o ponto forte do modelo de Solow (1956).<sup>7</sup>

Os parágrafos a seguir apresentam pontos bem básicos da construção desse modelo, o que é seguido pela exploração da intuição do mesmo e por exemplos que facilitam a sua compreensão.<sup>8</sup> Solow (1956) parte de uma função de produção e procura combiná-la com uma função-investimento.<sup>9</sup> Em um primeiro exercício, Solow (1956) exclui a variação tecnológica, expressando o produto como simples função do capital e do trabalho ( $Y = f(K, L)$ ). Demonstrações matemáticas simples levam à equação fundamental de Solow (1956) e à derivação de importantes conclusões.<sup>10</sup>

Solow (1956) mostra, nesse primeiro caso, que o produto per capita de equilíbrio é uma função do capital por trabalhador, ou seja, sociedades em que os trabalhadores podem contar com mais capital (máquinas, equipamentos, infraestrutura) para auxiliar o processo produtivo tendem a ser mais ricas. Essa é uma implicação direta da função de produção. Um ponto muito importante é entender o que ocorre quando há aumento na poupança e no investimento.

Solow (1956) salienta como esse acréscimo tende a conduzir a economia a um novo ponto de equilíbrio, caracterizado por maior produto per capita. Porém, esse é o ponto decisivo. Há limites na capacidade de o investimento conduzir a níveis mais altos de produto per capita. Isso ocorre, primeiramente, porque há limites na capaci-

<sup>5</sup> Pense alternativamente em um escritório com 4 secretárias e nenhum computador. Acrescentar novos computadores vai ampliar a produtividade inicialmente, mas depois de certo ponto deixa de ter impacto (Blanchard, 2004).

<sup>6</sup> Para considerações metodológicas mais elaboradas, ver Blaug (1993).

<sup>7</sup> As demonstrações matemáticas, mostrando como as conclusões são atingidas a partir de hipóteses simples, contribuem adicionalmente para o seu poder de persuasão (ver Jones, 2000).

<sup>8</sup> Não desanime, portanto, com a apresentação dos termos do modelo. Os seus resultados e a sua relevância logo ficarão claros.

<sup>9</sup> A função de investimento é simples, uma vez que considera que o investimento (I) é igual à poupança (S), sendo essa uma função da renda ( $I = S = sY$ ). Solow (1956) trabalha com uma equação em que variação do estoque de capital ( $dK$ ) é igual à poupança menos a depreciação do capital ( $@K$ ), de forma que:  $dK = sY - @K$ . A combinação dessa equação com a derivação da função de produção leva à equação fundamental de Solow (1956) (ver Jones, 2000).

<sup>10</sup> Optou-se por se centrar nas intuições e não efetuar as demonstrações matemáticas. As mesmas são simples para aqueles que têm um mínimo conhecimento matemático. A verificação matemática tornará bem mais simples o entendimento de como as conclusões foram extraídas (ver Jones, 2000; Blanchard, 2004).

dade de ampliar a parcela do investimento no PIB (já que uma parcela significativa do mesmo é consumida); segundo, porque o aumento do investimento tende a ser acompanhado pelos retornos marginais decrescentes, reduzindo os impactos sobre o produto.

Uma segunda questão decisiva é como o modelo lida com a questão do crescimento econômico. Nesse modelo inicial, o crescimento tende a ocorrer quando há um aumento da taxa de investimento, ou seja, durante o tempo em que a economia se desloca do nível de produto inicial para o novo ponto de equilíbrio. Durante essa transição, cuja duração temporal é indeterminada, a economia tende a crescer. Entretanto, uma vez atingido o ponto de equilíbrio, o produto per capita deixa de crescer.

O que poderia aparentar uma falha ou erro decisivo é, no entanto, apenas um recurso didático. Solow (1956) quer nos mostrar que, na falta de tecnologia ou inovação, o crescimento limita-se aos períodos de transição provocados por aumentos da taxa de investimento. Ele quer nos mostrar, ao omitir a variável central, que, no equilíbrio, só pode haver crescimento se houver progresso técnico ou aumento na produtividade do trabalhador.

O próximo passo do argumento é, portanto, refazer o exercício utilizando uma outra função de produção,  $Y = f(K, L, A)$ , em que  $A$  é uma medida do progresso tecnológico, incluindo todos os fatores com capacidade de ampliar a produtividade do capital e do trabalho.<sup>11</sup> Assim, chega-se a uma equação bem similar à do modelo anterior. Nesse novo modelo, o produto per capita de equilíbrio é função do capital por trabalhador, mas levando-se, também, em conta o impacto do progresso técnico sobre o trabalhador e a sua produtividade:  $Y/L = f(k, A)$ <sup>12</sup>. Nesse modelo, o investimento continua a ter um impacto sobre o produto de equilíbrio e, à semelhança do primeiro exercício, tende a influenciar, durante o período de transição, a taxa de crescimento da economia. A grande diferença é o que ocorre na posição de equilíbrio. No modelo com tecnologia, há crescimento do produto per capita no equilíbrio à taxa de variação do progresso técnico (variação em  $A$ ), ou seja, explicado pelos fatores exógenos que tornam o trabalho mais produtivo.

Chega-se, assim, às conclusões essenciais do modelo de Solow (1956). O país que possui mais capital por trabalhador tende a ser mais rico, mas a riqueza está também relacionada aos fatores que influenciam a produtividade da mão de obra. Logo, os EUA são muito mais ricos do que a Índia, em parte, por possuírem mais capital por trabalhador,<sup>13</sup> mas principalmente pelo fato de o trabalhador norte-americano ser muito mais produtivo, fruto dos avanços tecnológicos e da melhor organização do trabalho. Em outras palavras, um trabalhador nos EUA tende não apenas a ser mais qualificado, mas a contar com melhores instalações, melhor organização do trabalho, acesso a serviços de qualificação e oferta de emprego em setores mais avançados.<sup>14</sup>

Em relação às diferenças entre as taxas de crescimento, Solow (1956) mostra que o aumento da poupança e do investimento gera crescimento por um tempo. Isso tende a ser particularmente importante para países mais pobres, que têm baixo

<sup>11</sup> Solow faz outra hipótese simplificadora, trabalhando com a função  $Y = f(K, AL)$ . A simplificação pretende supor que toda melhoria na tecnologia ou na organização da produção implique aumento da produtividade do fator trabalho, como se o mesmo se multiplicasse. Na prática, as mudanças técnicas impactam também a produtividade do fator capital, mas trata-se de uma hipótese voltada a facilitar as demonstrações do modelo.

<sup>12</sup> Em que  $k = K/L$ , ou seja, a quantidade de capital por trabalhador.

<sup>13</sup> Se efetuássemos uma mensuração, verificaríamos que a diferença de capital por trabalhador entre os dois países é bem inferior à diferença entre o produto per capita.

<sup>14</sup> Em síntese, tendem a contar com uma série de fatores que, além do âmbito da firma, tendem a melhorar significativamente o desempenho e a produtividade do trabalho.



capital por trabalhador e alta produtividade marginal do capital. No entanto, no equilíbrio, que Solow (1956) chama também de longo prazo, o essencial são os fatores relacionados à inovação e à tecnologia, por acarretarem aumentos na produtividade dos fatores.

Essa contraposição, em grande parte didática, entre o que pode ser alcançado por aumento do investimento com o que é alcançado pelo aumento da produtividade é essencial para as conclusões do modelo. Existem países que crescem a taxas altas pelas possibilidades de ampliar o investimento, o que vale para países destruídos em uma guerra e para aqueles com baixa proporção de capital por trabalhador, como ilustrado pelas experiências recentes de China e Índia. Entretanto, chegará um momento em que essa expansão do investimento perderá importância, tornando-se essencial o aumento da produtividade.

Outra implicação do modelo é a possibilidade de decomposição do crescimento econômico, permitindo “separar” a contribuição atribuída ao capital, a contribuição atribuída ao trabalho e a atribuída à produtividade total dos fatores (A). Isso é possível devido às hipóteses do modelo, exigindo enorme esforço de mensuração, voltado, por exemplo, para a mensuração do estoque de capital de uma sociedade. O fator A (produtividade dos fatores) é também chamado de resíduo de Solow, por incluir todos os fatores além do capital e do trabalho que afetam a produtividade.

Na tabela 1, vê-se o crescimento do produto anual médio dos EUA durante cada um dos períodos, assim como a contribuição dos fatores de produção e da produtividade total dos fatores (PTF). O maior crescimento médio é encontrado na década de 1960, o período em que a PTF mais cresceu. Há também grande desaceleração do crescimento e da PTF nos anos 1970.

**Tabela 1** – Decomposição das taxas de crescimento EUA - 1960- 1990

Período	PIB Anual (%)	Contribuição capital (%)	Contribuição Trabalho (%)	Contribuição PTF (%)	Produto por trabalhador (%)
1960-70	4	0,8	1,2	1,9	2,2
1970-80	2,7	0,9	1,5	0,2	0,4
1980-90	2,6	0,8	0,7	1	1,5
1960-90	3,1	0,9	1,2	1,1	1,4

Fonte: Jones (2000).

Resultados mais interessantes são extraídos da Tabela 2, dada a comparação entre países em diferentes períodos. São mostradas a variação anual média do produto per capita e a variação do progresso técnico (A). A primeira constatação é a grande diferença nas taxas de crescimento médio entre os países. No período 1950–73, a taxa de crescimento do Japão foi muito superior, seguida pela Alemanha e França. Nota-se também forte queda do crescimento médio a partir de 1973.

É importante entender esses resultados: o que explica o maior crescimento dos três países citados, contrastados com o menor crescimento de Reino Unido e EUA? Estaria esse crescimento associado à guerra e à necessidade de reconstrução? O modelo de Solow diria que sim, mas é preciso destacar que a taxa aqui medida é

uma taxa média para um período de 23 anos e que os efeitos da reconstrução duraram no máximo alguns anos. No caso do Japão, em especial, as taxas de investimento foram muito elevadas (acima de 30% do PIB), o que foi certamente relevante.

**Tabela 2** – Crescimento do produto *per capita* e taxa de progresso técnico - 1950–1987

Países	Produto per capita		Progresso Técnico (A)	
	1950–73	1973–87	1950–73	1973–87
França	4	1,8	4,9	2,3
Alemanha	4,9	2,1	5,6	1,9
Japão	8	3,1	6,4	1,7
Reino Unido	2,5	1,8	2,3	1,7
EUA	2,2	1,6	2,6	0,6

Fonte: Blanchard (2004).

Os dados contribuem para a explicação. Nota-se que o crescimento do PIB per capita está bastante correlacionado às variações do progresso técnico; essas variações foram mais altas nos países que mais cresceram. Constata-se, da mesma forma, a queda no ritmo do crescimento de progresso técnico a partir de 1973, que cai em todos os países e contribui para a desaceleração econômica.

Uma terceira conclusão é que o crescimento econômico per capita e o ritmo de progresso técnico no primeiro período são maiores nos países que eram menos avançados. Os EUA eram, então, o país mais rico do mundo, seguido pelo Reino Unido. Também o progresso técnico cresceu bem mais rápido no Japão, na Alemanha e na França. Como explicar esses resultados?

Vários fatores podem ter contribuído para esse resultado, até porque Japão, Alemanha e França eram países com capacidade de organização de suas empresas e sistemas econômicos. Todavia EUA e Reino Unido também o eram. O que foi decisivo é o que os economistas chamam de possibilidades de “convergência”. Países que se encontram relativamente menos avançados podem crescer a taxas mais rápidas por meio da importação de técnicas e processos produtivos já existentes. O Japão, por exemplo, beneficiou-se da importação de técnicas fordistas e de outras técnicas, essenciais para o rápido crescimento do progresso técnico.

Assim, há a possibilidade de convergência ou de aproximação entre as rendas per capita. Contudo isso vale apenas para países que já possuem algumas características ou capacidades básicas, que incluem instituições favoráveis, níveis adequados de infraestrutura e capacidade educacional e empresarial, ou seja, condições para que possam adaptar as técnicas existentes. Países muito pobres são incapazes de se beneficiar desse processo, o que ajuda a explicar o fato de que, entre grupos de países muito contrastantes, as diferenças tendem a se ampliar.

A análise do quadro chama também a atenção para questões correlatas. Por que, por exemplo, ocorre a desaceleração do crescimento do progresso técnico após 1973? Blanchard (2004) avaliou inicialmente a hipótese de o resultado estaria relacionado a mudanças setoriais, devido às diferenças de produtividade entre a agricultura, a indústria e o setor de serviços. A hipótese é que a transferência de trabalhadores da

indústria para o setor de serviços teria contribuído para a redução da produtividade. Blanchard (2004), no entanto, afirma que houve redução na produtividade em todos os três setores, indicando a necessidade de identificar outras causas.

Uma segunda hipótese é a de ter havido a redução dos gastos em pesquisa e desenvolvimento, o que Blanchard (2004) destaca que não ocorreu. A terceira hipótese é que, em 1973, o mundo teria voltado à normalidade, o excepcional tendo sido o período de 1950 a 1973. Há fortes evidências para a mesma, uma vez que se tratou do período de maior prosperidade da história da humanidade.

## **A Idade de Ouro do Capitalismo**

As décadas do pós-Segunda Guerra Mundial foram marcadas por forte crescimento do produto e do comércio internacional, assim como por grande melhoria dos indicadores sociais e da qualidade de vida. Entre 1945 e 1973, o PIB per capita alemão, por exemplo, triplicou, enquanto o francês cresceu 150%. O desemprego situou-se em níveis baixíssimos, configurando-se uma situação de pleno emprego. O salário triplicou na Alemanha e duplicou no Reino Unido. Houve melhoria na dieta das pessoas, que passaram a gastar menos em bens de primeira necessidade, tendo mais dinheiro para gastar em arte, moda, cultura e lazer. Os serviços sociais e o acesso à educação também melhoraram significativamente (Judt, 2007).

É importante entender os fatores por trás desses resultados. Em primeiro lugar, houve um grande aumento do investimento, fruto de novos setores, novas tecnologias e oportunidades a explorar. Setores como a indústria automobilística, a química, a farmacêutica, a de produção de eletrodomésticos (TVs, aparelhos de som, refrigeradores) e a indústria alimentícia lideraram o crescimento. Setores como a indústria óptica, a engenharia leve e o de metais não ferrosos, impulsionados por inovações anteriores, também contribuíram. Destacou-se também o setor turismo, estimulado pelos avanços nos transportes e pelas férias regulamentares.

O aumento do investimento muito se relaciona com o grande potencial para incremento no consumo em vários setores. Na Espanha, por exemplo, havia, no início da década de 1950, um carro para cada 314 mil pessoas; na França, havia um carro para cada 12 lares (Judt, 2007). O mesmo ocorria com os eletrodomésticos: na França, nos anos 1960, apenas uma família em cada oito tinha televisores; em 1970, uma em cada 4. Na Itália e na Alemanha Federal, em 1957, apenas 12% das famílias possuíam refrigeradores. Em síntese, havia grande potencial para a produção de bens de consumo que, nos anos seguintes, conquistaram milhões de consumidores. Esse potencial estimulava os investimentos e a contratação de trabalhadores.

Todo esse dinamismo foi muito influenciado pelo aumento da produtividade. A disseminação do fordismo viabilizou enorme redução no custo e no preço dos produtos, viabilizando o aumento da demanda. Os ganhos de produtividade permitiam o aumento, ao mesmo tempo, dos salários e dos lucros, alimentando o ciclo de crescimento.

Outro destaque foi o aumento da demanda, sustentado pela elevação salarial, pelas transferências do Estado-de-Bem-Estar-Social e pelas políticas keynesianas de demanda. A expansão da demanda acompanhava, portanto, a produção, reduzindo o risco de crises. Enfim, outro fator essencial foi o bom desempenho do comércio internacional, favorecido pela arquitetura comercial e financeira cuidadosamente concebida em Bretton Woods (Frieden, 2008).

Em síntese, foi um período marcado pela conjunção de condições muito favoráveis, consolidando um momento único na história do capitalismo. No início dos anos de 1970, as oportunidades de investimento já não eram mais tão grandes, uma vez que grande parte do potencial de consumo daqueles produtos já havia sido explorada. Também a produtividade passou a crescer menos, pois as práticas fordistas já haviam sido incorporadas, e o fordismo, extremamente rígido, começava a encontrar dificuldades. Da mesma maneira, o dinamismo do comércio exterior reduziu-se, afetado pelas dificuldades do padrão cambial vigente (Frieden, 2008). Como consequência, as taxas de lucro caíram expressivamente, resultado também do aumento dos salários e da elevação da produção resultante da entrada de novos competidores. Em síntese, esses fatos contribuíram para a desaceleração do crescimento e para uma década marcada por crises que engatilharam novas transformações no capitalismo (Judt, 2007).

### **Modelo de Solow (1956): síntese de suas contribuições**

Apesar de conter muitas hipóteses simplificadoras, o modelo de Solow (1956) ilumina significativamente o fenômeno do crescimento econômico. Após as suas contribuições, olhamos para o objeto focando nas principais variáveis responsáveis pelo crescimento das nações e procurando entender as possíveis razões do comportamento das mesmas.

O exemplo a seguir, apresentado por Blanchard (2004), é elucidativo. O autor compara Cingapura e Hong Kong, entre 1960 e 1985. Ambos os países cresceram a taxas de 6,1% ao ano. Contudo, em Cingapura, segundo os dados apresentados, a participação do investimento no PIB teria crescido de 9% em 1960 para 43% em 1984, enquanto o crescimento do progresso técnico (A) teria sido de apenas 0,1% ao ano. Hong Kong, em contraposição, teria tido um crescimento do progresso técnico de 2,3% ao ano.

A interpretação do modelo de Solow levaria à conclusão de que o crescimento de Cingapura teria se dado muito em face do aumento do investimento, e, como esse não pode elevar-se indefinidamente, a tendência seria a desaceleração. Interpretações nessa linha foram apresentadas por Paul Krugman (1994), argumentando que o crescimento de Coreia do Sul e Taiwan também teria se dado devido ao aumento do estoque de capital, e não da produtividade.

No entanto, tanto Cingapura como os outros tigres asiáticos mantiveram e reforçaram o seu crescimento nos anos seguintes. Mesmo que o crescimento anterior tenha se centrado efetivamente no aumento do investimento, não havendo, portanto, erros de mensuração, é fato que conseguiram posteriormente ampliar significativamente a produtividade, fortalecendo a capacidade de inovação e tornando-se alguns dos países mais competitivos e desenvolvidos do mundo.

O mesmo vale para o milagre econômico da China, país que, entre 1978 e 2008, cresceu a taxas superiores a 9% ao ano. Esse crescimento muito se deveu às altas taxas de investimento, superiores a 40% do PIB, mas também ao forte aumento de produtividade advindo da importação de técnicas, modelos de gestão e tecnologias mais avançadas. A substancial entrada de empresas multinacionais, junto a exigências de formação de parcerias com as firmas locais, contribuiu para o aprendizado em relação às práticas mais avançadas. O sucesso também deveu-se à transferência de trabalhadores da agricultura de subsistência, de baixa produtividade,

para a indústria. Enfim, a China vem demonstrando progressos em sua capacidade de inovação, decisivos para as pretensões de se consolidar como país desenvolvido (Doner; Schneider, 2016).

Assim, uma grande contribuição do modelo de Solow (1956) é nos fazer pensar sobre as formas de interação entre o investimento e as mudanças tecnológicas e as respectivas contribuições para o crescimento. Na prática, ambas as dimensões combinam-se, uma vez que, ao investir, as empresas utilizam tecnologias mais modernas e incorporam novas técnicas. No entanto, didaticamente, a distinção feita por Solow, ao considerar o investimento como aumento do estoque de capital (ou seja, aquisição de máquinas ou computadores nos modelos existentes) e a inovação como novas técnicas (que tornam cada computador mais produtivo), muito contribui para o entendimento do fenômeno. Na época de Solow (1956), havia uma ênfase muito grande no investimento, refletindo a influência da revolução keynesiana. Solow (1956) mostra que, apesar de importante, o investimento é apenas parte da questão.

O modelo de Solow (1956), ao produzir *insights* relevantes, torna-se um bom referencial para se pensar a realidade. Conclusões fortes são atingidas a partir de hipóteses relativamente simples. Seu mérito é nos direcionar para os fatores essenciais que explicam o crescimento dos países: o investimento, o progresso técnico, a possibilidade de copiar e adaptar ideias, e a inovação. O modelo ajuda a explicar as diferenças de crescimento entre os países, assim como a tendência de crescimento no longo prazo (dada pelo progresso técnico e pelo aumento da produtividade). Explica por que razão países mais pobres podem crescer a taxas mais rápidas. Entretanto, esclarece, igualmente, por que razão um país normalmente não cresce a taxas muito altas para sempre, tendendo a desacelerar a partir de certo estoque de capital e das oportunidades decrescentes de continuar a copiar técnicas e tecnologias.

### **Contribuições de Ha-Joon Chang, Hausmann e Rodrik**

A contribuição de outros autores tende a acrescentar elementos e a fortalecer a compreensão do fenômeno do crescimento. Chang (2016) chama, inicialmente, a atenção para a necessidade de diferenciar o tipo de crescimento econômico. Esse pode, por exemplo, ocorrer como resultado da descoberta de jazidas de ouro ou de petróleo, com pouco impacto sobre a estrutura econômica da sociedade. O crescimento que mais importa, enfatiza Chang (2016), é aquele que traz transformações na capacidade de produzir e no avanço de outros setores.

Esse também é um ponto destacado por Hausmann e Rodrik (2006), que enfatizam a relevância de o país expandir a sua capacidade de produção. Segundo Hausmann e Rodrik (2006), o desenvolvimento produtivo é a possibilidade de complexificar a cadeia produtiva. Ao ampliar a capacidade de produzir certos bens, um país expande também o seu estoque de conhecimento e a sua capacidade de diversificar para setores afins, expandindo o potencial para o investimento e para a geração de emprego e renda. As maiores dificuldades são enfrentadas por países centrados na produção de poucos produtos primários e marcados por pouca diversificação produtiva. Como as exportações são limitadas pela demanda internacional, a baixa diversificação acaba implicando baixa capacidade de investir e crescer.

Um segundo ponto destacado por Chang (2016) diz respeito à importância do investimento. Ele enfatiza como os principais milagres econômicos, incluindo os de Japão, Coreia do Sul e China, foram marcados por taxas de investimento superiores a

30% do PIB. O ponto de Chang nos faz voltar à interação produtividade-investimento. Se, em termos didáticos, a argumentação de Solow é muito útil, em termos empíricos é essencial enfatizar a contribuição do investimento para o desenvolvimento das nações. Países que poupam e investem mais, convertendo grande parte de seus recursos produtivos em expansão da capacidade produtiva, tendem a crescer mais. A ideia de retornos marginais decrescentes, embora faça sentido na teoria e nos modelos e, em alguns casos, na prática, precisa ser vista com cautela.

Outro ponto destacado por Chang (2016) é a relevância do setor industrial, aquele que protagonizou as principais transformações econômicas. Ampliar a produtividade tende a ser mais fácil na manufatura, havendo forte correlação entre o desempenho do setor industrial e a produtividade da economia (Palma, 2011). Assim, embora tenha havido um crescimento da participação do setor de serviços no emprego e no PIB, é importante não reduzir o papel da indústria, até porque o desempenho de muitos serviços mais elaborados está muito relacionado à indústria. Assim, deve-se tomar muito cuidado com a tese de que a indústria perdeu a importância, até porque não é uma tese desprovida de interesses (Chang, 2016). A preocupação especial deve ser demonstrada por países que estão experimentando desindustrialização precoce, com a tendência a implicações negativas para o investimento, a geração de emprego e as possibilidades de promoção de uma sociedade mais rica e menos desigual.

## Considerações Finais

O desenvolvimento é um processo complexo que envolve várias dimensões, abarcando a capacidade de fazer políticas sociais e incluir os grupos mais vulneráveis. Políticas mais distributivas, no entanto, dependem do bom desempenho da economia, capaz de elevar o emprego e a produtividade e gerar recursos para financiá-las. O presente artigo, ao apresentar as principais variáveis que explicam o crescimento econômico, contribui para o entendimento de uma dimensão central do processo de desenvolvimento.

Mostrou-se que a capacidade de crescimento muito se deveu a uma forma particular de organização da produção, centrada na empresa privada, na concorrência e na venda dos produtos no mercado. Perceber isso foi uma contribuição pioneira de Adam Smith (1985), que destacou que, na presença de paz, impostos razoáveis e um contexto de estabilidade, o interesse próprio e as forças de mercado poderiam conduzir à prosperidade. Apesar de captar um aspecto essencial, Smith (1985) simplifica os requisitos necessários: instituições inclusivas, um Estado com capacidade para intervir e a posição dos países na ordem internacional tendem também a ser essenciais (Guimarães, 2022).

O Modelo de Solow nos direciona para variáveis centrais. Países que investem mais e que obtêm ganhos na capacidade de empregar produtivamente seus fatores de produção tendem a crescer mais e a serem mais ricos. A interação entre as duas variáveis permite compreender importantes vicissitudes do processo, incluindo a convergência entre os países, a existência de milagres econômicos e a incapacidade de certos países superarem determinado patamar de renda per capita, conhecido como armadilha da renda média.

Mas por que alguns países investem e/ou inovam mais do que outros? O modelo de Solow (1956) não explica tal ponto, levando-nos a outras teorias que abordam o papel das instituições, os determinantes da capacidade do Estado, os efeitos

da inserção econômica internacional e o papel da política econômica (Guimarães, 2022). Outro ponto decisivo é aquele relacionado ao avanço das políticas sociais e à capacidade de distribuir renda e oportunidades, também crítico para a melhoria das condições de vida.

## Referências

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James. **Por que as nações fracassam**: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza. Rio de Janeiro: Elsevier; Campos, 2012.

BEAUD, Michel. **História do Capitalismo**: de 1500 aos nossos dias. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1989.

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

BLAUG, Mark. **Metodologia da economia**: ou como os economistas explicam. São Paulo: Edusp, 1993.

CHANG, Ha Joon. **Economia, modo de usar**. São Paulo: Penguin, 2016.

DOMINGUES, Ivan. **O grau zero do conhecimento**: o problema da fundamentação das ciências humanas. São Paulo: Loyola, 2001.

DONER, Richard; SCHNEIDER, Bem Ross. The middle-income trap: more politics than economics. **World Politics**, v. 68, n. 4, p. 608-644, 2016.

FONSECA, Eduardo Giannetti da. **Vícios privados, benefícios públicos?**: a ética na riqueza das Nações. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

FRIEDEN, Jeffry. **Capitalismo global**: história econômica e política econômica no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

GUIMARÃES, Alexandre. Paixão e Razão na Economia Política. **Revista Nova Economia**, v. 6, n. 2, 1996, p.143-174.

GUIMARÃES, Alexandre. Economia e desenvolvimento econômico no Brasil: 200 anos de história. In: MOREIRA, Bernardo Motta.; BERNARDES JÚNIOR, José Alcione. (org). **Estudos sobre o Bicentenário da Independência**: do império ao Brasil contemporâneo. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2022. p. 307-352.

HAUSMANN, Ricardo; RODRIK, Dani. **Doomed to choose**: industrial policy as predicament. Harvard: Harvard University - John F. Kennedy School of Government, 2006.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

KRUGMAN, Paul. The myth of Asia's miracle. **Foreign Affairs**, v. 73, n. 6 (Nov./Dec.), 1994, p. 62-78.

JONES, Charles. **Introdução à Teoria do Crescimento Econômico**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000.

JUDT, Tony. **O Pós-Guerra**: uma história da Europa desde 1945. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

PALMA, José Gabriel. Why has productivity growth stagnated in most Latin American countries since the neo-liberal reforms? **Cambridge Working Papers in Economics**, v. 1030, 2011.

ROSANVALLON, Pierre. **O Liberalismo econômico**: história da Ideia de mercado. Florianópolis: Edusc, 2002.

SACHS, Jeffrey. **O fim da pobreza**. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SOUZA, Nali. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Atlas, 2012.

TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios de administração científica**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 1990.



## **Capítulo 2**

# **Social desenvolvimentismo e seus motores do desenvolvimento econômico**

Isaías Albertin de Moraes

### **Introdução**

O retorno aos estudos e às estratégias desenvolvimentistas está sendo um fenômeno global recentemente. Há a revisitação aos modelos de regime de crescimento econômico keynesiano, kaleckiano e estruturalista com influências das políticas pró-trabalho e pró-capital na dinâmica da demanda agregada. Essas teorias ajudam na análise do impacto da condução da política econômica sobre a trajetória do crescimento e da distribuição de renda. No Brasil, os estudos sobre desenvolvimento econômico – que nunca cessaram, mas ficaram eclipsados pela predominância da ortodoxia convencional após a crise do modelo Nacional-desenvolvimentista na década de 1980 – começaram a ter novamente destaques. Entre as principais escolas do pensamento neodesenvolvimentista brasileiro na atualidade estão: a) a Social Desenvolvimentismo; e b) o Novo Desenvolvimentismo.

O presente capítulo optou em enfatizar os principais preceitos do Social Desenvolvimentismo. O texto, portanto, não tem o escopo de realizar uma pesquisa de Estado da Arte sobre o neodesenvolvimentismo ou sobre o conceito de Desenvolvimento Econômico. Tal empreitada já foi concretizada diretamente ou indiretamente em outros textos que se produziu, como em Moraes (2023a, 2023b, 2021a, 2021b, 2019) e Vaz, Moraes (2022).

Importante destacar, ademais, que o capítulo não tem a pretensão de totalizar a teorização e os ensaios acerca do Social Desenvolvimentismo. Essa escola de pensamento desenvolvimentista está com uma produção complexa e acentuada, logo seria preciso um espaço maior para investigar e analisar toda a sua completude. Apoiando-se nos trabalhos originais dos autores do Social Desenvolvimentismo, o

capítulo focou, essencialmente, nos seus denominados “motores” para o desenvolvimento econômico.

Percebe-se que a intenção do texto, deste modo, é mais a de aclarar e inteirar o leitor sobre a evolução teórica e argumentativa dessa nova teoria do desenvolvimento econômico no Brasil do que consumir com a temática. A fim de apresentar essa contribuição para a discussão sobre o Social Desenvolvimentismo e os seus motores do desenvolvimento econômico, o capítulo explicita a pesquisa e os resultados em duas seções – além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção destina-se a oferecer uma breve história da edificação da escola e da operacionalização conceitual do Social Desenvolvimentismo. A segunda seção concentra-se em elucidar os motores do Desenvolvimento Econômico para o Social Desenvolvimentismo e como o funcionamento dessa “engrenagem” vem evoluindo no cerne da escola.

### **Social Desenvolvimentismo: história e conceito**

Segundo Biancarelli (2014), os preceitos do Social Desenvolvimentismo – mesmo que não se apresentassem com esse nome – foram elucidados desde a década de 1980, de forma dispersa, por vários escritos e discursos dos economistas Maria Conceição Tavares (1972; 1986) e Carlos Lessa. O marco da sistematização da teoria, no entanto, foi o artigo *O Brasil a caminho do mercado de consumo de massa* (1990) de Antônio Barros de Castro, professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Castro (1990) apresenta uma estratégia de crescimento liderada pelo aumento salarial e de investimentos públicos (*investment and wage-led growth strategy*), posteriormente, aperfeiçoada pelo Social Desenvolvimentismo. Em razão de seu enfoque no consumo de massa e no aumento salarial como estratégia de crescimento econômico, o Social Desenvolvimentismo é identificado, também, como “modelo de desenvolvimento inclusivo” por Calixtre, Biancarelli e Cintra (2014, p. 16), e como “desenvolvimentismo distributivo orientado pelo Estado” por Bastos (2012, p. 793).

O prefixo *Social* acoplado ao termo *Desenvolvimentismo* se deve a duas razões: i) diferenciar dos preceitos do Nacional Desenvolvimentismo e de seu regime de crescimento alicerçado na industrialização por substituição de importações (*import substitution industrialization – ISI*) e no crescimento econômico liderado por investimentos do Estado e financiados pela dívida pública (*debt-financed investment-led growth strategy*); ii) enfatizar o pensamento medular do modelo que é defender o *investment and wage-led growth strategy*.

Segundo Biancarelli e Rossi (2014), o prefixo “social” assinala o papel de destaque que é atribuído à dimensão social dentro dessa estratégia e justifica-se pela grande concentração de renda e de riqueza que o país apresenta, assim como os diferentes graus de desigualdade social e de oportunidades. Para Dweck e Rossi (2019), o que caracteriza o Social Desenvolvimentismo é a sua preocupação em não somente recuperar a competitividade da economia brasileira mediante o aumento da efetividade das capacidades produtivas, mas garantir com que o crescimento econômico seja revertido na melhoria da vida cotidiana da população como um todo, ou seja, em desenvolvimento de fato.

No campo teórico e retórico, o Social Desenvolvimentismo enraizou-se no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-Unicamp), na pri-

meira década dos anos 2000, e ganhou corpo com os estudos do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (CECON), dirigido por Ricardo Carneiro, e com a estruturação da Rede Desenvolvimentista (Rede D), em 2011. Há, posteriormente, contribuições expressivas de economistas da UFRJ e da América Latina, destacados intelectuais da Argentina, do México e do Uruguai também podem ser categorizados de Social desenvolvimentistas. Muitos desses intelectuais mantêm contato com os colegas brasileiros mediante a atuação no Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento.

Na política, as principais diretrizes do Social Desenvolvimentismo foram defendidas oficialmente no documento *‘Um outro Brasil é possível’*, elaborado por economistas e cientistas políticos ligados ao PT, para servir de programa político-partidário ao candidato Luiz Inácio Lula da Silva, nas eleições de 2002. O texto reintroduziu a participação efetiva do Estado na política econômica, defendendo um intervencionismo econômico mais ativo como política industrial e valorização do salário-mínimo.

### **Social Desenvolvimentismo e os seus motores do desenvolvimento econômico**

Segundo Bielschowsky (2012) e Carneiro *et al.* (2012), os motores do Social Desenvolvimentismo são: i) ampliação do consumo popular; ii) adensamento da cadeia produtiva em torno das *commodities* e iii) investimentos em infraestrutura econômica e social. Para o Social Desenvolvimentismo, os recursos naturais e a agricultura, além do setor industrial, devem ser aproveitados para a obtenção de importantes ganhos de renda a médio e a longo prazo. A diversificação setorial é fundamental. O Social Desenvolvimentismo realça as políticas de valorização do salário mínimo, o acesso às linhas de crédito ao consumidor e a expansão das políticas sociais como via de transferência de renda. Essas ações buscam potencializar significativamente o poder aquisitivo das camadas mais pobres, estimulando o mercado interno e a infraestrutura social, forçando um claro *wage-led growth* (Bastos, 2012; Bielschowsky, 2001, 2012; Carneiro, 2012; Costa, 2012).

A chave para compreensão do pensamento do Social Desenvolvimentismo está no entendimento do que Bielschowsky (2012, p. 743) denominou de “três motores do investimento” com os seus dois “turbinaidores”. Para o autor, o Brasil somente irá romper com o subdesenvolvimento quando impulsionar os três motores de crescimento econômico: i) a promoção do consumo; ii) os recursos naturais e iii) a infraestrutura.

O primeiro motor, conforme Bielschowsky (2012), é capaz de gerar crescimento em curto prazo e os demais de manterem a dinâmica de crescimento a longo prazo. O autor ainda afirma que esses motores podem ser turbinados pela recuperação de encadeamentos produtivos fragilizados e por inovações tecnológicas. Os turbinadores, todavia, somente agem de forma correta quando o Estado consegue edificar um conjunto de políticas desenvolvimentistas como: política cambial competitiva, política industrial, política de compras governamentais e mecanismos de atração de investimentos externos.

Para o Social Desenvolvimentismo, a primeira fonte de expansão da economia brasileira – primeiro motor para Bielschowsky (2012) – é a expansão do mercado de consumo de massas. Essa tem de ser acompanhada com a alteração na estrutura produtiva local para atender à crescente demanda oriunda do aumento salarial. De acordo com Medeiros (2015, p. 55), o funcionamento e a evolução desse motor propiciam com que “[...] a mudança na estrutura relativa do consumo decorre da elevação

da renda das famílias mais pobres e da adoção de novos hábitos de consumo – das famílias mais ricas”.

O aumento da renda *per capita* do país possibilitaria à população consumir acima das necessidades básicas, impulsionando o desenvolvimento e a industrialização em curto prazo. A expansão dos bens duráveis na cesta de consumo depende de dois fatores adicionais: i) a estabilidade do emprego formal; e ii) a disponibilidade de crédito ao consumidor. Uma maior fiscalização e incentivo à formalização do trabalhador, bem como mecanismos de acesso ao crédito, por conseguinte, são primordiais.

A lógica de funcionamento do primeiro motor é a de que o aumento da demanda de bens de consumo, puxada pela valorização real do salário-mínimo, pela maior formalidade do trabalhador, pelo acesso facilitado ao crédito e pela expansão das políticas sociais de transferência de renda, forçaria a economia a ter maior efetividade das suas capacidades produtivas. Isso estimularia a ampliação, a integração e a sofisticação da estrutura produtiva. A modificação do padrão de consumo, aproveitando os rendimentos de escala, viria da própria mudança do perfil de gasto do governo, passando a maximizar os gastos na promoção do consumo de bens assalariados frente aos gastos com os serviços da dívida (Bielschowsky, 2012).

A partir da mudança dos gastos do governo, Carneiro (2012) salienta que a distribuição de renda e o novo padrão de consumo implicam em uma menor elasticidade-renda das importações – uma vez que o consumo dos salários apresenta uma maior elasticidade preço-demanda. O autor também alerta para a necessidade de estancar o vazamento da demanda doméstica pela importação, a qual compromete tanto a balança de pagamentos quanto a rentabilidade da indústria doméstica. Bielschowsky (2012) enfatiza que, para o primeiro motor “rodar” e fazer o restante do ciclo “girar” com harmonia, intensidade e de forma sustentável em longo prazo, a produção dos bens e de serviços que irão atender a demanda, impulsionado pela ampliação do consumo popular, devem ser realizados em território nacional.

O modelo, porém, para que funcione, requer bem mais do que o consumo de massa. Exige também que se realize a produção no país de parte importante dos bens finais e de seus principais encadeamentos produtivos, “para frente” e “para trás” [...]. **será que a produção em massa estimulada pelo consumo de massa será feita no país ou teremos consumo de massa no Brasil e produção em massa na China?** (Bielschowsky, 2012, p. 739, grifo no original).

O segundo motor – fonte de expansão econômica – do Social Desenvolvimentismo é a disponibilidade brasileira de recursos naturais com forte demanda nacional e internacional. Na visão de Bielschowsky (2012), a crescente demanda internacional por produtos primários e as vantagens comparativas da economia brasileira nesse setor não podem ser denominadas como “maldição dos recursos naturais”, mas como uma oportunidade de desenvolvimento industrial e tecnológico em longo prazo.

**Para que, todavia, isso ocorra, as atividades baseadas em recursos naturais não podem ser meros enclaves de onde saíam as matérias-primas sem deixar rastro de emprego, progresso técnico e bem-estar social** (Bielschowsky, 2012, p. 740, grifo no original).

Por consequência, o Social Desenvolvimentismo defende o adensamento da cadeia produtiva em torno das *commodities*, aumentando a produtividade e o valor adicionado das exportações. Para tanto é necessário não somente fomentar a produ-

ção agrícola e de recursos naturais, mas promover encadeamentos produtivos, envolvendo diversos ramos industriais e de serviços de alta tecnologia ligados ao setor. Para evitar a sobrevalorização da taxa de câmbio, por efeito do aumento das exportações de *commodities* beneficiadas de rendas ricardianas e/ou sujeitas a *booms* de preços, deve-se promover os segmentos de beneficiamento, as indústrias de bens de capital e de bens intermediários envolvidos na cadeia produtiva dos recursos naturais para maximizar os encadeamentos “para frente” (*forward linkage*) e “para trás” (*backward linkage*) na matriz insumo-produto (Bielschowsky, 2012).

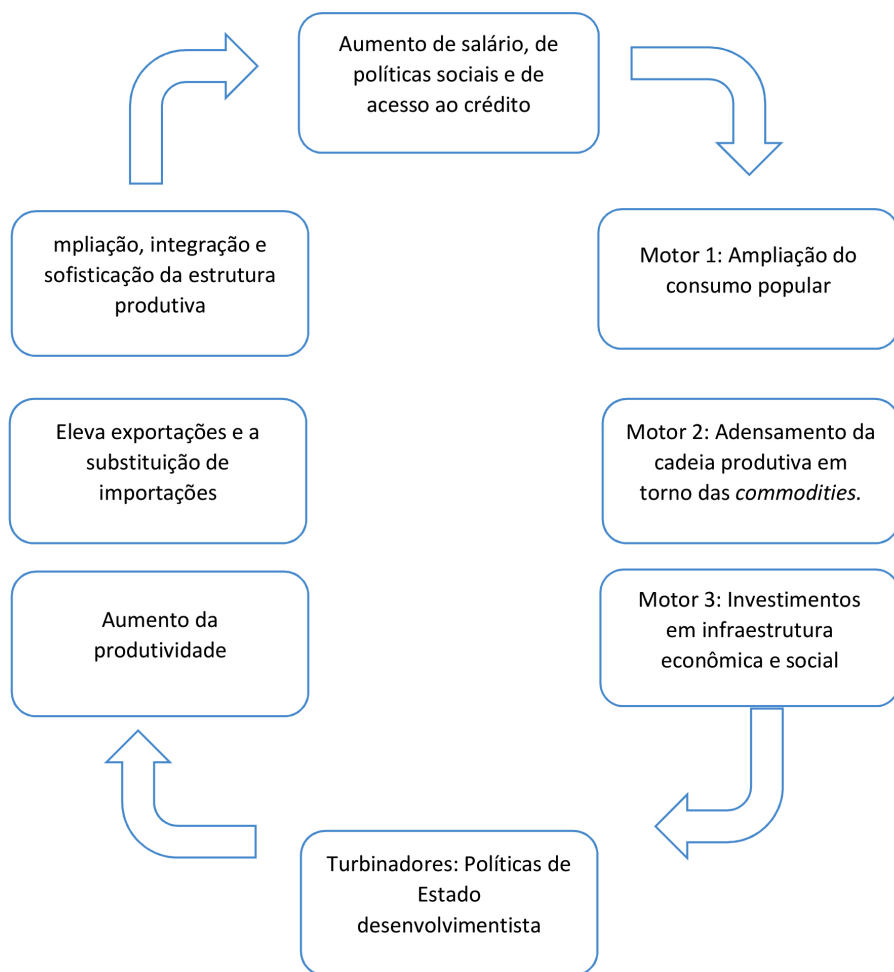
Por fim, o terceiro motor do Social Desenvolvimentismo é a manutenção do investimento estatal a partir de obras de infraestrutura econômica e social por longo prazo. Nesse ponto, os investimentos do governo objetivam promover o aumento da produtividade e da competitividade da economia brasileira seja a partir de obras de infraestruturas pró-capitais (transporte e energia), seja a partir de gastos em infraestrutura social ou pró-trabalho (educação, saneamento básico, seguridade social, lazer, etc.) (Bielschowsky, 2012).

Na visão dos autores Bielschowsky (2012), Bastos (2012), Carneiro (2012), Biancarelli e Rossi (2014), a expansão da infraestrutura social em longo prazo não somente reduziria o déficit social do país e aumentaria o investimento agregado, mas geraria impactos indiretos na sociedade, capazes de alterar positivamente a efetividade das capacidades produtivas, oportunizando a sua ampliação, a sua integração e a sua sofisticação. Os principais impactos indiretos são o aumento da produtividade do trabalho por meio da melhoria nas condições de vida dos trabalhadores, a partir do aumento da escolarização de qualidade e das condições de saúde, que, por sua vez, ocasionaram ganhos de competitividade.

A intenção da corrente Social Desenvolvimentismo é conseguir implementar um modelo de crescimento econômico de curto prazo com a expansão do consumo popular, em um primeiro momento, e, posteriormente, ativar um crescimento de longo prazo ao “ligar” esses três motores do crescimento. Esses seriam turbinados pela recuperação de encadeamentos produtivos fragilizados, por inovações tecnológicas e pela adoção de um Estado desenvolvimentista-empREENDEDOR, acarretando um ciclo virtuoso de crescimento econômico para almejar a superação do subdesenvolvimento e retirar o país da armadilha da renda média (*middle income trap*).

Em suma, o ciclo virtuoso de crescimento, que os autores do Social Desenvolvimentismo apresentam, pode ser representado na figura:

**Figura 1** – Ciclo virtuoso do Social Desenvolvimentismo



Fonte: elaboração própria.

O ciclo virtuoso do crescimento econômico do Social Desenvolvimentismo é iniciado com a adoção de políticas governamentais para o aumento de rendimentos das famílias trabalhadoras, levando à expansão do mercado de consumo (primeiro motor). Ao mesmo tempo, o Estado tem que promover o adensamento da cadeia produtiva em torno das *commodities*, gerando a elevação dos preços das exportações de *commodities* básicas (segundo motor). Com os dois motores funcionando significativamente de forma razoável, o Estado obteria mais recursos para aumentar seus investimentos em infraestrutura econômica e social (terceiro motor).

Os três motores poderiam ser "turbinados" por políticas defendidas pelo Estado desenvolvimentista e o seu modelo de planificação racional (*plan rational*). Entre as principais políticas estão o aumento do poder de ação dos bancos de investimen-

tos; o incentivo à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação (PD&I), para recuperar os encadeamentos produtivos fragilizados; política cambial competitiva; política industrial; compras governamentais; além de políticas para redistribuição de renda e de riqueza, como renda mínima, imposto progressivo e reforma agrária. Essas medidas colocariam a economia brasileira em propulsão, movendo-a rumo ao desenvolvimento econômico e levando-a para uma maior qualificação do trabalho e um novo aumento de salário dos trabalhadores.

No Social Desenvolvimentismo, salários reais mais altos favorecem o crescimento da produtividade, ao impulsionar tanto a adoção de inovações poupadoras de trabalho quanto a melhoria das relações sociais no ambiente de trabalho. O aumento do investimento (privado e público) em produtividade e o aumento do nível de emprego e de renda permitiriam tanto o acréscimo do consumo dos trabalhadores quanto os rendimentos dos empresários em um cenário de eventual pressão por maior utilização de capacidade (Bielschowsky, 2012; Bastos, 2012; Carneiro, 2012; Biancarelli, Rossi, 2014).

Além disso, com a promoção dos encadeamentos produtivos na indústria de bens de consumo assalariados e com o adensamento da cadeia produtiva em torno dos recursos naturais, as economias de escalas proporcionam uma queda nos preços industriais e em especial dos bens de consumo. “Em outras palavras, ao invés de crescer pela via das exportações (*export-led growth*), ocorre o oposto: o mercado interno grande permite a conquista de capacidade para exportar por meio de ganhos de escala e de produtividade conferidos pelo mesmo [...]” (Bielschowsky, 2012, p. 730).

Os impulsos do governo com a promoção do consumo de massas – com padrões coletivos e sustentáveis e os investimentos em infraestrutura (econômica e social) – seriam cobertos pelo aumento da arrecadação proveniente do acréscimo do emprego, da renda, da reforma tributária progressiva, do consumo e do lucro. Nesse ínterim, o governo precisa praticar uma política cambial ativa, que não permita o vazamento do consumo para as importações por causa da valorização cambial, ao mesmo tempo em que contenha a desvalorização cambial e a respectiva queda no poder de compra dos salários e o aumento da inflação.

A insuficiência de um sistema de crédito doméstico em promover financiamentos no grau demandado pelas atividades responsáveis pelo crescimento cria a necessidade de financiamento externo, reforçando um ciclo de dependência credor-devedor. Em razão disso, até os três motores começarem a funcionar satisfatoriamente, permitindo o movimento do ciclo virtuoso, o papel do Estado, tanto no que se refere à orquestração das políticas macroeconômicas quanto na amplitude fiscal e na intervenção direta, é fundamental. O Estado constitui-se em setor produtivo, criando esferas de financiamento público para dar crédito a setores específicos (Bielschowsky, 2014; Carneiro, 2012).

A restrição externa, conforme Dweck e Rossi (2019), é sempre um entrave para o desenvolvimento econômico das economias periféricas. Isso acontece por força de que as economias subdesenvolvidas não são emissoras de moedas com liquidez internacional. A restrição externa dificulta o financiamento de projetos desenvolvimentistas ao impor a necessidade de contrair a renda interna e, conseqüentemente, limitar o crescimento econômico, como forma de gerenciar as importações diante das restrições de financiamento do Balanço de Pagamentos. A restrição externa, segundo Carneiro (2012), prejudicou o crescimento econômico brasileiro e o projeto de desenvolvimento em variados momentos históricos.

Para superar a restrição externa, de acordo com Dweck e Rossi (2019), é necessário regular o mercado de câmbio, particularmente o mercado de derivativos de câmbio e controlar os fluxos de capitais de curto prazo. Os autores, ademais, afirmam que a própria distribuição de renda, dinamizando o mercado interno, faria com que a demanda interna por bens industriais fosse impulsionada, proporcionando a diversificação da estrutura produtiva para amenizar a restrição externa.

Carneiro (2012), por sua vez, defende que, em uma primeira fase – crescimento estimulado pelo consumo de massa (primeiro motor) – não haveria a necessidade de se atentar ao cenário externo em razão de que o padrão de consumo seria imposto pelo aumento do salário real e pela maior distribuição de renda, logo havendo menos elasticidade-renda das importações.

Em longo prazo, ou seja, ao “rodar” o segundo e o terceiro motor, todavia, os investimentos em infraestrutura econômica e social forçariam as importações em virtude de apresentarem elevados coeficientes de penetração de bens importados para a ampliação, a diversificação e a sofisticação da estrutura produtiva e social do país. Isso resultaria em restrição externa para o crescimento econômico e para o projeto Social Desenvolvimentismo. Carneiro (2012) propõe como solução aumentar a potencialidade do segundo motor, ou seja, adensar as cadeias produtivas em torno das *commodities* para elevar as exportações líquidas de produtos intensivos em recursos naturais, fazendo frente ao aumento das importações e amenizando ou neutralizando a restrição externa.

O aumento de rendimentos das famílias trabalhadoras, primeiro motor, e o adensamento das cadeias produtivas em torno das *commodities* para elevar as exportações líquidas de produtos intensivos em recursos naturais possibilitam a ampliação e a sofisticação da estrutura produtiva brasileira para atender a nova demanda do mercado interno popular, ao mesmo tempo com que o segundo motor geraria liquidez constante, segurando a pressão na balança comercial. Isso, consequentemente, de acordo com o Social Desenvolvimentismo, a médio e a longo prazo, provocaria o aumento de competitividade dos produtos manufaturados brasileiros no mercado internacional catapultados pelo sucesso no mercado de consumo de massa doméstico.

Percebe-se que, na percepção do Social Desenvolvimentismo, o regime de *investment and wage-led growth* viabiliza, assim, a médio e longo prazo um modelo, também, de *growth-led export* (exportação liderada pelo crescimento interno). Tal fato ocorre visto que a acumulação de capital físico e humano, a ampliação, a integração e a sofisticação da estrutura produtiva induzidos pelo crescimento econômico interno ocasionam o surgimento de novas vantagens comparativas para a economia brasileira, facultando o acesso dos manufaturados nacionais aos mercados de outros países, por conseguinte, elevando as exportações e fazendo o ciclo virtuoso dos três motores do desenvolvimento continuar a girar.

## Considerações finais

O Social Desenvolvimentismo apregoa um crescimento econômico via aumento da participação dos salários na renda nacional, adensamento da cadeia produtiva em torno das *commodities* e investimento, em infraestrutura econômica (rodovias, aeroportos, portos, ferrovias, fábricas, etc.) e em infraestrutura social (bens de consumo coletivo ou público, como educação, saúde, transporte público e as condições de vida urbana, como o saneamento, a habitação e o lazer). Este modelo ocasiona um



estímulo endógeno mais expressivo para o crescimento, alavancando a produtividade da economia, por consequência, a ampliação, a integração e a sofisticação da estrutura produtiva brasileira.

O debate que o Social Desenvolvimentismo levanta é fundamental, pois há uma notória desindustrialização, desnacionalização e reprimarização da estrutura produtiva brasileira. É preciso repensar os caminhos do desenvolvimento nacional. O Brasil ficou sem rumo, um barco navegando em um cenário conturbado, reagindo a fatores externos e sofrendo de conflitos internos estruturais e conjunturais.

O Social Desenvolvimentismo propõe um caminho para a superação do sub-desenvolvimento, que é passível de observações, de problematizações e de sugestões. Alguns pontos, por exemplo, são a ausência de estratégias desenvolvimentistas mais regionais e territorializadas, de políticas para setores de serviços sofisticados (Economia Criativa) e o incentivo para Economia Social e Solidária como caminhos para o desenvolvimento criativo, inclusivo e sustentável.

O estímulo ao consumo de massa, defendido pelo Social Desenvolvimentismo, precisa atuar em conjunto com novas articulações dos padrões de consumo presente na contemporaneidade. O antigo modelo de consumo linear e individual teria de abrir espaço para uma economia circular, de consumo coletivo e sustentável. O adensamento da cadeia produtiva em torno das *commodities* e os investimentos em infraestrutura econômica e social devem promover não somente a ampliação, a integração e a sofisticação, mas, também, a diversificação da estrutura produtiva de forma moderna, atentando para o desenvolvimento local e regional, respeitando as comunidades e o meio-ambiente. O melhor caminho para ansiar tal modelo é o Estado conduzir mudanças de comportamento e de cultura, saindo de uma lógica neoliberal individualista-competitiva para uma comunitarista-cooperativista.

## Referências

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. **Economia & Sociedade**, Campinas, v. 21, n. especial, p. 779-810, 2012.

BIANCARELLI, André Martins.; ROSSI, Pedro Linhares. A política macroeconômica em uma estratégia social-desenvolvimentista. **Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento**, Brasília, n. 1, p. 21-38, 2014.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Anotações sobre a estratégia de crescimento elo mercado interno de consumo popular e o programa do PT para 2003-2006**. São Paulo: Instituto da Cidadania, Mimeografado, 2001.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. **Economia & Sociedade**, Campinas, v. 21, n. especial, p. 729-747, 2012.

CALIXTRE, André Bojikian; BIANCARELLI, André Martins; CINTRA, Marcos Antonio Cintra. Introdução. In: CALIXTRE, André Bojikian; BIANCARELLI, André Martins; CINTRA, Marcos Antonio Cintra (org.). **Presente e futuro do desenvolvimento Brasileiro**. Brasília, DF: Ipea, 2014.

CARNEIRO, Ricardo de Medeiros. Velhos e novos desenvolvimentismos. **Economia & Sociedade**, Campinas, v. 21, n. especial, pp. 749-778, 2012.

CARNEIRO, Ricardo; MARIUTTI, Eduardo; BASTOS, Pedro Paulo Zaluth; SARTI, Fernando; HIRATUKA, Célio; MACIEL, Claudio; BRANDÃO, Carlos; BIANCARELI, André; LOPREATO, Francisco; BALTAR, Paulo; SANTOS, Anselmo dos; COSTA, Fernando Nogueira da; BELIK, Walter. **O Desenvolvimento Brasileiro: temas estratégicos**. Campinas: Rede Desenvolvimentista, 2012.

CASTRO, Antônio. B. O Brasil a caminho do mercado de consumo de massa. In: REIS VELLOSO, João. P. (coord.). **As perspectivas do Brasil e o Novo Governo**. São Paulo: Nobel, 1990.

COSTA, Fernando N. Desenvolvimento dos Desenvolvimentismos: do Socialismo Utópico ao Social-Desenvolvimentismo. **Texto para discussão**. IE/Campinas, Campinas, n.205, 2012.

DWECK, Esther; ROSSI, Pedro. Políticas sociais, distribuição, crescimento e mudança estrutural. In: LEITE, Marcos Chiliato (org.). **Alternativas para o desenvolvimento brasileiro**. Santiago: CEPAL, 2019.

MEDEIROS, Carlos Aguiar. **Inserção externa, crescimento e padrões de consumo na economia Brasileira**. Brasília, DF: IPEA, 2015.

MORAES, Isaías A. de. A Interpretação do Desenvolvimento Dependente e Associado de Fernando Henrique Cardoso. **Mundo e Desenvolvimento: Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais** – Unesp, v.2, n.6, p.30-54, 2021a.

MORAES, Isaías Albertin de; IBRAHIM, Hermano Caixeta.; TAUIL, Carlos Eduardo. O pensamento de Celso Furtado sobre Desenvolvimento Econômico e Capital Externo no Brasil: do Estado interventor-empREENDEDOR ao Estado insurgente-vanguardista. **Pesquisa & Debate**, v. 31, p. 143-164, 2019.

MORAES, Isaías Albertin de. A macroeconomia do Social Desenvolvimentismo: um estudo da Rede Desenvolvimentista. **Economia & Sociedade**, 32 (2), p.279–295, 2023b.

MORAES, Isaías Albertin de. National Developmental State: the beginnings of historical-social procedurality and pioneering essays. **Brazilian Journal of Political Economy**, 41(4), p.679–699, 2021b.

MORAES, Isaías Albertin de. Revisitando o conceito de Desenvolvimento Econômico e a Escola de Pensamento do Desenvolvimentismo na Economia. **Brazilian Journal of Political Economy**, 43(1), p. 26–47, 2023a.

VAZ, Vinicius R. C.; MORAES, Isaías Albertin de. Reflections on neo-developmentalism in the light of the Lula's governments. **Problemas del desarrollo**, 53 (211), p.153-173, 2022.

## **Capítulo 3**

# **Progresso tecnológico e desenvolvimento: uma análise a partir da teoria marxista da dependência**

Luana de Andrade Pinheiro Borges  
Janaynna de Moura Ferraz  
Brenda Barbosa Rodrigues

### **Introdução**

A tecnologia é parte constitutiva da história humana, contudo, na Sociedade Capitalista, o uso combinado de ciência e tecnologia tem sido mobilizado enquanto poderoso instrumento produtivo e, como salienta Corrêa (1997), conta com a subvenção do Estado, seja para formular políticas públicas, seja para possibilitar a aplicação prática. A questão, porém, é que, dado ao desenvolvimento desigual entre os países capitalistas, especialmente os países centrais do capitalismo e os países periféricos (Marini, 2000), a divisão internacional do trabalho afeta não apenas o que é produzido, mas também como é produzido.

Nesse sentido, faz-se necessário compreender como a questão da tecnologia se coaduna com a produção capitalista, na medida em que esta condiciona o modo como uma nação atua na produção dos produtos e dos serviços necessários para sua existência. Nosso foco é, portanto, discutir a noção de produção tecnológica. Esse intento será feito a partir da Teoria Marxista da Dependência (TMD), devido à sua capacidade de investigar a reprodução capitalista, considerando tanto o progresso tecnológico quanto à sua relação com a luta de classes, sem cair nas abstrações como a das “destruições criativas” de Schumpeter (2023).

O progresso tecnológico, ou apenas tecnologia, costuma ser identificado quase como se fosse sinônimo de industrialização. Contudo, será adotado, aqui, o seu significado mais alinhado com a tradição marxista, a qual inclui não apenas máquinas e plantas industriais, mas todo o complexo formado pelo capital fixo (incluindo

máquinas, equipamentos, patentes, infraestrutura de comunicação, acesso ao crédito, etc.) e pelo capital variável (força de trabalho). Isso porque, segundo Figueiredo (1989), a tecnologia é sobretudo uma produção social, engendrada a partir de suas condições materiais de produção e reprodução.

A TMD diferencia-se das demais abordagens dependentistas por sustentar que a superação da dependência (econômica, política, tecnológica) só é possível por meio da ruptura com o modo capitalista de produção da vida (Valencia, 2023; Câmara; Misoczky, 2019; Marini, 2000). O seu foco é explicar a dependência das sociedades periféricas em relação à economia capitalista mundial e fundamenta-se na teoria do valor-trabalho de Marx (1985), na categoria imperialismo de Lenin (1981) e em estudos sobre a relação entre centro e periferia (Carcanholo, 2013).

A estruturação mundial do mercado faz com que exista uma relação de dependência entre a periferia e o centro dinâmico, sendo a periferia representada pelos tidos como tecnologicamente mais “atrasados” e que, por isso, estariam em busca de um pretenso desenvolvimento emancipador, enquanto o centro é representado pelos países que mantêm a sua acumulação e expansão de capital através de trocas desiguais com os países periféricos (Marini, 2000). Observa-se que a discussão não passa por “países do Sul ou do Norte”, como as abordagens sociológicas têm difundido. A questão não é geográfica, pois envolve as composições de capital e a sua capacidade de dinamizar a acumulação e de atingir as classes trabalhadoras em todo o mundo.

Há ainda um esclarecimento importante que precisa ser realizado sobre a questão do desenvolvimento, termo tão comum quanto celebrado quando se discute os rumos político-econômicos de uma nação. Não é por acaso que a noção de dependência segue *pari passu* com a discussão do desenvolvimento, como explana Prado (2020). O desenvolvimento funciona como uma ideologia, assim como um horizonte utópico que subordina os interesses da classe trabalhadora aos interesses do capital transnacional, como explica o autor:

[...] engendra-se uma estratégia ideológica que cumpre um papel eminente desistorizante, pois esvazia os elementos particulares dos processos históricos. No quê? Entre projeto, processo e horizonte [de desenvolvimento], forma-se a ode ao desenvolvimento. Em outros termos, o “desenvolvimento” é tomado como singular, particular e universal, tudo ao mesmo tempo. Cumpre assim o papel de ideologia (Prado, 2020, p. 61).

Nessa mesma esteira, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) afirma que os países periféricos são considerados como subdesenvolvidos é porque possuem um baixo desenvolvimento econômico e social, diferente do que ocorre nos países centrais. A solução seria “desenvolver” para ser “desenvolvido”, com toda redundância que a frase suscita. Aqui vale ressaltar que, na conturbada década de 1960 (período em que o desenvolvimentismo ganhou destaque), Gunder Frank (1966) já alertava que se um dado país pode ser caracterizado como subdesenvolvido é porque, nos desdobramentos do evoluir capitalista, só pode existir o desenvolvimento da metrópole diante do subdesenvolvimento do satélite, eis a razão para chamar de “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, pois

O subdesenvolvimento não se deve à sobrevivência de instituições arcaicas e à falta de capital em regiões que permaneceram isoladas da corrente geral da história. Ao contrário, o subdesenvolvimento foi e é gerado pelo processo histórico mesmo que

gera o desenvolvimento econômico: o próprio desenvolvimento do capitalismo (Frank, 1966, s/p).

Desta forma, não seria efetiva a superação do subdesenvolvimento seguindo os processos econômicos dos países centrais, precisamente porque o seu desenvolvimento não é basicamente por causa das consequências da industrialização, mas pela absorção, por parte dessas economias, de parte do excedente produzido pela periferia, como foi mencionado por Marini (2000). A incorporação da periferia ao sistema mundial acarretaria sua exploração pelo centro através dos mecanismos de intercâmbio desigual, como será explicado mais adiante, ou seja, a transferência de excedentes da periferia ao centro explicaria o subdesenvolvimento (Seabra, 2019).

Nesse sentido, considerando o papel que cumpre a tecnologia na produção e na reprodução das mercadorias, especialmente considerando a realidade dos países latino-americanos no capitalismo mundial hodierno, a TMD enfatiza que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são aspectos distintos, mas complementares dentro do processo de expansão global do sistema capitalista, que é retroalimentado pela expropriação da ciência e da tecnologia. O progresso tecnológico, portanto, é de suma importância, mas deve ser pensado em termos de ruptura e não de continuidade com a dinâmica capitalista.

Este capítulo está estruturado da seguinte maneira: após a presente introdução, aborda-se a questão da tecnologia na teoria marxista da dependência e a superexploração da força de trabalho, segue-se com a descrição da operacionalização da pesquisa, depois a análise dos textos selecionados e, por fim, as considerações finais.

## **A Teoria Marxista da Dependência e o Progresso Tecnológico**

Segundo Bamber (2013), existem diferentes teóricos em pontos crucialmente opostos quando o assunto é a Teoria da Dependência. E em termos de tradições de investigação, a teoria baseia-se principalmente em duas perspectivas: a Marxista e a Reformista. Enquanto a primeira baseia-se nos trabalhos de Theotonio dos Santos (1978), Ruy Mauro Marini (2000) e Vânia Bamber (2013), que usam Marx para analisar a dependência da América Latina, a segunda aborda os trabalhos de Celso Furtado (2007), Oswaldo Sunkel (1970) e Aníbal Pinto (1959), para defender a situação da dependência como condicionante, sendo mediada e alterada por efeitos de processos psicológicos e sociais internos.

É nessa dualidade que o debate científico revela a complexidade sobre o assunto. De acordo com Seabra (2019, p. 262), “é a heterogeneidade que caracteriza o inerente da Teoria da Dependência, o que explica a existência de vários temas polêmicos”. Surgindo na América Latina como uma alternativa política na década de 1960, a Teoria Marxista da Dependência (TMD) tem clara predominância na vertente de Marx, sendo compreendida como uma reprodução, acumulação e expansão do capitalismo através da superexploração do trabalho e da mais-valia (Bichir, 2018; Filgueiras, 2018; Duarte, 2021; Moraes; Almeida, 2021).

Dentre as categorias utilizadas pela TMD, há duas principais que nos ajudam a entender como o progresso tecnológico é uma mediação importante para pensar o capitalismo atual e a luta de classes:

a. A superexploração da força de trabalho, pela sua relação com os meios e os processos de trabalho. Refere-se às condições da produção do mais-valor (combinação entre mais-valor relativo e absoluto), resultando em salários mais baixos, jornadas de trabalho mais longas e piores condições de trabalho.

O conceito de superexploração difere do conceito de mais-valor absoluto, uma vez que também engloba a modalidade de produção de mais-valor relativo, correspondente ao aumento da intensidade do trabalho. Em outras palavras, a superexploração é mais bem compreendida como a maior exploração da capacidade física e mental do trabalhador em contraste com a exploração decorrente do aumento de sua produtividade. Essa condição tende a se manifestar no pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor real (Marini, 2000).

b. Intercâmbio (ou troca) desigual refere-se à troca de bens e serviços entre países centrais e periféricos, em que estes últimos recebem um valor menor por suas exportações do que o que pagam por suas importações. Isso resulta em uma transferência líquida de riqueza da periferia para o centro.

Para Marini (2000), o conceito de trocas desiguais descreve como as relações comerciais internacionais são monopolizadas pelas economias centrais, que detêm o controle sobre a produção e a diversificação dos bens industriais e tecnológicos. Essa dinâmica resulta em um intercâmbio desigual, no qual uma parcela do valor produzido nas economias dependentes não é retida por elas, mas passa a integrar a dinâmica de transmissão de capital nas economias centrais, sustentando o seu desenvolvimento econômico. Consequentemente, o intercâmbio desigual entre os países centrais e periféricos provoca uma diminuição na taxa de lucro nas economias periféricas, devido à discrepância de valores entre as mercadorias exportadas e importadas pela periferia. Essa diferença na valorização das transações comerciais contribui para a desvalorização relativa dos bens produzidos na periferia e para a transferência de valor para os países centrais, perpetuando, assim, a assimetria entre as economias centrais e dependentes.

Seja na esfera da produção ou da circulação, passando pela distribuição e pelo consumo, a análise realizada pelos teóricos da TMD percorre a relação entre imperialismo e dependência (Dos Santos, 1978; Katz, 2020), argumentando que o progresso tecnológico é igualmente uma zona de conflito e de cooperação entre capital e trabalho (Martins, 2018).

A tecnologia, nesse caso, é fruto da monopolização dos países dependentes pela superexploração do trabalho, aumento das horas de expediente e redução dos salários (Filgueiras, 2018). O progresso tecnológico, dessa forma, reforça a dependência dos países subdesenvolvidos, uma vez que os desenvolvidos utilizam a superioridade tecnológica para manter o domínio e para extrair mais recursos, o que dificulta o progresso tecnológico (Marini, 2000).

Na análise de Moraes e Almeida (2021), torna-se evidente que os centros capitalistas e os países dependentes adotam abordagens distintas em relação à sua base produtiva.

Percebe-se que enquanto os centros capitalistas tendem a desenvolver sua base tecnológica e industrial, baseando sua produção na mais-valia relativa; os países dependentes amparam seus padrões de acumulação na superexploração do trabalho. Dessa maneira, o capital forte de países centrais associado com a burguesia dependente dos países periféricos gera uma dinâmica de desenvolvimento do subdesenvolvimento graças a uma relação vertical do capital-trabalho. Essa dinâmica faz com que o gap entre a periferia e o centro sempre se mantém ou até mesmo aumente, impossibilitando o *catching-up* e a sofisticação produtiva da periferia (Moraes; Almeida, 2021, p. 8).

Dessa forma, enquanto as economias centrais desfrutam de uma maior produtividade, permitindo a geração de mais-valor relativo em larga escala, as economias periféricas permanecem dependentes dessa estrutura produtiva e enfrentam dificuldades para criar essa forma de mais-valor, ainda que possa existir, mas não o suficiente para competir internacionalmente com os demais capitalistas. Como resultado, para a burguesia dependente, a superexploração da força de trabalho torna-se predominantemente o mecanismo utilizado para obter lucro, numa combinação de extração de mais-valor relativo e absoluto simultaneamente.

O entendimento do papel das classes sociais na perpetuação desse contexto é primordial: a classe dominante (tanto em países “desenvolvidos” como “subdesenvolvidos”) beneficia a ordem econômica global. Enquanto isso, os trabalhadores são explorados nos países centrais e superexplorados nos países periféricos (Bambirra, 2013; Bichir, 2018; Felix, 2022, Paulani, 2021). A superexploração da força de trabalho seria, então, uma categoria própria à reprodução do capital nas economias dependentes, nos marcos das relações de troca no comércio internacional:

A superexploração da força de trabalho seria categoria central no processo de desenvolvimento capitalista das economias periféricas e dependentes, marcadas estruturalmente pelo processo de transferência de valor, sendo, portanto, a conformação do conjunto de instrumentos que permitem a continuidade do processo de reprodução do capital nessas economias (Duarte, 2021, p. 138).

Duarte (2021) evidencia ainda que, para as economias periféricas circularem, o mecanismo da superexploração da força de trabalho é fundamental pelo próprio modo de produção capitalista, pois

[...] embora o aumento da força produtiva do trabalho seja uma forma própria de exploração do modo de produção capitalista, e os mecanismos fundados na maior exploração do trabalhador se estabeleçam por conta do desenvolvimento das forças produtivas, a compensação da renda transferida ao centro só pode se efetivar com base nos mecanismos apontados por Marini, dado o baixo desenvolvimento tecnológico dos países periféricos. Mas não apenas a estrutura da divisão internacional do trabalho seria a razão explicativa da consolidação da superexploração da força de trabalho como categoria específica do capitalismo nas economias periféricas (Duarte, 2021, p. 138).

No contexto das trocas desiguais, para Marini (2000), diante da divisão internacional do trabalho, os capitalistas dos países centrais têm o monopólio da criação e da venda da maquinaria (robôs, patentes, computadores etc.) – pensando na Indústria 4.0, por exemplo, que produzirá as mercadorias. Ou seja, desde o princípio, já fica determinado que a alta tecnologia ficará centralizada, pois quando a versão mais nova fica com os capitalistas maiores, que podem adquiri-la, aos capitalistas da periferia restam as versões anteriores e ainda, assim, com preços acima do seu valor, consi-

derando a concentração do capital. Observa-se, então, muitos entraves com relação à transferência de tecnologia.

Nesse processo de produção e distribuição de tecnologia, as mercadorias produzidas cristalizam em um polo com uma maior composição orgânica (mais capital constante que capital variável), o que rebaixa a taxa média do mais-valor; e, no outro polo, ocorre o seu inverso. Isto é, mercadorias com uma composição orgânica marcada pela maior participação do capital variável, o que contrarresta a taxa média de mais-valor.

É essa diferença que é atraída para os países centrais que, ao adquirir as mercadorias produzidas pelos países dependentes, usualmente produtos primários, conseguem extrair o mais-valor excedente cristalizado e, assim, barateiam o valor da força produtiva da classe trabalhadora dos países centrais; a margem de lucro dos países periféricos é reduzida e, por sua vez, tende a aumentar a exploração, para majorar o seu ganho, redinamizando o ciclo vicioso. Ou seja, essa extração desmedida do mais-valor (cujo parâmetro é dado pelos países centrais pela concentração dos capitais) compensa a qualidade de vida dos países desenvolvidos, na medida em que eles se beneficiam dos baixos salários, das condições de trabalho precárias e da supressão de direitos. Em outras palavras, as nações periféricas subsidiam as nações centrais, uma vez que o mais-valor produzido na periferia é apropriado e acumulado no centro.

Com base nisso, de forma objetiva, verifica-se que as economias dependentes tendem a se especializar na produção de bens com menor nível de avanço tecnológico, o que gera uma condição de dependência tecnológica. Em decorrência dessa dinâmica, considerando a aplicação da lei tendencial de redução das taxas de lucro, essas economias estão sujeitas a uma transferência de valor em direção aos países centrais (Carcanholo, 2013). A dependência tecnológica na América Latina é resultado da dominação e da transferência de capitais para os países centrais. Isso se manifesta na aquisição de tecnologias obsoletas, no pagamento de patentes e na disparidade no desenvolvimento tecnológico entre o centro e a América Latina (Teles, 2017). É preciso lembrar que a tecnologia é também meio para reprodução do capital (Kay, 2021).

## Operacionalização da Pesquisa

Trata-se de uma pesquisa exploratória que busca maior familiaridade e aproximação com o fenômeno estudado (Santos, 2001). Quanto ao método, optou-se por uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL), procedimento que identifica um conjunto de estudos já finalizados, aborda uma questão de pesquisa e avalia os resultados, evidenciando conclusões sobre um conhecimento (Hulley *et al.*, 2015). Utilizou-se o *software Parsifal* ([www.parsif.al](http://www.parsif.al)), com vistas ao compartilhamento dos dados entre pesquisadores(as) e para possibilitar a replicação.

A busca ocorreu na base do *Scopus*, em 18 de março de 2023, utilizando a *string* de busca “dependência” ou “*dependence*”, “tecnologia” ou “*technology*” e “Teoria Marxista da dependência” ou “*Marxist Theory of Dependence*”, resultando 39 estudos. Os artigos foram baixados no computador e seus dados importados para o *Parsifal* para serem analisados. Cumprindo-se os métodos para a elaboração desta RSL, os critérios de seleção para inclusão foram estudos que tratam da TMD ou de Tecnologia e Dependência econômica/tecnológica. Por sua vez, os critérios de exclu-



são foram estudos cinzas, duplicados, sem relação com a América Latina, que não analisam o Brasil e os que não têm acesso completo.

Não existe uma definição consensual sobre a qualidade de um estudo, mas, para esta revisão, foram atribuídas escalas numéricas de qualidade, estruturadas no Parsifal e mensuradas através de 5 critérios, conforme Quadro 1:

**Quadro 1 – Questões de pesquisa**

A base teórica é a teoria marxista da dependência?
O artigo discute desenvolvimento econômico ou tecnológico?
O estudo aponta as diferenças entre a tecnologia usada nos países centrais e periféricos?
O artigo ajuda a esclarecer a relação entre “dependência” e “superexploração da força de trabalho” ou “trocas desiguais”?
O estudo identifica a relação entre tecnologia e dependência?

Fonte: elaborado pelas autoras (2023).

Foi escolhida uma escala de três pontos de atendimento ao critério: “Sim” = 2; “Parcialmente” = 1; e “Não” = 0. No final, dos 39 artigos encontrados, após a análise do critério de qualidade, baseado no Quadro 1, apenas 5 estudos obtiveram a nota máxima 100% e foram selecionados para a análise em profundidade, os quais estão no Quadro 2.

**Quadro 2 – Artigos Selecionados para Análise**

Marxist dependency theory: The theoretical contribution by Ruy Mauro Marini (Duarte, 2021)
On the Concept of the Reserve Army of Labor in Ruy Mauro Marini (Felix, 2022)
Capital and capitalism reproduction standard dependent in current Brazil (Filgueiras, 2018)
Theotonio dos Santos (1936-2018): The revolutionary intellectual who pioneered dependency theory (Kay, 2021)
The dependency theory in the light of Marx and contemporary capitalism (Martins, 2022)

Fonte: dados da pesquisa (2023).

Esses artigos foram analisados, na busca de encontrar elementos que caracterizem a relação existente entre a noção de progresso tecnológico e a questão da dependência. Partiu-se do materialismo histórico-dialético como pressuposto teórico para capturar o movimento do real transposto para as reflexões realizadas nesses textos, o que pode ser chamado de análise imanente (Costa, 2009). É sobre essa análise que vamos tratar na sequência.

**Análise dos Artigos: Dependência e Tecnologia**

Os cinco textos são recentes (publicados entre 2018 e 2022) e debruçam-se especialmente sobre a Teoria Marxista da Dependência. Dois deles já trazem, no título, a intenção de retomar a obra de Marini e um deles a obra de Theotonio dos Santos (1978), enquanto os demais tratam da reprodução capitalista (uma categoria

marxiana desenvolvida ao longo dos três livros d'O Capital), mas situando a questão da dependência, enquanto o último artigo sugere que a dependência é um caminho para continuar a trilha deixada por Marx quanto ao desenvolvimento capitalista.

O primeiro desses textos, o de Duarte (2021), discute o modo como o desenvolvimento do capitalismo nos países periféricos e dependentes da América Latina foi deformado pela incursão imperialista, resultando em uma configuração distinta do capitalismo na região. Destaca-se ainda que as categorias de superexploração do trabalho e subimperialismo são relevantes para a compreensão dos problemas econômicos e sociais enfrentados pelos países latino-americanos, já que demonstram que o sistema capitalista em países periféricos e dependentes é caracterizado pela exploração de trabalho e pelo domínio do capital externo sobre os setores produtivos internos. Isto é, é necessário pensar o progresso tecnológico alinhado aos processos de trabalho.

Sobre as diferenças entre as tecnologias, o texto aborda que o avanço nos países periféricos ocorre em bases estreitas e, muitas vezes, depende de tecnologias obsoletas dos países centrais. Mesmo nos casos em que são aplicadas tecnologias avançadas, isso ocorre a partir do domínio do capital externo sobre os setores produtivos internos, o que sugere que existe um *gap* tecnológico entre os países centrais e periféricos, com os primeiros tendo acesso a formas mais avançadas e atualizadas, enquanto os segundos contam com tecnologias ultrapassadas ou fora de uso nos países centrais. Assim, o que configura tecnologia e trabalho nos países latino-americanos é a superexploração do trabalho e o domínio do capital externo sobre os setores produtivos internos (Duarte, 2021).

A pesquisa de Felix (2022) explora a relação entre desenvolvimento econômico e tecnológico como um fenômeno da marginalização social nas economias dependentes, demonstrando a importância da concepção do Exército Industrial de Reserva quanto à mobilidade, à circulação e à superexploração do trabalho. O autor argumenta que o “grau de desenvolvimento” das economias nacionais e dos setores que as compõem, bem como as formas de exploração e a sua configuração específica, modificam qualitativamente o modo como, em particular, a lei geral da acumulação de capital as afetam. Além disso, destaca a importância de entender como o aumento da produtividade do trabalho, derivado da importação de tecnologia, e a maior exploração dos trabalhadores entrelaçados nas economias dependentes permitem o surgimento da marginalização social nos países latino-americanos, isto é, à medida que a economia industrial se desenvolve nesses países, há a reboque, o crescimento da desigualdade.

A respeito da tecnologia usada nos países centrais e periféricos, Felix (2022) menciona que a introdução de novas tecnologias na agricultura dos países dependentes, juntamente com as formas de propriedade da terra e a ausência de reforma agrária, contribuiu para a migração rural-urbana e para a urbanização acelerada e precária.

Como exemplo dos impasses da relação entre industrialização e desenvolvimento, Felix (2022) argumenta que a industrialização na América Latina da década de 1950 promoveu o contrário do que a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) teorizou, pois não levou à geração suficiente de empregos nas cidades e, ao contrário, resultou no desenvolvimento de um exército de reserva de trabalho. Como também foi apontado na pesquisa de Reinecken e Neves (2012), o progresso tecnológico nas periferias do capitalismo é diferente dos países centrais, em que os meios de

produção e os meios de consumo são engendrados organicamente. Produção e consumo, portanto, estão em descompasso diante da distribuição desigual da tecnologia.

Devido às condições econômicas dos países avançados, com níveis tecnológicos mais elevados e capital mínimo exigido para a produção, o investimento estrangeiro nas economias menos desenvolvidas provoca uma súbita concentração de capital e conduz prontamente à centralização. Portanto, tais diferenças no nível de tecnologia utilizada nos países centrais e periféricos afetam o desenvolvimento econômico e a conformação da força de trabalho nestes.

O terceiro artigo, de Luiz Filgueiras (2018), aborda a discussão do desenvolvimento econômico e tecnológico em torno do conceito de padrão do desenvolvimento do capital e como ele se relaciona com a formação econômica e social brasileira, destacando a diferença entre as tecnologias utilizadas nos países centrais e nos países periféricos ou dependentes.

O autor identifica a relação entre a tecnologia (introdução de novas tecnologias, muitas vezes importadas, que leva a altas taxas de desemprego e subemprego, criando um vasto exército industrial de reserva essencial para a superexploração da classe trabalhadora) e a dependência, mostrando como a subordinação do ciclo do capital dos países dependentes ao ciclo dos países imperialistas permeia todas as fases do processo de reprodução do capital. Esses vínculos de dependência manifestam no financiamento e no investimento, nas normas de máquinas e equipamentos, na superexploração do trabalho, no uso de tecnologia importada, no pagamento de royalties, entre outros aspectos.

Filgueiras (2018) esclarece a relação de dependência, de trocas desiguais e de superexploração da força de trabalho ao mencionar que, no capitalismo dependente, a introdução de nova tecnologia, vinda de empresas estrangeiras, resulta na diferenciação da estrutura produtiva e no desenvolvimento precoce de monopólios, além de ser uma forma essencial de transferência de excedentes, ao levar as pequenas e as médias empresas a continuarem à superexploração dos trabalhadores, aumentando a intensidade do trabalho, estendendo a jornada e a espera dos atendimentos, a extensão da jornada e a redução dos salários.

Kay (2021), por sua vez, conta a história de Theotonio Dos Santos e a sua fuga do golpe militar brasileiro para o Chile em 1973. Revela-se como Dos Santos conseguiu asilo na embaixada do Panamá e as suas interpretações sobre as consequências da Teoria da Dependência na América Latina. O autor argumenta a respeito do papel das corporações multinacionais e do sistema econômico global ao perpetuar a dependência e dificultar o desenvolvimento econômico e tecnológico dos países periféricos. Sobre as diferenças entre tecnologias usadas nos países dominantes e dependentes, afirma que a maioria, senão a totalidade, de equipamentos, ferramentas e máquinas para extração de recursos naturais nos países periféricos são importados dos países centrais.

Um momento importante da discussão “tecnologia e desenvolvimento” é a política de industrialização por Substituição de Importações, lembrada por Kay (2021). Como os países periféricos ainda não haviam desenvolvido um setor de bens de capital, eles tiveram que importar as máquinas e as ferramentas dos países centrais, o que permitiu, a estes últimos, adquirir um controle ainda maior sobre as demais economias. Portanto, a principal diferença entre a tecnologia utilizada nos países centrais e nos periféricos é que os países centrais possuem tecnologia mais avançada e

um setor de bens de capital desenvolvido, enquanto os países periféricos são dependentes de importações de sua tecnologia e de bens de capital.

Por sua vez, a relação de interdependência entre economias pode se tornar uma relação de dependência quando alguns países conseguem se expandir por exploração, enquanto outros, estando em posição de dependência, só conseguem se expandir como reflexo da expansão dos países dominantes. Essa situação pode ter efeitos positivos ou negativos no desenvolvimento imediato dos países dependentes. No entanto, em ambos os casos, a situação básica de dependência torna esses países atrasados e explorados. Kay (2019) argumenta que essa exploração perpetua-se por meio de trocas desiguais, em que os países periféricos são obrigados a exportar matérias-primas e importar produtos manufaturados a preços que não refletem o seu verdadeiro valor, o que leva a uma situação em que se tornam incapazes de desenvolver as suas próprias indústrias e são forçados a necessitar de importações, perpetuando a sua dependência.

O último artigo analisado foi o de Martins (2022), que analisa as principais contribuições da economia política da dependência, buscando atualizar a Teoria Marxista da Dependência (TMD) à luz das tendências do capitalismo contemporâneo na América Latina. O texto aborda o desenvolvimento econômico e tecnológico ao examinar como a introdução de tecnologia estrangeira e os monopólios tecnológicos no setor industrial influenciam a desvalorização dos bens e do trabalho. Além disso, discute a fixação do mais-valor extraordinário, que se manifesta tanto nos ramos produtivos quanto no plano intersetorial, impactando os preços de produção da força de trabalho e transferindo valor em favor do setor de bens de consumo. Essa dinâmica é analisada como um componente estrutural do capitalismo dependente, estreitamente relacionado ao monopólio tecnológico gerado pela entrada de tecnologia estrangeira.

Martins (2022), assim como Figueiras (2018), menciona a questão do monopólio e da alta concentração da tecnologia. A introdução de tecnologia estrangeira e de monopólios tecnológicos no setor industrial estabelece uma relação entre a desvalorização dos bens e do trabalho e desloca o valor de mercado para capitais com maior composição técnica. Por sua vez, o mercado internacional possibilita novas fontes de captura do mais-valor extraordinário, transferindo o monopólio da tecnologia para a ciência e fragmentando o processo de produção em partes e componentes, o que permite a combinação de alta tecnologia e trabalho explorado na periferia, para substituir parcialmente a produção no núcleo. Portanto, a tecnologia usada nos países centrais é geralmente mais avançada e monopolizada, enquanto a tecnologia usada nos países periféricos costuma ser menos avançada e mais fragmentada.

### **Uma breve síntese à guisa de conclusão**

Buscou-se discutir aspectos teóricos acerca da relação entre tecnologia e desenvolvimento, considerando as mediações da dependência e desse processo se dar diante do modo de produção capitalista. Considera-se exitosa, essa exposição, se o leitor percebeu que não se pode conceber a tecnologia como neutra, assim como já alertava Vieira Pinto (2005). Como ensina Figueiredo (1989), é preciso considerar as diferenças e as particularidades da produção e do contexto social para compreender as implicações da criação, do uso e da difusão de tecnologias.

Considerando a apresentação da conjuntura, é necessário enfatizar que, sob uma perspectiva da teoria marxista da dependência, o processo de progresso tecno-

lógico brasileiro e a sua eventual competição em igualdade com as nações centrais não poderiam ser alcançadas sem a ruptura do sistema de transferência de valor, da divisão desigual do trabalho e, inevitavelmente, do capitalismo em si. Enquanto persistirem as relações comerciais desiguais, caracterizadas pela superexploração da força de trabalho nas regiões periféricas, as tecnologias empregadas nesses locais sempre tenderão a ser atrasadas e obsoletas em comparação ao centro hegemônico, o qual beneficia-se da produção de baixo custo nas periferias.

Viu-se, com Duarte (2021), Kay (2019) e Martins (2022), que a concentração da tecnologia pelos países centrais, isto é, o monopólio, possibilita o domínio sobre a produção dos bens de capital ao mesmo tempo em que permite que as trocas desiguais sejam realizadas. Com Filgueiras (2018) e Felix (2020), compreendeu-se como a exploração do capital variável, dado o contingente do exército industrial de reserva, combinada com novas tecnologias vinda do exterior, tem aumentado a extração do mais-valor relativo e absoluto, pois tanto há a elevação da produtividade, quanto há a expropriação de direitos trabalhistas, o que amplia a condição de desigualdade e pauperização. O progresso tecnológico, portanto, está imerso em contradições que não podem ser resolvidos apenas com “novas tecnologias”, é preciso pensar em quais e porquê.

Diferente do que se possa imaginar, não é que não seja possível produzir novos conhecimentos e tecnologias nos países periféricos do capitalismo, tanto é que se pode observar uma série de programas de inovação tecnológica e também de *startups* criadas ao longo das últimas décadas no Brasil. Contudo, como o fluxo entre produção e consumo está interditado, são os países centrais que têm a capacidade de monopolizar as inovações, ficando os demais países apenas com cópias e adaptações. As tecnologias produzidas nos países periféricos tendem a não encontrar espaço para aplicação local, devido a: a) discrepância entre a base produtiva local (fortemente permeada por tecnologias forâneas), o que dificulta sua adesão; e b) baixos investimentos públicos em ciência e tecnologia (C&T). Por isso, tendem a ser expropriadas pelos capitalistas maiores dos países que detêm o monopólio tecnológico (e econômico, igualmente).

Por isso, os constantes avanços tecnológicos e o progresso econômico das nações centrais, aliados à pesquisa orientada para a tecnologia, resultam no direcionamento das nações periféricas para a produção destinada ao mercado internacional (consumo externo). Esse enfoque muitas vezes negligencia a demanda interna e sujeita essas nações periféricas às necessidades das nações centrais, levando a importações recorrentes de produtos manufaturados e de tecnologia. Isso, por sua vez, contribui para o aumento contínuo do endividamento.

É importante notar que a simples retenção da tecnologia não é suficiente para garantir a independência tecnológica de um país, uma vez que é necessária uma força de trabalho preparada para a utilizar, e matéria-prima para produzir, sobretudo, respondendo a demandas sociais postas. Em outras palavras, o progresso tecnológico deve estar profundamente alinhado com o modo de reprodução da vida de uma comunidade. Como Corrêa (1997) assevera, o ciclo vicioso de buscar C&T nos centros produtores termina por bloquear o avanço local.

Faz-se necessário ainda destacar, apoiando-se em Martins (2022), a necessidade de se compreender o progresso tecnológico em conjunto com as relações de trabalho, especialmente pela condição de exploração e precarização em que se encontra a classe trabalhadora no Brasil. Numa análise materialista histórica e dialética,

o pressuposto do progresso tecnológico deveria apontar para melhores condições de vida no Planeta, quando o que se pode constatar é exatamente o seu oposto. Em síntese, para promover o desenvolvimento na América Latina, é necessário interromper a transferência de valor para os países centrais e buscar uma produção autônoma de tecnologia, voltada para as demandas da classe trabalhadora.

## Referências

- BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2013.
- BICHIR, Maíra Machado. Aportes de Ruy Mauro Marini ao debate sobre o Estado nos países dependentes. **Caderno CRH**, v. 31, p. 535-553, 2018.
- CÂMARA, Guilherme Dornela; MISOCZKY, Maria Ceci. A Produção Teórica sobre a Pobreza na Administração. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 11, n. 1, p. 45-56, 2019.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 11, p. 191-205, 2013.
- CORRÊA, Maíra Baumgarten. Tecnologia e Desenvolvimento. In: CATTANI, Antonio David. **Trabalho e tecnologia: dicionário crítico**. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Universidade, 1997.
- COSTA, Gilmaisa Macedo. Contribuição da análise imanente à pesquisa de textos. **Revista Eletrônica Arma da Crítica**, v. 1, n. 1, 2009.
- DUARTE, Pedro Henrique Evangelista. Teoria marxista da dependência: a contribuição teórica de Ruy Mauro Marini. **Nova Economia**, v. 31, p. 131-156, 2021.
- FELIX, Gil. On the Concept of the Reserve Army of Labor in Ruy Mauro Marini. **Latin American Perspectives**, v. 49, n. 1, p. 75-90, 2022.
- FIGUEIREDO, Vilma. **Produção social da tecnologia**. São Paulo: EPU, 1989.
- FILGUEIRAS, Luiz. Padrão de reprodução do capital e capitalismo dependente no Brasil atual. **Caderno CRH**, v. 31, p. 519-534, 2018.
- FRANK, Andrew Gunder. Functionalism, Dialectics and Synthetics. **Science & Society**, p. 136-148, 1966.
- HULLEY, Stephen B.; CUMMINGS, Steven R.; BROWNER, Warren S.; GRADY, Deborah G.; NEWMAN, Thomas B. **Delineando a pesquisa clínica-4**. Artmed Editora, 2015.
- KATZ, Claudio. **A teoria da dependência: 50 anos depois**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- KAY, Christopher. Theotonio Dos Santos (1936-2018): intelectual revolucionário e pioneiro da teoria da dependência. **O bairro econômico**, v. 88, n. 349, p. 277-320, 2021.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARTINS, Carlos Eduardo. A teoria marxista da dependência à luz de Marx e do capitalismo contemporâneo. **Caderno CRH**, v. 31, p. 463-481, 2018.

MARTINS, Carlos Eduardo. The longue durée of the marxist theory of dependency and the twenty-first century. **Latin American Perspectives**, v. 49, n. 1, p. 18-35, 2022.

MORAES, Isaías Albertin de; ALMEIDA, Hugo M. V. de. Teoria Marxista da Dependência e Superexploração da Força de Trabalho: história e debate atual na América Latina. **Am. Lat. Hist. Econ.**, México, v. 28, n. 1, e1111, 2021.

PAULANI, L. Dependência 4.0: considerações teóricas e o caso do Brasil. **XXVI Encontro Nacional de Economia Política**, Goiânia, 2021.

PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. v. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

PRADO, Fernando Correa. **A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil**. Marília: Lutas Anticapital, 2020.

REINECKEN, Daniela Prado Damasceno Ferreira; NEVES, Lafaiete, Santos. A dependência tecnológica segundo a dialética da dependência de Ruy Mauro Marini. In: NEVES, Lafaiete, Santos (org.). **Desenvolvimento e Dependência**: atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini. Curitiba: CRV, 2012.

SANTOS, Raimundo Antônio dos. **Metodologia Científica**: a construção do conhecimento. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

SANTOS, Theotonio. **Imperialismo y dependencia**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 1978.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, socialismo e democracia**. São Paulo: Edipro, 2023.

SEABRA, Raphael Lana. Do dependentismo à teoria marxista da dependência: uma síntese crítica desta transição. **Sociedade e Estado**, v. 34, p. 261-283, 2019.

TELES, Gabriela Caramuru. **A tecnologia no capitalismo dependente: a superexploração da força de trabalho em Karl Marx e Ruy Mauro Marini**. 2017. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/2779>. Acesso em: 24 out. 2024.

VALENCIA, Adrián Sotelo. As mediações da superexploração do trabalho na teoria marxista da dependência. **Temporalis**, v. 23, n. 45, p. 17-31, 2023.

## **PARTE 2**

# **Os desafios da desigualdade econômica**



## Capítulo 4

# Desenvolvimento: uma reflexão sobre a desigualdade de renda nos países latino-americanos

Handerson Leonidas Sales

### Introdução

O termo desenvolvimento, em suas várias dimensões, é utilizado quando se deseja fazer referência a um processo de melhora progressiva nas condições sociais, culturais, econômicas e políticas de um determinado local ou região. Utilizada equivocadamente como sinônimo de crescimento econômico, a expressão desenvolvimento, na sua acepção mais completa, não se efetiva plenamente nas circunstâncias em que as discrepâncias socioeconômicas tendem a permanecer acentuadas em seu processo progressivo.

As tentativas de esclarecer e/ou justificar o desequilíbrio do complexo desenvolvimento dos países periféricos<sup>1</sup>, como os da América Latina, muitas vezes esbarram na ausência de uma compreensão ampla sobre o papel desses países no sistema econômico mundial, bem como nas raízes dessas distorções estabelecidas em um capitalismo *sui generis*, sob o qual esses países foram conduzidos a um sistema de desigualdade, observado tanto nas condições socioeconômicas internas quanto nas suas relações produtivas, desempenhadas na economia mundial.

Diante desse cenário, estudiosos, a exemplo de Piketty (2015), Amin (1976), Frank (1980), Wallerstein (1985), Furtado (1981), Marini (1976) e tantos outros, dedicaram-se a compreender as razões dos diferentes arranjos de desenvolvimento no

<sup>1</sup> “Os países considerados periféricos e centrais correspondem àqueles que nas relações comerciais apresentam diferentes níveis tecnológico e de avanço industrial, de forma que os menos industrializados são explorados pelos mais industrializados, determinando um sistema autocentrado no abastecimento dos países de alta tecnologia. Nesse contexto, os países da América Latina integram o polo dos países periféricos, dentre os quais o Brasil se destaca na produção de *commodities*” (Sales, 2021, p. 19).

mundo. Entre as variáveis analisadas nesses estudos, a baixa renda e a desigualdade de renda revelam-se peculiares e permanentes nos países periféricos, inclusive nos latino-americanos, integrantes do sistema econômico mundial. Esse contexto alonga-se inerente e continuamente nos seus processos de desenvolvimento por inúmeras décadas.

Compreender esse fenômeno permite avançar nas discussões do desenvolvimento desigual que distancia os países avançados industrialmente dos demais países, notadamente dos países da América Latina. Permite também compreender as consequências dessas desigualdades nesses países, cujo sistema industrial é menos destacado, o que resulta em reduzida qualidade de vida, transformação social e bem-estar de parte majoritária da população.

É possível, logo, questionar: a) como as variáveis de baixa renda e a desigualdade de renda efetivaram-se nos países latino-americanos e em suas condições de desenvolvimento? E quais foram as razões que levaram o desenvolvimento desses países a se distanciar dos países centrais?

Diante dessas inquietações, o objetivo deste estudo é analisar a realidade do contexto do desenvolvimento desigual, sob a ótica da baixa renda e da desigualdade de renda encontrada nos países latino-americanos. Essa análise contribui para as discussões do desenvolvimento socioeconômico no sentido de facultar a compreensão das influências de um sistema econômico dominador, que submete esses países latino-americanos a arranjos de desenvolvimento prejudicial progressivo no âmbito social, político e cultural.

Para isso, este estudo utiliza o método dedutivo por análises bibliográficas, a partir da premissa de que o desenvolvimento tem, em sua essência, a transformação socioeconômica e política de uma sociedade, de forma a proporcionar melhores condições de vida com redução da desigualdade, sob um sistema paradoxalmente acumulativo de capital e de exclusão, levando em conta o marco temporal que envolve observações de pesquisadores cujos dados partiram desde 1913 a 2018.

Este estudo começa por conceituar o desenvolvimento desigual e a baixa renda no trabalho. Posteriormente, dedica-se a discutir a realidade dessas características apresentadas nos países periféricos, com destaque para os latino-americanos, diante do comportamento econômico mundial, e, na sequência, são analisados os reflexos de um sistema econômico de acumulação de riquezas.

## **Desenvolvimento desigual e a baixa renda no trabalho**

A expressão “desenvolvimento desigual” parece soar de forma paradoxal, pois, na compreensão do primeiro termo componente da nomenclatura em referência, desenvolvimento pressupõe a conquista de melhorias transformadoras nas condições socioeconômicas das pessoas, de forma a reduzir a desigualdade existente entre elas. Contudo, a ideia de desigualdade, nesse contexto, apresenta-se como uma força antagonista ao desenvolvimento social.

Vista por outro ângulo, a expressão “desenvolvimento desigual” retrata um certo arranjo de progressivas melhorias para parte da sociedade em um processo de constante desequilíbrio socioeconômico, o qual não atinge igualmente todos os membros do grupo social, o que implica concentração de renda e bem-estar para uma parte e exclusão para outra. É o que demonstra a abordagem de Piketty (2015), ao identificar o aprimoramento das condições socioeconômicas pelo aumento da produ-

tividade. No entanto, essas melhorias não foram capazes de transformar a sociedade dos países periféricos em ambientes mais igualitários, pois, se, pela proposição do aumento da produtividade haverá uma melhoria generalizada para a sociedade, por outro lado, concomitantemente, preservar-se a distância socioeconômica nesses países. O exposto remonta à ideia disseminada por Frank (1980) de um permanente estado, nessas regiões periféricas, de desenvolvimento do subdesenvolvimento.

Desenvolvimento, na perspectiva de Bresser-Pereira (1981, p. 15), “é um processo de transformação econômica, política e social, através do qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo”. Essa definição de desenvolvimento como processo caracteriza a continuidade de suas transformações, desde que as suas contínuas etapas venham a elevar o padrão de vida nos lugares onde ele é observado e produza bem-estar social.

Em regra geral, é aceito como aspecto dominante o processo de crescimento econômico, com o alerta de que a transformação social resultante deste processo deve ocorrer no âmago do desenvolvimento. É o que considera Bresser-Pereira (1981), ao defender que o desenvolvimento deverá ser um sistema social, moldado por relações econômicas e sociais interdependentes, o que permite uma repercussão dos reflexos dessas relações entre si, a exemplo do crescimento da renda acompanhada de transformações políticas sociais. Isso deve ser levado em conta principalmente em um processo em que a condição de crescimento pelo reinvestimento do lucro é capaz de se tornar automática e, concomitantemente, autônoma pela condição suficiente de fomento dos seus próprios fatores de produção.

A desigualdade, portanto, será fruto da ausência da repercussão dessas relações no contexto apresentado, as quais não se traduzem em transformações sociais. A formação da sociedade com desigualdade, típica dos países periféricos, motivou os estudos de Amin (1976), na obra *Desenvolvimento Desigual*, em que realizou ensaio sobre as formações do capitalismo periférico. Nessa obra, o autor defende que a implantação do modo capitalista de produção nos países periféricos era distante da tecnologia aplicada ao processo produtivo nos países centrais, fator que ocasionou distorções nas condições de intercâmbio de produtos retratadas na competitividade e no preço. Assim, a integração dos países periféricos, como os latino-americanos, no sistema mundial, bem como a relação centro-periferia empreendida entre eles, está baseada em submissão a outros países e ajustes a esse cenário.

Alguns desses ajustes podem ser sintetizados na baixa remuneração da força de trabalho, na concentração de capital na atividade agrária latifundiária, na entrada do capital estrangeiro em rentáveis atividades de exportação – como é o caso da extração de recursos minerais no século XX – entre outros, que formaram uma estrutura orgânica resistente às modificações sociais, e incapaz de conduzir os países periféricos latino-americanos para uma trajetória em direção oposta ao desenvolvimento desigual.

Entre os elementos de ajustes citados por Amin (1976), a baixa renda da força de trabalho dos países periféricos apresenta-se como um dos pilares presentes nas análises de autores que deram a sua contribuição no exercício de estudar o capitalismo e o desenvolvimento dos países periféricos; a começar por Marini (2000), ao descrever as várias formas utilizadas de superexploração do trabalho. Outro autor que ratifica esse quadro é Wallerstein (1985), que revela existir um racismo no capitalismo histórico, não definido pela cor da pele ou origem estrangeira, mas pela forma opressora de relacionar-se com a baixa renda na periferia, pois considera os

oprimidos culturalmente inferiores, o que serve de justificativa ideológica global para a desigualdade.

Furtado (1981), em sua abordagem sobre o mito do desenvolvimento, destaca que o processo de industrialização das economias periféricas, iluminado pela esperança da universalização do desenvolvimento observado nos países centrais, enfrenta difíceis obstáculos referentes à falta de capital; à limitação das tecnologias disponíveis e obsoletas, quando comparadas às regiões centrais; e ao reduzido consumo do mercado interno. No entanto, reconhece que, adicionalmente a todos esses obstáculos, o aumento da capacidade competitiva das empresas que orientam os seus investimentos para países periféricos permanece centrado na utilização da baixa remuneração da sua força de trabalho, não reversível na trajetória da industrialização da economia periférica.

Nesse sentido, a renda do trabalho nos países periféricos e latino-americanos torna-se um importante indicador de mensuração da desigualdade em seu processo de desenvolvimento. É de se esperar que essa mensuração apresente uma discrepância da renda do trabalho concentrada no topo para uma minoria nesses países.

### **Desigualdade da renda e baixa remuneração em prol da acumulação de capital nos países latino-americanos**

A desigualdade socioeconômica já se fazia presente nos países da América Latina desde o início de suas atividades produtivas. O crescimento econômico dos países dessa porção do continente americano, mesmo após o processo de industrialização, não foi capaz de reduzir as distâncias sociais existentes nas sociedades componentes deste bloco. Uma dessas distâncias revela-se na ausência de equilíbrio da distribuição de renda.

A desigualdade socioeconômica desses países periféricos não se dá somente em comparação à realidade dos países centrais, mas também está presente internamente em cada território dos países latino-americanos, ante a concentração de renda nas mãos de uma pequena parcela. Para a sociedade fundamentada em atividades de produção econômica capitalista, a remuneração do trabalhador é a sua principal, se não a sua única fonte de renda para a sua sobrevivência e a dos que dele dependem. Nesse contexto, uma má distribuição de renda fomenta desigualdades socioeconômicas nas fronteiras dos países sob essa condição.

Por outro lado, a distribuição da renda de forma mais equilibrada possibilita a melhoria do bem-estar social da população e corrobora o aumento da parcela da renda destinada ao consumo, fortalecendo o mercado interno, razão pela qual se torna importante entender a desigualdade promovida pelos aspectos da distribuição de renda.

Piketty (2014) afirma que, na Europa, durante as primeiras décadas do pós-guerra, houve redução da desigualdade pela renda, deixando para trás a cultura de que a herança e o casamento são as únicas alternativas para alcançar a mobilidade social. Deste modo, ficou evidente que mudanças sociais e econômicas foram responsáveis por alterar, moderadamente, a desigualdade nos países centrais nesse período.

A Europa passou por uma fase de prosperidade, de 1945 a 1973, assentada principalmente em sua reconstrução. O investimento em infraestrutura e renovação de sua base industrial, inclusive bens de capital, beneficiou o seu crescimento so-

cioeconômico. Os Estados Unidos, em apoio a essa reconstrução, também tiveram benefícios, pois os recursos emprestados retornaram na forma de aumento das suas exportações de bens. Nessa época, para essas regiões, as novas técnicas de aumento da produtividade, como as proporcionadas por Henry Ford<sup>2</sup>, Frederic Taylor<sup>3</sup> e Henri Fayol<sup>4</sup>, permitiram aumentar a intensidade do trabalho e a acumulação de capital. Em contrapartida, a luta dos trabalhadores e as pressões sociais proporcionaram o aumento dos salários e melhores condições de trabalho, a exemplo da redução da sua jornada, maior segurança nas atividades laborais e qualificação do empregado (Oliveira, 1999).

Nesse cenário, surgem os questionamentos levantados por Kuznets (1955), por exemplo, como o que o levou a refletir se a desigualdade de renda tenderia a aumentar ou diminuir no decorrer do crescimento econômico de um país e quais seriam os fatores determinantes das tendências dessa desigualdade. Ao debruçar sobre estas questões, os seus estudos revelaram a mitigação da desigualdade traçada sob uma linha no gráfico semelhante a uma curva em forma de sino, de maneira que, em uma primeira etapa, houvesse um aumento da desigualdade, e, depois, após atingir o pico da curva, no início da segunda etapa, um declínio da desigualdade, tendo como fator determinante o avanço do processo de industrialização.

Nos mesmos estudos, Kuznets (1955) não deixou de manifestar a sua preocupação com os países periféricos; se eles teriam o mesmo padrão de comportamento da curva, com redução da desigualdade no longo prazo. Mesmo assim, a validade desses estudos passou a ser generalizada como verdade universal nos círculos de debates econômicos. As ações de fomento ao crescimento econômico nos países periféricos pareciam desprezar a preocupação do próprio Kuznets (1955) quanto à generalização de seus estudos, na esperança de que, somente no futuro, o próprio aumento da renda *per capita* se traduzisse em redução da desigualdade socioeconômica, como forma de distribuição de renda inerente ao processo de desenvolvimento.

Os resultados da pesquisa de Piketty e Saes (2003), que contemplaram o período 1913-1998, apresentam outro olhar sobre a universalidade da teoria de Kuznets (1955) e a naturalidade do seu processo de redução da desigualdade pelo crescimento econômico. Eles apontaram que as razões da redução da desigualdade são atribuídas aos choques sofridos pelos detentores de patrimônios elevados, entre 1910 e 1945, resultantes das guerras, inflação e da crise de 1930. Após os impactos causados por esses fatores, a concentração de renda não retornou aos mesmos valores de concentração existentes em épocas anteriores a esses acontecimentos. Ressaltam ainda que a adoção de impostos progressivos sobre a renda e sobre a herança, a partir do século XX, limitou o retorno à sociedade rentista. O topo da distribuição de

<sup>2</sup> “Embora não tenha inventado o automóvel, nem mesmo a linha de montagem, Ford inovou na organização do trabalho – a produção de maior número de produtos acabados com a maior garantia de qualidade e pelo menor custo possível” (Chiavenato, 2014, p. 68).

<sup>3</sup> “O norte-americano Frederick Winslow Taylor iniciou a chamada Escola da Administração Científica, preocupada em aumentar a eficiência da indústria por meio da racionalização do trabalho do operário. [...] Daí a ênfase na análise e na divisão do trabalho do operário, uma vez que as tarefas do cargo e o ocupante constituem a unidade fundamental da organização” (Chiavenato, 2014, p. 52).

<sup>4</sup> “O europeu Henri Fayol desenvolveu a chamada Teoria Clássica, preocupada em aumentar a eficiência da empresa por meio de sua organização e da aplicação de princípios gerais da administração em bases científicas. [...] A preocupação básica era aumentar a eficiência da empresa por meio da forma e da disposição dos órgãos componentes da organização (departamentos) e de suas inter-relações estruturais. Daí a ênfase na anatomia (estrutura) e na fisiologia (funcionamento) da organização” (Chiavenato, 2014, p. 52).

renda tornou-se de domínio dos executivos dependentes da renda do trabalho, e não mais dos rentistas.

A proposição da redução da desigualdade pelo crescimento é ainda abalada pela comparação realizada por Piketty (2015), das décadas de 1980 e 1990 em relação a 1970. O estudo revela que houve um retorno ao aumento da desigualdade entre as rendas dos trabalhadores de países como Estados Unidos, Reino Unido, Itália e Japão<sup>5</sup>, levando a novas análises sobre as razões da variação da desigualdade para mais ou para menos. Afirma Piketty (2015) que houve uma inversão do decréscimo da desigualdade do salário e da renda familiar, sobretudo nas regiões ocidentais analisadas, que pode ser generalizada nos anos pesquisados, o que indica uma tendência ascendente da desigualdade.

É inegável que o *boom* econômico do pós-guerra, observado principalmente na Europa, possibilitou a concretização do estado de bem-estar social, lastreado pela acumulação de capital, ante a melhoria das técnicas e o aperfeiçoamento do trabalho humano. Os países periféricos latino-americanos souberam aproveitar esse momento para adotar políticas desenvolvimentistas e reformas para desobstruir a industrialização (Cepal, 2009). Entretanto, nada disso foi capaz de alterar a desigualdade de renda estabelecida na América Latina, a qual primava pelo crescimento econômico balizado nas transposições das narrativas benignas de Kuznets (1955), como evidenciado, desconsiderando o seu apontamento para os países centrais.

Pelos entendimentos de Meller e Valdés (2009), há uma invariância dos indicadores distributivos na América Latina que revela a desigualdade coexistente com o aumento da renda *per capita* e aponta para a trajetória da curva de Kuznets divergente do formato de sino, que parece deslocar-se definitivamente na linha do horizonte. Esses autores consideram dois principais mecanismos para explicar as razões que levam os países latino-americanos ao crescimento econômico sem redução da desigualdade: o primeiro corresponde à oferta ilimitada da força de trabalho nos países latino-americanos. Isso permite ao setor produtivo expandir com uma remuneração constante do fator trabalho, elevando a margem de lucro e o seu reinvestimento no processo produtivo. E o segundo mecanismo do crescimento econômico, sem redução da desigualdade, dá-se pelo fato de um grupo de trabalhadores, que representa a maioria da força de trabalho, não ser suficientemente capaz de gerar poupança em função da sua baixa renda. As exceções são países que conseguiram migrar para a classificação de desenvolvidos, como aconteceu no Leste Asiático, com a Coreia do Sul.

Contudo o crescimento econômico com desigualdade de renda no trabalho pode ser ainda esclarecido pela perspectiva da produtividade, que refuta a ideia de que o problema seja apenas uma questão de distribuição da renda do capital, haja vista que a participação em média dos salários no valor adicionado das empresas permanece próxima, se comparada a décadas anteriores.

<sup>5</sup> De acordo com Piketty (2015, p. 30): "Nos Estados Unidos, para fazer parte dos 10% mais bem remunerados dos assalariados, era preciso ganhar 3,2 vezes mais do que para fazer parte dos 10% menos bem remunerados em 1970, contra 4,5 vezes mais em 1990". Reino Unido: 2,5 vezes (1970) para 3,3 (1990); Itália: 2,3 vezes (1980) para 2,5 (1990) e Japão: 2,5 vezes (1980) para 2,8 (1990). Em percentuais o aumento da desigualdade entre renda do trabalho nos Estados Unidos se apresenta da seguinte forma: "Nos Estados Unidos, a razão entre os 10% menos bem pagos e os 10% mais bem pagos cresceu cerca de 20% entre 1970 e 1980, depois outra vez mais ou menos 20% entre 1980 e 1990 — um aumento total de aproximadamente 50% no período [...] e reconduz os Estados Unidos ao nível de desigualdade salarial do período entre guerras".

De acordo com Piketty (2015), em 1990, o trabalho, de forma geral, permitiu ao assalariado produzir dez vezes mais que em 1870, o que também permitiu o aumento salarial na mesma proporção nos países centrais. Com bases nos dados da OCDE, Piketty (2015) revela a média de participação dos empregados dos Estados Unidos e da França na distribuição do valor adicionado das empresas destes países no período de 1920 a 1995, que permaneceu nas faixas entre 62,1% a 69,1% (nos Estados Unidos) e 61,9% a 71,8% (na França). Nesse sentido, conclui o autor que a razão da elevação dos salários não está relacionada com a participação na riqueza gerada, mas sim com a progressão da produtividade.

Para aquelas regiões em que o nível de qualificação é menor, aponta Piketty (2015), a produtividade também será reduzida, razão esta da discrepância dos níveis salariais no Sul, haja vista que o número de assalariados analfabetos desses países atinge valores superiores a 50%. Tal fato justifica o baixo poder de compra dessa força de trabalho, a qual, comparativamente, chega a ser dez vezes inferior ao dos países centrais. Demonstra, portanto, haver uma associação de baixa qualificação com o reduzido poder aquisitivo dos assalariados. Desta forma, nos países periféricos, sugere-se que a progressão da produtividade tenha ritmos menores, quando lastreada pela baixa capacitação da força de trabalho e quando mantidos permanentes outros fatores de produção.

O contexto da baixa produtividade e da participação do empregado no valor adicionado induz a levantar a seguinte questão: quais seriam os patamares de participação dos salários sobre o valor adicionado das empresas de um país latino-americano em relação aos países centrais?

A evidência dessa realidade, não encontrada em estudos comparativos de vários países periféricos, pode ser demonstrada pela comparação dos estudos distintos, como o realizado por Batista (2018) sobre a distribuição da riqueza a partir do valor adicionado de 416 empresas atuantes no Brasil; como também nos estudos de Pong e Mitchell (2005) sobre o valor adicionado no Reino Unido, os quais contemplaram 409 empresas. Ambas as pesquisas evidenciam períodos coetâneos, passíveis de comparação, compreendidos entre 1999 e 2003, nos quais foi demonstrado existir discrepância na participação dos empregados na distribuição do valor adicionado. No Reino Unido, se comparado ao Brasil, verificam-se médias de 79% e 17%, respectivamente.

Na análise dessa comparação, é possível também verificar a existência da discrepância do percentual do lucro sobre o valor adicionado sobre as amostras desses países. A média de participação do lucro sobre o valor adicionado para as empresas do Reino Unido e do Brasil, respectivamente, corresponde a 5,9% e 12,1%. Os resultados comparativos revelam, portanto, uma maior participação do lucro sobre o valor adicionado no Brasil, divergente da média observada na participação do empregado<sup>6</sup>.

Esses resultados coadunam com os argumentos de Marini (2000) sobre a superexploração do trabalho, nos anos 1970, sem que houvesse mudanças dessa dinâmica, pois, ao verificar a menor participação dos salários sobre esse montante, por

<sup>6</sup> Um quadro comparativo entre os estudos de Pong e Mitchell (2005) e Batista (2018) e os da distribuição do valor adicionado em percentual entre Reino Unido e Brasil pode ser observado na pesquisa realizada por Sales, Batista e Theófilo (2019) que demonstra o seguinte comportamento respectivamente: Empregados: 79,5% e 17,1%; Governo: 6,9% e 42,7%; Financiadores: 7,8% e 27,9%; Acumulação de Capital: 5,9% e 12,1%.



maior que seja a produtividade das empresas nos países periféricos, ainda assim, haveria uma desigualdade de renda, se comparada com os países centrais. No entanto, a superexploração do trabalho representa uma compensação da baixa produtividade dos países periféricos de forma a manter a atratividade do capital estrangeiro.

Contudo, o PIB de países periféricos em valores correntes, como o dos países da América Latina, apresenta uma contínua ascensão no longo prazo, segundo dados do World Bank<sup>7</sup>, o que sugere também uma maior produtividade e melhoria do poder aquisitivo dos salários, se vistas pelo ângulo da associação dessas duas variáveis destacadas pelos dados empíricos de Piquetty (2015). Ressalta-se que essa configuração de baixa participação da renda dos trabalhadores no valor adicionado das empresas atuantes nos países da América Latina forçará a manutenção do hiato entre as médias salariais desses países em relação aos países centrais e da garantia de níveis atrativos de acumulação de capital pelos investidores nessas regiões.

Essa situação contribui também para compreender a ausência de convergência dos países latino-americanos para os patamares mais elevados de padrão de vida dos países centrais. É o que revelam Meller e Valdés (2009), ao apresentar evidências empíricas, baseadas nos estudos de Chowdhury (2004). Eles demonstram existir divergência crescente de renda *per capita* entre os países periféricos e centrais, no sentido de haver uma menor tendência de aumento da renda dos países periféricos em relação aos centrais.

Para esses autores, a América Latina afasta-se em divergência crescente do PIB *per capita* dos Estados Unidos, com participação de 30% em seu PIB em 1950 para 20% em 2008<sup>8</sup>, embora haja uma certa indefinição de formação de tendência no último período analisado, de 1990 a 2006. Apesar de a razão dessa divergência não ser apresentada como reflexo da menor participação da renda dos trabalhadores no valor adicionado das empresas na América Latina, por esses autores, os seus estudos não excluem a possibilidade de existir uma associação entre essas variáveis.

Resta ainda verificar a desigualdade interna de renda dos países latino-americanos. A diferença da renda familiar entre ricos e pobres durante a década de 1990, apresentada pela CEPAL (2004), revela que, na maioria dos países da região, o decil mais rico apropria mais de 30% da receita total, como é o caso do Brasil, que chegou a 45%. Além disso, com exceção da Costa Rica e Uruguai, de 66% a 75% da população<sup>9</sup> possuem renda *per capita* inferior à média global. Mais recentemente, a CEPAL (2019) sublinha que, apesar de a desigualdade de renda ter reduzido entre 2002 e 2014, a partir de 2015, assim como no Brasil, essa tendência tem desacelerado. Países<sup>10</sup> nos quais a desigualdade de renda aumentou no período de 2014 a 2018 também tiveram aumento das diferenças de renda absolutas entre o primeiro e o décimo decil.

<sup>7</sup> WORLD BANK. Grupos de países e empréstimos do Banco Mundial. Disponível em: <<https://datahelppdesk.worldbank.org/knowledgebase/articles/906519>>. Acesso em: 24 de fev. 2020.

<sup>8</sup> Já o coeficiente da média da renda per capita entre os países mais ricos e mais pobres analisados “salta de 6 para 1 em 1820 para 70 para 1 em 1992” (Meller; Valdés, 2009, p. 191).

<sup>9</sup> “La relación de ingresos entre el decil más rico y los cuatro deciles más pobres también da cuenta de una alta concentración. La mayor distancia a este respecto se verifica en Brasil, donde el decil más acomodado tiene un ingreso 32 veces superior al ingreso conjunto de los cuatro deciles menos favorecidos. En la región, esta diferencia alcanza un promedio simple de 19,3 veces, valor sumamente alto si se lo compara, por ejemplo, con el de Uruguay (8,8 veces) o de Costa Rica (12,6 veces), países con la mejor distribución del ingreso de toda la región” (CEPAL, 2004, p. 86).

<sup>10</sup> Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Equador, El Salvador, Panamá, Peru, República Dominicana e Uruguai (CEPAL, 2019).



Para compreender a realidade brasileira de concentração de renda, os estudos de Souza (2016) contemplaram o seu comportamento no período entre 1926 e 2013. A sua pesquisa demonstrou que, no Brasil, assim como no restante do mundo, o período pós-guerra reduziu a fração apropriada dos mais ricos na renda do país, fato que durou apenas na década de 1950. Todavia a desigualdade da renda teve retomada a partir de 1964, passando pela década de instabilidades em 1980 até o início dos anos 1990. A partir de 2000 até 2009, o país apresentou uma recuperação econômica com redução do coeficiente Gini<sup>11</sup> com subseqüentes variações de aumento em 2012 e retorno à redução em 2013. Segundo dados do World Bank<sup>12</sup>, no Brasil, o coeficiente Gini interrompe sua tendência de redução a partir de 2016 com ascensão até 2018, retornando aos mesmos patamares dos últimos 10 anos.

Essas observações coincidem com os grandes ciclos políticos do desenvolvimento, das ditaduras de 1937 e de 1964. Com a Constituição de 1988 e, posteriormente, a estabilidade da moeda nacional e retomada econômica, Souza (2016) observa, nesse período, a existência de uma relativa estabilidade na desigualdade brasileira, na qual a fração recebida pelo centésimo mais rico esteve em torno de 20% e 25% da renda. Entretanto, ao longo do período, houve um comportamento de ondas, com variações no período analisado, divergente das observadas nos países centrais da Europa, as quais mantiveram-se abaixo dos 15%. Mais recentemente, após 2015, a retomada da concentração de renda, apontada pelo índice de Gini, coincide com a intensificação de adoção de medidas neoliberais ocorridas no país<sup>13</sup>.

## Considerações Finais

A análise da realidade do contexto do desenvolvimento desigual sob a ótica da baixa renda e desigualdade de renda encontrada nos países latino-americanos contribui para compreender como os países latino-americanos se submetem a um arranjo prejudicial de desenvolvimento socioeconômico, em função da necessidade de adequarem-se a opressões do sistema econômico mundial.

Os estudos apresentados até aqui e as suas associações com fatos e elementos socioeconômicos que justificam a baixa renda e desigualdade de renda, principalmente advindas da força de trabalho, ecoam das investigações relativas ao papel dos países periféricos no sistema econômico mundial, envolvendo questões como a geração e acumulação de riqueza decorrentes das atividades produtivas presentes no espaço geográfico dos países periféricos e da superexploração do trabalho, frequentes nesses espaços, corroborada pelo exército de força de trabalho disponível e desqualificada.

<sup>11</sup> Índice de Gini da renda domiciliar *per capita* no Brasil em 2001: 0,5944; 2009: 0,5401 (IBGE, 2020). “Medida de concentração, mais frequentemente aplicada à renda [...]. Os valores do coeficiente de Gini variam entre 1 e zero; quanto mais próximo de 1 for o coeficiente, maior será a concentração na distribuição de qualquer variável, acontecendo o contrário à medida que esse coeficiente se aproxima de zero” (Sandroni, 1999, p. 106).

<sup>12</sup> WORLD BANK. Grupos de países e empréstimos do Banco Mundial. Disponível em: <<https://datahelppdesk.worldbank.org/knowledgebase/articles/906519>>. Acesso em: 24 de fev. 2020.

<sup>13</sup> Medidas neoliberais adotadas pós-*impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, ocasião em que o vice-presidente Michel Temer assume a presidência, em 12 de maio de 2016, conforme aponta Santos (2016), com medidas que visam à consolidação de um Estado Mínimo para a área social e ações de impactos negativos sobre a auditoria fiscal do trabalho, levando à sua fragilização e agravando o processo de precarização do mercado.

Dessa forma, as discussões trazidas até aqui fortalecem e complementam o entendimento de que, a partir da industrialização, o comportamento da desigualdade da renda, nos países periféricos e centrais, revelou-se distinto. Na trajetória da relação comercial entre esses países, restou, aos latino-americanos, o papel de fornecer, aos centrais, as condições necessárias e suficientes para alimentar o processo produtivo desses países centrais, a exemplo do fornecimento de *commodities*. Com essa atribuição, os latino-americanos e demais países periféricos contribuem para a redução das contradições do capitalismo nos territórios dos países com industrialização avançada, sob o lastro da exploração da desqualificada força de trabalho e da baixa remuneração nos países latino-americanos. De maneira particular, o capitalismo que se reproduz nesses países, com menor avanço no processo de industrialização, a exemplo dos da América Latina, deixaram uma herança histórica de distorções em suas transformações sociais.

A desigualdade da renda no trabalho, observada no ambiente interno da América Latina ou nas comparações com países centrais, apresenta-se como um elemento de base para a manutenção da atratividade do capital estrangeiro à custa, entre outros elementos, da superexploração da força de trabalho e a sua consequente desigualdade de renda inter e intrarregional na economia mundial. Refuta-se, dessa forma, o entendimento distorcido de correntes que defendem a existência de privilégios estabelecidos pela legislação de proteção excessiva à força de trabalho nesses países superexplorados, uma vez que a realidade mostra-se diversa, com remuneração e benefícios discrepantes em relação aos observados nos países centrais.

Apesar da preferência do capital estrangeiro por investimentos em países ricos, com menores riscos, os países latino-americanos constituem uma alternativa para empreendimentos voltados para recursos naturais, produtos agrícolas e serviços públicos privatizados. Por sua vez, esses investidores contam com a baixa renda do trabalho, em relação à média salarial mundial, que é vista como um baixo custo para produção e, concomitantemente, expectativa de remuneração elevada sob o capital investido.

Ademais, internamente, a elevada concentração da renda do trabalho, para uma minoria, torna a maioria da força de trabalho com pequena participação no valor adicionado gerado pelo empreendimento das corporações. O reflexo de todo esse cenário é a continuidade de um desenvolvimento desigual pela perspectiva da renda que se estende já a longas décadas nos países latino-americanos.

## Referências

AMIN, Samir. **O desenvolvimento desigual** - ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.

BATISTA, Alexandre Teixeira Norberto. **Dimensões latentes da distribuição da riqueza**: uma análise a partir da demonstração do valor adicionado. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Panorama social da América Latina - 2019**. Disponível em: [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44412/1/S1801085\\_pt.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44412/1/S1801085_pt.pdf). Acesso em: 3 dez. 2020.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Una década de desarrollo social en América Latina, 1990-1999**. Santiago: Nações Unidas, 2004. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/2382-decada-desarrollo-social-america-latina-1990-1999>. Acesso em: 24 ago. 2020.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. Barueri, SP: Editora Manole, 2014.

CHOWDHURY, Khorshed. **Convergence of per capita GPD across SAARC countries**. Wollong, Australia: University of Wollongong: Economics working paper series, jan. 2004. Disponível em: <https://ro.uow.edu.au/cgi/viewcontent.cgi?article=1092&context=commwkpapers>. Acesso em: 25 out. 2024.

FRANK, André Gunder. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Índice de Gini da renda domiciliar per capita**. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2011/b09ufb.htm>. Acesso em: 24 ago. 2020.

KUZNETS, Simon. Economic Growth and Income Inequality. **The American Economic Review**, v. 45, n. 1, 1955. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1811581?seq=1>. Acesso em: 16 jan. 2020.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Coimbra: Centelha, 1976.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. In: Título da obra. SADER, Emir (org.). Petrópolis: Vozes: Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MELLER, Patrício; VALDÉS, Gonçalo. Crescimento Econômico na América Latina. In: CARDOSO, Fernando Henrique; FOXLEY, Alejandro (org.). **América Latina, desafios da democracia e do desenvolvimento**: governabilidade, globalização e políticas econômicas para além da crise. v. 1. Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo: IFHC, 2009.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. Crises e ciclos e evolução do capitalismo. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de; RODRIGUES, Luciene (org.). **Capitalismo**: da gênese à crise atual. Montes Claros: Ed. Unimontes, 1999.

PIKETTY, Thomas. **A economia da desigualdade**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015. 142 p.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PIKETTY, Thomas; SAEZ, Emmanuel. Income inequality in the United States, 1913-1998. **QJE**, n. 118, p. 1-39, 2003.

PONG, Chris; MITCHELL, Falconer. Accounting for a disappearance: a contribution to the history of the value added statement in the UK. **Accounting Historians Journal**, v. 32, n. 2, p. 173-199, jul. 2005.

SALES, Handerson Leonidas. **Relação centro-periferia e o desenvolvimento desigual nos municípios mineiros com atividade mineradora**. 2021. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Social) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2021.

SANDRONI, Paulo (org.). **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SANTOS, Roseniura. A retomada do Programa Neoliberal no governo Temer e seus possíveis impactos sobre a auditoria fiscal do trabalho brasileira. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 239, p. 795-812, 2016.

SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. **A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013**. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **O capitalismo histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

WORLD BANK. **Grupos de países e empréstimos do Banco Mundial**. Disponível em: <https://datahelpdesk.worldbank.org/knowledgebase/articles/906519>. Acesso em: 24 de fev. 2020.

## **Capítulo 5**

# **Sistema financeiro e desenvolvimento regional desigual**

Tânia Marta Maia Fialho  
Luciana Maria da Costa Cordeiro  
João Guilherme Magalhães-Timóteo

### **Introdução**

A importância atribuída ao sistema financeiro, como um dos elementos determinantes do desenvolvimento econômico, figura como um dos mais controvertidos e importantes temas da análise econômica contemporânea. Avaliações empíricas diversas indicam que o desenvolvimento do sistema financeiro — entendido, de forma genérica, como a melhoria da qualidade, da quantidade e da eficiência dos produtos do setor — exerce um efeito positivo sobre a trajetória das taxas de crescimento econômico, especialmente pela capacidade de estimular os níveis de produto e emprego dos diversos países. Ademais, a crescente ênfase tem sido depositada ao acesso e à inclusão de serviços financeiros como elementos essenciais à promoção do desenvolvimento, especialmente pela sua capacidade de afetar o comportamento da economia, da pobreza e da equalização da renda.

Fields (2001) argumenta que um sistema financeiro pouco desenvolvido concorre para a persistência da pobreza, para a maior desigualdade de renda e para um crescimento econômico mais lento, na medida em que restringe o acesso da população pobre ao crédito, bem como a outros produtos e serviços financeiros que possam garantir a sua participação efetiva na economia — quer seja para iniciar um ciclo de produção, inclusive em pequenos empreendimentos, quer seja para consumir bens e serviços, tais como educação, saúde e lazer, essenciais à ampliação da renda e da qualidade de vida.

Especialmente em sociedades caracterizadas pela alta concentração de renda, os benefícios decorrentes do crescimento do produto da economia são distribuídos de forma desigual, prejudicando as camadas mais pobres da população e

aprofundando as disparidades socioeconômicas regionais. Segundo o que preconiza Kumar (2004), os próprios diferenciais de renda e de densidade populacional, bem como os elementos inerentes à lógica da dinâmica do sistema financeiro, podem, por seu turno, determinar a concentração da oferta dos serviços financeiros em áreas com níveis de rendimentos mais elevados.

Pela importância atribuída ao tema pela Organização das Nações Unidas (ONU), o pacto global subscrito por 193 países-membros em 2015, na denominada Agenda 2030, estabeleceu, como estratégia socioeconômica, para que se alcancem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, erradicar a pobreza e acabar com a fome, garantindo a segurança alimentar e a melhoria da nutrição à população mundial.

A magnitude e relevância desses objetivos exigem não apenas medidas diretas de distribuição de renda e de proteção social triviais, mas, acima de tudo, ações governamentais relacionadas às políticas públicas de garantia do acesso aos recursos econômicos e aos serviços básicos, entre os quais se incluem os serviços financeiros, em todas as esferas.

Assim, temas como a exclusão financeira e o crescente endividamento das famílias são questões pautadas em todas as economias do mundo. Garantir o acesso e a utilização dos serviços financeiros a todos é instrumento importante de inclusão social, visto que contribui para a geração de empregos e de renda para as famílias, a criação de pequenos negócios, a melhoria no gerenciamento das finanças pessoais e microempresariais e o aproveitamento de novas oportunidades. Além disso, a inclusão financeira pode propiciar, às famílias socialmente excluídas, atendimento às necessidades básicas incluindo saúde, educação, moradia e segurança alimentar, bem como torná-las menos vulneráveis a choques adversos, garantindo o desenvolvimento e a sua sustentabilidade.

Não apenas pelas diversas funções que desempenha na economia, como as de mobilização e alocação de recursos, administração de risco, seleção e monitoração de empresas e produção e divulgação de informação, o sistema financeiro afeta o contexto socioeconômico de várias formas, especialmente pela concessão de créditos a produtores e consumidores em períodos incertos, caracterizados pelo aumento da preferência pela liquidez e redução da demanda efetiva, com repercussões na produção, no emprego e na renda.

Portanto, qualquer concepção de desenvolvimento deve traduzir a adoção de políticas e iniciativas dos serviços financeiros adequados às necessidades da sociedade e do setor produtivo, como elementos determinantes desse processo, de forma a conceber a moeda não apenas como meio de troca, mas como uma variável não neutra, ou seja, capaz de provocar efeitos nas variáveis reais da economia, quer seja pelo lado da demanda, quer seja pela oferta.

A análise dessa relação requer considerar, inicialmente, o papel desempenhado pela moeda, bem como a forma como o sistema financeiro é concebido nas diversas vertentes teóricas. Para os propósitos deste estudo, na análise subsequente, serão discutidos os principais argumentos subjacentes ao debate sobre o papel do sistema financeiro no crescimento econômico e no desenvolvimento, revisitando tanto a visão convencional (clássica e neoclássica) e os seus principais desdobramentos quanto às abordagens keynesianas e pós-keynesianas.

Mesmo contemporaneamente, existem estudos que modelam o sistema financeiro dentro da ótica derivada do *mainstream*, tratando a moeda como um meio de troca neutro, gerando críticas pela visão limitada do seu papel para o crescimento

e desenvolvimento. Por isso mesmo, o objetivo deste estudo é mostrar como o sistema financeiro pode ter um papel ativo no processo de crescimento da economia e para o desenvolvimento social, ao contrário da visão liberal. Ao apresentar as duas teses antagônicas da neutralidade e não neutralidade monetária, este estudo procura deixar evidente que, mesmo ante a sua lógica maximizadora de lucros subjacente, o sistema financeiro pode ser utilizado, pelo efeito multiplicador que pode gerar no produto e na renda, como um mecanismo eficiente para melhorar as condições de vida da população.

Uma vez indicado o seu caráter não neutro em termos da economia nacional, o passo seguinte é ressaltar de que maneira se dá a transmissão do efeito da endogeneidade do sistema financeiro no contexto regional, já que a economia real é marcada por grandes disparidades entre as regiões, tanto no âmbito interno quanto externo dos diversos países. Por não ser ainda exaustivamente discutido, o papel regional do sistema financeiro é uma contribuição adicional deste estudo, especialmente num momento em que o liberalismo radical ou ultraliberalismo e a sua proposição de estado mínimo avançam em muitas sociedades e economias, anulando muitas dimensões da vida social em detrimento do economicismo. Confrontar a lógica puramente econômica do ultraliberalismo, fincada também na ideia de neutralidade monetária, é condição necessária para ver o sistema financeiro como instrumento potencial a ser utilizado para redução das desigualdades regionais.

Isso posto, a contribuição deste estudo para o campo do desenvolvimento converge no sentido de destacar a relevância do sistema financeiro, tanto no contexto econômico quanto no social, principalmente como instrumento a ser utilizado na minimização de graves problemas relacionados à desigualdade na distribuição de renda, à inércia dos altos indicadores de pobreza e à insegurança alimentar que, ainda, afetam, em maior ou menor grau, todas as sociedades contemporâneas. Pensar o desenvolvimento econômico e social, sustentável e inclusivo, conforme preconizado pelos objetivos de Desenvolvimento Sustentável pactuados pelos 193 países na Agenda 2030 requer, necessariamente, o sistema financeiro como elemento imprescindível ao financiamento do investimento adequado a esse propósito, ou seja, como uma variável endógena, caracterizada pela inclusão e participação da população à margem no processo de produção econômico-social, capaz de exercer efeito positivo sobre as variáveis reais como produto, emprego e renda.

O que se espera é que a análise aqui realizada possa contribuir para o debate sobre o papel do sistema financeiro no crescimento e desenvolvimento econômico, especialmente em um cenário de desigualdade regional crescente. Além disso, ao questionar a visão tradicional da neutralidade monetária, espera-se lançar luz sobre as novas perspectivas e as soluções no campo do desenvolvimento econômico e social.

À parte desta introdução, este estudo organiza-se da forma que se segue. A seção 2 discute o papel do sistema financeiro no crescimento econômico, considerando a perspectiva ortodoxa, que trata a moeda como neutra, e heterodoxa, que se baseia nos princípios keynesianos, ao preconizar a capacidade que a moeda tem de afetar as variáveis econômicas reais. A seção 3 discute como a tese da não neutralidade monetária pode ser aplicada em um contexto de desenvolvimento regional desigual; e a seção 4 apresenta algumas conclusões.

## O Papel do Sistema Financeiro no Crescimento Econômico

Diversos estudos têm enfatizado a influência que o sistema financeiro pode exercer sobre o desempenho da economia. A ideia de que os indicadores de crescimento são afetados pela intensidade, pela abrangência e pelo comportamento do sistema financeiro, implícita nessas análises, tem, igualmente, merecido atenção, especialmente pelo crescente reconhecimento de ser este um elemento crucial para o desenvolvimento econômico. Além de se constituir em um importante fator a impulsionar o setor produtivo, o sistema financeiro atua como redutor de riscos e vulnerabilidade socioeconômica, pela possibilidade de disponibilizar créditos capazes de promover o acesso a bens e a serviços básicos, imprescindíveis à garantia do bem-estar da população, gerando oportunidades para os grupos populacionais com níveis de renda mais baixos de participarem e beneficiarem-se do processo de crescimento econômico.

Em geral, esses estudos apresentam uma leitura alternativa dos fatores que afetam o crescimento econômico, os níveis de pobreza e a desigualdade na distribuição de renda dos diversos países, a partir da análise do nível de desenvolvimento do sistema financeiro. Duas perspectivas distintas são, comumente, utilizadas nesse debate. Uma é baseada nos fundamentos dos teóricos clássicos e neoclássicos, consubstanciada na ideia de neutralidade monetária, que atribui, ao sistema financeiro, papel passivo ou apenas de intermediação na alocação de recursos para financiamento do investimento. Outra concepção, fundamentada especialmente na contribuição keynesiana da não neutralidade monetária, destaca o caráter endógeno da moeda e a sua capacidade de afetar as variáveis econômicas reais, imprimindo, ao sistema financeiro, papel relevante na determinação da trajetória dos indicadores de crescimento da economia. Para os propósitos deste estudo, na análise subsequente, serão discutidos os principais argumentos subjacentes a esse debate, revisitando tanto a visão convencional (clássica e neoclássica) e os seus principais desdobramentos quanto às abordagens keynesianas e pós-keynesianas.

### Ortodoxia: Poupança e Financiamento do Investimento

Um traço característico da abordagem teórica clássica repousa na ideia de que as alterações no produto da economia somente podem ser efetivadas a partir de mudanças em pelo menos uma das variáveis reais, quer seja a quantidade dos fatores de produção, o grau de especialização do trabalho ou a intensidade com que o capital é acumulado. Nesse cenário, a moeda não exerce nenhum efeito ativo e permanente sobre o desempenho macroeconômico (a não ser no curto prazo), dada a supremacia das variáveis reais na determinação da trajetória da economia.

Isto significa admitir a moeda como exógena, neutra no longo prazo, cabendo-lhe apenas o papel secundário de instrumento facilitador das trocas e de influenciadora da determinação do nível geral de preços. Desde a equação de trocas de David Hume (1752), a quantidade da moeda, a velocidade da sua circulação e o nível do produto real eram consideradas como variáveis independentes, com efeito apenas na determinação do nível de preços, o que impingiu, ao sistema financeiro, pouca ou nenhuma expressividade na determinação do produto da economia. A subsequente contribuição de David Ricardo (1996) postulava que o aumento da oferta de moeda, mantendo constantes a velocidade de sua circulação e o produto da economia, ten-



deria a elevar o nível de preços. Em quaisquer situações apresentadas, a causalidade estabelecida é no sentido da dinâmica do crescimento da economia como determinante da oferta monetária, ou seja, “onde as empresas lideram, as finanças seguem” (Robinson, 1952, p. 86, tradução nossa)<sup>14</sup>.

Amado (1998) discute o papel da moeda e do sistema financeiro no desenvolvimento regional, observando que

de forma geral, a moeda tem sido tratada bem mais como um elemento sem importância e como uma mera conveniência do que como algo que realmente possui o poder de afetar, de forma decisiva, tanto a trajetória de curto como de longo prazo da economia (Amado, 1998, p. 76).

Nesse sentido, a hipótese de neutralidade monetária, sob a qual se sustenta a análise econômica ortodoxa, restringia o papel da moeda e, por conseguinte, do sistema financeiro, apenas a apresentar respostas automáticas às demandas monetárias geradas no âmbito do processo de desenvolvimento econômico.

Uma vez concebido apenas como um intermediário nas relações de trocas, o sistema financeiro não é capaz de afetar as decisões dos agentes nem exercer quaisquer efeitos reais sobre a economia, uma vez que as variáveis relevantes na determinação do crescimento econômico (poupança e investimento) são exogenamente determinadas. Carvalho (2005), analisando o debate teórico em torno da relação poupança/investimento e financiamento do desenvolvimento, sumariza esse ponto de vista observando o que se segue:

As variáveis relevantes na construção clássica são todas reais: poupança e investimento referem-se a parcelas do produto social e a taxa de juros é o resultado da comparação entre duas cestas de bens: aquela de cujo consumo se abre mão no presente e aquela que será obtida no futuro em retorno. A existência de um sistema financeiro não muda as variáveis fundamentais do modelo. Mercados financeiros podem facilitar (ou dificultar) as relações entre poupadores e investidores, mas não podem mudar sua natureza, nem alterar a taxa de juros que compatibiliza os planos de ambos os grupos (Carvalho, 2005, p. 15).

Outro argumento subjacente à perspectiva clássica remete à teoria dos fundos emprestáveis ou da precedência da poupança como primeira condição para o investimento produtivo. Em essência, esse argumento sustenta que, para que ocorra investimento em novos empreendimentos, é necessário que a poupança acumulada pela sociedade seja suficiente para atender à demanda do setor produtivo por fundos. É a poupança, previamente acumulada pelos agentes econômicos, que determinará o nível de investimento e de crescimento da economia. Conforme pondera Studart (1993),

o mercado de capitais de maneira geral é definido através de duas curvas: a função de poupança que reflete as preferências intertemporais das unidades familiares e a curva de investimento como função direta do retorno sobre o capital (Studart, 1993, p. 103).

O equilíbrio nesse mercado é obtido quando a taxa de juros atinge certo nível que compatibiliza a oferta e a demanda dos fundos disponíveis para empréstimos,

<sup>14</sup> Segundo Robinson (1952), o sistema financeiro ocupava um papel relativamente pouco significativo no desenvolvimento econômico, uma vez que era resultante do processo de crescimento econômico. A direção de causalidade, portanto, dava-se no sentido do crescimento econômico como determinante do desenvolvimento do sistema financeiro.

de tal forma que a remuneração esperada pelos poupadores seja igual àquela a qual os investidores estão dispostos a pagar para a realização dos investimentos. Resulta, desse contexto, as mesmas conclusões clássicas de que o sistema financeiro só se reveste de alguma importância como mero intermediador de fundos dos agentes superavitários (poupadores) para os agentes deficitários (investidores), concebido, portanto, como o “*locus* de intermediação de capital entre poupadores e investidores” (Studart, 1993, p. 114).

É importante salientar que esses argumentos só se sustentariam num contexto de prevalência da hipótese dos mercados eficientes, ou seja, aqueles capazes de refletir de forma plena e precisa todas as informações necessárias à determinação de preços dos ativos financeiros. Studart (2005) observa que, num cenário econômico tipicamente neoclássico, composto por agentes maximizadores representados, de um lado, por poupadores que ofertam poupança e, de outro, pelos investidores que demandam o capital necessário ao financiamento do investimento, a inexistência de ruídos na informação ou existência de informação perfeita e completa é, de certa forma, garantia para uma alocação eficiente dos recursos. Nesse mundo ideal, de informação perfeita e de livre acesso a todos os agentes econômicos, caberia ao sistema financeiro apenas um papel passivo de intermediador de fundos, dado que o pleno conhecimento de todas as informações necessárias às tomadas de decisões racionais dos investimentos permitiria aos poupadores compor uma carteira de ativos com base nas suas preferências em relação ao retorno e ao risco envolvidos nesse processo.

Ainda que seja alvo de variadas críticas, pelo irrealismo dos seus pressupostos balizadores, há que considerar o argumento defendido por Chick (1994) de que a teoria da poupança prévia deve ser contextualizada dentro dos estágios de desenvolvimento das instituições financeiras<sup>15</sup>. Especificamente, essa concepção de necessidade de poupança prévia como garantia do financiamento do investimento molda-se, exatamente, ao primeiro estágio do desenvolvimento bancário. Conforme Chick (1994), o primeiro estágio é caracterizado por “bancos numerosos e pequenos, além de semi-isolados geograficamente” (Chick, 1994, p. 11) que atuavam como receptores de poupança, o que os tornava dependentes do fluxo de depósitos dos agentes para compor as reservas necessárias à capacidade de emprestar e, por conseguinte, à concessão de financiamentos dos investimentos. Nesse sentido, as reservas só se configuram se houver uma poupança correspondente que, por sua vez, determina o valor e o custo do investimento.

Os depósitos bancários eram, nesse contexto, os elementos limitadores da capacidade de concessão do crédito bancário, cuja oferta era exógena ao sistema, já que dependia da opção dos agentes entre reter dinheiro e mantê-lo em contas de depósito (incluindo poupança). Esse estágio reproduz, portanto, o cenário retratado pela visão ortodoxa, em que a moeda é apenas um instrumento facilitador das trocas e, o sistema financeiro, conforme pondera Chick (1994), é um “elemento de ligação entre a poupança e a utilização dessa poupança para investimento” (Chick, 1994, p. 12), que não exerce qualquer efeito real sobre o produto da economia.

<sup>15</sup>Chick (1994) analisa historicamente as diversas fases de desenvolvimento do sistema bancário, identificando nesse processo cinco estágios, que, à medida que evoluem, distanciam-se dos resultados preconizados pela teoria ortodoxa, em que a moeda se configura apenas como meio de troca e os bancos são meros intermediários entre poupadores e investidores.

## A Relevância do Sistema Financeiro para o Crescimento Econômico: Marx, Keynes e Schumpeter

Enquanto na perspectiva convencional prevalece como fundamento a neutralidade monetária, o que confere ao sistema financeiro um papel passivo, de mero intermediário da transferência da poupança para o financiamento do investimento, a importância da moeda e a sua capacidade de afetar as decisões econômicas têm sido, historicamente, destacadas por importantes expoentes do pensamento econômico. Tanto a matriz teórica marxista quanto as schumpeteriana e keynesiana refutam a ideia de neutralidade monetária no longo prazo e, por conseguinte, a dicotomia real versus monetário, para conferir à moeda um papel ativo no processo de desenvolvimento econômico. Nesse sentido, Molo (2004, p. 332) pondera que, “para os heterodoxos, tanto marxistas quanto pós-keynesianos, a moeda é fundamental na conexão ou coordenação da economia, e o crédito rompe a restrição orçamentária e tem papel ativo, potencializando a produção”.

Na vertente teórica marxista, a moeda inicia e completa todo o circuito do processo de produção capitalista (sumarizada na relação  $D-M-D'$ ), extrapolando, dessa forma, a simples condição de dinheiro (equivalente geral) e constituindo-se em instrumento de validação do trabalho social. Ademais, a importância estratégica é atribuída por Marx (1984) ao sistema de crédito, considerado-o como a “mola propulsora da produção capitalista” (Marx, 1984, p. 335), na medida em que impulsiona o processo produtivo de mercadorias, fortalecendo a acumulação de capital, bem como as contradições a ele inerentes. Marx argumenta, ainda, que:

o sistema de crédito acelera, portanto, o desenvolvimento material das forças produtivas e a formação do mercado mundial, os quais, enquanto bases materiais da nova forma de produção devem ser desenvolvidas até certo nível como tarefa histórica do modo de produção capitalista (Marx, 1984, p. 335).

A aceitação da relevância do crédito para a acumulação do capital dentro da concepção marxista é destacada por Molo (2004), quando discute as controvérsias em torno da neutralidade ou não neutralidade da moeda na ortodoxia e heterodoxia econômica ao frisar o seguinte:

Para os marxistas, o crédito potencializa a acumulação de capital ao permitir o aumento de ritmo e da escala da produção, ao reduzir custos de circulação e ao antecipar, sincronizando, tanto a etapa de produção quanto a de circulação, já que com o crédito não é mais necessário esperar a realização de lucros para financiar aumentos de capacidade, e já que também o consumo pode ser antecipado via crédito e, com ele, a realização de lucros (Molo, 2004, p. 333).

Essa ideia de imprescindibilidade do sistema bancário para a expansão e transformação do capitalismo é, também, apontada por Schumpeter (1982), quando ele analisa a dinâmica do processo de desenvolvimento econômico. Na perspectiva schumpeteriana, o sistema financeiro bancário tem importância ímpar para o crescimento econômico, enquanto fornecedor do crédito necessário ao investimento nas atividades de inovação. É a criação do crédito pelo sistema bancário que viabiliza o investimento dos empresários inovadores, permitindo-lhes, num primeiro momento, auferir lucros extraordinários ou de monopólio, quando da introdução da inovação no mercado. Em sequência, a difusão da inovação dá lugar a um processo de imitação

por parte dos demais empresários, ampliando a demanda de recursos para investimentos em novos empreendimentos, o que gera maior dinamismo e crescimento da economia.

Para Schumpeter (1982), os recursos necessários à realização do crédito são obtidos tanto dos “fundos que são eles próprios, resultado de inovações bem-sucedidas” (Schumpeter, 1982, p. 52) — que, na verdade, consistem nos lucros acumulados pelos empresários — quanto da capacidade do sistema financeiro bancário de criar poder de compra. Sob tais circunstâncias, percebe-se que o argumento da precedência da poupança, sustentado pela visão convencional, dá lugar, na perspectiva schumpeteriana, a uma nova compreensão de que a condição necessária para o financiamento do investimento é a disponibilidade de recursos que, em geral, é suprida pela concessão de crédito bancário, o que assegura um papel ativo ao sistema financeiro na trajetória do crescimento econômico.

Contudo, é na perspectiva teórica keynesiana e de seus seguidores, que se configura, de forma mais contundente, a essencialidade do papel da moeda e, por conseguinte, do sistema financeiro na determinação dos níveis de emprego e produto da economia capitalista. Em oposição à concepção clássica e neoclássica, Keynes (1983) sustenta a não neutralidade da moeda e do sistema financeiro, fundamentada no conceito de economia monetária de produção. Conforme define o autor, “uma economia monetária (...) é essencialmente uma economia em que as mudanças de pontos de vista sobre o futuro são capazes de influenciar o volume de emprego e não meramente a sua direção” (Keynes, 1983, p. 4). É no contexto dessa incerteza em relação ao futuro e ao impacto que ela exerce sobre as expectativas dos agentes econômicos que se apoia a tese de não neutralidade da moeda e que se define um dos elementos fundamentais da análise keynesiana, qual seja, o da preferência pela liquidez, entendida, segundo Carvalho (2009), como “a possibilidade de converter a riqueza presente em poder de compra para usá-lo na aquisição de outras formas de riqueza” (Carvalho, 2009, p. 96). Nesse ambiente, para além de ser um simples meio facilitador das trocas, a moeda passa a ser um instrumento de defesa dos agentes diante da incerteza.

Conforme Molo, “para Keynes, (...) e para os pós-keynesianos, a moeda é garantia contra incerteza que permeia a economia por ser o ativo mais líquido e, por isso, influencia decisões importantes dos agentes econômicos” (Molo, 2004, p. 336). Assim, a moeda só assumirá um caráter não neutro quando a incerteza não for capaz de afetar a tomada de decisão dos agentes econômicos, o que não se aplica ao mundo real. Essa perspectiva keynesiana refuta, portanto, a hipótese de precedência da poupança como condição inicial necessária ao financiamento do investimento. De acordo com Keynes:

Quando o empresário decide investir, precisa estar seguro de dois pontos: primeiro, que pode obter recursos suficientes a curto prazo, durante o período da produção do investimento; e, segundo que acabará financiando suas obrigações de curto prazo mediante uma emissão de longo prazo, em condições satisfatórias (Keynes, 1992, p. 166).

Note-se que Keynes, assim como os pós-keynesianos, distingue dois estágios complementares no processo de financiamento do investimento. O primeiro, denominado de *finance motive*, corresponde à liquidez requerida para o financiamento do investimento no intervalo compreendido entre a decisão de investir e a sua efetiva

concretização. Trata-se, portanto, de um tipo especial de oferta de crédito de curto prazo — disponibilizado “pelos especialistas, em particular, pelos bancos que organizam e administram um fundo rotativo de recursos líquidos” (Keynes, 1992, p. 167), — destinado a fomentar a indústria de bens de capital, o que possibilita a geração e/ou ampliação da renda, por meio do efeito multiplicador keynesiano. Parte dessa renda gerada é destinada ao consumo, e o resíduo remanescente reflui ao sistema bancário na forma de poupança.

Não há, portanto, nessa perspectiva, o pressuposto de precedência da poupança como determinante primário da decisão de investir, mas existe a exigência de *finance*, traduzida como esse fundo rotativo de recursos, completamente fornecido pelo sistema bancário que depende, fundamentalmente, da preferência pela liquidez dos agentes e das condições da oferta monetária. É, portanto, o crédito bancário que desempenha papel crucial no financiamento do investimento, sendo a poupança resultante da renda gerada pelo efeito multiplicador das inversões realizadas.

O segundo estágio corresponde à realização do *funding*, traduzido como financiamento de longo prazo, que é sustentado, especialmente, pela consolidação (fundação) da dívida de curto prazo, por meio da emissão de ações e títulos no mercado de capitais, subscritos pela poupança, gerada no estágio anterior (*finance*). Resende (2005) pondera que “as firmas vendem ações aos poupadores, cuja poupança resultou da despesa de investimento propriamente dito e utilizam a liquidez assim obtida para saldar a dívida de curto prazo junto ao sistema bancário” (Resende, 2005, p. 15), o que, por sua vez, é condicionado pelo estado da preferência pela liquidez da economia, ou pela disposição dos agentes em adquirir os títulos e/ou ações de longo prazo, disponibilizados no mercado financeiro. Isso configura o financiamento do investimento em uma economia monetária, conforme concebida pela perspectiva keynesiana, como um duplo processo de *finance e funding*.

Stuart (2003) observa que, em tais circunstâncias, cumpre ao sistema financeiro um papel imprescindível no crescimento econômico, dada a sua capacidade de transmutar os ativos de curto prazo, que são demandados pelos poupadores, em fontes do *funding* apropriado ao financiamento da atividade econômica. Ademais, ressalta que a falta de um sistema financeiro desenvolvido provoca efeitos negativos sobre o crescimento da economia, já que a não conformação do *funding* pode significar uma alta preferência pela liquidez do sistema bancário, o que implica uma restrição da concessão do crédito necessário ao financiamento do investimento, num contexto de demanda crescente por empréstimos.

É a partir da concepção keynesiana de não neutralidade monetária que os pós-keynesianos destacam o papel ativo do sistema financeiro no financiamento dos investimentos produtivos e as suas repercussões no crescimento e no desenvolvimento econômico.

## Sistema Financeiro e Desenvolvimento Regional Desigual

Dada a concepção heterodoxa de endogeneidade da moeda, a relação entre o sistema financeiro e o desenvolvimento socioeconômico tem merecido considerável atenção de pesquisadores e de gestores públicos, tanto no sentido da direção da causalidade entre ambos quanto em relação a que variáveis financeiras podem impactar positivamente os indicadores de desenvolvimento. Entretanto, ainda que o sistema financeiro seja instrumento importante para o crescimento econômico e, a despeito

do efeito multiplicador, que pode gerar no produto da sociedade, em especial nos níveis de emprego e renda, nem sempre os resultados observados são traduzidos em desenvolvimento socioeconômico.

É fato que a criação de postos de trabalho, oriundos do crescimento econômico, é o principal canal para a redução da pobreza e da desigualdade, considerados indicadores importantes de desenvolvimento. Conforme ponderam Zhuang *et al.* (2009), altas taxas de crescimento podem reduzir as diferenças salariais entre trabalhadores qualificados e não qualificados, beneficiando aqueles enquadrados em níveis de renda mais baixos. Além disso, o crescimento econômico, ao implicar o aumento das receitas governamentais, pode replicar no setor público, com maiores investimentos em programas sociais, em especial, nos programas específicos de transferências de renda que, em certa medida, aliviam a pobreza e as desigualdades na distribuição de renda, isto é:

A relação entre finanças e distribuição de renda é independentemente relevante para a compreensão do processo de desenvolvimento econômico e é indiretamente relacionada ao crescimento, pois a distribuição de renda pode influenciar as decisões de poupança, a alocação de recursos, os incentivos à inovação e a política pública (Levine, 2004, p. 36, tradução nossa).

Contudo, ainda que possa ser considerado condição necessária, o crescimento econômico *per se* não é suficiente para promoção do desenvolvimento socioeconômico, caso a distribuição da riqueza obtida não seja efetivada equitativamente na sociedade. Em contraposição à teoria *trickle down*<sup>16</sup> que defende a tese de que o crescimento econômico exerce um efeito favorável sobre a renda como um todo, há que se ter em mente que, no contexto capitalista, a riqueza é concentrada na camada da população com níveis de renda mais elevados. Ao contrário de incluir todos, isso pode implicar a ampliação e o aprofundamento das desigualdades, prejudicando e, até mesmo, anulando os efeitos positivos do crescimento.

Em muitas vertentes teóricas da literatura econômica, as desigualdades nas rendas regionais são atribuídas às variáveis econômicas reais, seguindo o que preconiza a tese de neutralidade monetária. A adoção de um enfoque baseado na não neutralidade da moeda levou a interpretações alternativas do efeito das variáveis monetárias e financeiras sobre a dinâmica do desenvolvimento regional, inclusive como determinante das disparidades intra e inter-regiões. A centralidade desse debate ganha importância, na medida em que fatores monetários podem contribuir para o aprofundamento das desigualdades regionais, ou seja:

( ) a revisão da literatura mostrou que, de fato, houve, ao longo dos anos, contribuições importantes para mostrar a não neutralidade da moeda e dos sistemas financeiros em termos de seus efeitos sobre o lado real da economia e, portanto, no desenvolvimento regional, como pode ser encontrado nas teorias novo-keynesianas e pós-keynesianas do sistema financeiro (Crocco; Santos; Amaral, 2009, p. 7, tradução nossa).

Uma proeminente contribuição ao modelo teórico pós-keynesiano é atribuída à Victoria Chick e Sheila Dow (1988, p. 1) quando elas afirmam que “fatores finan-

<sup>16</sup>Para a denominada teoria *trickle down*, quando a economia cresce, parte da riqueza acumulada nas camadas de renda mais elevadas é transferida aos pobres, por meio dos efeitos dinâmicos produzidos na geração de emprego e renda. Assim, nessa perspectiva, o crescimento econômico beneficia indistintamente toda a população.

ceiros, especialmente os sistemas bancários, têm importante papel no crescimento regional, bem como no nacional”, podendo aprofundar as desigualdades regionais entre os países ou mesmo em seu âmbito interno. As autoras utilizam as concepções da teoria do desenvolvimento regional desigual, especialmente o princípio de causalção circular cumulativa, de Gunnar Myrdal (1957), e o desenvolvimento dependente (centro-periferia), combinados com elementos da teoria monetária pós-keynesiana para analisarem como fatores financeiros interagem com o desenvolvimento regional, partindo da evolução do sistema bancário.

Segundo Dow (1982), as condições econômicas prevalecentes nas regiões periféricas (menos desenvolvidas) — caracterizadas por estruturas produtivas limitadas, grande dependência em relação às regiões centrais, maior suscetibilidade à volatilidade econômica, níveis de renda deprimidos, arranjos institucionais frágeis e oportunidades de investimentos restritas, entre outros aspectos — implicam níveis de incerteza maiores, o que estimula uma maior preferência pela liquidez dos agentes econômicos. Amado (1997) observa que “nesse ambiente, a liquidez surge como um elemento fundamental, porque dá flexibilidade aos agentes em um mundo incerto” (Amado, 1997, p. 419).

Nessa concepção, regiões com um sistema financeiro pouco desenvolvido e com um sistema bancário em estágios iniciais de desenvolvimento apresentam taxas de depósitos e de poupança baixas, o que limita as operações de crédito e leva a uma baixa competitividade do setor. A vulnerabilidade a choques adversos, taxas de crescimento reduzidas, níveis de renda menores que, geralmente, caracterizam as estruturas produtivas das regiões menos desenvolvidas geram a instabilidade necessária para a formação de expectativas dos agentes em direção a maior preferência pela liquidez. Assim, segundo Amado (1998, p. 82), “os multiplicadores monetários, regionais e nacionais, passam a ser função inversa da preferência pela liquidez dos agentes”, ou seja, quanto maior a incerteza, tanto maior a preferência pela liquidez do público, e menores serão os multiplicadores monetários regionais.

Alia-se a isso o fato de que a livre mobilidade de capitais torna, nessas circunstâncias, a tendência de concentração espacial do sistema financeiro inerente, dado que as forças do mercado atuam no sentido da fuga de capitais das regiões menos desenvolvidas (periferia), que apresentam riscos maiores, para as regiões mais desenvolvidas (centro), que oferecem riscos menores e mais alternativas de investimentos, fomentando círculos viciosos que implicam um processo de causalção circular cumulativa do desenvolvimento regional, conforme sintetizado por Myrdal:

Estudos em muitos países revelam como o sistema bancário, quando não controlado para operar de maneira diferente, tende a transformar-se em instrumento que drena as poupanças das regiões mais pobres para as mais ricas e mais progressistas, onde a remuneração do capital é alta e segura (Myrdal, 1957, p. 41).

Rodriguez Fuentes (1998) também destaca as diferenças nas preferências pela liquidez em regiões centrais e periféricas, em vista dos distintos níveis de incerteza, o que propicia padrões de disponibilidade de crédito mais instáveis nas regiões menos desenvolvidas. Assim, muito antes de ser considerado um agente neutro no processo de desenvolvimento regional, a atuação do sistema financeiro pode ser tal que resulte na ampliação dos indicadores de pobreza e das disparidades entre regiões entre países e entre regiões de um mesmo país.



Quer sejam alicerçadas nos princípios da teoria do desenvolvimento desigual, retomados nas interpretações de Dow (1982), e tendo como referência os fundamentos keynesianos de incerteza e preferência pela liquidez, análises como as de Amado (1997), Barra e Crocco (2002), Crocco, Santos e Amaral (2009), Cavalcante *et al.* (2004 e 2005), Romero e Jayme Júnior (2009) enfatizam a importância dos fluxos monetários e das variáveis monetárias como uma explicação adicional para as diferenças inter-regionais que caracterizam o Brasil.

Em geral, tais estudos revelam que o efeito da moeda sobre o desempenho econômico das regiões brasileiras reflete uma dinâmica tipo centro-periferia, favorecendo o processo de causação circular cumulativa, em face da maior capacidade que as regiões centrais têm de propiciar créditos do que as periféricas. Nesse contexto, diferentes graus de incerteza, decorrentes das condições econômicas locais, afetam a distribuição do crédito, deixando evidente que a moeda “possui comportamento diferenciado por regiões e, como consequência, influencia, de forma diferenciada, o dinamismo da economia” (Cavalcante *et al.*, 2004, p. 18) das regiões brasileiras. Assim, o sistema financeiro bancário, quando não devidamente regulado, pode constituir-se em um instrumento efetivo de ampliação das desigualdades regionais, dada a sua tendência de concentração espacial.

## Conclusão

Este estudo defende a tese keynesiana/pós-keynesiana de não neutralidade monetária sobre as variáveis reais da economia e, por conseguinte, o importante papel que o sistema financeiro pode exercer no desenvolvimento econômico e social. A participação efetiva do sistema financeiro no processo de desenvolvimento econômico tem ganhado centralidade na análise socioeconômica ao longo do tempo. Duas vertentes opostas relacionadas ao papel do sistema financeiro neste contexto foram apresentadas: de um lado, a concepção ortodoxa para a qual a moeda e a política monetária são neutras, e, portanto, incapazes de afetar as variáveis reais da economia, exacerbadas pelo surgimento do ultraliberalismo nas últimas décadas; de outro lado, a concepção heterodoxa, baseada na proposição keynesiana e pós-keynesiana de não neutralidade monetária.

Dentro da perspectiva pós-keynesiana, o interesse foi, sobretudo, discutir de que forma a não neutralidade monetária relaciona-se com os indicadores de desenvolvimento regional, dado que, em geral, a tese de não neutralidade monetária é, quase sempre, avaliada no contexto nacional. Tratou-se, portanto, de verificar como o efeito multiplicador da atuação do sistema financeiro contamina as desigualdades regionais, gerando um processo de causação circular cumulativa de disparidades entre as regiões.

Dadas essas concepções e abordagens das teorias do desenvolvimento desigual, o sistema financeiro e a política monetária não neutra são instrumentos que devem ser utilizados e fomentados na busca de redução dos desequilíbrios regionais, quer seja no âmbito mundial ou intrínseco a cada país. Entretanto, o que se observa na economia real é que a evolução do sistema financeiro *per se*, que ocorreu ao longo das últimas décadas, especialmente em função da adequação às novas tecnologias da informação, não foi suficiente para reduzir as desigualdades inter-regionais internas ou externas, o que está relacionado à lógica de acumulação e concentração capitalista que o permeia. Importa mencionar que, enquanto a proposição de desen-



volvimento sustentável, amplamente discutida na atualidade, tem uma perspectiva integral e multidimensional em relação aos aspectos econômico e de equidade social, o sistema financeiro, na sua quase totalidade, segue a tendência liberal/neoclássica de maximização de lucros, dominante do capitalismo.

A tese pós-keynesiana do desenvolvimento regional desigual mostra, com clareza, de que forma a lógica de funcionamento do sistema financeiro pode potencializar as desigualdades regionais dadas as características das regiões menos desenvolvidas, que apresentam maior preferência pela liquidez, baixos níveis de poupança e renda reduzida, o que implica fuga de capitais, reforçando a condição de periferia. Ainda que, teoricamente, nessa perspectiva, o sistema financeiro seja considerado elemento não neutro e, portanto, capaz de exercer efeitos positivos no crescimento e desenvolvimento econômico, especialmente pela concessão de crédito aos agentes econômicos (produtores e consumidores), o seu protagonismo na redução das disparidades regionais ainda tem sido pouco explorado. A empiria mostra que o efeito da moeda sobre o desempenho econômico das regiões reflete uma dinâmica tipo centro-periferia, em nível interno ou externo, favorecendo o processo de causalção circular cumulativa, dada a maior capacidade que as regiões centrais têm de propiciar créditos do que as periféricas.

Portanto, para além da teoria que preconiza a não neutralidade monetária e que pode, ou não, ser adotada por gestores públicos, a depender de vieses políticos mais ortodoxos ou heterodoxos, torna-se essencial o estabelecimento de uma nova ordem mundial de relação entre o sistema financeiro e o desenvolvimento das regiões. Nesse sentido, a criação e ampliação de sistemas bancários regionalizados, como, por exemplo, o Banco dos BRICS, em nível externo, e os bancos de desenvolvimento regionais, internos aos países, podem se constituir variável de ajuste para reduzir as disparidades entre as regiões.

É fato que estabelecer objetivos como os definidos pela Agenda 2030, subscritos por 193 líderes mundiais, é condição necessária para colocar a questão do efeito do sistema financeiro sobre as desigualdades regionais no centro do debate mundial. Entretanto, também se faz necessário estabelecer um novo ordenamento ao sistema financeiro que possa garantir que seu funcionamento privilegie a maioria da população mundial que não concentra riqueza, mas que garante o seu funcionamento, assim como das diversas economias. A não regulação do sistema pelos mesmos que subscrevem a Agenda 2030 contribuirá para que a lógica capitalista de causalção circular cumulativa e de centro-periferia não seja superada ou sequer minimizada, ainda que a teoria mostre o poderoso papel da não neutralidade monetária que o sistema financeiro pode exercer para a equalização das disparidades regionais.

Ademais, se queremos um futuro sustentável econômica, social e ambientalmente como preconiza a Agenda 2030, é necessário determinar que padrão de investimento é adequado aos objetivos que se deseja alcançar, sem o qual as diferenças entre as regiões irão prevalecer e se sustentar. Por conseguinte, este estudo foi motivado pelo propósito de trazer à baila a reflexão de que o sistema financeiro e o desenvolvimento, quer seja econômico ou social, são variáveis interdependentes que devem ser utilizadas conjuntamente na proposição de políticas públicas que buscam minimizar as desigualdades regionais e ampliar a melhoria dos indicadores sociais. Portanto, este trabalho, ao confrontar teorias dominantes e divergentes sobre o papel que o sistema financeiro pode ter no processo de desenvolvimento socioeconômico,

fornece uma base sólida para que os gestores de políticas públicas entendam tais relações e, a partir daí, estabeleçam estratégias mais equitativas e inclusivas.

## Referências

AMADO, Adriana M. A questão regional e o sistema financeiro no Brasil. **Estudos Econômicos**, v. 27, n. 3, 1997.

AMADO, Adriana M. Moeda, financiamento, sistema financeiro e trajetória de desenvolvimento regional desigual: a perspectiva pós-keynesiana. **Revista de Economia Política**, v. 18, n. 1 (69), 1998.

BARRA, Claudio; CROCCO, Marco. **Moeda e espaço no Brasil**: uma análise pós-keynesiana. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2002.

CARVALHO, Fernando José Cardim de. Investimento, poupança e financiamento do desenvolvimento. In: SOBREIRA, Rogério; RUEDIGER, Marco Aurélio (org.). **Desenvolvimento e construção nacional**: política econômica. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p.11-31.

CARVALHO, Fernando José Cardim de. O retorno de Keynes. **Novos Estudos**, n. 83, p. 91-101, mar. 2009.

CAVALCANTE, Anderson; CROCCO, Marco; JAYME JUNIOR, Frederico Gonzaga. **Preferência pela liquidez, sistema bancário e disponibilidade de crédito regional**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2004. 22 p.

CAVALCANTE, Anderson; CROCCO, Marco; BRITO, Matheus Alves de. Impactos macroeconômicos na variação regional da oferta de crédito. In: XXXIII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 2005, Natal. **Anais eletrônicos**. Natal: ANPEC, 2005. Disponível em: [http://www.anpec.org.br/encontro\\_2005.htm](http://www.anpec.org.br/encontro_2005.htm). Acesso em: 25 out. 2024.

CHICK, Victoria; DOW, Sheila C. A post-keynesian perspective on the relation between banking and regional development. In: ARESTIS, Phillip (ed.). **Post-keynesian monetary economics**: new approaches to financial modelling. Aldershot: Edward Elgar, 1988.

CHICK, Victoria. A evolução do sistema bancário e a teoria da poupança, do investimento e dos juros. **Ensaio FEE**, v. 15, n. 1, p. 9-23, 1994.

CROCCO, Marco; SANTOS, Fabiana; AMARAL, Pedro. The spatial structure of the financial development in Brazil. In: ANNUAL INTERNATIONAL CONFERENCE: REGIONAL STUDIES ASSOCIATION, Leuven-Belgium, abr. 2009, 29 p. Disponível em: <http://www.regional-studies-assoc.ac.uk/events/2009/apr-leuven/papers/Santos.pdf>. Acesso em:

DOW, Sheila C. The regional composition of the money multiplier process. **Scottish Journal of Political Economy**, v. 29, n. 1, p. 22-44, fev. 1982.

FIELDS, Gary S. **Distribution and development: a new look at the developing world**. Cambridge, MA: MIT Press and the Russell Sage Foundation, 2001.

HUME, David. *In*: Edward W. Fuller (ed.). **A Source Book on Early Monetary Thought**. Massachusetts: Edward Elgar Publishing, 2020.

KEYNES, John Maynard. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro – Inflação e Deflação**. Tradução de Rolf Kuntz. São Paulo: Abril Cultural (Os Economistas), 1983.

KUMAR, Anjali. **Access to financial services in Brazil**. Washington, D.C: The World Bank, 2004.

LEVINE, Ross. Finance and Growth: Theory and Evidence. *In*: AGHION, Philippe; DURLAUF, Steven N. (Eds.). **Handbook of Economic Growth**. Amsterdam: Elsevier, 2004. v. 1, p. 865-934.

MARX, Karl. **O Capital. Crítica da economia política**: O processo global de produção capitalista. Livro III. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, Os Economistas, 1984.

MOLO, Maria de Lourdes Rollemberg. Ortodoxia e heterodoxia monetárias: a questão da neutralidade da moeda. **Revista de Economia Política**, v. 24, n. 3 (95), p. 232-343, jul.-set. 2004.

MYRDAL, Gunnar. **Economic theory and underdeveloped regions**. London: Gerald Duckworth & CO, 1957.

RESENDE, Marco Flávio da Cunha. **Déficits gêmeos e poupança nacional**: abordagem convencional e pós-keynesiana. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2005.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Abril Cultural, Os Economistas, 1996.

ROBINSON, Joan. **The generalization of the general theory, in the rate of interest and other essays**. London: MacMillan, 1952.

RODRIGUEZ FUENTES, Carlos Javier. Credit availability and regional development. **Papers in Regional Science**, v. 77, n. 1, jan. 1998.

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Tradução de Maria Sílvia Possas. São Paulo: Abril Cultural, Os Economistas, 1982.

STUDART, Rogério. O sistema financeiro e o financiamento do crescimento: uma alternativa pós-keynesiana à visão convencional. **Revista de Economia Política**, v. 13, n. 1 (49), 1993.

STUDART, Rogério. Development finance. *In*: KING, John E (Ed.). **Post Keynesian Economics**. USA: Edward Elgar Publishing, 2003.

STUDART, Rogério. The state, the markets and development financing. **Cepal Review**, n. 85, 2005.

RESENDE, Marco Flávio da Cunha. **Déficits gêmeos e poupança nacional**: abordagem convencional e pós-keynesiana. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2005.

ZHUANG, Juzhong *et al* (org.). Financial sector development, economic growth, and poverty reduction: a literature review. **Philippines: ADB Economics Working Paper Series**, n. 173, 2009.

## Capítulo 6

# Fatores latentes da distribuição da riqueza no Brasil utilizando métricas das demonstrações contábeis

Alexandre Teixeira Norberto Batista  
Wagner de Paulo Santiago  
Handerson Leonidas Sales

### Introdução

Uma das demonstrações contábeis divulgadas obrigatoriamente por parte das companhias abertas brasileiras é a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que evidencia a riqueza criada pela empresa e como essa riqueza foi repartida entre os agentes econômicos que contribuíram para a sua criação: trabalhadores, governo, financiadores externos e acionistas. Trata-se de uma demonstração que tem potencial de utilização em vários níveis, principalmente no macroeconômico e no auxílio ao cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) (De Luca, 1998).

Estudos empíricos envolvendo informações da DVA atestam a sua relevância (Machado; Macedo; Machado, 2015) e revelam que indicadores extraídos desse relatório podem ser úteis para algumas finalidades, como a análise dos padrões distributivos da riqueza em uma nação, a partir de uma amostra de empresas (Cunha; Ribeiro; Santos, 2005; Batista; Santiago; Macedo, 2019). Ainda nessa perspectiva de análise, a utilidade informacional da DVA pode contribuir com a discussão da dialética do desenvolvimento, pois permite a análise das relações socioeconômicas dentro de um país ao longo do tempo e entre países. Um exemplo dessa abordagem pode ser encontrado no estudo de Sales, Batista e Theóphilo (2019).

Os indicadores extraídos da DVA são usados, majoritariamente, em estudos empírico-analíticos, com o propósito de averiguar a distribuição da renda nacional, e acabam revelando indícios de que esses indicadores apresentam correlações entre si e com outros indicadores contábeis (Cunha, 2002; Vieira, 2010; Batista; Santiago; Macedo, 2019).

Esses indícios motivaram a realização deste estudo, que questiona se as inter-relações entre os agentes econômicos na forma de riqueza apropriada e outros indicadores econômico-financeiros relacionados com rentabilidade, estrutura de capital, endividamento e liquidez favorecem o agrupamento dessas variáveis dentro de fatores comuns ou dimensões latentes, de forma a captar o comportamento conjunto das variáveis originais.

Diante disso, este estudo tem como objetivo identificar se os indicadores de distribuição da riqueza oriundos da DVA se agrupam entre si e com determinados indicadores das empresas, formando grupos de variáveis que “caminham juntas”, ou dimensões latentes que se correlacionam com variáveis interdependentes. O método utilizado para chegar a essa constatação foi a análise fatorial.

Estudos anteriores fizeram a combinação de variáveis financeiras com o objetivo de identificar padrões de atuação (Bezerra; Corrar, 2006; Belfiore; Fávero; Ângelo, 2006; Moneva; Ortas, 2010). Este estudo traz originalidade ao combinar, junto a variáveis financeiras, métricas da distribuição da riqueza extraídas da DVA.

Ademais, a distribuição da riqueza gerada pelas empresas torna-se objeto de contextualização do processo de desenvolvimento socioeconômico de uma sociedade ou um país. Entre as partes envolvidas nessa distribuição, destaca-se, como exemplo, a participação da força de trabalho, sob a qual se vinculam a capacidade de consumo, qualidade de vida e bem-estar social. Como aponta Marini (1976), a remuneração da força de trabalho é inerente ao processo de transformação social que está vinculada ao aumento do padrão de vida da população.

No que envolve a distribuição da riqueza para as demais partes interessadas, inúmeras questões relacionam-se com o desenvolvimento. Ressalta-se, entre essas questões, o alerta ao risco de excessiva transferência de valores para fora do país, em função da remuneração do capital estrangeiro, seja como proventos dos investidores e/ou como financiamentos externos (Luce, 2018). Resta ainda a participação do governo que possui o papel de devolver à sociedade, através de políticas públicas e incentivo à produtividade econômica, os recursos arrecadados por impostos, taxas e contribuições das empresas, como forma de fomento ao desenvolvimento (Bresser-Pereira, 1981).

Para realização deste estudo, foram utilizados, como base de dados, os indicadores extraídos de empresas brasileiras de capital aberto, que divulgam a DVA pela obrigatoriedade da Lei 11.638 (2007). Espera-se, com isso, dar nova abrangência para utilização da DVA e maior importância para os indicadores oriundos desse instrumento contábil.

Este capítulo está estruturado em 5 seções, contando com esta contextualização do tema. A segunda seção apresenta a revisão de literatura, com conceitos e estudos sobre DVA e revisão teórica do método empregado. A seção 3 descreve a composição da amostra e a abordagem da pesquisa; na sequência, a seção 4 traz a análise dos resultados. Finalmente, na seção 5, são apresentadas as considerações finais do estudo.

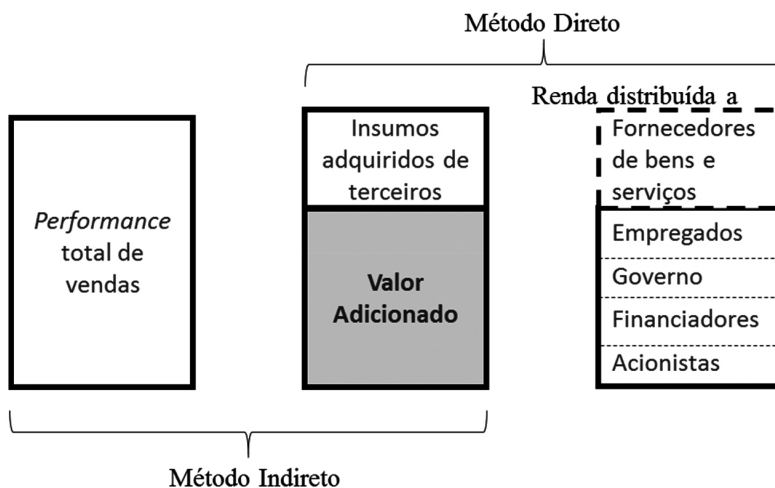
## **Demonstração do Valor Adicionado: Conceitos e Estudos Anteriores**

De acordo com o CPC 09 (2008, p. 2), a DVA “representa um dos elementos componentes do Balanço Social e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela entidade e sua distribuição, durante determinado período”.

Trata-se de uma visão diferente em termos de demonstrações contábeis. Em geral, as tradicionais demonstrações contábeis estão preocupadas em evidenciar para os investidores qual o lucro da empresa e como ele foi calculado. A demonstração do resultado do exercício, por exemplo, está mais voltada para um determinado tipo de usuário: o proprietário da empresa que quer conhecer o valor do seu lucro final. A demonstração do resultado do exercício avalia parte da riqueza criada pela empresa (o valor adicionado) que se destina ao proprietário; é o enfoque do proprietário. E, para ele, os salários, juros, impostos, etc. são tratados como despesas, pois na realidade representam reduções de sua parte da riqueza criada, ou seja, do seu lucro. A demonstração do valor adicionado vem evidenciar, além do lucro dos investidores, a quem pertence o restante da riqueza criada pela empresa (De Luca, 1998, p. 32).

Essa riqueza, ou o valor adicionado (VA), do ponto de vista da contabilidade, é o incremento do valor atribuído ao processo produtivo dos insumos adquiridos de terceiros. Assim, a apuração do valor adicionado dá-se pela diferença aritmética entre as vendas e os insumos pagos a terceiros mais as depreciações (Santos, 2003). Então, o propósito da DVA é evidenciar esse incremento de valor, bem como a destinação do valor aos agentes que se “sacrificaram” em prol da sua criação: trabalhadores, governo, financiadores externos e acionistas. Essa explanação revela que o VA pode ser apurado por diferentes caminhos. A Figura 1 ilustra graficamente a equivalência dos métodos de apuração:

**Figura 1 – SEQ Figura \\* ARABIC 1: Conceito básico de valor adicionado**



Fonte: Adaptada de Haller & van Staden (2014).

O marco inicial da DVA é a partir de meados dos anos 1970, em que passou a ser divulgada e tornou-se popular entre países do Reino Unido (Morley, 1979). No Brasil, a sua popularidade e o seu reconhecimento só vieram através de estudos e pesquisas realizadas no Departamento de Contabilidade e Atuária, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, da Universidade de São Paulo (FEA-USP) (Tinoco, 1984; De Luca, 1996; Santos, 1999; Cunha, 2002), até tal demonstração

tornar-se compulsória, com a publicação da Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007, que instituiu às empresas de grande porte a obrigatoriedade da elaboração e da divulgação da DVA, a partir do ano de 2008.

Desde a sua popularização entre os países que a divulgam, vários estudos, no meio acadêmico, buscam explorar o conteúdo informacional, contido na DVA, em várias vertentes, como na evidenciação da distribuição da riqueza entre os agentes econômicos (Cunha; Ribeiro; Santos, 2005; Batista; Santiago; Macedo, 2019); na aferição da carga tributária das empresas (Tinoco; Moraes; Peleias Claro; João, 2011; Silva; Marques, 2015); no seu *disclosure* e na adequação das informações divulgadas (Fregonesi, 2009; Londero; Bialoskorski Neto, 2016). Também, mencionam-se pesquisas empírico-analíticas que verificam relações de dependência entre as variáveis e, conseqüentemente, a relevância da informação contida na DVA (Scherer, 2006; Machado; Macedo; Machado, 2015).

Pesquisas internacionais oriundas da Europa e da África, que têm países que se destacam pela divulgação da DVA, podem ser apontadas: Pong e Mitchell (2005); Stainbank (2009); Haller e van Staden (2014); Haller, van Staden e Landis (2016). No entanto, pesquisas empírico-analíticas envolvendo métricas extraídas da DVA são marcantes no Brasil. Por exemplo, Sales, Batista e Theóphilo (2019) utilizaram informações da DVA para comparar padrões de distribuição da riqueza no Brasil e no Reino Unido e, com isso, argumentar em favor da existência de uma subordinação entre as nações, conforme prediz a Teoria da Dependência. Os resultados caminham em direção à proposição da existência da superexploração do trabalho, evidenciada na parcela do valor adicionado distribuída aos empregados, com padrões totalmente distintos entre os países.

## Breve Revisão de Análise Fatorial

A principal função de uma análise fatorial é analisar a estrutura das inter-relações de um grande número de variáveis, definindo-as como dimensões latentes comuns, denominadas de fatores. Tais fatores resumem as variáveis observadas com o objetivo de maximizar o poder explicativo do conjunto inteiro de variáveis (Hair; Black; Babin; Anderson; Tatham, 2009).

Segundo Figueiredo Filho e Silva Júnior (2010), resumidamente, existem dois meios de prever variáveis que não são empiricamente observáveis: escolhendo um *proxy* associado a uma técnica de dependência, como a regressão linear múltipla, ou reduzindo um conjunto de variáveis em poucas dimensões, por meio da análise fatorial. “Embora mais simples, o primeiro caminho pode ser mais arriscado já que em muitas oportunidades não é possível identificar *proxies* adequados para representar os conceitos de interesse” (Figueiredo Filho; Silva Júnior, 2010, p. 162). Já a análise fatorial é uma técnica que considera as inter-relações de todas as variáveis analisadas simultaneamente e, assim, oferece uma alternativa que agrega maior número de informações.

“O modelo de análise fatorial estima os fatores e as variâncias, de modo que as covariâncias ou as correlações previstas estejam o mais próximo possível dos valores observados” (Belfiore; Fávero; Ângelo, 2006, p. 38). Para a execução da análise, são utilizados o método de estimação ou extração dos componentes principais e o da máxima verossimilhança, principalmente.



Técnicas analíticas fatoriais podem ser delineadas através de perspectivas exploratórias ou perspectivas confirmatórias (Hair *et al.*, 2009). A análise fatorial exploratória é utilizada em estágios iniciais de pesquisa, no sentido literal de explorar os dados levantados, quando não se tem uma ideia pré-definida de quantas variáveis deveriam ser agrupadas em um determinado fator. Por outro lado, quando se deseja testar hipóteses, os pesquisadores recorrem à perspectiva confirmatória, ou seja, avaliam em que medida as variáveis satisfazem a estrutura pré-concebida teoricamente.

### **Caracterização da Amostra**

Foram selecionadas as empresas não financeiras com ações negociadas na B3 e com sede no Brasil, que publicaram demonstrações em 2016, último ano de disponibilidade desses dados à data de realização desta análise (2017). Para levantamento, organização e filtragem das empresas aptas à realização deste estudo, foi utilizada a base de dados Economática.

As empresas do setor financeiro e as de seguros foram excluídas da análise, pelo fato de a estrutura das suas demonstrações possuir tratamento diferente das empresas dos demais setores (Vieira, 2010; Santiago, 2013). Além dessas, também foram excluídas as *Holdings* puras em função de sua natureza com participação em várias empresas, fazendo parte de setores também diversificados. Algumas empresas que apresentaram a Receita Operacional Líquida nula também foram retiradas. Nesse ponto, chegou-se a uma amostra de 221 empresas.

Em seguida, para extração dos dados de distribuição da riqueza das empresas qualificadas, feitas as devidas filtrações por meio da base de dados Economática, foi utilizada a base de dados de Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) dessas empresas no sítio da B3, buscando, nas DVAs consolidadas (caso houvesse), as seguintes contas: 7.07 Valor Adicionado Total a distribuir; 7.08.01 Pessoal; 7.08.02 Impostos, Taxas e Contribuições; 7.08.03 Remuneração de Capitais de Terceiros; 7.08.04 Remuneração de Capitais Próprios.

Assim, essas contas representam as variáveis que foram analisadas neste estudo, em percentual do valor adicionado total a distribuir, correspondente a cada distribuição (dividindo-se a conta da distribuição pelo VA), como sugerem Martins, Miranda e Diniz (2018). Outra variável que também foi incluída é a participação do valor adicionado no PIB em Reais que mostra a representatividade do VA de cada empresa no produto agregado nacional. O Quadro 1, a seguir, resume todas as variáveis que foram utilizadas neste estudo.

**Quadro 1** – Resumo das variáveis utilizadas na análise fatorial

<b>Variável</b>	<b>Interpretação</b>	<b>Apuração</b>
<b>LogVA</b>	Representa o valor adicionado das companhias proporcionando maior normalidade estatística à distribuição.	$\log \log VA$
<b>PPIB</b>	Representa a participação do VA de cada companhia no PIB.	$\frac{VA}{PIB}$
<b>PPES</b>	Representa a parcela do valor adicionado de uma companhia destinada aos empregados na forma de salários e benefícios.	$\frac{PESSOAL}{VA}$
<b>PGOV</b>	Representa a parcela do valor adicionado de uma companhia destinada ao Governo na forma de impostos, taxas e contribuições.	$\frac{IMPOSTOS}{VA}$
<b>PTER</b>	Representa a parcela do valor adicionado de uma companhia destinada aos financiadores externos na forma de juros e aluguéis.	$\frac{CAP.TERCEIROS}{VA}$
<b>PPRO</b>	Representa a parcela do valor adicionado de uma companhia destinada aos sócios e acionistas e às empresas na forma de retenção.	$\frac{CAP.PRÓPRIOS}{VA}$
<b>CTER</b>	Representa a capacidade de geração bruta de caixa para cobertura do pagamento de juros e aluguéis.	$\frac{EBITDA}{CAP.TERCEIROS}$
<b>ROIC</b>	Representa a rentabilidade do capital investido no ativo da companhia, oriundo de fontes onerosas de capital.	$\frac{NOPAT}{(DÍV. BRUTA + PL)}$
<b>MLIQ</b>	Representa a margem de lucro líquido da companhia.	$\frac{LL}{RECEITA}$
<b>GATV</b>	Representa a capacidade de cobertura das vendas em relação ao ativo.	$\frac{RECEITA}{AT.TOTAL MÉDIO}$
<b>ALAV</b>	Representa o grau de dependência da empresa com relação ao capital de terceiros.	$\frac{DÍV. BRUTA}{PL}$
<b>LIQC</b>	Representa a relação existente entre as aplicações de curto prazo e as dívidas de curto prazo.	$\frac{AC}{PC}$

Fonte: elaboração Própria.

Foram utilizadas as representações percentuais de distribuição a cada agente econômico (trabalhadores, governo, financiadores externos e acionistas) com relação ao valor adicionado e não ao seu valor absoluto em unidade monetária, a fim de relativizar a análise e reduzir diferenças de escala. Assim, publicações de valor adicionado total, a distribuir negativas, encontradas em 28 empresas, estariam influenciando as variáveis relativizadas, invertendo o seu sinal (numerador e denominador negativos, quando alguma distribuição também era negativa). Foram excluídas da amostra as 28 empresas, restando 193 empresas.

Em seguida, com os valores adicionados totais a distribuir, estritamente positivos, e a fim de reduzir o excesso de assimetria e curtose para essa variável, foi feita a sua transformação em logaritmo (**LogVA**), como sugerem Fávero *et al.* (2014) e Wooldridge (2013), para casos semelhantes de variáveis com medidas de grande escala, especialmente valores monetários. Portanto, **foram selecionadas 12 variáveis com 193 unidades de observação para cada uma delas**. Com relação ao tamanho da amostra, Hair *et al.* (2009) afirmam que, como regra geral, o mínimo é ter pelo menos cinco vezes mais observações que o número de variáveis. Foi aplicada a análise fatorial exploratória, buscando determinar fatores combinados, ou dimensões latentes das variáveis levantadas, juntamente a outros indicadores econômico-financeiros das empresas, como liquidez, rentabilidade, estrutura de capital e endividamento. Os resultados são descritos na próxima seção.

## Pressupostos do Modelo

Na Tabela 1, a seguir, estão os resultados apurados das estatísticas de adequabilidade.

**Tabela 1** – Testes de adequação da amostra

Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) Measure of Sampling Adequacy	0,544
Bartlett's Test of Sphericity	
<i>Chi-Square</i>	517,617
<i>df</i>	66
<i>p-value</i>	0,000

Fonte: Dados da pesquisa.

O valor do teste KMO é superior ao patamar crítico de 0,50 e sugere que há adequabilidade da amostra, de acordo com a literatura (Hair *et al.*, 2009). Da mesma forma, o teste de esfericidade de Bartlett permite rejeitar a hipótese nula de que essas variáveis não estão correlacionadas.

O método de extração foi o *Principal Components Fator* (PCF), com rotação *varimax*, conforme outros modelos utilizados em pesquisas anteriores envolvendo indicadores de empresas (Belfiore; Fávero; Ângelo, 2007; Bezerra; Corrar, 2006). Por meio dos resultados das comunalidades (proporção da variância comum das variáveis

explicada pelos componentes extraídos), verificou-se que as variáveis têm relação com os fatores extraídos, conforme a Tabela 2, a seguir.

**Tabela 2** – Comunalidades associadas a cada variável do modelo

	<i>Inicial</i>	<i>Extração</i>
<b>logVA</b>	1,000	0,7674
<b>PPIB</b>	1,000	0,6375
<b>PPES</b>	1,000	0,7591
<b>PGOV</b>	1,000	0,7363
<b>PTER</b>	1,000	0,7400
<b>PPRO</b>	1,000	0,8268
<b>CTER</b>	1,000	0,0984
<b>ROIC</b>	1,000	0,6474
<b>MLIQ</b>	1,000	0,4506
<b>GATV</b>	1,000	0,7062
<b>LIQC</b>	1,000	0,6991
<b>ALAV</b>	1,000	0,8507

Fonte: Dados da pesquisa.

Bezerra e Corrar (2006) recomendam que sejam excluídas variáveis que apresentem comunalidades abaixo de 0,50. No entanto, Figueiredo Filho e Silva Júnior (2010) entendem que, se a variável estiver próxima de 0,50, pode ser utilizada. Assim, a variável CTER será excluída pelo seu baixo valor de comunalidade, apesar do seu papel de importância na representação de como a empresa pode contribuir com a alocação do Capital de Terceiros. Ressalta-se que a exclusão dessa variável não afetou significativamente as estatísticas de adequabilidade. O passo seguinte foi determinar o número de fatores extraídos, conforme demonstrado na Tabela 3.

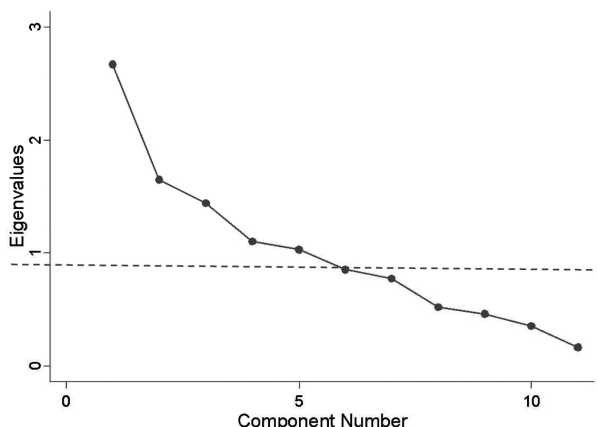
**Tabela 3** – Autovalores (*Eigenvalues*) e variância acumulada

<i>Fatores</i>	<i>Autovalores</i>			<i>Extração da soma das cargas fatoriais</i>		
	<i>Total</i>	<i>%variância</i>	<i>%acumulado</i>	<i>Total</i>	<i>%variância</i>	<i>%acumulado</i>
1	2,667	24,25	24,25	2,667	24,25	24,25
2	1,647	14,97	39,22	1,647	14,97	39,22
3	1,442	13,10	52,32	1,442	13,10	52,32
4	1,101	10,01	62,33	1,101	10,01	62,33
5	1,027	9,33	71,66	1,027	9,33	71,66
6	0,851	7,74	79,40			
7	0,771	7,01	86,41			
8	0,520	4,73	91,14			
9	0,458	4,17	95,31			
10	0,354	3,22	98,53			
11	0,162	1,48	100,00			

Fonte: Dados da pesquisa.

O critério de Kaiser (*engenvale*>1) sugere que devem ser extraídos cinco fatores, como mostrado na tabela anterior. Em conjunto, esses cinco fatores explicaram 71,66% da variância das variáveis originais. Esse critério é corroborado na plotagem do *Scree Test*, no gráfico presente na Figura 2, a seguir, e salienta os 5 componentes extraídos acima da linha pontilhada.

Figura 2 – Screen Test



Fonte: Dados da pesquisa.

## Resultados da Análise Fatorial

Após eliminados os problemas de comunicações existentes nas variáveis e delimitado o número de componentes extraídos, podem-se avaliar as cargas fatoriais com os seus respectivos escores para cada variável, obtidos pelo método de rotação *varimax*, utilizado na literatura. Esse método considera a independência dos fatores extraídos (ortogonais). Estão destacadas, nos fatores, apenas as cargas fatoriais relevantes, representadas por escores acima de 0,5.

Tabela 4 – Cargas fatoriais após rotação *varimax*

	Componentes				
	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4	Fator 5
<i>logVA</i>		0,760			
<i>PPIB</i>		0,774			
<i>PPES</i>	-0,799				
<i>PGOV</i>			0,545		
<i>PTER</i>			-0,851		
<i>PPRO</i>	0,887				
<i>ROIC</i>	0,744				
<i>MLIQ</i>			0,584		
<i>GATV</i>				0,777	
<i>LIQC</i>				-0,600	
<i>ALAV</i>					0,925

Fonte: Dados da pesquisa

A matriz, na Tabela 4, permite uma visão mais clara de quais indicadores associam-se a cada um dos fatores, por manterem correlações de maior grau entre si. No modelo, foi possível atribuir tipologias para cada fator, partindo das interpretações feitas para as variáveis agrupadas. Para o fator 1, a “Relação Capital-Trabalho”; para o fator 2, o “Valor Adicionado”; para o fator 3, a “Carga Tributária”; para o fator 4, a “Eficiência Operacional”; e, por fim, para o fator 5, a “Alavancagem”:

**FATOR 1 – Relação Capital-Trabalho:** O primeiro fator representa a principal combinação linear apurada entre as variáveis e chama atenção por agrupar classes marcadas por conflitos de interesse. Compõem as variáveis: a) a participação do pessoal; b) a participação do capital próprio; e c) o retorno sobre o capital investido. A sua denominação faz referência ao desacordo das relações entre capital e trabalho, pois, no fator, as suas cargas fatoriais, ou as suas correlações entre as variáveis originais e o fator, estão em sentido oposto. Pode-se dizer que, dentro da relação capital-trabalho, a variável PPES caminha na direção contrária às variáveis PPRO e ROIC. Assim, demonstra que quanto maior for a participação dos empregados na riqueza gerada, paralelamente, menor será a riqueza apropriada pelos empresários e menor será a rentabilidade do capital investido na empresa, pois o fator possui relação negativa com a variável PPES;

**FATOR 2 – Valor Adicionado:** Compõem-se pelas variáveis logaritmo do valor adicionado e participação do valor adicionado no PIB. Contempla ambas as variáveis com cargas fatoriais em valor positivo. Em uma relação notória, o fator sugere o potencial de geração de riqueza das empresas selecionadas, uma vez que, quanto maior for o valor adicionado produzido por uma determinada empresa, maior será a sua contribuição para a formação da riqueza nacional;

**FATOR 3 – Carga Tributária:** Compõem-se pelas variáveis participação do governo, participação do capital de terceiros e margem de lucro líquido. A variável PTER tem relação inversa e em grau mais elevado com o fator. A interpretação sugerida é que as despesas financeiras proporcionam benefícios fiscais, pois esses encargos reduzem o lucro que será tributado, produzindo uma “economia de imposto de renda”. O Imposto de Renda é responsável por boa parte da carga tributária suportada pelas empresas, e, certamente, o pagamento de juros surtirá efeito contrário sobre esta carga, embora eleve o risco financeiro da empresa. Observa-se, na composição do fator, além das variáveis PGOV e PTER, a variável MLIQ, que contribui com impacto positivo no fator, entretanto em menor grau. O benefício fiscal promove ganhos na lucratividade da empresa; entretanto, aumentos nos lucros podem, possivelmente, ocasionar maiores recolhimentos de impostos, o que pode justificar a inclusão dessa última variável no fator, correlacionada positivamente;

**FATOR 4 – Eficiência Operacional:** Compõem-se por variáveis giro do ativo e liquidez corrente. Esse fator explica parte da variância remanescente após a extração dos 3 fatores anteriores. Pode ser interpretado que as variáveis GATV e LIQC são conduzidas em direções opostas. Nesse sentido, esse fator liga-se à eficiência operacional da empresa, pois, como é observado, um maior giro contribui para um maior desempenho. Por outro lado, a liquidez corrente, da forma como é apurada (AC/PC), pode significar ativos

circulantes em excesso, que mantêm a solvência; entretanto, relacionam-se negativamente ao desempenho operacional da empresa, por representarem recursos em excesso em ativos menos rentáveis que poderiam ser aplicados em outras oportunidades ou distribuídos aos acionistas, quando é o caso. Ressalta-se que outros indicadores não incluídos nesta análise fatorial poderiam auxiliar na composição desse fator.

**FATOR 5 – Alavancagem:** Compõem-se apenas pela variável grau de endividamento. Essa variável alocou-se isoladamente nesse fator, determinado a partir da variância remanescente após a extração dos demais fatores. O grau de endividamento, ou a relação de passivos originadores de encargos e de capital próprio, teoricamente deveria estar relacionado positivamente à rentabilidade (*Trade-off Theory*), até certo ponto, por promover a alavancagem financeira do resultado, o que contribuiria para a formação de maiores lucros excedentes para serem distribuídos aos acionistas ou retidos pela empresa.

## Considerações Finais

O objetivo deste trabalho foi identificar se os indicadores de distribuição da riqueza agrupam-se entre si e com indicadores das empresas relacionados à rentabilidade, à estrutura de capital, ao endividamento e à liquidez, formando grupos de variáveis que “caminham juntas” ou dimensões latentes que se correlacionam com variáveis interdependentes. Para tanto, utilizou-se a análise fatorial.

Na aplicação da análise fatorial, após aplicação dos testes, foram selecionados os fatores “Relação Capital-Trabalho”; “Valor Adicionado”; “Carga Tributária”; “Eficiência Operacional” e “Alavancagem”, que são indicadores latentes que podem ser transformados em novos indicadores para cada uma das 193 empresas constantes na amostra.

Verificou-se que os três primeiros fatores se destacaram por envolver inter-relações entre os agentes econômicos na forma de riqueza apropriada, favorecendo o agrupamento dessas variáveis dentro do que se chamou de dimensões latentes.

Verificou-se, também, que esta análise auxilia na compreensão e até mesmo na projeção de uma análise de padrões distributivos da riqueza, uma vez que evidencia quais variáveis são mais associadas entre si e estão diretamente ligadas aos construtos. Por exemplo, um cenário de elevação da riqueza distribuída aos acionistas poderia estar marcado, concomitantemente, com a redução da distribuição da riqueza aos trabalhadores. Ou, também, como um cenário de endividamento acentuado poderia impactar, de alguma forma, a carga tributária que, nos estudos brasileiros envolvendo a DVA, normalmente representa a maior destinação do valor adicionado.

Uma contribuição prática deste estudo é a proposição de um diálogo interdisciplinar entre as ciências contábeis e o desenvolvimento econômico e social. As informações fornecidas pelas demonstrações contábeis são de interesse de vários usuários, inclusive da sociedade como um todo. No entanto, poucas são utilizadas para consultas de âmbito social e no âmbito macroeconômico. Apesar de, geralmente, possuírem enfoque voltado para os detentores do capital (credores e acionistas), as autoridades contábeis no Brasil incentivam fortemente a divulgação de informações de natureza social e ambiental, na perspectiva do Balanço Social (Pinto; Ribeiro, 2004). Portanto, aqui se abre espaço para estender as possibilidades de pesquisa e as abordagens empíricas que permitem confrontar a teoria com evidências empíricas,

especialmente abordagens que tratam das condições necessárias ao alcance do desenvolvimento econômico, fundamentadas nas relações socioeconômicas.

Para estudos futuros, sugere-se a adoção dos indicadores latentes (fatores) extraídos aqui como variáveis explicativas de algum fenômeno, aplicando técnicas de regressão ou outro modelo econométrico. Por exemplo, partindo da perspectiva de que as firmas são agentes impulsionadores do desenvolvimento econômico, algum estudo poderia verificar como o fator “relação capital-trabalho” extraído influencia outros aspectos de sucesso das firmas, que tangenciam o desenvolvimento econômico e social, como inovação, pesquisa e desenvolvimento, sustentabilidade e implementação de projetos sociais. Esses fatores poderiam ser melhores representantes de fenômenos quando comparados às variáveis originais, além de eliminar eventuais problemas de multicolineariedade (pela rotação *varimax*, que extrai fatores não correlacionados).

## Referências

- BATISTA, Alexandre Teixeira Norberto; SANTIAGO, Wagner de Paulo; MACEDO, Luiz Antonio de Matos Macedo. Análise dos padrões distributivos da riqueza no Brasil a partir de companhias de capital aberto – 2008 a 2016. **ForScience: Revista Científica do IFMG**. Formiga, v. 7, n. 1, p. 1-23, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.29069/forscience.2019v7n1.e607>. Acesso em: 20 ago. 2023.
- BRASIL. Lei nº. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2007.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. 239 p.
- BELFIORE, Patrícia Prado; FÁVERO, Luiz Paulo Lopes; ÂNGELO, Cláudio Felisoni. Análise multivariada para avaliação dos principais setores latino-americanos. **FACES R. Adm**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 73-90, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://www.fumec.br/revistas/facesp/article/view/100>. Acesso em: 20 ago. 2023.
- BEZERRA, Francisco Antonio; CORRAR, Luiz João. Utilização da análise fatorial na identificação dos principais indicadores para avaliação do desempenho financeiro: uma aplicação nas empresas de seguros. **Revista Contabilidade & Finanças**. USP, São Paulo, n. 42, p. 50-2, set./dez. 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34204/36936>. Acesso em: 11 dez. 2017.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **CPC 09 de 12 nov. 2008**. Demonstração do Valor Adicionado. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=40>. Acesso em: 22 maio 2017.
- CUNHA, Jaqueline Veneroso Alves. **Demonstração contábil do valor adicionado – DVA** – um instrumento de mensuração da distribuição da riqueza das empresas para os funcionários. 2002. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Adminis-



tração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-04072006-110008/pt-br.php>. Acesso em: 26 fev. 2017.

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves; RIBEIRO, Maisa de Souza; SANTOS, Ariovaldo dos. A demonstração do valor adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza. **Revista Contabilidade & Finanças**, USP, São Paulo, n. 37, p. 7–23, jan./abr. 2005. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34146>. Acesso em: 11 dez. 2017.

DE LUCA, Márcia Martins Mendes. **A contribuição da demonstração do valor adicionado no processo de mensuração do PIB e em algumas análises macroeconômicas**. 1996. Tese (Doutorado) - Faculdade de Economia e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

DE LUCA, Márcia Martins Mendes. **Demonstração do valor adicionado**: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB. São Paulo: Atlas, 1998.

FÁVERO, Luiz. Paulo; BEFIORE, Patrícia; TAKAMATSU, Renata Turola; SUZART, Janilson. **Métodos Quantitativos com Stata®**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson Brito; SILVA JUNIOR, José Alexandre da. Visão além do alcance: uma introdução à análise fatorial. **Opin. Pública**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 160-185, jun. 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762010000100007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762010000100007&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 09 dez. 2017.

FREGONESI, Mariana Simões Ferraz do Amaral. **Investimentos socioambientais na demonstração do valor adicionado**: formação ou distribuição do valor adicionado? 2009. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-18122009-093324/pt-br.php>. Acesso em: 06 mar. 2017.

HAIR, Joseph, F. Jr; BLACK, William. C.; BABIN, Barry. J.; ANDERSON, Rolph. E.; TATHAM, R. L. **Multivariate Data Analysis**. 7. ed. Upper Saddle River, NJ: Pearson Prentice Hall, 2009.

HALLER, Axel; VAN STADEN, Chris J. The value added statement – an appropriate instrument for Integrated Reporting. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**. v. 27, n. 7, p. 1190–1216, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/AAAJ-04-2013-1307>. Acesso em: 21 ago. 2023.

HALLER, Axel; VAN STADEN, Chris; LANDIS, Cristina J. Value Added as part of Sustainability Reporting: Reporting on Distributional Fairness or Obfuscation? **Journal of Business Ethics**, v. 153, n. 3, p. 763-781, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10551-016-3338-9>. Acesso em: 21 ago. 2023.

LONDERO, Paola Richter; BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. Demonstração do valor adicionado como instrumento de evidenciação do impacto econômico e social

das cooperativas agropecuárias. **Organizações Rurais & Agroindustriais**. v. 18, n. 3, p. 256-272, 2016. Disponível em: <http://www.revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/958>. Acesso em: 21 ago. 2023.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria marxista da dependência**: problemas e categorias – uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 271 p.

MACHADO, Márcio André Veras; MACEDO, Marcelo Álvaro da Silva; MACHADO, Márcia Reis. Análise da relevância do conteúdo informacional da DVA no mercado brasileiro de capitais. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 26, n. 67, p. 57-69, abr. 2015. ISSN 1808-057X. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/98098>. Acesso em: 06 mar. 2017.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Coimbra: Centelha, 1976.

MARTINS, Eliseu; MIRANDA, Gilberto José; DINIZ, Josedilton A. **Análise didática das demonstrações contábeis**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MONEVA, José M.; ORTAS, Eduardo. Corporate environmental and financial performance: a multivariate approach. **Industrial Management & Data Systems**. v. 110, n. 2, p. 193–210, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/02635571011020304>. Acesso em: 21 ago. 2023.

MORLEY, Michael Francis. The Value Added Statement in Britain. **Accounting Review**, v. 54, n. 3, p. 618-629, 1979. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/245988>. Acesso em: 21 ago. 2023.

PONG, Chris; MITCHELL, Falconer. Accounting for a disappearance: a contribution to the history of the value added statement in the UK. **Accounting Historians Journal**. v. 32, n. 2, p. 173-199, 2005. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40698573>. Acesso em: 21 ago. 2023.

SALES, Handerson Leonidas; BATISTA, Alexandre Teixeira Norberto; THEÓPHILO, Carlos Renato. Teoria da Dependência: um estudo da interlocução dos pensamentos de Ruy Mauro Marini com a realidade empírica brasileira. **Revista Desenvolvimento Social**. Montes Claros: v. 25, n. 1, p.155-174, 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/article/view/184>. Acesso em: 21 ago. 2023.

SANTIAGO, Wagner de Paulo. **A influência do caixa, do lucro e dos accruals na predição de caixa**: uma investigação com dados em painel das companhias brasileiras de capital aberto. 2013. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-ANRLJM>. Acesso em: 21 ago. 2023.

SANTOS, Ariovaldo. **Demonstração contábil do valor adicionado - DVA**: um instrumento para medição da geração e distribuição de riqueza das empresas. 1999. Tese (Livre-Docência em Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SANTOS, Ariovaldo. **Demonstração do valor adicionado**: como elaborar e analisar a DVA. São Paulo, Atlas, 2003.

SCHERER, Luciano Márcio. **Valor adicionado**: análise empírica de sua relevância para as companhias abertas que publicam a demonstração do valor adicionado. 2006. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-31012007-174441/pt-br.php>. Acesso em: 18 jun. 2017.

SILVA, Manoel Rubim da; MARQUES, Mary Amália Castro Rocha. Demonstração do valor adicionado (DVA): um instrumento para aferição da carga tributária por unidade ou segmentos produtivos. **Revista da Receita Federal: estudos tributários e aduaneiros**, Brasília-DF, v. 1, n. 2, p. 217-232, 2015. Disponível em: <http://www.revistadareceitafederal.receita.fazenda.gov.br/index.php/revistadareceitafederal/article/view/56>. Acesso em: 28 mar. 2017.

STAINBANK, L. J. The value added statement: does it add any value? **Meditari Accountancy Research**, v. 17, n. 2, p. 137-149, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/10222529200900016>. Acesso em: 21 ago. 2023.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanco social** – Uma abordagem sócio-econômica da contabilidade. 1984. Dissertação (Mestrado em) – Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; MORAES, Pérsio Belloumini; PELEIAS, Ivan Ricardo; CLARO, José Alberto Carvalho Santos; JOAO, Belmiro do Nascimento. Estudo sobre a carga tributária de empresas brasileiras através da demonstração do valor adicionado (DVA) - período de 2005 a 2007. **Revista Ciências Administrativas** Fortaleza-CE, v. 17, p. 84-111, 2011. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/38480>. Acesso em: 28 mar. 2017.

VIEIRA, Patrícia dos Santos. **Verdades e mitos na interpretação da demonstração do valor adicionado**. 2010. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-15102010-201125/>. Acesso em: 06 mar. 2017.

WOOLDRIDGE, Jeffrey Marc. **Introductory Econometrics**: a modern approach. 5th ed. Maso, OH: Cengage Learning, 2013.

## **Capítulo 7**

# **O desenvolvimento financeiro contribui para a redução da economia informal no Brasil?**

Luciana Maria da Costa Cordeiro  
Tânia Marta Maia Fialho  
João Guilherme Magalhães-Timóteo

### **Introdução**

A economia informal pode ser vista como um subproduto da pobreza e do subdesenvolvimento, tendo ocupado papel de destaque nas discussões socioeconômicas contemporâneas. Tornando-se uma parte estrutural, surge, em muitos países, como uma resposta à falta de oportunidades de trabalho formal e à precariedade das condições socioeconômicas (Portes, 2010).

No campo acadêmico, o termo “economia informal” foi criado por Keith Hart, em 1973, em um estudo sobre o trabalho informal em Gana. Hart (1973) pontuou que a economia informal desempenhava atribuição crucial na provisão de empregos e de renda para a população mais pobre (Hart, 1973). Desde então, o conceito foi incorporado a diversos estudos para se referir a uma gama de atividades que estão fora do alcance da regulamentação e tributação do Estado.

Nesse contexto, sabe-se que a economia informal desempenha papel significativo nas economias em desenvolvimento ao redor do mundo, e o Brasil não é uma exceção a esta realidade (Jutting; Laiglesia, 2009). A fração não declarada da economia brasileira, que evita a tributação e a regulamentação, tem implicações severas para o bem-estar dos trabalhadores, a distribuição de renda e a eficiência econômica geral (Medina; Schneider, 2018).

Ressalta-se que uma característica da economia informal brasileira é a diversidade de suas operações, abrangendo uma variedade de setores, desde o comércio de rua e serviços domésticos até a agricultura familiar e a construção civil. Essas ati-

vidades são, muitas vezes, caracterizadas por baixos salários, condições de trabalho precárias e falta de direitos trabalhistas e de proteção social (Bonnet; Vanek; Chen, 2019; ILO – *International Labour Office*, 2018).

O desenvolvimento financeiro pode ser definido como a melhoria e o progresso de um país quanto às instituições financeiras, aos mercados e à infraestrutura, que tornam o sistema financeiro mais eficaz em atender às necessidades dos seus cidadãos e do setor empresarial (Svirydzenka, 2016). Sabe-se que as discussões sobre as conexões entre desenvolvimento financeiro e a sociedade não são novas. Em uma obra seminal sobre o assunto, denominada “*Lombard Street: A Description of the Money Market*”, publicada em 1873, por Walter Bagehot, o papel do sistema financeiro como emprestador último de recursos já era discutido para o contexto inglês (Bagehot, 1873).

Bagehot (1873) argumenta que, em tempos de crise financeira, quando há uma corrida generalizada aos bancos, o banco central deve emprestar capital, livremente, para os bancos solventes, a uma taxa de juros alta, mas com liquidez insuficiente. O objetivo dessa política seria prevenir o colapso do sistema bancário, preservando a estabilidade financeira. O autor também destaca o papel das instituições financeiras (como bancos) na provisão de liquidez para a economia. Ele defende que essas instituições são essenciais para o funcionamento adequado da economia, pois facilitam o fluxo de capital entre investidores e empresas, permitindo, a essas últimas, financiar novos projetos e expansões. Isso, por sua vez, leva ao crescimento econômico (Bagehot, 1873).

No entanto, cabe destacar a existência de duas visões antagônicas sobre o papel dos sistemas financeiros em uma economia. A esse respeito, há autores que defendem a neutralidade, ou seja, que as instituições e os mercados atuem como meros intermediadores de recursos na sociedade, e, por outro lado, há aqueles que defendem a ideia da não neutralidade dos sistemas, ou seja, que as instituições e os mercados possam gerar variações positivas no produto e nas demais variáveis, como emprego e renda, de modo que contribuam, de alguma forma, para a redução da pobreza e das desigualdades.

Fisher (2006) e Friedman (2017) sustentam a visão de neutralidade da moeda e, conseqüentemente, do sistema financeiro, argumentando que as alterações no fornecimento de moeda não têm efeitos reais sobre a economia, bem como as instituições financeiras, que atuam como meras intermediárias, com pouca ou nenhuma influência direta no crescimento econômico. Friedman (2017) argumenta que a principal função do sistema financeiro é facilitar as trocas, e que as alterações na quantidade de dinheiro não afetariam a economia real a longo prazo, a não ser pelo nível de preços. Também pontua que uma expansão na oferta de dinheiro resultaria, simplesmente, em uma proporcional inflação de preços, sem alterar variáveis reais como a produção ou o emprego. Ainda, de acordo com Fisher (1911, ed. 2006), as mudanças na quantidade de dinheiro afetam, proporcionalmente, o nível de preços, sem alterar outras variáveis reais da economia.

Robert Lucas Jr. (1972) também segue a linha que defende a neutralidade da moeda. Com a sua teoria das expectativas racionais, contribuiu para a visão de que as políticas monetárias previsíveis não têm efeito sobre a economia real, já que os agentes econômicos se ajustariam antecipadamente a essas políticas, de modo que, em um mundo com expectativas racionais, a política monetária sistemática será totalmente antecipada, e as flutuações na oferta de dinheiro não terão efeito real so-

bre a economia (Lucas Jr., 1972). Todavia, há diversos autores que defendem a não neutralidade da moeda e o papel relevante dos sistemas financeiros em seu poder de afetar variáveis reais na economia. Essa ideia é central em várias escolas de pensamento, como na economia keynesiana e na teoria do desenvolvimento econômico de Schumpeter (1934).

John Maynard Keynes, em sua obra “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda” (2017), questionou a visão clássica de neutralidade da moeda, argumentando que a demanda por dinheiro desempenha um papel fundamental na determinação do nível de emprego e de produção na economia. Keynes (2017) introduziu o conceito de preferência pela liquidez para explicar porquê os indivíduos podem reter dinheiro mesmo em face de taxas de juros positivas, levando à possibilidade de desemprego involuntário e subutilização de recursos na economia.

Segundo Joseph Schumpeter (1934), o crédito é a peça central do processo de desenvolvimento econômico. Para o autor, o crédito não é apenas um mecanismo de transferência de recursos existentes, mas um meio pelo qual novos recursos são criados para financiar a inovação e o desenvolvimento empresarial (Schumpeter, 1934). A visão de Schumpeter (1934) desafia a noção clássica e neoclássica de neutralidade da moeda e do crédito e enfatiza a importância do sistema financeiro no processo de desenvolvimento econômico. Em seu entender, o sistema financeiro não é apenas um intermediário passivo, mas um agente ativo e fundamental na promoção da inovação e do crescimento econômico.

King e Levine (1993) forneceram evidências empíricas de que o desenvolvimento financeiro pode impulsionar o crescimento econômico, dando crédito à teoria de Schumpeter (1934). Mais especificamente, eles descobriram que os países com níveis mais altos de desenvolvimento financeiro tendiam a experimentar taxas mais altas de crescimento econômico. Além disso, eles encontraram evidências de que o desenvolvimento financeiro antecede o crescimento econômico, sugerindo uma relação causal do desenvolvimento financeiro para o crescimento econômico. Levine (1997) fornece uma revisão abrangente de várias visões teóricas e empíricas sobre o papel do desenvolvimento financeiro no crescimento econômico. O autor apresenta alguns mecanismos pelos quais os sistemas financeiros influenciam nas variáveis econômicas. São eles: a) alocação eficiente de recursos, com o direcionamento do capital para onde pode ser mais produtivo; b) facilitação das trocas; c) gestão de riscos; e d) mobilização de poupança, transformando as reservas individuais em investimentos produtivos.

No entanto, Levine (1997) enfatiza que, apesar de existir um vínculo claro entre o desenvolvimento financeiro e o crescimento econômico, a natureza precisa desse vínculo e os mecanismos subjacentes ainda são objeto de debate. Ele argumenta que a compreensão dos detalhes desses mecanismos é fundamental para a formulação de políticas eficazes para promover o crescimento econômico. Vale ressaltar que a relação entre o desenvolvimento do sistema financeiro e o crescimento econômico é intrincada e nem sempre positiva.

Como observou Stiglitz (2010), o sistema financeiro pode contribuir para o crescimento econômico, mas, sob certas condições, também pode prejudicá-lo. De modo que o desenvolvimento de um sistema financeiro robusto, resiliente e bem regulamentado é, portanto, fundamental para o crescimento econômico sustentado. Stiglitz (2010) argumenta ainda que, enquanto um sistema financeiro bem estruturado

pode ser benéfico para a economia, um sistema financeiro mal regulamentado e excessivamente complexo pode ser, extremamente, prejudicial.

Nesse contexto, este capítulo propõe-se a explorar a questão: o desenvolvimento financeiro contribui para a redução da economia informal no Brasil? Para a análise empírica deste estudo, foram utilizados dois índices de referência global: o *Financial Development Index* (FDI) do Fundo Monetário Internacional (FMI), que mede o desenvolvimento financeiro de um país, e o *Multiple indicators multiple causes model-based* (MIMIC) do Banco Mundial que estima a proporção da economia informal em relação ao Produto Interno Bruto (PIB).

O objetivo deste estudo é contribuir para o entendimento da complexa relação entre o desenvolvimento financeiro e a economia informal, especificamente no contexto brasileiro.

Acredita-se que essa pesquisa fornecerá *insights* úteis para políticos, para formuladores de políticas e para pesquisadores interessados no desenvolvimento financeiro e na redução da economia informal. A fim de melhor apresentar os resultados do presente estudo, este capítulo está organizado da seguinte forma: a próxima seção revisa a literatura teórica e empírica sobre o tema; a terceira seção explica a metodologia empregada no estudo; a quarta seção apresenta a análise dos resultados e a seção final conclui com um resumo dos principais achados e das sugestões para pesquisas futuras.

## A economia informal

A economia informal, também chamada de economia subterrânea ou economia não estruturada, é uma parte significativa da atividade econômica global. Embora a economia informal seja, muitas vezes, associada a práticas econômicas ilegais, a maioria das atividades informais são legais em si, mas ocorrem fora do quadro regulatório formal (Chen, 2007). Importante pontuar que Hart (1973) foi um dos primeiros a usar o termo “economia informal”, o qual ele definiu como um conjunto de atividades econômicas que estão, em grande parte, não regulamentadas pelo Estado. Desde então, o conceito foi expandido e refinado para abranger uma variedade de atividades, desde vendedores ambulantes e trabalho doméstico não remunerado até atividades ilegais, como tráfico de drogas.

Observa-se que a economia informal é, muitas vezes, vista como um sintoma de falhas estruturais na economia formal. A burocracia excessiva e as barreiras à entrada no mercado formal incentivam muitas pessoas a voltarem-se para a economia informal. Além disso, pode ser a única opção para aqueles que estão excluídos do mercado de trabalho formal por causa de sua educação, habilidades ou *status* legal (Castells; Portes, 1989).

Feige (1990) apontou que a nebulosidade do conceito economia informal levou a uma agenda de pesquisa muito diversificada nesse domínio, abordando temas como pobreza, subemprego, desigualdade de renda, crise da dívida e migração. Ainda segundo Feige (1990), entende-se, como economia informal, aquelas atividades econômicas que driblam os custos e são excluídas dos benefícios e dos direitos incorporados nas leis e nas normas administrativas que abrangem as relações de propriedade, o licenciamento comercial, os contratos de trabalho, o crédito financeiro e os sistemas de seguridade social.



Cabe ressaltar que a economia informal pode funcionar, para algumas pessoas, como um meio de obter uma renda básica (Chen; Jhabvala; Lund, 2002). No entanto, embora seja uma alternativa para aqueles que são excluídos – voluntária ou involuntariamente – do setor formal, ela apresenta vários problemas, tanto para os trabalhadores quanto para a sociedade. A esse respeito, destacam-se a falta de proteção e a ausência de direitos trabalhistas, já que muitos trabalhadores do setor informal não têm direito a benefícios como seguro de saúde, licença médica e aposentadoria (Trebilcock, 2005). Essa falta de proteção pode levar à exploração e aos abusos, bem como a uma maior insegurança econômica. Embora alguns trabalhadores e empresários do setor informal possam ganhar bons salários, não é o que acontece com a maioria que enfrenta um alto grau de insegurança de renda. Isso pode contribuir para a pobreza e a desigualdade econômica (Jutting; Laiglesia, 2009).

Como muitas atividades informais não são declaradas ao governo, elas, muitas vezes, escapam da tributação. Isso pode levar à perda de receitas fiscais significativas, dificultando o financiamento de serviços públicos e de programas sociais (Schneider; Enste, 2000). Verifica-se, também, que trabalhadores e empresas do setor informal geralmente não têm acesso a serviços financeiros formais, como crédito e seguros, o que pode limitar as suas oportunidades de crescimento e de desenvolvimento (Ardic; Heimann; Mylenko, 2011). Portanto, a economia informal é uma realidade que não pode ser ignorada e que deve ser compreendida e abordada em todas as suas complexidades (Jutting; Laiglesia, 2009).

### **Desenvolvimento financeiro e sua relação com a sociedade**

Conforme já exposto na introdução deste estudo, há duas vertentes sobre o poder de influência do sistema financeiro em uma sociedade. De um lado, encontram-se os que acreditam que as instituições financeiras são meras intermediárias de recursos (Fisher, 1933; Friedman, 2017); de outro, os que acreditam na não neutralidade das instituições e no poder do crédito em afetar, de forma significativa, as variáveis econômicas (Keynes, 2017; King; Levine, 1993; Schumpeter, 1934).

Schumpeter (1934) argumenta que o crédito é a peça central do processo de desenvolvimento econômico. Para ele, o crédito não é apenas um mecanismo de transferência de recursos existentes, mas um meio pelo qual novos recursos são criados para financiar a inovação e o desenvolvimento empresarial (Schumpeter, 1934). Ainda de acordo com o autor, os bancos têm o poder de criar crédito. Esse crédito, em seguida, permite que os empreendedores realizem investimentos que, de outra forma, não seriam possíveis, uma vez que eles podem não ter acesso a recursos financeiros suficientes.

Esse processo, em que o crédito possibilita a implementação de novas combinações produtivas, leva a uma “destruição criativa”, que é a força motriz do crescimento econômico. Observa-se que a visão de Schumpeter (1934) desafia a noção clássica e neoclássica de neutralidade da moeda e do crédito e enfatiza a importância do sistema financeiro no processo de desenvolvimento econômico. Na visão do autor, o sistema financeiro não é apenas um intermediário passivo, mas um agente ativo e fundamental na promoção da inovação e do crescimento econômico.

Para Keynes (2017), o sistema financeiro pode amplificar as flutuações econômicas através do que ele chama de “efeito multiplicador”. Variações no investimento podem levar a variações multiplicadas no nível de renda e de emprego, devido à



interação entre consumo, poupança e investimento. Neste sentido, o sistema financeiro e a oferta de crédito têm um papel crucial na determinação do nível de atividade econômica (Keynes, 2017).

Historicamente, o sistema financeiro tem desempenhado papel de destaque na facilitação do comércio, investimento e desenvolvimento econômico. Na economia moderna, o sistema financeiro – composto por bancos, bolsas de valores, seguradoras e outros intermediários financeiros – permite a mobilização de poupanças, facilita transações, gerencia riscos e fornece informações sobre oportunidades de investimento (Mishkin, 2007).

Para Minsky (1986, 1977), o sistema financeiro não é neutro, mas desempenha um papel ativo e potencialmente desestabilizador na economia. Sua teoria tem implicações importantes para a política econômica, sugerindo que a regulação financeira e a política monetária devem ser usadas para prevenir o acúmulo excessivo de dívida e manter a estabilidade do sistema financeiro (Minsky, 1986, 1977).

O sistema financeiro tem um papel importante na sociedade ao facilitar a distribuição de risco e a mobilização de poupança para o investimento produtivo. As instituições financeiras, através da diversificação e da gestão de risco, permitem que as empresas e os indivíduos compartilhem e gerenciem os riscos econômicos, o que, por sua vez, incentiva mais investimento e atividade econômica (Allen; Santomero, 1997). Além disso, destaca-se a relevância do sistema financeiro na promoção da inclusão financeira, que é um fator-chave para o desenvolvimento econômico e social. A inclusão financeira – que se refere à capacidade dos indivíduos e das empresas de acessar produtos e serviços financeiros de maneira acessível e justa – é fundamental para promover o empreendedorismo, aliviar a pobreza, e impulsionar o crescimento econômico (Demirgüç-Kunt *et al.*, 2015; Demirgüç-Kunt; Singer, 2017).

No entanto, é importante ponderar que o sistema financeiro também pode contribuir para a desigualdade econômica e social quando mal regulado ou quando conduz a uma alocação ineficiente de recursos. A crise financeira de 2007-2008 é um exemplo de como a falta de regulação adequada e a tomada excessiva de riscos pelo sistema financeiro podem levar a sérias consequências econômicas e sociais (Stiglitz, 2010).

## Abordagem metodológica

Os dados utilizados neste estudo são secundários e foram coletados em bases do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial e do Banco Central do Brasil (Bacen). Caracterizam-se como séries temporais, variando do ano de 1993 até o ano de 2018. O *Stata* 16 foi o software usado para estimativas. Utilizou-se a variável MIMIC (Estimativas baseadas em modelos de múltiplas causas – MIMIC) de indicadores múltiplos de produção econômica informal (% do PIB oficial) como variável dependente para representar a economia informal no Brasil. Seus dados foram coletados no *Informal Economy Database* do Banco Mundial (World Bank, 2021). As estimativas do MIMIC capturam tanto o nível de emprego quanto a produtividade no setor informal (Elgin *et al.*, 2021).

Como variável explicativa, o estudo utilizou o Índice de Desenvolvimento Financeiro (*Financial Development Index* – FDI) disponibilizado pelo FMI. O FDI foi desenvolvido por Svirydenka (2016) para o FMI e é uma medida que busca oferecer uma avaliação abrangente e multifacetada do desenvolvimento financeiro de um país.

O FDI é construído a partir de múltiplas variáveis que representam diferentes aspectos do sistema financeiro. Essas variáveis podem incluir, por exemplo, o tamanho dos mercados financeiros em relação ao PIB, o nível de intermediários financeiros, a qualidade das instituições financeiras e os padrões regulatórios. Ele é normalizado para variar de 0 a 1, em que 0 indica o menor nível de desenvolvimento financeiro e 1 indica o mais alto nível (Svirydenka, 2016).

A variável de controle utilizada no estudo é caracterizada pelo Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em valores correntes e em moeda nacional (BRL). Ela foi coletada diretamente do Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS) do Banco Central do Brasil (Bacen). Especificamente, é identificada pelo código 1207 na base de dados (Bacen, 2023<sup>17</sup>). Vale ressaltar que, antes da operacionalização das variáveis com vistas a responder ao problema de pesquisa colocado, essas foram transformadas em seus respectivos logaritmos naturais (modelo log-log). Com isso, espera-se que os coeficientes de regressão representem elasticidades, permitindo uma compreensão mais intuitiva das relações evidenciadas (Kennedy, 2008).

A princípio, foi estimada uma regressão de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), pela qual foram constatados problemas de autocorrelação serial e heterocedasticidade, invalidando o modelo para análise. Esses problemas podem distorcer os erros padrão em uma regressão, levando a inferências errôneas sobre a significância dos coeficientes da regressão (Wooldridge, 2015). Isso pode ser, especialmente, problemático em séries temporais econômicas, nas quais, geralmente, há autocorrelação e heterocedasticidade. Com isso, recorreu-se ao modelo de regressão Newey-West.

O modelo de regressão Newey-West é uma abordagem para lidar com a heterocedasticidade e a autocorrelação nos resíduos de um modelo de regressão. É comum em estudos com séries temporais econômicas e financeiras que possuem características específicas de correlação serial e volatilidade ao longo do tempo (Newey; West, 2014). Nesse sentido, Newey e West (2014) propuseram uma solução para esses problemas fornecendo uma maneira de estimar, consistentemente, os erros padrão na presença dessas complicações. O procedimento produz uma estimativa da matriz de variância-covariância dos coeficientes de regressão que é consistente na presença de autocorrelação e heterocedasticidade condicionalmente. Em resumo, o procedimento fornece uma maneira confiável de obter estimativas de erros padrão robustos na presença de autocorrelação e heterocedasticidade.

Um ponto importante para o modelo de regressão de Newey-West é a seleção adequada do número de defasagens a ser incluído na estimativa. Como regra geral, se são “n” observações, deve ser “ $n^{1/4}$ ”. Neste estudo, são 26 observações. Isso leva a um número de 2 defasagens, que estimará a sua regressão usando o estimador de Newey-West, que é consistente na presença de heteroscedasticidade e autocorrelação de até 2 defasagens.

Assumindo que a Economia Informal (y), o Índice de Desenvolvimento Financeiro (FDI) e o Produto Interno Bruto (PIB) são todas variáveis logarítmicas, a equação de regressão deste estudo ficou da seguinte forma estruturada:

<sup>17</sup>BACEN, Banco Central do Brasil. SGS-Sistema Gerenciador de Séries Temporais. 2023. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em: 10 jun. 2023.

$$\ln(y) = \beta_0 + \beta_1 * \ln(\text{FDI}) + \beta_2 * \ln(\text{PIB}) + \varepsilon$$

Nessa equação:

- $\ln(y)$  é o logaritmo natural da variável dependente, Economia Informal;
- $\ln(\text{FDI})$  é o logaritmo natural do Índice de Desenvolvimento Financeiro;
- $\ln(\text{PIB})$  é o logaritmo natural do Produto Interno Bruto;
- $\beta_0$ ,  $\beta_1$ , e  $\beta_2$  são os parâmetros a serem estimados;
- $\varepsilon$  é o termo de erro, que é assumido ter média zero.

Os parâmetros são geralmente estimados usando mínimos quadrados ordinários (MQO), mas a correção Newey-West é aplicada aos erros padrão dessas estimativas para corrigir qualquer heteroscedasticidade e autocorrelação presentes nos dados.

## Resultados e análises: estimativas preliminares

Conforme exposto na seção de abordagem metodológica, a princípio, foi feita a estimativa a partir do método de mínimos quadrados ordinários (MQO). Em seguida, foram aplicados testes para verificar a adequabilidade do modelo (autocorrelação serial, heteroscedasticidade, variáveis omitidas e normalidade dos resíduos). O teste Durbin-Watson foi aplicado para identificar possíveis problemas de autocorrelação. Com um resultado de 0.6334 (abaixo do parâmetro de 2), há indícios de autocorrelação nos resíduos.

Também foi utilizado o teste de Breusch-Godfrey, para identificar possíveis problemas de autocorrelação. Com um p-valor de 0.0007, isto é, menor que 5%, rejeita-se a hipótese nula de que não há autocorrelação serial nos resíduos.

O teste de Breusch-Pagan foi aplicado para verificar problemas de heteroscedasticidade nos resíduos. Com um p-valor de 0.0061, isto é, menor que 5%, rejeita-se a hipótese nula de que os erros têm variância constante (homoscedasticidade).

O teste White também foi utilizado com o intuito de verificar possíveis problemas de heteroscedasticidade. Com um p-valor de 0.0029, isto é, menor que 5%, rejeita-se a hipótese nula de homoscedasticidade.

O teste RESET de Ramsey foi usado para averiguar se o modelo possui variáveis omitidas. Um p-valor de 0.9639, isto é, superior a 5%, indica a não rejeição da hipótese nula de que o modelo possui variáveis omitidas, logo, pode-se concluir que, provavelmente, não existem variáveis omitidas.

Os testes Shapiro-Wilk e Jarque-Bera foram aplicados para verificar a normalidade dos resíduos. Respectivamente, apresentaram p-valor de 0.37397 e p-valor de 0.9173, logo, indicando a não rejeição da hipótese nula de que os resíduos seguem uma distribuição normal.

Em resumo, o modelo parece bem especificado, sem variáveis omitidas e os resíduos parecem seguir uma distribuição normal. No entanto, há evidências de autocorrelação e heteroscedasticidade nos resíduos, indicando que a correção de Newey-West pode ser apropriada para obtenção de erros padrão consistentes. As saídas do software referentes aos testes aplicados podem ser verificadas no arquivo Anexo 1 do trabalho.

Estimativa a partir do modelo de regressão de Newey-West

A Tabela 1 apresenta os resultados da estimativa do modelo de regressão de Newey-West aplicada aos dados do estudo.

Tabela 1 – Regressão Newey-West

Número de observações	26					
F (2, 23)	16.19					
Prob> F	0.0000					
y	Coeficientes	Newey-West Erros Padrões	T	P> t	[95% Intervalo de Confiança]	
FDI	-.1388749	.0275455	-5.04	0.000	-.1958572	-.0818926
PIB	.0023462	.0026264	0.89	0.381	-.003087	.0077794
Constante	1.52462	.0292726	52.08	0.000	1.464065	1.585175

Fonte: elaborado pelos autores.

Índice de Desenvolvimento Financeiro (FDI): O coeficiente estimado é -0.1389 e é, estatisticamente, significativo no nível de 1% ( $P>|t|=0.000$ ). Isso indica que um aumento de 1% no desenvolvimento financeiro está associado, em média, a uma diminuição de 0.139% da economia informal, mantendo-se o resto constante. Portanto, o desenvolvimento financeiro parece ter um efeito negativo na economia informal.

Produto Interno Bruto (PIB): O coeficiente estimado é 0.0023 e não é, estatisticamente, significativo ( $P>|t|=0.381$ ). Isso sugere que, mantendo-se todo o resto constante, um aumento de 1% no PIB está associado, em média, a um aumento de 0.0023% na economia informal. No entanto, essa relação não é, estatisticamente, significativa. Portanto, não é possível afirmar, com confiança, que existe uma relação entre o PIB e a economia informal.

Constante: O coeficiente estimado é 1.5246 e é, estatisticamente, significativo no nível de 1% ( $P>|t|=0.000$ ). Essa é a estimativa do logaritmo do valor esperado de y (Economia Informal) quando FDI (Índice de Desenvolvimento Financeiro) e PIB (Produto Interno Bruto) são ambos iguais a zero. Como isso é pouco provável na prática, a constante não tem muita interpretação útil aqui.

A estatística F e o seu p-valor correspondente são usados para testar a hipótese nula de que todos os coeficientes de regressão (exceto a constante) são iguais a zero, contra a hipótese alternativa de que pelo menos um coeficiente é diferente de zero. Neste caso, o valor F é de 16.19 e o p-valor correspondente é menor que 0.0000. Como o p-valor é menor do que o nível de significância convencional de 0.05, rejeita-se a hipótese nula. Isso significa que existem evidências suficientes para concluir que pelo menos um dos coeficientes (FDI, PIB) é, estatisticamente, diferente de zero.

Em resumo, isso indica que o modelo de regressão como um todo é, estatisticamente, significativo e explica uma parte significativa da variância na variável

dependente “y”. Ou seja, com base nesse resultado, há evidências suficientes para afirmar que o modelo é útil para explicar a variabilidade em “y” – pelo menos uma das variáveis independentes (FDI, PIB) está associada a “y”.

## Discussões sobre os resultados

**Explorando a** relação entre o desenvolvimento financeiro e a economia informal, à luz da literatura acadêmica, iniciou-se esta exposição pela noção de não neutralidade do sistema financeiro, defendida por Keynes (2017), Schumpeter (1934), Minsky (1986) e outros. Esses autores argumentaram que o sistema financeiro não é, simplesmente, um intermediário passivo, mas desempenha um papel ativo e influente na economia real.

Nesse contexto, a relação negativa significativa encontrada entre o Índice de Desenvolvimento Financeiro e a Economia Informal faz sentido. À medida que o sistema financeiro torna-se mais desenvolvido, ele pode desempenhar um papel mais eficaz na mobilização de poupanças e direcionamento de fundos para investimentos produtivos, como argumentado por Keynes (2017) e Schumpeter (1934). Isso poderia resultar em um maior crescimento econômico formal, reduzindo a necessidade de atividades econômicas informais.

De acordo com Schumpeter (1934), a inovação financeira – que é mais provável em um sistema financeiro mais desenvolvido – pode desempenhar um papel crucial no financiamento de novos empreendimentos e na promoção do progresso econômico. Ao mesmo tempo, uma maior inclusão financeira, que também é um aspecto do desenvolvimento financeiro, pode permitir que mais pessoas e empresas acessem serviços financeiros formais, reduzindo a necessidade de recorrer a fontes de financiamento informais.

Em conclusão, a descoberta de uma relação negativa entre o desenvolvimento financeiro e a economia informal está alinhada com a visão de não neutralidade do sistema financeiro. Isso sugere que o desenvolvimento do sistema financeiro pode ter implicações importantes para a estrutura da economia, incluindo o tamanho do setor informal.

## Considerações finais

O presente trabalho buscou investigar o papel do desenvolvimento financeiro na redução da economia informal no Brasil. Sendo a economia informal vista como um subproduto da pobreza e do subdesenvolvimento, ela desempenha um papel significativo nas economias em desenvolvimento. No Brasil, a economia informal é diversificada e caracterizada por baixos salários, más condições de trabalho, falta de direitos trabalhistas e de proteção social. O desenvolvimento financeiro, que se refere ao aprimoramento e progresso das instituições financeiras, dos mercados e da infraestrutura de um país, foi identificado como um fator chave na redução da economia informal.

Os resultados deste estudo sugerem que o desenvolvimento financeiro pode ajudar a reduzir a economia informal no Brasil e, conseqüentemente, pode melhorar o bem-estar dos trabalhadores, a distribuição de renda e a eficiência econômica geral. No entanto, é importante notar que o desenvolvimento financeiro, por si só, não é suficiente para erradicar a economia informal. É necessário um conjunto abrangente de

políticas que abordem as suas causas subjacentes, como a pobreza, a desigualdade e a falta de oportunidades econômicas.

Além disso, o desenvolvimento financeiro deve ser acompanhado de reformas institucionais e políticas promotoras de inclusão financeira. Isso inclui a promoção de uma maior acessibilidade aos serviços financeiros – especialmente para os grupos mais vulneráveis da sociedade – e a implementação de regulamentações que protejam os direitos dos consumidores e promovam a transparência e a responsabilidade no setor financeiro.

Este estudo contribui para a literatura existente ao destacar o papel do desenvolvimento financeiro na redução da economia informal. No entanto, mais pesquisas são necessárias para entender melhor a relação entre o desenvolvimento financeiro e a economia informal, bem como para identificar as políticas e práticas mais eficazes para promover a inclusão financeira e a formalização da economia.

Em conclusão, o desenvolvimento financeiro tem o potencial de desempenhar um papel significativo na redução da economia informal no Brasil. No entanto, para que isso seja alcançado, é necessário um compromisso político e social para promover a inclusão financeira, a igualdade de oportunidades e a justiça social. A erradicação da economia informal não é apenas uma questão de desenvolvimento econômico, mas, também, uma questão de direitos humanos e justiça social. Portanto, é imperativo que o desenvolvimento financeiro seja orientado para a promoção do bem-estar humano e da justiça social, e não apenas para o crescimento econômico.

## Referências

ALLEN, Franklin; SANTOMERO, Anthony M. The theory of financial intermediation. **Journal of banking & finance**, v. 21, n. 11–12, p. 1461–1485, 1997.

ARDIC, Oya Pinar; HEIMANN, Maxmilien; MYLENKO, Nataliya. Access to financial services and the financial inclusion agenda around the world: a cross-country analysis with a new data set. **World Bank policy research working paper**, n. 5537, 2011.

BACEN, Banco Central do Brasil. **SGS-Sistema Gerenciador de Séries Temporais**. 2023. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em: 10 jun. 2023.

BAGEHOT, W. **Lombard Street**. Homewood IL: Richard D Irwin, 1962 edition. 1873.

BONNET, Florence; VANEK, Joann; CHEN, Martha. Women and men in the informal economy: A statistical brief. **International Labour Office**, Manchester, v. 20, jan. 2019.

CASTELLS, M.; PORTES, A. **World Underneath**: The Origins, Dynamics, and Effects of the Informal Economy, The Informal Economy: Studies in Advanced and Less Developed Countries. John Hopkins UP, 1989.

CHEN, Martha Alther. **Rethinking the Informal Economy**: Link ages with the Formal Economy and the Formal Regulatory Environment. [S.l.]: United Nations, Department of Economics and Social Affairs, 2007.

- CHEN, Martha Alther; JHABVALA, R.; LUND, F. **Supporting workers in the informal economy: A policy framework**. [S.l.]: International Labour Office Geneva, 2002.
- DEMIRGÜÇ-KUNT, Asli; KLAPPER, Leora F.; SINGER, Dorothe; VAN OUDHEUSDEN, Peter. The global finindex database 2014: Measuring financial inclusion around the world. **World Bank Policy Research Working Paper**, n. 7255, 2015.
- DEMIRGÜÇ-KUNT, Asli; SINGER, Dorothe. Financial inclusion and inclusive growth: A review of recent empirical evidence. **World Bank Policy Research Working Paper**, n. 8040, 2017.
- ELGIN, Ceyhun; KOSE, M. Ayhan; OHNSORGE, Franziska; YU, Shu. **Understanding Informality**. [S.l.]: CEPR Discussion Papers, 2021.
- FEIGE, Edgar L. Defining and estimating underground and informal economies: The new institutional economics approach. **World development**, v. 18, n. 7, p. 989–1002, 1990.
- FISHER, Irving. The debt-deflation theory of great depressions. **Econometrica: Journal of the Econometric Society**, p. 337–357, 1933.
- FISHER, Irving. **The purchasing Power of money: its' determination and relation to credit interest and crises**. Cosimo, [s.l.], Inc., 2006.
- FRIEDMAN, Milton. **The optimum quantity of money**. [S.l.]: Routledge, 2017.
- HART, Keith. Informal income opportunities and urban employment in Ghana. **The journal of modern African studies**, v. 11, n. 1, p. 61–89, 1973.
- ILO, International Labour Office. **Women and men in the informal economy: a statistical picture** (third edition). 2018. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms\\_626831.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_626831.pdf). Acesso em: 10 jul. 2023.
- JUTTING, Johannes P.; LAIGLESIA, Juan R. de. **Is informal normal? towards more and better jobs in developing countries**. [S.l.]: Development Centre of the Organisation for Economic Co-operation and Development, 2009.
- KENNEDY, Peter. **A guide to econometrics**. [S.l.]: John Wiley & Sons, 2008.
- KEYNES, John Maynard. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. [S.l.]: Saraiva Educação SA, 2017.
- KING, Robert G.; LEVINE, Ross. Finance and growth: Schumpeter might be right. **The quarterly journal of economics**, v. 108, n. 3, p. 717–737, 1993.
- LEVINE, Ross. Financial development and economic growth: views and agenda. **Journal of economic literature**, v. 35, n. 2, p. 688–726, 1997.
- LUCAS JUNIOR, Robert E. Expectations and the Neutrality of Money. **Journal of economic theory**, v. 4, n. 2, p. 103–124, 1972.

MEDINA, Leandro; SCHNEIDER, M. Friedrich. **Shadow economies around the world: what did we learn over the last 20 years?** [S.l.]: International Monetary Fund, 2018.

MINSKY, Hyman P. **Stabilizing an unstable economy** (New Haven and London, Yale University Press). 1986.

MINSKY, Hyman P. **A theory of systemic fragility**. Financial crises: Institutions and markets in a fragile environment, p. 138–152, 1977.

MISHKIN, F. S. **The economics of money, banking, and financial markets**. [s.l.] Pearson education, 2007.

NEWBY, Whitney K.; WEST, Kenneth D. A simple, positive semi-definite, heteroscedasticity and autocorrelation consistent covariance matrix. **Applied Econometrics**, v. 33, n. 1, p. 125–132, 2014.

PORTES, A. **Economic sociology**: a system inquiry. [S.l.]: Princeton University Press, 2010.

SCHNEIDER, Friedrich; ENSTE, Dominik H. Shadow economies: Size, causes, and consequences. **Journal of economic literature**, v. 38, n. 1, p. 77–114, 2000.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **A Theory of Economic Development**: An Inquiry into Profits, Capital, Credit, Interest, and the Business Cycle. [S.l.]: Harvard University Press, 1934.

STIGLITZ, Joseph E. Freefall: America, freemarkets, and the sinking of the world economy. **Journal of Real Estate Literature**, v. 19, n. 2, p. 492-494, 2011.

SVIRIDZENKA, Katsiaryna. Introducing a new broad-based index of financial development. **International Monetary Fund**, jan. 2016.

TREBILCOCK, Anne. Decent work and the informal economy. **WIDER Discussion Paper**, n. 4, 2005.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. **Introductory econometrics**: A modern approach. Mason, OH: Cengage learning, 2015.

WORLD BANK. **Informal Economy Database**. 2021. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/research/brief/informal-economy-database>. Acesso em: 5 jun. 2023.





## **PARTE 3**

# **O papel do Estado no desenvolvimento econômico**

## **Capítulo 8**

# **O papel estatal na promoção do desenvolvimento econômico e social por meio dos investimentos em inovação**

Mário Júnior Teles Machado

### **Introdução**

O investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) é um dos principais fatores de sucesso em longo prazo nas empresas, particularmente na indústria, pois possibilita o desenvolvimento de novos produtos demandados por um mercado em constante mutação. Além disso, favorece a diferenciação, criando vantagem competitiva sustentável frente à concorrência. Esse cenário positivo impulsiona o desenvolvimento econômico e social do país, uma vez que contribui para o progresso do bem-estar econômico e social.

Na visão de Guimarães e Mattos (2005), as empresas que investem em P&D tendem a ser mais sólidas, gerando retorno positivo para a empresa e contribuindo para o desenvolvimento do país. Dessa forma, a capacidade estatal na promoção de avanços tecnológicos advindos de P&D é crucial para o avanço tecnológico do país, posição que contrasta com a ideia neoliberal que quis colocar o Estado em uma posição estrita de regulação e não interferência. Segundo Mazzucato (2014), o estado não deve ter um papel passivo na economia e pode impulsionar inovação e direcionar recursos para setores estratégicos, em um papel de norteador da economia em prol de objetivos específicos de desenvolvimento.

Portanto, partindo da ciência da relevância do Estado na P&D, seja em financiamento, subvenção ou atuação direta, atuando como Estado empreendedor, e também da importância da P&D para a competitividade das empresas e desenvolvimento socioeconômico nacional, este ensaio busca analisar a literatura sobre inovação tec-

nológica e discorrer sobre as formas de atuação do Estado brasileiro em alguns dos seus mecanismos de promoção da P&D, em empresas privadas, o que se reflete no arranjo institucional em prol da evolução dos índices de bem-estar econômico e social dos brasileiros.

### **A Importância da Inovação Tecnológica**

Promover o investimento em P&D aumenta o capital físico, traz diversificação em produtos e serviços, gera novas habilidades e atitudes, além de originar conhecimento. Todos esses benefícios reunidos contribuem para acelerar o crescimento econômico da empresa e o desenvolvimento do país. Por isso, é primordial que haja instituições que tenham como fim o fomento ao investimento em P&D (Arbix *et al.*, 2012).

A tecnologia é um dos principais geradores de vantagem competitiva para a empresa. Conforme Mattos e Guimarães (2005, p. 18), “Como mostram vários estudos, as empresas que investem e aplicam em novas tecnologias tendem a ter situação financeira mais sólida do que as que não o fazem”.

Dessa maneira, a inovação é essencial para empresas que querem se destacar no mercado cada vez mais competitivo. Elas devem inovar constantemente, pois, se não o fizerem, os concorrentes farão e tomarão parte de seu mercado. Um fabricante que não seja capaz de se mover rapidamente e se antecipar aos adversários está seriamente comprometido (Baxter, 2006).

Para Calvosa (2010, p. 25), “Inovação tecnológica envolve o desenvolvimento e a introdução de ferramentas derivadas do conhecimento humano situacional, artefatos e artifícios pelos quais pessoas e organizações podem melhorar e interagir com seu ambiente”. Consoante o autor, as inovações podem se apresentar das seguintes formas: novo processo produtivo ou alteração no processo existente; modificações no produto existente ou a substituição de um modelo por outro; introdução de novos produtos integrados verticalmente aos existentes; introdução de novos produtos que exigem novas tecnologias para a empresa; e reconfiguração do sistema de gerenciamento, políticas e procedimentos que conduzam a estratégia e o funcionamento operacional do empreendimento.

A inovação tecnológica tem duas etapas. A primeira delas é a geração da ideia ou invenção; já a segunda é a comercialização do produto da primeira etapa, ou seja, da invenção. Segundo o modelo linear, que descreve o processo de inovação, as etapas do ciclo de inovação são: pesquisa básica, pesquisa aplicada, geração da ideia, desenvolvimento do produto ou processo, entrada no mercado (Mattos; Guimarães, 2005). O risco deve ser bem gerenciado quando se trata de inovações. Por isso, a gerência deve estar atenta para o estabelecimento de metas e o abandono da ideia tão logo seja verificado que será impossível o atingimento das metas estabelecidas (Baxter, 2006).

As decisões sobre investimento em inovação são diretamente ligadas à expectativa de retorno financeiro em longo prazo, mesmo com toda a subjetividade dessa aposta, visto que é sabido que esse retorno é incerto. Assim, somente a perspectiva de lucros justifica o investimento em P&D, dado que a grande carência de investimentos nessa atividade advém da incerteza associada a atividades de inovação. Além disso, há o fato de que o conhecimento gerado pelas atividades de P&D se incorpora ao capital humano, fato que torna o investimento no componente humano responsável por boa parte do capital requerido por essa atividade.

De acordo com Paula (2011, p. 10), “[...] pode-se distinguir quatro fases do processo de inovação: semente (concepção da ideia), start-up (início do processo inovativo), crescimento inicial (estágio inicial de expansão) e crescimento sustentado (estágio de consolidação)”. O financiamento externo, proveniente de bancos, por exemplo, costuma focar nas últimas etapas devido à causa do menor nível de incerteza. Com isso, as pequenas empresas saem prejudicadas, pois o financiamento externo é a principal fonte de recurso para projetos de inovação, enquanto as grandes companhias têm outras fontes e a possibilidade de optar pelo autofinanciamento. Segundo Peter Ducker (1987), citado por Baxter (2006, p. 2), “existem apenas duas funções importantes nos negócios: marketing e inovação – tudo o mais é custo”.

O desenvolvimento de novos produtos requer pesquisa, planejamento cuidadoso, controle metódico e o uso de métodos sistemáticos que exigem uma abordagem interdisciplinar. Esse enlace entre ciências sociais, tecnologia e arte aplicada, apesar de ser tarefa árdua, deve ser buscado a fim de se alcançar um processo inovativo efetivo (Baxter, 2006).

Além do investimento inicial de uma estrutura de P&D, é necessário o constante fluxo de recursos para essa atividade a fim de se obter o crescimento sustentado da empresa. Nesse caso, investir mal é pior do que não investir. Sendo assim, o setor de P&D da empresa deve ser bem administrado, pois é sempre muito cobrado por resultados, haja vista a grande soma de capital que consome (Figueiredo; Barros; Conceição, 2012).

O período de crise costuma ser marcado pela contenção de gastos, dado que é quando os investimentos em P&D mais diminuem e podem ser vistos como desperdício ou como uma aposta em um “jogo de azar”, haja vista a incerteza inerente à atividade. Entretanto, esse investimento em P&D deve ser encarado como uma “apólice de seguro” que pode ser utilizada exatamente nesses momentos de crise, pois essa atividade garante a formação de talentos e o desenvolvimento de um conhecimento imprescindível na adaptação da empresa ao meio externo e na superação das turbulências. Da mesma forma que em uma empresa, os investimentos de um país em ciência e tecnologia (C&T) garantem a construção das bases que possibilitarão superar as dificuldades nas áreas de educação, saúde, transportes, energia, entre outros, ao mesmo tempo em que propicia a elevação de sua capacidade competitiva no mercado externo (Vasconcellos, 2005).

A pesquisa é uma atividade que busca a produção de conhecimento. O desenvolvimento é o uso sistemático desse conhecimento científico produzido com vistas à produção de novos produtos, sistemas ou serviços, assim como o aperfeiçoamento dos já existentes, além de ser a ponte entre a pesquisa e a produção. A produção de tecnologia pode ser feita de forma cativa, quando a empresa produz tecnologia para si mesma ou a adquire externamente, ou independente, quando o produto da empresa é a tecnologia que será comercializada aos seus clientes (Mattos; Guimarães, 2005).

A empresa inova não só porque o governo incentiva ou por alguma motivação interna. Isso ocorre, primeiramente, por causa do mercado, para poder competir na disputa acirrada da concorrência (Pacheco, 2011).

A P&D na empresa contemporânea se reveste de essencialidade ímpar. Tanto que, para Olin (1973) *apud* Vasconcellos (2005, p. 43), “A sobrevivência de uma empresa depende essencialmente do êxito que ela consiga alcançar em três diferentes áreas: produção, vendas e inovação de produtos. O fracasso em qualquer dessas áreas não pode ser compensado pelo sucesso nas outras”.

O investimento em P&D tem como padrão o retorno em longo prazo. De acordo com Mattos e Guimarães (2005, p. 26), “A P&D é cara, tanto em quantidade de recursos que consome como no tempo que leva para apresentar resultados. Muito dinheiro e vários anos serão gastos sem a ocorrência de vendas e vários anos até que fluxos monetários fiquem positivos”.

Assim, o objetivo final buscado pelas empresas no desenvolvimento de novas tecnologias é a criação de vantagem competitiva. Essa vantagem pode ser o aumento do valor do produto, por meio da melhoria da qualidade, e/ou redução dos custos, por meio do uso mais eficiente de materiais e mão de obra (Mattos; Guimarães, 2006).

## O Investimento em Novas Tecnologias

A decisão do investimento em novas tecnologias deve ser cuidadosamente avaliada, pois a aquisição de vantagem competitiva pode não acontecer, uma vez que o investimento nessa atividade de alto risco pode ter seu lado ruim. Como demonstra Mattos e Guimarães (2005, p. 49), “O investimento pode estar além da capacidade de financiamento da empresa [...], pode ser arriscado por causa da incerteza da demanda futura e correspondentes lucros unitários [...] e pode ainda ter custos ocultos”.

Uma característica da tecnologia é que ela pode ser transferida de um emissor para um receptor. Com isso, as inovações provenientes da pesquisa científica, em uma universidade, podem ser transferidas para uma empresa industrial, por exemplo. Segundo Mattos e Guimarães, (2005, p. 57), “Patentear e autorizar o uso de inovações é uma forma de as instituições de pesquisa transferirem tecnologia pronta.” Para Schumpeter (1934), citado por Tigre (2006, p. 72), “[...] inovação é tudo que diferencia e cria valor a um negócio”. Portanto, não estaria ligado necessariamente às inovações tecnológicas, não obstante ser evidente a sua contribuição.

Com a estabilidade econômica e a abertura comercial, as empresas brasileiras se depararam com duas novas perspectivas. Por um lado, sentiram-se mais estimuladas a investir em pesquisa e desenvolvimento, visto que começou a ser possível se planejar em longo prazo, que é a perspectiva ideal para esse tipo de investimento. Entretanto, por outro lado, sentiram-se pressionadas a adotar esse tipo de investimento se quisessem continuar no mercado, uma vez que empresas estrangeiras, que não passaram pelo grande período de turbulências vivido pelo Brasil, estavam com tecnologia avançada e produtos prontos para invadirem o mercado brasileiro.

## Fontes de Tecnologia

Em relação à aquisição de tecnologia, uma das principais decisões a ser tomada é o quanto e como a empresa vai se envolver no processo de P&D. Mattos e Guimarães (2005), sobre opções de aquisição de tecnologia, afirmam que há basicamente três:

- (a) Fontes internas: a empresa tem um departamento de engenharia para o projeto de produtos e/ou processos e com isso faz sua própria P&D;
- (b) Relações de parceria: a empresa firma certos tipos de relações de parceria com outras organizações na aquisição de tecnologia, como, por exemplo, contratação de pesquisas em universidades ou centros de pesquisa, aquisição de licença de tecnologia de outra organização, criação de empreendimento conjunto ou aliança estratégica e fusão ou aquisição com/de

outra empresa que tenha a experiência tecnológica necessária; (c) A empresa obtém novas tecnologias diretamente de fornecedores externos (Mattos; Guimarães, 2005, p. 54-55).

Grandes empresas costumam participar desde as fases iniciais do processo, enquanto empresas menores entram na fase final de desenvolvimento (Mattos; Guimarães, 2005, p. 54).

### **Estratégias Tecnológicas**

A principal fonte de tecnologia nos países avançados são as atividades de P&D. Contudo, no Brasil, com algumas exceções, a indústria se utiliza de estratégias dependentes e imitativas para inovar (Tigre, 2006). O grau de inovação depende também do setor de atividade da empresa. Nos produtores de commodities, os preços têm papel fundamental na competição, então, as inovações são concentradas em soluções que criem redução de custos. Nos setores tradicionais, o investimento em P&D é baixo, mesmo nos países desenvolvidos, e inovações frequentemente estão ligadas a design e adaptações a necessidades momentâneas do mercado.

Em relação às empresas produtoras de bens duráveis, costumam ser empresas de grande porte. Desse modo, inovam constantemente, o que é explicado pela concorrência acirrada desse setor em que a principal vantagem competitiva é a diferenciação. Nos setores difusores de progresso técnico, como não poderia deixar de ser em um setor produtor de bens de capital, o investimento em P&D é maciço e há uma forte relação entre os produtores de tecnologia e os usuários, a fim de que as necessidades específicas sejam atendidas (Tigre, 2006).

### **Propriedade Intelectual**

Na discussão do desenvolvimento de novas tecnologias, um fator muito relevante é a proteção da propriedade intelectual. Uma das maiores motivações para inovadores é poder proteger e desfrutar dos benefícios do fluxo de renda resultante da inovação (Mattos e Guimarães, 2005).

A propriedade intelectual, segundo Tigre (2006, p.112), “[...] é essencialmente um direito, outorgado pelo Estado por meio de leis específicas, por um prazo determinado. Permite a seu detentor excluir terceiros de sua comercialização”. Em vista disso, grandes avanços foram realizados no nosso país no que diz respeito à proteção da propriedade intelectual. O acordo sobre aspectos dos direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio, que foi assinado em 1994, no Uruguai, e ratificado pelo Brasil, facultava aos países em desenvolvimento, como é o caso brasileiro, um período de 10 anos para adequar a sua legislação aos termos do acordo. No entanto, já em 1996, logo, dois anos depois, foi promulgada a Lei 9.279, que regula direitos e obrigações relativas à propriedade industrial (Mendes, 2010).

### **Incentivos Governamentais Brasileiros**

Ao reconhecer a importância da inovação para o desenvolvimento do país, os governos, em maior ou menor intensidade, investem em medidas de incentivo para que as empresas desenvolvam novas tecnologias por si próprias ou em parcerias

com universidades, centros de pesquisas, entre outros atores. Entre os incentivos do governo brasileiro estão a Lei da Informática, a Lei da Inovação, a Lei do Bem, os fundos setoriais, o Plano Inova Empresa – que criou a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) – e, mais recentemente, o Programa Rota 2030. A seguir, um destaque sobre cada uma destas iniciativas.

### **Lei da Informática**

A Lei n.º 8.248/91, conhecida como Lei da Informática, concedeu incentivos fiscais para empresas do setor de tecnologia (áreas de hardware e automação), que tivessem por prática investir em pesquisa e desenvolvimento. Os incentivos fiscais dessa lei referem-se à isenção ou redução do IPI em produtos habilitados. Além disso, a lei dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação.

Essa lei veio para substituir a antiga Lei de Informática, que garantia reserva de mercado para empresas nacionais no contexto protecionista em que o país vivia antes da liberalização econômica. Ademais, foi essencial para ajudar as empresas do setor a competir no mercado nacional invadido por empresas estrangeiras que tinham tecnologias mais avançadas e preços mais competitivos (Garcia; Roselino, 2004).

A Lei da Informática se destina a todas as empresas que investem, no mínimo, 5% do seu faturamento bruto no mercado interno em pesquisa e desenvolvimento; comprovem Regularidade Fiscal; e sejam produtoras de algum item cuja Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) conste na lista de produtos incentivados pela Lei.

Em 2019, foi publicada a Lei n.º 13.969, também conhecida como nova Lei da Informática. Uma das mudanças foi a forma do incentivo governamental, já que substituiu a desoneração de IPI por créditos financeiros.

### **Lei da Inovação**

A Lei n.º 10.973, de 2 de dezembro de 2004, conhecida como Lei da Inovação, representa um amplo conjunto de medidas. Seu objetivo maior é ampliar e agilizar a transferência do conhecimento gerado no ambiente acadêmico para a apropriação pelo setor produtivo, estimulando a cultura de inovação e contribuindo para o desenvolvimento industrial do país. Esse objetivo deve ser atingido por meio de três vertentes: constituição de ambiente propício às parcerias estratégicas entre as universidades, institutos tecnológicos e empresas; estímulo à participação de instituições de ciência e tecnologia (ICTs) no processo de inovação; incentivo à inovação na empresa.

Para o último objetivo, a lei prevê a concessão, por parte da União, das ICTs e das agências de fomento, de recursos financeiros, humanos, materiais ou de infraestrutura, para atender às empresas nacionais envolvidas em atividades de pesquisa e desenvolvimento, além de recursos financeiros específicos que poderão vir sob a forma de subvenção econômica, financiamento ou participação societária.

### **Lei do Bem**

A Lei 11.196, de 21 de novembro de 2005, conhecida como Lei do Bem, instituiu incentivos fiscais automáticos para as empresas que investem em pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica.



Entre os benefícios fiscais dessa lei estão deduções de Imposto de Renda e da Contribuição sobre o Lucro Líquido de dispêndios efetuados em atividades de P&D; a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de máquinas e equipamentos para P&D; depreciação acelerada desses bens; amortização acelerada de bens intangíveis; redução do imposto de renda retido na fonte incidente sobre remessa ao exterior resultante de contratos de transferência de tecnologia; e isenção do Imposto de Renda retido na fonte nas remessas efetuadas para o exterior destinadas ao registro e manutenção de marcas, patentes e cultivares.

## **Fundos Setoriais**

Os fundos setoriais são um mecanismo que objetiva o fortalecimento da ciência e tecnologia no país por meio da ampliação e estabilidade de fontes de financiamento de pesquisa científica e tecnológica em setores específicos. Além disso, são uma das principais fontes de recursos para a viabilização dos incentivos trazidos pela Lei da Inovação e pela Lei do Bem. O primeiro fundo criado foi o CT-PETRO, em 1999, e, nos anos seguintes, outros setores foram contemplados.

As receitas vêm de contribuições incidentes sobre o resultado da exploração de recursos naturais, parcelas do IPI e da CIDE. Atualmente, são 16 os fundos setoriais, sendo dois deles transversais, CT-INFRA E CT-VERDE-AMARELO, e os outros destinados a setores específicos. Os fundos setoriais têm sido o principal instrumento do Governo Federal para estimular o investimento em ciência e tecnologia no país e integrar a empresa às universidades e às ICTs. Além disso, ainda têm importância na integração social, pois 30% de seus recursos são compulsoriamente dirigidos às regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

Com exceção do Funttel, que está no âmbito do Ministério das Telecomunicações, os fundos setoriais são administrados pelo MCTI, ficando a cargo da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) sua execução financeira. As modalidades de financiamento da FINEP são: financiamento reembolsável, financiamento não reembolsável e investimento. O programa de subvenção econômica, dada a alta concorrência por recursos públicos não reembolsáveis, sempre ocorre por meio de chamadas públicas, sendo apresentado o objeto da chamada, os resultados esperados, as características das instituições elegíveis e das propostas, os recursos financeiros disponíveis, os prazos e os procedimentos do julgamento.

## **O Plano Inova Empresa e a criação da Embrapii**

Em 14 de março de 2013, o Governo Federal lançou o Plano Inova Empresa, que tinha como objetivo alavancar a produtividade e competitividade de diversos setores da economia por meio da inovação tecnológica.

O Inova Empresa não trouxe muitas novidades. A sua particularidade foi o montante de recursos, bem superior a programas anteriores, e a sua intenção de articular e integrar várias iniciativas que auxiliam o desenvolvimento tecnológico, como, por exemplo, as iniciativas citadas nas seções anteriores, a fim de criar uma sinergia entre elas para que realmente pudessem trazer os resultados esperados.

O Plano Inova Empresa criou a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii). Esta foi instituída na forma de organização social e visou

inaugurar um novo modelo para a inovação industrial no país, além de representar, para o setor industrial, o que a Embrapa representa para o setor agropecuário. Seus principais objetivos são promover estratégias de inovação decorrente das demandas empresariais, fortalecendo a produtividade e a competitividade da indústria; estimular instituições de P&D a realizar prospecção de projetos empresariais e arranjos cooperativos para inovação; e estabelecer um ambiente favorável à formação e capacitação de recursos humanos por meio da implantação de polos de inovação.

### **Programa Rota 2030**

O Programa Rota 2030, instituído pela Medida Provisória 843/2018, que foi convertida na Lei nº 13.755/2018, tem uma vertente de incentivo à P&D no setor automotivo por meio de benefícios tributários.

Empresas habilitadas ao Rota 2030 devem realizar dispêndios mínimos em pesquisa e desenvolvimento. De forma geral, os percentuais mínimos vão de 0,25% a 1,20% da receita bruta total da venda de bens e serviços relacionados aos produtos automotivos, excluídos os impostos e contribuições incidentes sobre a venda.

Como benefício, empresas poderão fazer jus à dedução do IRPJ e CSLL devidos, proporcional ao volume de dispêndios realizados, no país, em P&D. De acordo com o previsto na lei, o benefício corresponde a um retorno, que pode variar entre 10,2% e 12,5% do valor dos dispêndios realizados.

### **Considerações Finais**

Este trabalho apresentou os elementos conceituais relacionados à inovação tecnológica, a sua importância e os incentivos públicos do Governo Federal brasileiro no intuito de promover o desenvolvimento das empresas e do país por meio da inovação.

Inicialmente, foi ressaltado o papel ativo do Estado como promotor da inovação e indutor do mercado, por meio de diversos possíveis mecanismos, contrapondo a ideia do Estado passivo e mediador residual.

Em seguida, foram delineados conceitos que comprovam a grande importância do desenvolvimento de novas tecnologias para as empresas e para o país. Os gastos em P&D são essenciais para a competitividade das empresas brasileiras. Por isso, o governo vem criando políticas de incentivo ao desenvolvimento de novas tecnologias por parte do setor privado, concedendo incentivos fiscais, financiamentos favoráveis e até mesmo subvenções econômicas.

Posteriormente, foram apresentados os principais mecanismos instituídos pelo país a fim de estimular o desenvolvimento tecnológico por meio de incentivos aos investimentos em P&D por parte das empresas.

O ensaio buscou salientar a importância do desenvolvimento tecnológico para o país, ressaltando o papel central do Estado como indutor desse processo, e mostrar que só a partir dele o Brasil pode competir internacionalmente e deixar de ser, principalmente, um exportador de commodities e importador de tecnologia avançada. O apoio governamental é importante devido à alta incerteza do investimento em novas tecnologias, mas também por ser papel do Estado guiar o rumo das inovações, a fim de preencher lacunas que ajudem a combater grandes desafios sociais.

## Referências

ARBIX, Glauco; NEGRI, João Alberto de; VERMULM, Roberto. Um choque de inovação. **Jornal da Ciência**, ed. 4541, jul. 2012.

BAXTER, Mike. **Projeto de produto**: guia prático para o design de novos produtos. 4. reimpr. São Paulo: Edgard Blucher, 2006.

BRASIL. **Lei n.º 8.248, de 23 de outubro de 1991**. Dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação, e dá outras providências. Brasília, DF, [1991]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8248.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8248.htm). Acesso em: 22 jun. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 10.973, de 2 de dezembro de 2004**. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Brasília, DF, [2004]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm). Acesso em 22 jun. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 11.196, de 21 de novembro de 2005**. Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação [...]. Brasília, DF, [2005]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/l11196.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11196.htm). Acesso em: 22 jun. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 13.755, de 10 de dezembro de 2018**. Estabelece requisitos obrigatórios para a comercialização de veículos no Brasil; institui o Programa Rota 2030 [...]. Brasília, DF, [2018]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/Lei/L13755.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13755.htm). Acesso em: 22 jun. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 13.969, de 26 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a política industrial para o setor de tecnologias da informação e comunicação e para o setor de semicondutores [...]. Brasília, DF, [2019]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/l13969.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13969.htm). Acesso em: 22 jun. 2023.

CALVOSA, Marcello. **Tecnologia e Organização do Trabalho**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

FIGUEIREDO, Margarida Garcia de; BARROS, Alexandre Lahóz Mendonça de; CONCEICAO, Junia Cristina Peres Rodrigues da. Retorno econômico dos investimentos em P&D na citricultura paulista. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 50, n. 3, p. 493-502, jul./set. 2012.

GARCIA, Renato; ROSELINO, José Eduardo. Uma avaliação da Lei de Informática e de seus resultados como instrumento indutor de desenvolvimento tecnológico e industrial. **Revista Gestão e Produção**, v. 11, n. 2, p.177-185, maio-ago. 2004.

MATTOS, João Roberto Loureiro de; GUIMARÃES, Leonam dos Santos. **Gestão da Tecnologia e inovação**: uma abordagem prática. São Paulo: Saraiva, 2005.

MAZZUCATO, Mariana. **O estado empreendedor**: desmascarando o mito do setor público x setor privado. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

MENDES, Francisco Coelho. **Sociedade e Organizações**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

PACHECO, Carlos Américo. O financiamento do gasto em P&D do setor privado no Brasil e o perfil dos incentivos governamentais para P&D. **Revista USP**, São Paulo, n. 89, mar./maio 2011.

PAULA, Luiz Fernando de. **Sistema Financeiro e o Financiamento da Inovação**: Uma abordagem keynesiana-schumpeteriana. Encontro Nacional de Economia, v. 39, 2011.

TIGRE, Paulo Bastos. **Gestão da inovação**: A economia da tecnologia no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

VASCONCELLOS, Eduardo. **Gerenciamento da tecnologia**: Um instrumento para a competitividade empresarial. 4. Reimpr. São Paulo: Edgard Blucher, 2005.

## **Capítulo 9**

# **Uma re(interpretação) do desenvolvimento econômico e social da área mineira da sudene sob a perspectiva da teoria da complexidade de edgar morin**

Freddy Freitas Alcântara  
Luciana Maria Costa Cordeiro  
Luiz Paulo Fontes de Rezende

### **Introdução**

A desigualdade econômica e social tem se revelado um problema mundial e crescente, inclusive para as economias consideradas “desenvolvidas”. Para Piketty (2014, p. 50), “Hoje, a realidade é que a desigualdade do capital é mais doméstica do que internacional: ela opõe ricos e pobres dentro de cada país muito mais do que os países entre si”.

No Brasil há vários fatores que historicamente contribuíram para tornar a região Nordeste altamente adensada, mas essencialmente voltada para atividades de baixa produtividade. O Nordeste é, na verdade, a face do Brasil em que se transparece com brutal nitidez o sofrimento de seu povo. Aí se mostram sem disfarces as malformações maiores de nosso desenvolvimento. Se não existe política adequada para o Nordeste, pode-se dar por certo que os problemas maiores do país estão se agravando, que nos iludimos com miragens quando pensamos em legar aos nossos filhos uma sociedade mais justa e um país menos dependente (Furtado, 2009).

Apesar de não pertencer à região Nordeste, o Estado de Minas Gerais possui uma ampla região com características naturais, econômicas e sociais em comum. Em especial, ambas incluem em seu território, de forma complementar, a vasta área

de terras denominada de “polígono das secas”, configurando a região do semiárido brasileiro. Suas características climáticas e de baixa pluviosidade a tornam ainda menos atrativa para investimentos, culminando num subdesenvolvimento histórico e persistente.

A fim de induzir o desenvolvimento da região do semiárido e de alguns municípios adjacentes, foi criado o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), na Constituição Federal de 1988 (art. 159, inciso I, alínea “c”), disponibilizando uma fonte de recursos permanente para o financiamento dos setores produtivos da região. Os recursos deveriam ser operacionalizados por uma instituição financeira federal de caráter regional, sendo definido pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB). Dessa forma, o financiamento de atividades produtivas, por meio de recursos públicos de forma permanente e subsidiada, constitui um pilar essencial para o desenvolvimento econômico desta região historicamente desfavorecida, com baixa atratividade de negócios. Talvez corresponda ao que Sachs (2008) comparava a arquipélagos de empresas modernas em oceanos de atividades de baixa produtividade. Enquanto o arquipélago responde pela maior parte do PIB, a “maior parte das pessoas nadam no oceano, tentando sobreviver” (Sachs, 2008, p. 31).

Nesse cenário, torna-se relevante não apenas aprofundar os estudos sobre o desenvolvimento regional, mas também experimentar novas abordagens, novos ângulos de enfrentamento. É com esse objetivo que se propõe a abordagem da Teoria da Complexidade de Morin como alternativa, ou melhor, como “perspectiva” para a análise do desenvolvimento, considerando uma visão holística que integra e desintegra suas múltiplas feições, de forma contingencial, admitindo suas interações, antinomias e complementaridades.

O objetivo deste capítulo consiste, portanto, em analisar a política de distribuição do crédito através do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) sob a abordagem da complexidade no desenvolvimento regional. Esta é a inovação deste estudo em relação aos demais, visto que grande parte da literatura considera modelos ou teorias determinísticas para compreender o desenvolvimento regional, enquanto a proposta desta abordagem é compreender o desenvolvimento em suas particularidades e especificidades, com foco no efeito do crédito direcionado ao desenvolvimento de suas regiões mais pobres, como a área mineira da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

As propostas com base na Teoria da Complexidade se configuram em uma visão ampliada da realidade regional com suas ambiguidades e complementaridades para, então, construir suas estratégias de forma situacional e individualizada, mas não reducionista como fez os modelos deterministas. A teoria da complexidade não trata do que é “complicado” e muito menos tenta tornar simples o que não é. Ela simplesmente busca assimilar todas as interações de causas e efeitos existentes, ao mesmo tempo sem generalizações e simplificações. Não há modelo pronto e acabado: cada questão, cada território, cada setor, enfim, cada realidade congrega suas condicionantes e oportunidades próprias.

Partindo dessas mesmas premissas e buscando uma ruptura com os trabalhos que se constata até então, pretende-se realizar uma primeira aproximação ao perfil das operações de crédito do FNE na área mineira da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e, por fim, apresentar a perspectiva da complexidade como abordagem para o desenvolvimento econômico e social por meio da aplicação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.

## A Epistemologia da Complexidade de Edgar Morin

Edgar Morin, antropólogo, sociólogo e filósofo francês, é considerado o “pai” da Teoria da Complexidade e um dos principais pensadores contemporâneos. Sua teoria compreende um vasto e pioneiro trabalho, desenvolvido em mais de três décadas e meia, que tem sido cada vez mais utilizado em complemento às análises científicas clássicas positivistas, de viés determinístico, ou mesmo em seu apoio, a fim de dotar o pesquisador de maior capacidade de compreensão e de apreensão de frações de uma realidade cada vez mais complexa e interagente.

Como ponto central, a epistemologia da complexidade de Edgar Morin deve ser considerada ao mesmo tempo ciência e filosofia. Não é possível separá-las, nem as isolar de outras perspectivas. A teoria é agregativa, embora nunca chegue a compor uma totalidade, pois reconhece que o conhecimento completo é impossível. Contudo, diferente das demais abordagens, como a positivista, admite simultaneamente as sintonias e as antinomias; a objetividade e a subjetividade; as igualdades e as desigualdades; as certezas e as incertezas. De acordo com a teoria da complexidade, os efeitos se tornam causas e vice-versa, num processo de recursão contínua, afinal, ciência e filosofia se equilibram:

Se o olhar filosófico busca o distanciamento necessário para considerar a ciência, o olhar científico procura o recuo necessário para considerar a filosofia. Assim, a dialógica binocular poderia conduzir-nos ao novo e necessário distanciamento para considerar o conhecimento, o de um pensamento à altura da complexidade e do caráter multidimensional do problema e, a partir daí, ciência e filosofia poderiam mostrar-se a nós como duas faces diferentes e complementares do mesmo: o pensamento (Morin, 2015a, p. 30).

A ciência determinística e redutora, baseada nas relações de causa e efeito, é tratada pelo autor como “ciência clássica” — prevalecente a partir de Descartes. Todavia, para Morin (2015b), a “ciência clássica” evolui principalmente quando falha, o que contradiz princípios elementares do positivismo, pois, justamente a partir da (re) interpretação do erro ou da apreensão daquilo que não fora previamente percebido, as “ciências clássicas” aprimoram suas teorias. Trata-se de um contrassenso.

Além disso, “[...] ao nível de sua própria sociologia há uma luta, um antagonismo complementar entre seu princípio de rivalidade, de conflito de ideias ou teorias e seus princípios de unanimidade, de aceitação da regra de verificação e argumentação” (Morin, 2015b, p. 105).

Entretanto, seus executores (os cientistas “clássicos”) em geral não se aproveitam ativamente dessa complexidade, ao contrário, fecham-se em visões excessivamente redutoras da realidade. Em geral, somente quando essas teorias migram para áreas diferentes e são observadas sob outras perspectivas, se dão “saltos” no aperfeiçoamento da teoria:

A ciência estaria totalmente atravancada se os conceitos não migrassem clandestinamente. Mendelbrot dizia que as grandes descobertas são frutos de erros na transferência de conceitos de um campo a outro, realizadas, acrescentava ele, pelo pesquisador de talento. É preciso talento para que o erro se torne fecundo. Isso mostra também a relatividade do papel do erro e da verdade (Morin, 2015b, p. 117).

Com isso, seria melhor “que viagem sabendo que viajam. É melhor que não viagem clandestinamente” (Morin, 2015b, p. 117), em outros termos, seria melhor que a “ciência clássica” assumisse a complexidade do mundo real e se aperfeiçoasse. É nesse contexto que a filosofia se funde à ciência para a expansão de sua percepção, em outras palavras, para tentar observar o que não se limita a uma relação determinística de causa e efeito; para admitir suas incertezas e incoerências; para tornar o observador um sujeito ativo sobre o objeto da análise, enfim, para admitir a complexidade. “O que me interessa é respeitar as exigências de investigação e de verificação próprias do conhecimento científico, e as exigências de reflexão propostas ao conhecimento filosófico” (Morin, 2015b, p. 99-100).

No entanto, assumir a filosofia junto à ciência requer profundas transformações na forma de pensar. Para explicar como isso é possível, ou seja, como a epistemologia da complexidade funciona, Morin (2015a) recorre, metaforicamente, ao exemplo de constelações de astros, em que sua órbita ou deslocamento se modifica, dependendo do ângulo em que o observador se encontra.

Se a epistemologia complexa tomasse forma, constituiria não uma revolução copernicana, mas uma revolução hubbleana. Hubble mostrou que o universo não tem centro. A epistemologia complexa não tem fundamento. A noção de epistemologia sem fundamento já foi sugerida por Rescher. Em vez de partir dos “enunciados de base” ou “protocolares” que, na visão do positivismo lógico, forneciam ao conhecimento um fundamento indubitável, Rescher imagina um sistema em rede cuja estrutura não é hierárquica, sem que nenhum nível seja mais fundamental do que outros. Aceitamos totalmente essa concepção e acrescentamos-lhes a ideia dinâmica de recursividade rotativa. Assim, compreende-se a revolução metacopernicana que se impõe: a epistemologia não é o centro da verdade, gira em torno do problema da verdade passando de perspectiva em perspectiva e, tomara, de verdades parciais em verdades parciais... É, como veremos, na e através dessa rotação que se pode tentar realizar uma rearticulação/reorganização do saber, ele mesmo inseparável de um esforço fundamental de reflexão (Morin, 2015a, p. 32).

A epistemologia da complexidade, portanto, não tem fundamentos ou diretrizes. Trata-se de uma epistemologia aberta, sem preconceitos, sem redução da realidade. Trata-se muito mais de uma mudança na perspectiva do observador para manter-se aberto às incertezas, aos acasos e às retroalimentações incessantes. Dessa forma, atua, principalmente, por meio de estratégias (flexíveis), ao mesmo tempo holísticas e individualizadas.

Essa perspectiva de Morin tem sido observada em trabalhos científicos recentes na (re)leitura das diversas ciências e não apenas nas ciências sociais, apesar de críticas dos filósofos que nela veem demasiados aspectos científicos, e de cientistas que veem demasiada filosofia. Todavia, é justamente nessa integração dos saberes que se perfaz sua epistemologia da complexidade, e não apenas reduzindo-se à dicotomia filosofia-ciência, mas a todas as demais que compõem a realidade complexa do mundo.

Entretanto, inobstante as possíveis críticas, sua abordagem revela-se válida e produtiva para “iluminar” a análise do desenvolvimento regional e do FNE com o objetivo de oferecer quaisquer contribuições que não tenham sido apreendidas pelos modelos ortodoxos e que possam somar para o desenvolvimento econômico e social da área mineira da Sudene. Cumpre reiterar que a Teoria da Complexidade de Morin não se trata de um modelo pronto e acabado: cada questão, cada território, cada



setor, enfim, cada aspecto da realidade (e do desenvolvimento) congrega as suas condicionantes e oportunidades próprias.

### **Desenvolvimento sob a perspectiva da Teoria da Complexidade de Edgar Morin**

Dentre as definições de complexidade, como detentora do que é complexo, constata-se “aquilo” ou “algo” que apreende várias coisas ou ideias, mas que não é simples; ou que encerra muitos elementos de difícil compreensão e com relações de coerência duvidosa; ou que pode ser considerado sob vários pontos de vista; ou com múltiplas relações de interdependência.

Antes de tentar conceituá-la formalmente, é importante destacar que se trata de algo próprio do ser humano, e não apenas do progresso científico. Afinal, como proposto por Morin (2015b, p. 69), “Estamos condenados ao pensamento incerto, a um pensamento trespassado de furos, a um pensamento que não tem nenhum fundamento absoluto de certeza. Mas somos capazes de pensar nessas condições dramáticas”.

Para o autor, “cada ser tem uma multiplicidade de identidades, uma multiplicidade de personalidades em si mesmo, um mundo de fantasias e de sonhos que acompanham sua vida” (Morin, 2015b, p. 57). Inclusive, mentimos para nós mesmos, pois “Só conhecemos uma aparência de nós mesmos” (Morin, 2015b, p. 58).

É importante destacar também que a finalidade da complexidade não é solucionar todas as questões. Para Morin (2015a, p. 6), trata-se de “uma palavra-problema e não uma palavra-solução.” Nesse sentido, a abordagem da complexidade aplicada ao desenvolvimento não é a que contém as respostas, mas a que auxiliará a fazer melhores perguntas, ou seja, aquelas que melhor apreendem a complexidade de seu entorno.

Morin (2015b) destaca dois equívocos principais para o entendimento da “complexidade”: (i) confundi-la com a eliminação da simplicidade, pois na verdade busca integrá-las, mas sem suas consequências redutoras, simplificadoras da realidade; e (ii) a confusão com completude, consciente, pois, apesar de buscar o conhecimento multidimensional, reconhece que esse nunca será completo ou acabado.

Trata-se, portanto, de “uma tensão permanente entre a aspiração a um saber não fragmentado, não compartimentado, não redutor, e o reconhecimento do inacabado e da incompletude de qualquer conhecimento” (Morin, 2015b, p. 7).

Como ponto de partida, Morin (2015b) propõe que se pense primeiro em macroconceitos – trata-se de uma analogia a um “conjunto de conceitos” que orbita uns em torno dos outros, que se integram ou se influenciam mutuamente. Dessa forma, dependendo do conceito (variável) com que se estiver trabalhando, devem-se observar os demais “corpos” (no sentido de variáveis, aspectos, condicionantes) que orbitam seu entorno e sobre ele exercem influência recíproca.

A analogia com uma constelação de corpos que se influenciam mutuamente facilita o entendimento. “Assim como um átomo é uma constelação de partículas, o sistema solar uma constelação em volta de um astro, do mesmo modo temos necessidade de pensar por constelação e solidariedade de conceitos” (Morin, 2015b, p. 72). De forma prática, ao delimitar um problema ou solução na forma de um macroconceito, deve-se observar que aspectos apresentam interações com esse e com quais intensidades, para só então deliberar as estratégias que apreendam toda a complexidade de seu contexto.

Assim, aplicado ao desenvolvimento regional, esse deve ter definido seu macroconceito circunstancial, observando as variáveis positivas e negativas que orbitam em seu entorno. Da mesma forma, ajustando-se à perspectiva da análise, cada problema (e/ou solução) também pode ter definido seu próprio macroconceito e, por consequência, avaliadas as soluções e as possibilidades que constituem sua órbita. A definição do macroconceito deve buscar a essência do que se pretende desenvolver: seu ponto chave, sua singularidade, o que verdadeiramente o define. Aliás, como esclarece Morin (2015b, p. 73), “Não se deve jamais procurar definir por fronteiras as coisas importantes. As fronteiras são sempre fluidas, são sempre interferentes. Deve-se, pois, buscar definir o centro, e essa definição pede em geral macroconceitos”.

Entendido o ambiente em que as interações ocorrem, tais como constelações, o autor apresenta três princípios que ajudam a pensar a complexidade, por meio de suas interações:

- a) o princípio **DIALÓGICO** refere-se ao sentido conflituoso das interações, muitas vezes contraditórios. É aquele que associa 2 (dois) termos ao mesmo tempo complementares e antagônicos, como ciência-religião, coerência-incoerência, ordem-desordem. Relaciona-se à dialética;
- b) a **RECURSÃO ORGANIZACIONAL** trata de um efeito de reverso de influência, na qual produtos e efeitos são ao mesmo tempo agentes e causas na interação circular. Por exemplo, a interação entre indivíduos e sociedade, na qual um interage reciprocamente sobre o outro, sem que seja possível determinar uma relação clara de causa e efeito;
- c) o princípio **HOLOGRAMÁTICO**, em que a parte está no todo e o todo está na parte. Como no plano biológico, em que cada célula contém a totalidade da informação genética. Após imersos no ambiente de interação, cada componente possui, em maior ou menor medida, uma fração (ou influência) dos demais componentes, ou seja, da totalidade. Por sua vez, a ideia hologramática está ligada à ideia recursiva, que está ligada, em parte, à ideia dialógica.

Trazendo esses princípios da complexidade para a análise das diversas abordagens do desenvolvimento, observar-se como os diversos enfoques podem se influenciar de forma complementar ou contraditória (princípio dialógico); e que, dependendo do contexto ou circunstância, alternam o tipo de influência exercida um sobre o outro (princípio recursivo); de forma que, qualquer enfoque, ou variável, pode vir a tornar-se preponderante, pois, no final, todos apresentam algum tipo de relação (efeito hologramático).

Os diversos enfoques das teorias de desenvolvimento não se esgotam, mas seguem relacionados para demonstrar que, numa estratégia de desenvolvimento regional, inclusive por meio de uma estratégia de utilização do FNE como instrumento de política pública de promoção do desenvolvimento, podem envolver múltiplas possibilidades e contingências, a depender do contexto e dos objetivos (macroconceitos).

Essa é a grande contribuição da abordagem da complexidade de Morin para a re(interpretação) do desenvolvimento da área mineira da Sudene a partir do FNE, pois reúne o sujeito (local e sociedade) ao objeto da análise, em que essa é muito mais ampla e interagente, permitindo observar e desenvolver estratégias por diversos ângulos, extrapolando os limites de atuação propostos nas diretrizes normativas e pré-estabelecidas do Fundo.

Outro aspecto interessante é que, segundo a abordagem da complexidade, sempre haverá ganhos e perdas simultâneos, razão pela qual o foco no macroconceito é essencial, pois a visão holística do entorno (ou “órbita”) apreende mais aspectos da realidade e inclusive influências não determinísticas, logo, com menor nível de

simplificação da realidade. Ademais, permite atuar também não apenas nos aspectos positivos (cujas interações obviamente devem ser aproveitadas e estimuladas), mas também focar diretamente na compreensão das interações negativas (e, nesse caso, tentar atenuar seus efeitos na espiral de interação).

É nesse contexto que o autor defende que a ação ocorre muito mais por meio de “estratégias” que de “programas”, dada sua maior capacidade de lidar com os acasos e os imprevistos decorrentes da interação:

A ação supõe a complexidade, isto é, acaso, imprevisto, iniciativa, decisão, consciência das derivas e transformações. A palavra estratégia se opõe à programa. Para as sequências integradas a um meio ambiente estável, convém utilizar programas. O programa não obriga a estar vigilante. Ele não obriga a inovar. Assim, quando vamos para o trabalho no volante de nosso carro, parte de nossa conduta é programada. Se um engarrafamento inesperado surge, é preciso decidir se vai se mudar ou não de itinerário, infringir o regulamento: deve-se fazer uso da estratégia (Morin, 2015a, p. 81).

Essa provavelmente é a principal contribuição aplicável ao desenvolvimento regional, e especialmente ao FNE, cujas diretrizes são estabelecidas em legislações formais e rígidas, e convertidas em “programas de crédito” pré-estabelecidos e rígidos e excessivamente amplos, abarcando regiões diferentes, necessidades diferentes, públicos diferentes.

Nos programas não há a possibilidade de adaptação às necessidades locais e/ou de grupos específicos, contudo, o campo da estratégia pode envolver alternativas informais, locais, entre várias outras possibilidades ao alcance das agências bancárias, a exemplo de reuniões com entidades de representação de classes, como miniprodutores de uma determinada região, ou mesmo para provocar discussões para compreender a participação da mulher no acesso ao crédito, potencializando e capitalizando de forma ativa a atuação do FNE na região.

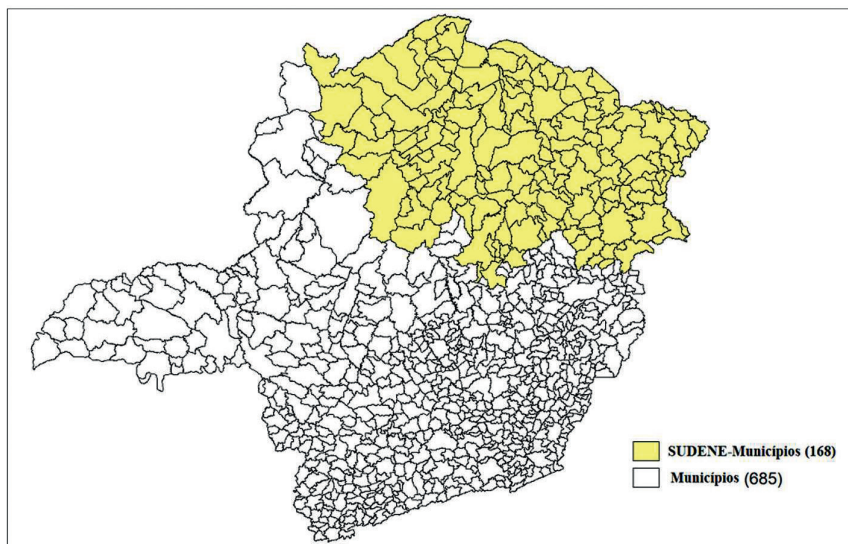
Enfim, a abordagem da complexidade traz uma nova perspectiva para a análise das operações de crédito com o FNE e para o desenvolvimento econômico na área mineira da Sudene de forma mais holística e interagente, especialmente ao integrar o sujeito (sociedade e local) ao objeto da análise (FNE), assumindo um papel relevante na adoção de estratégias locais e individualizadas. A ferramenta de ação na complexidade serão as estratégias, em contraponto à rigidez das diretrizes, normas e regulamentos do Fundo, pois, como política pública de desenvolvimento, o FNE tem sido orientado basicamente por programas de crédito pré-estabelecidos, dificultando sua adequação às necessidades locais. Dessa forma, um mesmo programa de crédito acaba sendo replicado em toda a área mineira da Sudene, sem observar as singularidades das múltiplas realidades locais e de seus municípios, tanto em nível econômico como social, contribuindo para uma significativa variação na distribuição dos recursos.

## Metodologia

Trata-se de uma re(interpretação) do desenvolvimento regional da área da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), no Estado de Minas Gerais, por meio do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), sob a perspectiva da teoria da complexidade de Edgar Morin, a partir de uma análise descritiva e exploratória, contemplando pesquisa bibliográfica e documental. Além da pesquisa bibliográfica, foram utilizadas planilhas anuais com as estatísticas das ope-

rações de crédito do FNE na área mineira da Sudene no período de 2010 a 2019, disponíveis ao público na página eletrônica do Banco do Nordeste do Brasil S.A. Essas estatísticas foram analisadas à luz da perspectiva teórica de Edgar Morin, a partir da qual se observaram os indicadores de complexidade na região de abrangência do estudo. De forma ilustrativa, a Figura 1 apresenta o mapa da área de cobertura da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste no Estado de Minas Gerais.

**Figura 1** – Área mineira da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)



Fonte: elaborada pelo autor a partir do IBGE (2022<sup>1</sup>).

A Sudene foi criada em 15 de dezembro de 1959 e extinta em 2001, sendo substituída pela Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene) que durou até a data de publicação do decreto que estabeleceu a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão da Sudene que está em vigor. A recriação da Sudene foi realizada pela Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007, e incorporou mais 38 municípios, todos em Minas Gerais (Brasil, 2007). A área engloba 168 municípios, alcançando 35,9% da área total e 14,1% da população do Estado. Apesar da significativa representatividade em área e população, respondeu por apenas 6,54% do PIB do Estado em 2017 (IBGE, 2022<sup>2</sup>). Isso ocorre, entre outras causas, devido à reduzida produtividade e ao baixo valor agregado da produção da região em relação à média estadual, o que, sob a óptica do desenvolvimento, reflete a grande desigualdade econômica e social em relação aos indicadores de Minas Gerais.

Tendo como origem a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988, art. 159, inciso I, alínea “c”; e artigo 34 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) visa contribuir com o

<sup>1</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2022: resultados preliminares**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 nov. 2024.

<sup>2</sup> Idem.

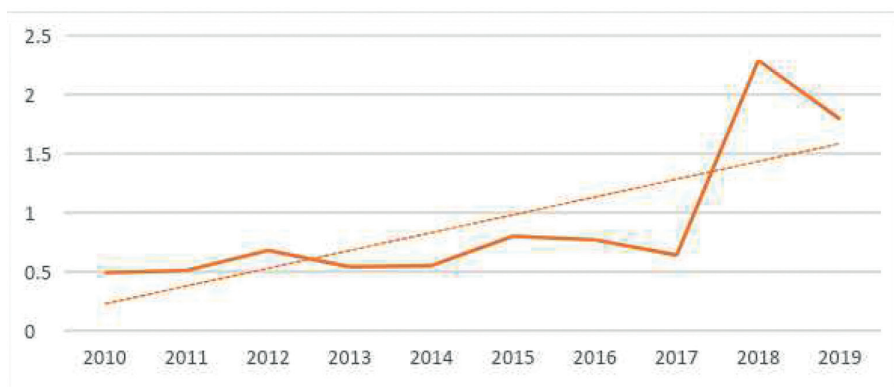
desenvolvimento econômico e social mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos em consonância com os respectivos planos regionais de desenvolvimento. Foi definido o Banco do Nordeste do Brasil S.A. como administrador e operador dos recursos do FNE pelo Art. 16 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para instrumentalizar esta política pública para o estímulo da economia regional (Brasil, 2007).

## Resultados e Discussão

As operações de créditos do FNE não são realizadas de forma condizente com as recomendações das teorias do desenvolvimento regional, conforme a perspectiva teórica destacada neste estudo, dada pelos argumentos de complexidade de Edgar Morin. Essa percepção pode ser observada no que diz respeito à capilarização dos créditos, equidade de gênero, reestruturação setorial com atividades de elevada produtividade; como também no atendimento pleno das diretrizes legais de priorização dos públicos de menor renda na área mineira da Sudene.

A análise da evolução dos créditos, montante de recursos contratados com o FNE (valor aplicado) e a quantidade de operações no período de 2010 a 2019 na área mineira da Sudene são ilustradas no Gráfico 1.

**Gráfico 1** – Aplicações dos recursos do FNE na área mineira da Sudene (2010-2019)

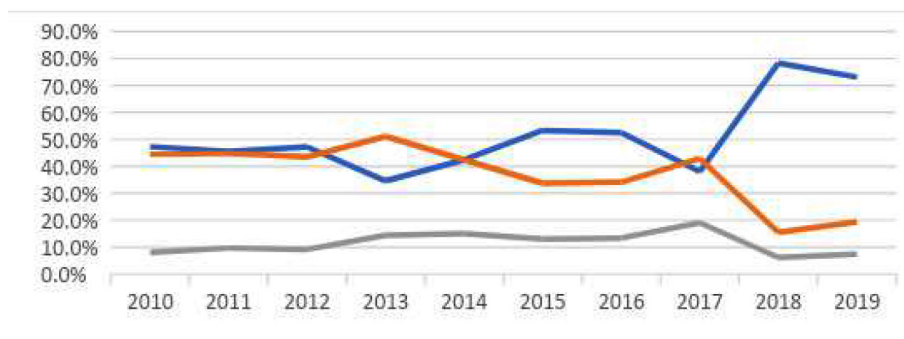


Fonte: elaborado pelo autor (2020).

A tendência de crescimento das contratações dos recursos do FNE não se apresentou de maneira uniforme, havendo uma retração mais severa no período da recessão macroeconômica. Essa atuação do FNE não está em conformidade com as características de uma política pública anticíclica que tem como finalidade reduzir os impactos negativos dos ciclos econômicos e promover o desenvolvimento regional. Seria mais adequado que, em se tratando de um instrumento de política pública para o desenvolvimento, fossem adotadas estratégias oportunas, para que o FNE se tornasse mais atrativo e, conseqüentemente, fomentar o investimento regional e atenuar a retração — pelo menos, para que não sofresse redução ainda mais significativa que a própria retração macroeconômica.

Além dessa análise quantitativa das operações de créditos, há necessidade de verificar como o montante desses recursos foi distribuído entre as Pessoas Jurídicas (PJ) e as Pessoas Físicas (PF). Essas últimas segregadas por gênero masculino e feminino conforme o Gráfico 2.

**Gráfico 2** – Valores aplicados por tipo de beneficiário na área mineira da Sudene (2010-2019)



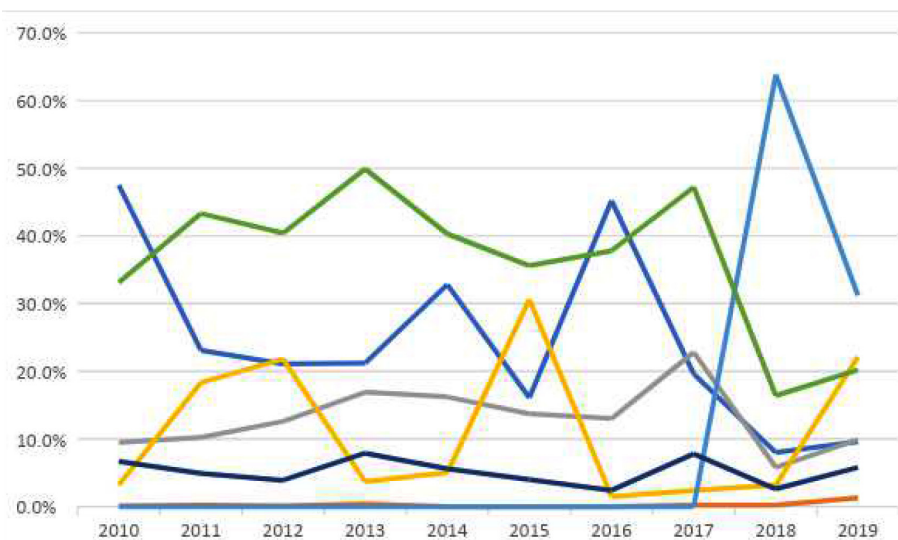
Fonte: elaborado pelo autor (2020).

Há uma maior representatividade dos créditos com Pessoas Físicas nos anos de 2010 a 2017, mais notadamente com o gênero masculino. Essa situação se inverte a partir de 2018, com elevado percentual do crédito destinado a Pessoas Jurídicas. Na maior parte do período analisado houve baixa representatividade no volume de operações.

O volume de operações com o gênero feminino oscilou entre 39,4% (2013) e 45,6% (2016), contudo, manteve baixa representatividade no volume de recursos obtidos, sendo sempre inferior ao percentual destinado ao gênero masculino. Importa destacar que a igualdade de gênero constitui uma das mais importantes discussões na atualidade, não apenas pela crescente reivindicação de participação ativa pelas próprias mulheres e por grande parte da sociedade, mas pelos crescentes indicadores de sua importância para o desenvolvimento de forma ampla e pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU), destinados a “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” (ONU, 2020).

Outra variável importante na discussão do desenvolvimento regional é considerar as especificidades locais e, portanto, a distribuição dos recursos entre os setores de atividade.

**Gráfico 3** – Valores aplicados por setor de atividade na área mineira da Sudene (2010-2019)



Fonte: elaborado pelo autor (2020).

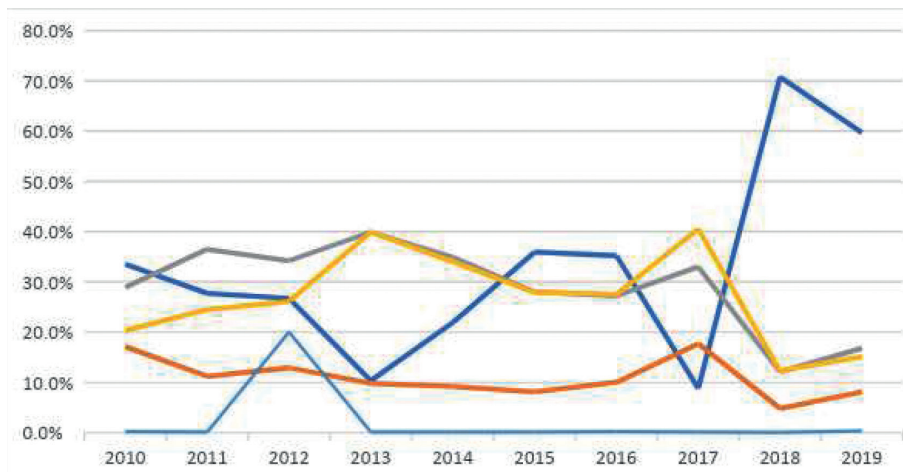
Os setores de pecuária e agrícola responderam pela maior participação no volume de operações de créditos. A infraestrutura não obteve recursos do FNE durante quase todo o período. Somente a partir de 2018 verificou-se uma mudança nessa estratégia de desenvolvimento regional. Quanto aos setores produtivos beneficiados com o crédito, parece haver manutenção das atividades tradicionais, possivelmente em razão de a demanda pelos créditos ser mais espontânea que promovida pelo FNE. Seria vantajoso que houvesse estratégias para a diversificação dos créditos para novos setores produtivos, especialmente os mais inovadores e de produtos com maior valor agregado que a tradicional pecuária extensiva a fim de estimular a dinamização da economia regional.

Além do perfil das atividades na regional Nordeste, é importante considerar o porte dos estabelecimentos beneficiários dos recursos do FNE. O porte foi agrupado como grande, médio, pequeno-médio, mini-pequeno, pronafiano e não classificados<sup>3</sup>. As categorias de grande e médio portes responderam por apenas 0,1% do total de operações de 2010 a 2019, mas 43,8% de todo o crédito concedido. Se somada com a categoria de pequeno-médio porte, a participação no volume de operações eleva-se para 0,4% e, nos recursos contratados, para 53,1%. O volume de operações com o público pronafiano alcançou 22,6% de todos os créditos no período de 2010-2019, e a categoria de pequeno e mini com 24,2%. Essa participação percentual dos diversos portes no volume aplicado, na área mineira da Sudene no período de 2010 a 2019, está demonstrada no Gráfico 4.

<sup>3</sup> Em Não Classificados foram incluídas operações com porte "Crediamigo", "Fies" e "Pessoas Físicas" que, aparentemente, não tiveram seus portes cadastrados corretamente no sistema de cadastro do Banco.



**Gráfico 4** – Percentual de recursos por porte do cliente na área mineira da Sudene (2010-2019)



Fonte: elaborado pelo autor (2020).

Os públicos de “grande” e “médio” porte responderam, juntos, pela maior parcela do FNE em toda a série histórica, contradizendo a diretriz legal do Fundo que estabelece o tratamento “preferencial” às atividades produtivas de pequenos e mini-produtores rurais e pequenas e microempresas.

Destaca-se que o perfil da oferta de crédito do FNE, conforme dados observados, reforça os argumentos destacados por Edgar Morin, cuja complexidade do desenvolvimento da região da Sudene mineira é evidenciada, mesmo com a oferta específica dos FNE. Embora esses recursos devessem ser direcionados para amenização dessas complexidades regionais, os resultados observados não corroboram com um avanço do processo de desenvolvimento regional e de amenização das complexidades.

## Conclusão

A análise do FNE demonstrou inúmeras divergências e desigualdades nos indicadores em sua área de atuação, além do descumprimento de algumas diretrizes legais. Em atendimento ao objetivo deste estudo, a Teoria da Complexidade de Morin traz muitas contribuições para a análise do desenvolvimento regional por meio do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, em especial, no que diz respeito às estratégias que possam ser adotadas.

Em nível macro, os recursos do FNE são estruturados de forma centralizada e com insuficiente representatividade de classes. A solução requer influência política, institucional e da sociedade civil (cultural) para a reformulação das diretrizes, dos programas e das estratégias.

No nível micro, além de apoiar os setores produtivos tradicionais da área mineira da Sudene, deve-se promover a diversificação dos créditos, estimulando os clientes mais estruturados para a inovação em seu setor de atividade e para a ino-



vação em novos setores, com enfoque para a produção de bens e serviços de maior valor agregado e para a geração de empregos com maiores níveis de salários. Para os clientes de menor porte, recomenda-se que os créditos sejam mais adequados à sua realidade, estimulando a capilarização dos recursos nas camadas mais baixas, atentando inclusive para aspectos imateriais, como a exclusão pela carência de informações, pela educação financeira precária ou insuficiente, ou mesmo pela simples dificuldade de acesso (deslocamento) às agências bancárias que operam a fonte de recursos.

A abordagem da complexidade também dá amparo à análise dessas questões que muitas vezes envolvem aspectos informais e imateriais e que podem ser superadas com o simples remanejamento dos recursos já disponíveis na região. Em especial, destaca-se a cooperação dos diversos atores do desenvolvimento regional, promovida, se possível, pelas agências bancárias que operacionalizam o FNE na região para a discussão dos problemas e das soluções locais, enriquecendo as perspectivas da abordagem a ser adotada, conforme proposto na Teoria da Complexidade.

Nesse sentido, a abordagem da complexidade contempla todas as nuances que o desenvolvimento impõe à região de forma multifacetada e multiescalar, orientando para a adoção de estratégias locais, objetivas e eficazes. Afinal, não existe uma só realidade na área mineira da Sudene, mas diversas realidades locais. Logo, não apenas uma desigualdade, mas várias “desigualdades”. A Teoria da Complexidade de Morin, apesar de não oferecer respostas para todas essas questões, apresenta-se como instrumento teórico capaz de despertar e direcionar para as melhores “perguntas”, para aquelas que de fato apreendem as singularidades da região e de sua cadeia de potencialidades e barreiras, atuando efetivamente para o desenvolvimento regional.

Uma vez compreendidos os argumentos sobre a complexidade do processo de desenvolvimento, considera-se que as políticas de incentivo ao desenvolvimento regional, sobretudo em regiões mais pobres, devem ser efetivas dado os recursos injetados em seu território. Assim, entende-se que a apresentação desses resultados alerta a sociedade para os efeitos reais das políticas de crédito governamentais em termos de resultados no processo de desenvolvimento regional, atuando como um sinalizador de possíveis desvios nessa direção.

## Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007**. Brasília, [2007]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp125.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp125.htm). Acesso em: 21 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989**. Brasília, [1989]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L7827.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7827.htm). Acesso em: 21 out. 2020.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado/Contraponto, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo 2010**. 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: 21 out. 2020.

MORIN, Edgar. **O método 3: conhecimento do conhecimento**. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015a. 286 p.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015b. 120 p.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/5>. Acesso em: 10 dez. 2020.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – Sudene. Conselho Deliberativo. **Regimento Interno do Conselho Deliberativo da SUDENE** – Teresina/PI – aprovado originalmente em 25/07/08, com alterações posteriores. Última alteração em 1º de janeiro de 2019.

## **Capítulo 10**

# **A Codevale e o desenvolvimento do vale do Jequitinhonha (MG): entre promessas, limitações e estruturação de redes<sup>4</sup>**

Albér Carlos Alves Santos  
Isabela Pardini Reis

### **Introdução**

A Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (Codevale) foi criada em 1964, com o objetivo principal de “elaborar e executar pelo prazo de vinte anos o plano de desenvolvimento socioeconômico do Vale do Jequitinhonha Mineiro” (Minas Gerais, 1964), que era sua região-alvo. A Lei Constitucional Número 12, que determinou a criação da autarquia, foi proposta por Murilo Badaró, na época deputado estadual e representante da elite política regional.

A criação da Comissão foi fundamentada na ideia de que era preciso desenvolver o Vale do Jequitinhonha. Essa constatação foi baseada em diagnósticos produzidos no âmbito estadual, sobretudo, após a constituição do “Grupo de Trabalho para a Pecuária” e do “Estudo Geográfico do Vale Médio Jequitinhonha”, como destacou Servilha (2015). Desde então foi elaborado um conjunto de diagnósticos que evidenciaram várias características da região, no que se referem tanto a seus potenciais minerais, agropecuários, hidrelétricos e de mão de obra, como também à sua situação de precariedade, representada pelos baixos índices nos indicadores socioeconômicos.

<sup>4</sup> Este capítulo foi elaborado a partir da pesquisa realizada por Santos (2018) no Mestrado em Ciência Humanas (MPICH) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). A reflexão apresentada neste texto utilizou como base de análise o terceiro capítulo do trabalho citado, que teve orientação do Prof. Dr. André Luís Lopes Borges de Mattos.

O principal objetivo deste capítulo é analisar a criação da Codevale a partir do discurso de desenvolvimento regional, explicitando sob que conjuntura histórica surgiu e como definiu sua região-alvo: o Vale do Jequitinhonha. O recorte de análise está compreendido entre os anos de 1960 a 1980, período de maior destaque na atuação da autarquia. Também será analisado, como estudo de caso, o Programa Integrado de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha, entre os anos de 1977 e 1978.

Utilizou-se como método a pesquisa bibliográfica e análise documental, com foco nas produções de órgãos do governo estadual, como os diagnósticos e planos de desenvolvimento da Codevale e da Fundação João Pinheiro (FJP), de jornais (especificamente o jornal *Geraes*) e de pronunciamentos de políticos que tratavam sobre a Codevale. Foram consultadas ainda algumas entrevistas a partir de fontes secundárias, como aquelas apresentadas em Silva (2007) e as edições do *Jornal Geraes* (Silby; Abner; Martins, 2011).

Como instituição criada para tratar sobre o desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha e enfrentar o “problema da pobreza regional”, a Codevale é um ator social no campo do desenvolvimento<sup>5</sup>. Sua atuação é importante para mapearmos os interesses que estavam em disputa no período analisado (1960-1980), seja por sua efetividade seletiva ou pelas limitações (orçamentária, política etc.) ao longo da atuação da autarquia.

### **A origem da Codevale como promessa de redenção do Vale do Jequitinhonha**

A Codevale foi criada na esteira do discurso sobre o desenvolvimento regional em Minas Gerais. Esse discurso era a principal justificativa para a implantação da agência estatal no contexto da estratégia desenvolvimentista do Estado brasileiro que, a partir da década de 1930, fundamentou uma nova dinâmica à economia do país. Em Minas Gerais, seguindo a ideia de planificação, que já vinha configurando o campo de desenvolvimento, desde o início do século XX, o governo estadual priorizou investimentos em setores que beneficiam a industrialização.

Em relação ao Vale do Jequitinhonha, Leite (2015), partindo de análises de diversas pesquisas sobre a região, destaca que houve uma crise do sistema de reprodução social na região a partir de 1950. A autora aponta que as causas da modificação da organização produtiva são múltiplas, com fatores que não são apenas externos. Os fatores internos, como os interesses da elite agrária do Vale do Jequitinhonha em valorizar suas posses, no contexto de integração ao mercado capitalista, são elementos importantes na compreensão da delimitação da região como área de planejamento estatal.

A partir da década de 1950, o projeto de desenvolvimento no estado de Minas Gerais priorizou a industrialização e a integração regional, com investimentos em infraestrutura objetivando expandir o desenvolvimento do estado. Investimentos em áreas estratégicas, como energia e transporte, e a multiplicação de agências estatais e sua tecnoburocracia também serão realidades no Vale do Jequitinhonha.

A criação da Codevale corresponde ao contexto de política de desenvolvimento estadual e nacional da época. A autarquia foi criada para elaborar e executar, pelo prazo de vinte anos, o plano de desenvolvimento socioeconômico do Vale do Jequitinhonha Mineiro, como consta na Lei Constitucional Número 12.

<sup>5</sup> Sobre o campo do desenvolvimento utilizou-se a análise de Ribeiro (2008).

Fica o Governo do Estado de Minas Gerais obrigado, a partir da promulgação desta Lei Constitucional, a constituir a Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha - CODEVALE - destinada a elaborar e a executar, pelo prazo de vinte anos, o plano de desenvolvimento sócio-econômico do Vale do Jequitinhonha Mineiro. O Governo do Estado aplicará, anualmente, quantia nunca inferior a 0,5% (meio por cento) da arrecadação estadual para a execução deste objetivo. Os recursos a que se refere o parágrafo anterior serão arrecadados pelos coletores estaduais, que recolherão no prazo de dez dias, o seu produto mensal, à ordem da Comissão do Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha, em estabelecimento de crédito oficial, por esta indicado, sob pena de responsabilidade. [...] A Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (CODEVALE), que será regida por lei ordinária terá sede e foro na Capital do Estado de Minas Gerais (Minas Gerais, 1964, p. 1).

A proposta de criação da autarquia estatal foi de iniciativa de Murilo Badaró<sup>6</sup>, político natural da cidade de Minas Novas, que na ocasião ocupava o cargo de deputado estadual em Minas Gerais. A implantação do órgão foi fundamentada no suposto atraso que a região do Vale do Jequitinhonha vivia, de acordo com os diagnósticos produzidos para mapear o estado de Minas Gerais e suas regiões.

A delimitação específica do Vale do Jequitinhonha para fins de planejamento regional somente se efetivou com a criação da Codevale, uma vez que, em período anterior, a região era considerada como parte do norte ou nordeste de Minas Gerais. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentou um recorte de zonas fisiográficas em 1941, no qual aparece uma divisão regional referenciando o Alto Jequitinhonha, o Médio Jequitinhonha e o Baixo Jequitinhonha. No entanto, a regionalização delimitada pela Codevale apresenta um recorte homogêneo político-administrativo para fins de planejamento.

A criação da Codevale está relacionada ao contexto amplo e de múltiplas causas que, já na década de 1950, influenciou novos arranjos nas relações socioeconômicas da região. A crise na pecuária foi um elemento que justificou a intervenção técnica na região, que gradativamente foi diagnosticada. Os estudos técnicos sobre o Vale do Jequitinhonha posteriormente fundamentaram a necessidade de uma agência estatal de desenvolvimento. Nesse aspecto, Silva (2007) destaca que

sob o signo da pecuária e da agricultura de subsistência, o Vale parece não mais ter sido lembrado, até que uma crise devastou o rebanho bovino daquela região, em 1957, quando o governador Bias Fortes criou o Grupo de Trabalho para Pecuária, com o objetivo de apontar causas e soluções. Esse grupo foi orientado pelo Dr. João Alencar Athayde e Dr. Fidelcino Viana de Araújo Filho, que convidaram o Prof. Alisson P. Guimarães para realizar um estudo geográfico da região, publicado com o título Estudo Geográfico do Vale do Médio Jequitinhonha [...] (Silva, 2007, p. 164).

No mês de dezembro de 1965, foi publicada a Lei Estadual 3.764, que apresentava as diretrizes e formas de organização da autarquia. De acordo com a legislação, eram encargos da Codevale:

I – pesquisar, levantar e interpretar, sistematizadamente, todos os fatores e problemas físicos, sociais, econômicos e financeiros do Vale do Jequitinhonha mineiro, e

<sup>6</sup> Murilo Badaró pertence a uma família tradicional que se fixou na cidade de Minas Novas (MG). De acordo com Horta (1986, p. 127) a família Badaró tem ligação com as “famílias governamentais de Minas Gerais”, vinculada com os Aires Gomes, família do inconfidente José Aires Gomes e do proprietário de terras e fundador do município de Santos Dumont (MG), João Gomes. Murilo Badaró ingressou na vida política em 1958, sempre ocupando funções públicas. Nos termos de Dulci (1999), ele constitui parte da elite política da região. Ver também Leite (2015, p. 377).

também suas interações com outras áreas do Estado e do País; II – conhecer todos os serviços, atividades, obras, estudos e programas da competência dos Municípios, do Estado e da União no Vale, visando à convocação desses poderes para a ação harmônica e conjugada com a CODEVALE; III – elaborar e executar o plano das soluções pertinentes a fatores e problemas existentes, com destaque a potencialização e dinamização dos recursos regionais, sobretudo os humanos, capacitando a promover o desenvolvimento sócio-econômico do Vale do Jequitinhonha mineiro (Minas Gerais, 1965, p. 2).

Com a Codevale, a região do Vale do Jequitinhonha foi definida enquanto recorte regional político-administrativo para fins de planejamento estatal. Uma área de atuação foi delimitada, com 52 municípios (Figura 1). Essa área foi objeto dos mais diversos diagnósticos e projetos ao longo dos anos de atuação da autarquia.

Figura 1 – Área de Ação da Codevale

Municípios	Área Km <sup>2</sup>	Municípios	Área Km <sup>2</sup>
01. Almenara.....	2.859	27. Jacinto.....	1.153
02. André Fernandes.....	708	28. Jequitinhonha.....	3.526
03. Araçuaí.....	2.326	29. Jaciama.....	2.162
04. Bandeira.....	484	30. Jordânia.....	550
05. Berilo.....	967	31. Malacacheta.....	+ 480
06. Bocaúva.....	5.186	32. Medina.....	1.497
07. Botumirim.....	1.033	33. Minas Novas.....	1.775
08. Capelinha.....	1.397	34. Novo Cruzeiro.....	1.597
09. Carajá.....	1.167	35. Padre Paraíso.....	532
10. Carbonita.....	1.174	36. Pedra Azul.....	1.439
11. Chapada do Norte.....	695	37. Porteirinha.....	+ 250
12. Comercinho.....	612	38. Riacho dos Machados.....	1.312
13. Coronel Murta.....	851	39. Rio do Prado.....	976
		Cont....	
Cont....		40. Rio Pardo Minas.....	+ 391
14. Couto Mag. Minas.....	297	41. Rio Vermelho.....	+ 98
15. Cristália.....	1.184	42. Rubelita.....	1.312
16. Datás.....	+ 48	43. Rubim.....	983
17. Diamantina.....	4.670	44. Salinas.....	3.299
18. Felício dos Santos.....	370	45. Salto da Divisa.....	756
19. Felisberto Caldeira.....	492	46. São Maria do Salto.....	553
20. Felisburgo.....	711	47. São Antônio do Jacinto.....	617
21. Francisco Baduró.....	781	48. Sen. Mod. Gonçalves.....	893
22. Grão Mogol.....	5.472	49. Sêro.....	1.158
23. Itacambira.....	1.649	50. Taiobeiras.....	+ 401
24. Itamaraciba.....	2.986	51. Turmalina.....	1.685
25. Itaobim.....	620	52. Virgem da Lapa.....	605
26. Itinga.....	2.813		
SUB-TOTAL.....	41.552	SUB-TOTAL.....	30.000
- Área Total: - 71.552 Km <sup>2</sup>			

Fonte: pré-diagnóstico do Vale do Jequitinhonha (Codevale, s/d, v. 1, p. 2-3).

A Codevale foi o órgão que referenciou essa delimitação político-administrativa do Vale do Jequitinhonha, incentivando posteriormente os projetos desenvolvimentistas implantados na região. De acordo com Servilha (2015),

podemos afirmar que ao longo do período de atuação mais significativa da Codevale, décadas de 1960 e 1970, ocorre, em nome do desenvolvimento, um reordenamento territorial no Vale do Jequitinhonha. Uma área do estado que realizava trocas e se inseria numa divisão espacial do trabalho numa curta escala geográfica com áreas vizinhas, passa a ser alvo de empreendimentos econômicos e investimentos infraestruturais (mesmo que tímidos e não correspondentes aos de áreas mais valorizadas pelo

Estado e pelo capital produtivo) cuja finalidade fundamental estava na incorporação industrial de recursos naturais e humanos “regionais” (Servilha, 2015, p. 151-152).

Na primeira metade da década de 1960, o Vale do Jequitinhonha é apresentado pela Codevale por meio de documentos e diagnósticos como “redescoberto”. Naquele contexto, a ideia de pobreza regional começou a caracterizar a região, sendo utilizada exaustivamente nas propostas de desenvolvimento, uma vez que os projetos eram justificados como possíveis soluções à realidade da pobreza. Desse modo, para Servilha (2015),

a “descoberta” do Vale do Jequitinhonha em 1964 não significou, como muitos apontam, a “descoberta” de uma pobreza “ímpar”, mas sim a “descoberta” de uma área rural ausente de um projeto de desenvolvimento regional estatal. Um grupo de políticos, liderado por Murilo Badaró, percebeu na bacia do Vale do Jequitinhonha um potencial para que explicitações de uma pobreza, tratada a partir daí como um diferencial regional, pudesse legitimar uma política pública de desenvolvimento subsidiada por diagnósticos oficiais, planejada e direcionada pelo Estado e divulgada como “salvação regional” (Servilha, 2015, p. 137-138).

A pobreza do Vale do Jequitinhonha foi o principal estigma propagado sobre a região. Os processos de estigmatização e construção de um discurso regionalista foram a base para a criação da Codevale. A pressuposta realidade da pobreza regional está inserida em disputas dentro de projetos de integração regional, bem como atende a interesses de grupos de poder, como a elite agrária local, políticos, empresários e a tecnoburocracia, inseridos no contexto dos projetos de desenvolvimento.

Em relação à região do Vale do Jequitinhonha, a pobreza entrou na pauta do governo por meio dos diagnósticos, sobretudo, a partir da década de 1960. No entanto, a perspectiva de abordagem foi, em grande medida, por meio de discursos políticos e jornalísticos<sup>7</sup>, que servia mais para interesses de atores sociais, tanto *insiders*, como *outsiders*, na esteira de projetos desenvolvimentistas, do que para uma verdadeira abordagem da questão social, visando à superação desse suposto problema. A abordagem tinha características que se assemelhava ao que Sprandel (2004) identificou como “uma noção de pobreza tecnificada”, influenciada pelos organismos internacionais.

Servilha (2015) aponta quatro classificações valorativas centrais por meio das quais a região do Vale do Jequitinhonha é “inventada”, “significada” e “estigmatizada”. Entre as classificações, o autor destaca a pobreza/miséria como o estigma mais significativo. As classificações apontadas são:

1. enquanto uma região tipicamente rural, sofrendo o estigma “urbano etnocêntrico” que a qualifica enquanto atrasada, atraso, resíduo a ser superado pelo desenvolvimento e progresso; 2. enquanto uma região inserida (em parte) no semiárido nordestino brasileiro, recebendo a valoração de “sertão”, estigmatizada socialmente negativamente enquanto área a ser incorporada, dominada, transformada e civilizada; 3. enquanto região interiorana, sofrendo simultaneamente, todas as valorações produzidas pelo processo de ocupação territorial brasileiro, que possui como uma de suas marcas centrais a litoralização do poder político em detrimento do interior do país (que se estruturou em grande parte através de elites oligárquicas regionais); es-

<sup>7</sup> Leite (2015) faz uma síntese sobre as notícias que começaram a veicular sobre o Vale do Jequitinhonha a partir da década de 1960, citam-se alguns jornais: *O Cruzeiro*, em 1967; *Revista Manchete*, em 1973; *O Estado de São Paulo*, em 1977; entre outros. Silva (2007) faz uma análise sobre as principais reportagens e notícias sobre a região do Vale do Jequitinhonha, articuladas em torno da temática “riqueza-pobreza”.



paços antagônicos aparentemente desarticulados, mas partes de um mesmo sistema econômico, político e cultural. [...] O quarto, último, e mais significativo estigma valorativo negativo diferenciador/criador/qualificador da região analisada (vale ressaltar a transversalidade e complementaridade de todos) é o título de «Vale da Miséria», ainda hoje atribuído, em especial, através de representações socioespaciais presentes em diagnósticos governamentais e reportagens jornalísticas (Servilha, 2015, p. 135-136).

A pobreza que começou a caracterizar o Vale do Jequitinhonha nos relatos institucionais estatais, nos discursos de políticos locais e das empresas que se instalaram na região, entre outros atores, funcionou como um critério de classificação social. Destaca-se que regiões, que têm diversidades internas, como no caso o Vale do Jequitinhonha, são homogeneizadas por meio de categorias como pobreza, para serem integradas na lógica do progresso, modernidade e desenvolvimento.

A criação do estigma serviu, então, para inserir a região no projeto de (des)envolvimento<sup>8</sup>, possível em grande medida por homogeneizar uma ideia sobre o Vale do Jequitinhonha, com base em classificações genéricas, como a de “pobre”. Serviu também para inserir a região no que Ribeiro (2008) caracteriza como “drama desenvolvimentista”.

“Dramas desenvolvimentistas” são tipos complexos de encontros que juntam atores e instituições locais a *outsiders*. O fato de *outsiders* pretenderem planejar o futuro de uma comunidade é indicativo do seu poder diferencial no encontro. Em tais circunstâncias, instala-se uma dicotomia. Por um lado, há os objetivos e racionalidades dos planejadores; por outro lado, o destino e a cultura das comunidades. Antes da existência de um projeto de desenvolvimento, populações locais dificilmente poderiam conceber que seu destino era suscetível de ser sequestrado por um grupo organizado de pessoas. Na realidade, planejamento — isto é, a determinação antecipada de como uma certa realidade será — implica a apropriação, por parte de *outsiders*, do poder das populações locais de serem sujeito dos seus próprios destinos. De sujeito de suas próprias vidas, essas populações se tornam sujeitas a elites técnicas prescientes (Ribeiro, 2008, p. 121-122).

Nesse processo de popularização da pobreza no Vale do Jequitinhonha, a Codevale terá uma contribuição essencial, pois, como Comissão própria para fins desenvolvimentistas, ancorou-se amplamente no discurso da “miséria” regional. Auxiliou também como multiplicadora dos estigmas da região, que foi caracterizada como “pobre”, mas poderia alcançar o progresso mediante investimentos em projetos de desenvolvimento. Instala-se a dicotomia riqueza-pobreza.

### **A Codevale: entre propostas de ação, limitação orçamentária e formação de redes**

Entre os anos de 1964 e 1980, a Codevale foi responsável pela elaboração de diagnósticos, planos de ação e projetos com objetivo de desenvolver a área delimitada como Vale do Jequitinhonha. Em parceria com outras instituições de planejamento, financiamento e execução de ações desenvolvimentistas, como a Fundação João Pinheiro, a Fundação Rural Mineira (Ruralminas), o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) etc, a Codevale propôs ações para o desenvolvimento regional como medida para superar a pobreza sobre a qual os planos nacional e estadual de desenvolvimento vinham fazendo referência, conforme será apontado.

<sup>8</sup> Expressão utilizada com referência a Porto-Gonçalves (2016, p. 39).



As instituições de apoio aos projetos de desenvolvimento propostos pela Codevale formavam redes no “campo de poder”, conforme Bourdieu (2011), articulando interesses de políticos, da elite agrária local, de empresários e da tecnoburocracia de cada instituição. As práticas no campo do desenvolvimento no Vale do Jequitinhonha foram propostas nesse contexto, com atores sociais, tanto *insiders* quanto *outsiders* que, utilizando-se do estigma da pobreza, articulavam programas de desenvolvimento na região. O Programa Integrado de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha é um exemplo, nesse contexto, que será analisado adiante.

De acordo com Ribeiro (2008, p. 115), “as instituições também se tornam parte de várias redes dentro do campo de desenvolvimento. Elas criam redes por meio de complexos processos históricos e políticos”. Seguindo a análise do autor, sugere-se que a Codevale articulou em redes ao longo do período de atuação no Vale do Jequitinhonha. Os projetos propostos pela autarquia estavam dentro de “pragmáticas criações de redes”. Desse modo, a eficácia ou não dos projetos dependia dos interesses dos atores envolvidos no campo de desenvolvimento.

O Programa de Desenvolvimento proposto pela Codevale apresenta a mesma diretriz do Plano de Recuperação e Fomento da Economia Agropecuária do Vale do Jequitinhonha (Codevale, 1976a), apenas com uma caracterização mais detalhada em cada ação e uma previsão financeira do custo global reduzida<sup>9</sup>.

De acordo com a previsão financeira da Codevale (1976b, p. 37-38), o custo do programa para os anos de 1977 e 1978 era de Cr\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros)<sup>10</sup>, distribuídos entre as seguintes ações: assistência técnica ao agricultor, assistência técnica ao pecuarista, apoio à comercialização, aguadas-irrigação, infraestrutura viária, apoio ao aparato institucional, desenvolvimento educacional, saúde e nutrição, saneamento básico rural, estudo dos recursos naturais da região e comunicações.

Em linhas gerais, o Plano de Desenvolvimento seguia a proposta de planejamento para o Vale do Jequitinhonha elaborada pela Fundação João Pinheiro (FJP, 1975), que propunha alinhar o Plano Regional com as diretrizes do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e II Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social (PMDES). De acordo com o documento elaborado pela Fundação João Pinheiro, o planejamento regional era um instrumento técnico, de organização político-administrativa, que se configurou para atender demandas nos níveis estadual e federal.

O II PND (Brasil, 1974, p. 24) apresenta a região do Vale do Jequitinhonha como um “bolsão de pobreza”, em contraste com as aspirações de “desenvolvimento e grandeza” propostos pelo governo militar mediante políticas desenvolvimentistas. O II PMDES também apresenta o Vale do Jequitinhonha como área do estado que evidência os desequilíbrios regionais internos de Minas Gerais, destacando que se-

<sup>9</sup> Na série de reportagens sobre o Vale do Jequitinhonha do jornal “O Estado de São Paulo”, publicadas em 1977, Kotscho (1978, p. 8) relata alguns aspectos da proposta do Programa de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha. Na reportagem há descrição dos valores que seriam aplicados na execução do programa e algumas instituições envolvidas na assinatura de convênio para sua elaboração. A articulação teria a participação da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, do Ministério do Interior e Governo de Minas Gerais. A proposta de investimento inicial (em torno de Cr\$ 630 milhões de cruzeiros, em três anos) não foi cumprida, levando a Codevale a reduzir os custos do programa, que seriam “menos ambiciosos”. Segundo a reportagem houve a diminuição dos investimentos para aproximadamente Cr\$ 230 (duzentos e trinta milhões de cruzeiros).

<sup>10</sup> Observa-se que o valor está mais aproximado da proposta de redução apontada em Kotscho (1978, p. 8).

ria necessário “instrumentalizar ações de curto prazo, focalizando os problemas de caráter social, e outros de desenvolvimento regional de médio e longo prazo” (Minas Gerais, 1975, p. 72).

O Programa de Desenvolvimento Integrado do Vale do Jequitinhonha, proposto pela Codevale, está em consonância com os planejamentos no nível estadual e federal, como apontado acima. No entanto, o financiamento dos programas não era vinculado aos órgãos específicos de execução em cada ação. O orçamento da Codevale não era compatível com o financiamento global proposto. A principal estratégia relacionada à questão financeira das ações seria os convênios com instituições públicas e privadas, coordenados pela Codevale.

Como já apontado, o custo total previsto para execução do Programa de Desenvolvimento era de Cr\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros). No ano de 1978, de acordo com a Codevale (1976b), o gasto seria de Cr\$ 140.750.397,00 (cento e quarenta milhões, setecentos e cinquenta mil, trezentos e noventa e sete cruzeiros). Observa-se, no entanto, que o orçamento estadual aprovado para a Codevale, referente ao exercício de 1978 era de Cr\$ 25.452.800,00 (vinte e cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil e oitocentos cruzeiros), segundo o Decreto Estadual 19.028, de dezembro de 1977 (Minas Gerais, 1977).

Para que as ações do programa fossem executadas, a Codevale deveria articular a rede de instituições públicas e empresas particulares como previsto no próprio programa. A limitação orçamentária se tornaria um fator determinante relacionado à inexpressiva efetividade das propostas de planejamento apresentadas pela autarquia. Pois, mesmo seguindo as diretrizes do planejamento nacional e estadual, não havia uma determinação de orçamento específico vinculado às ações.

A limitação orçamentária é apresentada, por dirigentes da Codevale e seus apoiadores políticos, como uma das causas da atuação pouco expressiva da autarquia na execução das suas ações. Propagou-se a ideia de que existiam planejamentos, mas a execução de algumas práticas, como apresentado no Programa Integrado de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha, estava condicionada aos repasses financeiros do governo federal, estadual e municipal, dos convênios com empresas apoiadoras e do interesse e articulação de atores políticos em todas as esferas de governo.

A falta de investimento nos projetos de desenvolvimento apresentados pela Codevale reforçou a ideia da pouca atuação do órgão. Entretanto, os planos e projetos propostos pela autarquia tinham maior possibilidade de efetividade na medida em que eram realizados em parceria com outras instituições. Ao longo da atuação da Codevale, nota-se que nem todos os projetos foram engavetados, no entanto, os benefícios das ações não chegavam a toda população na mesma medida.

A efetividade de alguns projetos dentro do campo de desenvolvimento, no qual se encontrava a Codevale, é um apontamento proposto segundo a análise de Leite (2010), destacando que, apesar de a Codevale não proporcionar o desenvolvimento como meio de superação das estruturas da antiga fazenda agropecuária, ela teve sua importância para determinados grupos, sobretudo com a manutenção do poder da elite agrária local. Ainda de acordo com a análise de Leite (2010), o investimento na ampliação e melhoramento da rede de eletricidade e a instalação e ampliação de estradas, por exemplo, por meio de convênios com a Cemig, as Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás) e o Departamento de Estradas de Rodagem (DER), tiveram participação da Codevale, que fomentou a implantação de infraestrutura na região e, deste modo, valorizou, por exemplo, as terras dos antigos fazendeiros e pecuaristas.

## Considerações finais

A ideia de desenvolvimento regional é transversal nesta pesquisa. No sentido apontado por Ribeiro (2008), é uma ideologia e utopia que serviu para justificar pequenos e grandes projetos, tanto de grande escala, apoiados pelo Estado brasileiro, como na implantação de agências de desenvolvimento regional, como a Codevale e os projetos de desenvolvimento local.

A Codevale foi criada na década de 1960, por iniciativa do deputado estadual Murilo Badaró, representante da elite política da região. O desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha foi a principal justificativa para a implantação da autarquia, que, por meio de diagnósticos, divulgou a pobreza regional como o “problema” a ser enfrentado.

A “redenção” do Vale do Jequitinhonha era a ideologia constitutiva da Codevale, que, por meio dos seus documentos, fundamentou o recurso imagético-discursivo de “bolsão de pobreza” da região, utilizado nos planos regional e nacional como estratégia para projetos desenvolvimentistas. Neste sentido, o Vale do Jequitinhonha se configurou como objeto de intervenção do Estado, sendo parte de um projeto mais amplo de articulação nacional às regiões, como foi apontado no II PND e II PMDES.

A pesquisa mostrou que a autarquia não agia isolada institucionalmente, ao contrário, era um órgão que deveria coordenar as ações desenvolvimentistas no Vale do Jequitinhonha, em rede com outros atores no campo do desenvolvimento. Como destacou Dulci (1999), em relação ao estado de Minas Gerais, havia uma articulação de interesses entre as elites política, técnica, agrária e empresarial em torno do projeto de desenvolvimento regional. Nesse aspecto, o Vale do Jequitinhonha foi delimitado seguindo interesses dos atores no campo do desenvolvimento.

A Codevale não foi efetiva na sua proposta de desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha. A grande causa apontada pela maioria dos atores sociais que apareceram no material pesquisado foi a limitação orçamentária. Destaca-se, no entanto, que essa limitação orçamentária apontada em relação à Codevale é um fator que estava ligado a interesses políticos. Nesse aspecto, a Codevale já nasceu atendendo interesses das elites locais e não efetivamente para promover o desenvolvimento regional. Com a criação da Codevale, o Estado efetivamente encampou projetos desenvolvimentistas na região, no entanto, não cumpriu o seu dever de produzir bem-estar à população e de superação da situação de pobreza regional, estando, antes, articulado às elites e à reprodução do capital (interno e externo ao Vale do Jequitinhonha).

## Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 2011.

BRASIL. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)**: 1975-1979. Brasília: Secretaria de Planejamento, 1974.

CODEVALE (Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha). **Plano de recuperação e fomento da economia agropecuária do Vale do Jequitinhonha**. Belo Horizonte: Codevale, 1976a.

CODEVALE (Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha). **Pré-diagnóstico do Vale do Jequitinhonha**. Biblioteca da Fundação João Pinheiro: Belo Horizonte, s/d. v. 1.

CODEVALE (Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha). **Programa Integrado de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha**. Belo Horizonte: Codevale, 1976b.

DULCI, Otávio Soares. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

FJP (Fundação João Pinheiro). **Vale do Jequitinhonha**: plano de desenvolvimento regional. Belo Horizonte: Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, 1975.

HORTA, Cid Rabelo. Famílias governamentais de Minas Gerais. **Revista Análise e Conjuntura - FJP**. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 111-142, 1986.

KOTSCHO, Ricardo. **Série de reportagens sobre o Vale do Jequitinhonha**: jornal O Estado de São Paulo de 28/08/77 a 04/09/77. Araçuaí: Igreja de Araçuaí, 1978.

LEITE, Ana Carolina Gonçalves. **A modernização do Vale do Jequitinhonha mineiro e o processo de formação do trabalhador “boia-fria” em suas condições regionais de mobilização do trabalho**. 2010. 337 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

LEITE, Ana Carolina Gonçalves. **O campesinato no Vale do Jequitinhonha**: da sua formação no processo de imposição do trabalho à crise da (sua) reprodução capitalista. 2015. 762 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MINAS GERAIS. Decreto 19028, de 30 de dezembro de 1977. **Legislação Mineira**. Belo Horizonte, Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1977.

MINAS GERAIS. Lei Constitucional nº 12, de 6 de outubro de 1964. **Legislação Mineira**. Belo Horizonte, Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1964.

MINAS GERAIS. Lei nº 3764, de 15 de dezembro de 1965. **Legislação Mineira**. Belo Horizonte, Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1965.

MINAS GERAIS. **II plano mineiro de desenvolvimento econômico e social**: lei 6693 – 1976/1979. Belo Horizonte: Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, 1975.

PORTO-GONCALVES, Carlos Walter. **O desafio ambiental**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2016.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo, n. 80, p. 109-125, 2008.

SANTOS, Albér Carlos Alves. **A Codevale e o discurso desenvolvimentista do Estado no Vale do Jequitinhonha entre 1960 a 1980**. 2018. 130 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Universidade dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina 2018.

SERVILHA, Mateus de Moraes. **Quem precisa de região?** o espaço (dividido) em disputa. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SILBY, Aurélio; ABNER, George; MARTINS, Tadeu (Orgs.). **Geraes**: a realidade do Jequitinhonha. Belo Horizonte: NEOPLAN, 2011.

SILVA, Dalva Maria de Oliveira. **A arte de viver**: riqueza e pobreza no Médio Jequitinhonha – Minas Gerais de 1970 a 1990. São Paulo: Educ, 2007.

SPRANDEL, Márcia Anita. **A pobreza no paraíso tropical**: interpretações e discursos sobre o Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

## **PARTE 4**

# **Ensino superior e desenvolvimento**

## **Capítulo 11**

# **História e memórias do curso de Administração da Unimontes na profissionalização do mercado de trabalho do norte de Minas Gerais**

Jardel Nunes Martins  
Isabela Ladeia Santos

### **Introdução**

O norte de Minas Gerais é uma região que integra o polígono das secas e possui uma economia predominante rural marcada pelas longas secas — com forte desigualdade social se comparada ao restante do estado mineiro. Historicamente, sofreu várias intervenções por parte da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), mas que não alteraram o quadro secular da falta de água e da desigualdade. O município de Montes Claros, considerado como o centro da região, provê os demais municípios com serviços — atividade econômica predominante na cidade (Pereira, 2007). É nesse contexto que se encontra o curso de Administração da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), pioneiro na oferta de formação na área.

Este estudo faz parte de um movimento de estudos realizados para contar a história e a trajetória de cursos e escolas de Administração brasileiras. Essas investigações anteriores buscaram mostrar que na historiografia dos cursos de Administração há a presença de práticas, ideias e discursos de que tais cursos se desenvolveram não apenas como fruto de um avanço científico, mas também em razão de interesses econômicos, sociais e políticos de cada contexto (Fernandes; Bezerra; Ipiranga, 2015).

O tema se faz relevante ao analisar a história de um curso que contribuiu diretamente com o desenvolvimento do mercado de trabalho na área de Administra-

ção no município e na região. Parte-se da seguinte pergunta de pesquisa: *como se constituiu o curso de Administração da Universidade Estadual de Montes Claros em relação a pressões do mercado na formação do perfil da mão de obra local?* Com base nessa pergunta de pesquisa, este estudo busca apresentar a história oral contada diretamente pelos agentes que vivenciaram os anos iniciais do curso e puderam testemunhar a trajetória e os acontecimentos daquela época. É importante ressaltar que, apesar de se tratar de uma análise de um caso único, o caso da Unimontes é relevante para entender a dinâmica e as especificidades do campo de estudos no interior do estado de Minas Gerais. Por utilizar uma perspectiva histórica, a presente pesquisa se propõe a analisar pontos-chave que influenciaram na construção do projeto de profissional-administrador formado ao longo dos últimos 50 anos na região.

Nesse sentido, empiricamente, esta é uma pesquisa de cunho qualitativo (Godói; Balsini, 2006). Foram realizadas entrevistas com seis professores atualmente aposentados do Departamento de Ciências da Administração da Unimontes que, majoritariamente, foram formados nas primeiras turmas do curso na década de 1970 e assumiram a função docente logo após a graduação das primeiras turmas. As entrevistas foram transcritas e analisadas pela técnica da Análise de Conteúdo (Colbari, 2014). A análise foi temática, com base nas seguintes categorias: história do início do curso; perfil do professor na criação do curso; perfil do profissional formado pelo curso e produção de saberes locais em Administração para o desenvolvimento do mercado de trabalho na cidade e na região.

O curso de Administração da Unimontes é ofertado em dois polos: Montes Claros e Brasília de Minas. O polo de Montes Claros oferece 70 vagas anuais e o polo de Brasília de Minas 35 vagas anuais, totalizando a entrada de 105 novos acadêmicos por ano. Trata-se, no contexto da região, de um curso de grande relevância não apenas para o município-sede do curso, mas para várias outras cidades da região. Nosso argumento, ao longo da pesquisa, é que o curso de Administração foi construído historicamente para impulsionar a empregabilidade pela qualificação de mão de obra local com vistas a atender à demanda de empresas que se instalaram na região por intermédio da SUDENE.

## **A (pretensa) modernidade e o projeto científico da Administração**

O desenvolvimento econômico do país se deu fortemente pela atividade do comércio, ponto inicial para as práticas de gestão e atividades similares, que posteriormente foram continuadas através do ensino comercial. No entanto, a atividade de comércio passou, nos séculos XVIII e XIX, por mudanças — tanto pelo crescimento dos negócios quanto pela sua complexidade. Assim tornou-se necessária a qualificação da mão de obra, pois a transmissão de conhecimento que ocorria de maneira informal era ineficaz, exigindo, portanto, a criação de escolas de ensino em comércio, que desencadeou a formalização do conhecimento que até então tinha caráter eminentemente prático/empírico (Barros; Carrieri, 2013; 2015).

A desvalorização dos saberes empíricos começou a imperar gradualmente, por dois motivos: o movimento capitalista e as disputas de poder. O primeiro diz respeito à comercialização do conhecimento, em que a transmissão do saber prático no cotidiano perde o valor, reflexo da atitude racional-econômica de acadêmicos, gestores e consultores. O segundo movimento busca a legitimação do conhecimento científico como forma de imposição de poder (Barros *et al.*, 2011). As vias institucionais,



nesse sentido, foram consideradas as únicas formas de obtenção de conhecimentos validados, tidos como verdadeiros — o saber do comerciante, apesar de empiricamente consolidado, não seria capaz de corresponder ao rigor científico que ora se mostrava imperativo para a ciência.

Conforme Barros e Carrieri (2013), a implantação dos primeiros cursos de Administração no Brasil, quase em sua totalidade, teve forte influência e apoio dos Estados Unidos. Como um centro hegemônico, em um contexto de Guerra Fria e de disputas ideológicas, os EUA buscavam transferir suas teorias e modelos de gestão para outros lugares do mundo — uma verdadeira forma de disseminar o *American way of life*. Por trás desse apoio, os norte-americanos objetivavam se estabelecer em uma situação dominante, mantendo o Brasil e outros países subdesenvolvidos em posição de subordinação quanto à produção e circulação de conhecimentos em gestão. Apropriando-se da universalidade da ciência, foi estabelecido um discurso de que o conhecimento e os modelos gerados em determinado contexto foram considerados universais e aplicáveis a todos os cenários (Barros; Carrieri, 2013).

Em Minas Gerais, assim como no Brasil, a implantação da graduação em Administração foi reflexo direto das demandas do mercado. Em um contexto de fortalecimento do mercado interno, apoio do governo para o desenvolvimento econômico e processo de industrialização, tornou-se imperativa a formação de mão de obra qualificada. Originou-se, desse modo, uma demanda maior para cursos da área econômica e administrativa, sendo possível afirmar que a figura de um profissional administrador, no Brasil, surge em um contexto de dificuldades, como uma salvação para a retomada do desenvolvimento (Barros, 2014).

Portanto, esse campo de saberes se desenvolveu, no Brasil, juntamente à disseminação e produção de verdades científicas, trazendo consigo inúmeras regras e especificações (Barros; Carrieri, 2015). É nessa direção moderna que uma nova ordem produtiva emerge como consequência do desenvolvimento tecnológico e da informação. Assim, a Administração no mundo passa a reproduzir modelos. A grande conquista do teórico dessa área é lançar algum modelo que seja amplamente aceito no meio acadêmico. A Administração passa a ser relacionada ao progresso, à industrialização, ao crescimento do mercado capitalista e, principalmente, ao desenvolvimento da ciência e tecnologia. Tais aspectos moldaram o referido campo e a produção subjetiva do profissional da área (Hassard; Tonelli; Alcadipani, 2000; Petinelli-Souza, 2013).

Dadas tais construções e tramas históricas, a forma ideológica do *management* encontrou um terreno fértil para constituir a hegemonia do discurso empreendedor, a naturalização do capital humano e a produção de subjetividades que viria a influenciar o *ethos* do sujeito administrador. A seguir, trataremos mais detidamente sobre essas questões.

### **O *management* e a constituição do sujeito administrador na modernidade**

De acordo com Petinelli-Souza (2013), três foram os processos que contribuíram para a emergência da Administração como uma profissão: **(1)** a necessidade de trabalho assalariado nas cidades por parte de uma população crescente que abandonava o campo; **(2)** a necessidade de burocratas para o emparelhamento do Estado brasileiro; e **(3)** a necessidade de mão-de-obra qualificada para atuar nas indústrias e para gerenciar as organizações privadas.

O *management* é o movimento ideológico em que culminam todos os elementos até então expostos. Preliminarmente, é necessário apresentar o seu significado de acordo com a visão de diversos autores. Como um conjunto de ideias partilhadas por empresas e sociedade, o *management* está inserido e explícito em seus discursos, percebido também por meio de suas práticas e comportamentos (Wood Jr.; Paula, 2002; Wood Jr.; Cruz, 2014). Como consequência da modernização da sociedade, o *management* surge como um conhecimento instrumental e funcional fundamentado no pensamento de controle da atividade humana para geração de lucro e aumento da produtividade (Santos; Dourado, 2014). Desta forma, o capitalismo pode ser percebido nitidamente por meio do *management*, em que as empresas estabelecem formas de controle que se apropriam das relações de trabalho. O *management* pode ser entendido, então, como um mecanismo sutil, que, por meio da gestão, eleva a capacidade de trabalho, subjugando da consciência do trabalhador (Meira; Meira, 2014).

As implicações do *management* têm tido amplas proporções para as empresas, para a sociedade, mas, principalmente, nas ações dos indivíduos, por moldar seu comportamento, tanto na esfera de vida profissional quanto na sua vida pessoal. Esse processo de normatização das atitudes do indivíduo ganha cada vez mais força com a globalização, devido à ampla disseminação de imagens e símbolos (Santos; Dourado, 2014).

As instituições de ensino possuem um papel crucial na disseminação de conhecimento e globalização, sendo que, além delas, fazem parte desse pilar as organizações certificadoras, os órgãos reguladores, o corpo docente, as mídias de negócios, o corpo discente e grupos de pesquisadores (Wood Jr; Cruz, 2014). Falar em Administração implica abordar o sucesso das organizações, as melhores soluções, a capacidade ilimitada de trazer os melhores resultados para as organizações e, no que concerne a esta pesquisa, algo necessário para a empregabilidade.

Entendemos que a Administração não pode ser vista de maneira acrítica. Tal formação deve trazer elementos críticos para que o administrador tenha a capacidade de questionar o papel que possui no mundo (Sousa, 2016). A formação atual do sujeito administrador, por ser fragmentada e prática, faz com que o estudante seja cada vez mais carreirista, menos sonhador e mais programado para o capital (Petinelli-Souza, 2013). Defendemos um ensino cada vez mais substantivo e menos apegado a modismos, com uma maior capacidade de percepção dos fenômenos como complexos, e não como um conjunto de disciplinas isoladas entre si (finanças, recursos humanos, marketing) que, juntas, constituem uma formação fragmentada, mecanizada e superficial (Nicolini, 2003).

## A Unimontes e seu projeto de curso de Administração

A Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), hoje uma universidade pública, foi fundada em 15 de junho de 1962, sendo nomeada naquele momento como Fundação Universidade Norte-Mineira (FUNM), e tinha o pagamento de mensalidades dos alunos como forma de custear a manutenção de suas atividades (Santos *et al.*, 2019). A criação da chamada Fundação Norte Mineira, ou simplesmente FUNM, está relacionada a um sentimento regionalista, tendo em vista que a universidade tem seu polo na cidade de Montes Claros, um município distante dos grandes centros urbanos, localizado em uma região que era carente de infraestrutura, com índice de industrialização baixo, além de baixa renda per capita e urbanização (Caleiro; Pereira, 2002).

O curso de Administração passou a fazer parte da grade da Fundação Norte Mineira em julho de 1972, com a criação da Faculdade de Administração e Finanças do Norte de Minas (FADEC). Houve uma tentativa anterior de criação desse curso em 1966, sem sucesso (Anastasia, 2012). Outro acontecimento que ocorreu nesse período foi a implantação do escritório da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) na cidade de Montes Claros em 1965. A SUDENE era um órgão vinculado ao Ministério da Integração Nacional que planejava e coordenava ações de desenvolvimento regional atuando na área de infraestrutura, atividades agropecuárias, extrativistas e de fomento à industrialização (Moura; Manolescu, 2004).

Tendo a presença da SUDENE na cidade, houve um incentivo à instalação de projetos industriais, de infraestrutura, extrativista, agropecuário e de transportes no Norte de Minas, Vale do Mucuri e Vale do Jequitinhonha. Entre os instrumentos utilizados para o desenvolvimento dessas regiões estavam a redução, isenção e reinvestimento do imposto de renda, além dos incentivos financeiros do Fundo de Investimentos do Nordeste. O Norte de Minas passou por um surto industrial como resultado dessas medidas. Esse período ficou conhecido como a “Nova Industrialização Mineira” (Moura; Manolescu, 2004).

Na década de 1990, o curso de Administração também passou por mudanças significativas. Com o fim da Ditadura Militar houve no país uma abertura para concorrência externa e o profissional administrador que estava sendo formado não possuía as competências necessárias para esse novo momento. Foi então que começaram a ser ofertadas disciplinas relacionadas ao empreendedorismo. Em abril de 1993, é criado o projeto de extensão Empresa Júnior Unimontes, uma associação civil sem fins lucrativos, gerida pelos acadêmicos e professores que estimulava o empreendedorismo e desenvolvimento dos alunos ao ofertar para a comunidade serviços de consultoria empresarial. Anos depois foi dada uma atenção especial também para pesquisa, como, por exemplo, a inserção das disciplinas Análise e Produção Científica em Administração I, II e III, ministradas nos três períodos finais do curso para incentivar o desenvolvimento de pesquisas (Santos *et al.*, 2019).

## Percurso Metodológico

Buscamos, neste estudo, analisar o desenvolvimento do curso na formação de um mercado de trabalho em Administração e como isso se desenvolveu devido ao contexto econômico e às articulações do mercado. Para tal, fez-se uso da pesquisa aplicada a ex-professores do Departamento de Administração da Universidade Estadual de Montes Claros. Ao realizar o percurso da história do curso de Administração da Unimontes por meio da perspectiva de professores aposentados desse departamento, foi adotada uma abordagem qualitativa, a qual se faz necessária pela necessidade de compreender as relações subjacentes a situações e fatos descritos pelos sujeitos da pesquisa e seus significados. Sua utilização permitiu uma análise histórica que guarda um contexto material, temporal e espacial (Melo *et al.*, 2007).

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas individuais semiestruturadas, direcionadas a professores aposentados do curso estudado. A escolha por entrevistas se deu por permitir a identificação de uma variedade maior de impressões, por ser uma pesquisa que busca resgatar a identidade de um curso com mais de 50 anos, e por considerar que entrevistar professores aposentados mostra-se de grande

relevância, pois eles vivenciaram um momento histórico para o curso e são agentes que carregam na memória essas experiências e o contexto da época. A definição dos sujeitos da pesquisa foi pelo critério da acessibilidade e pelo método bola de neve, em que um respondente indicava possíveis novos participantes da pesquisa (Vinuto, 2014), dada a dificuldade em identificar os professores que estivessem dispostos a participar deste estudo. A breve descrição dos participantes da pesquisa (Quadro-01) resume a experiência e atuação.

**Quadro 1 – Perfil dos entrevistados**

Entrevistada 1 (E1)	Iniciou sua trajetória profissional conciliando com o curso de Administração de empresas da antiga Faculdade de Administração e Finanças na turma de 1980. Atuou na área financeira de uma grande indústria da região, assim como na área administrativa da FADEC, sendo posteriormente convidada a ministrar aulas, especialmente as disciplinas de Recursos Humanos e Teoria Geral da Administração. Como funcionária da FADEC participou de estudos para revisão das ementas do curso de Administração.
Entrevistado 2 (E2)	Graduado em Educação Física, também foi aluno do curso de Administração da Unimontes na turma de 1975. Mestre em Administração formado na Universidade Federal de João Pessoa, atuou na Unimontes como chefe de departamento e professor nas disciplinas de Teoria Geral da Administração, Pesquisa Operacional e Planejamento Estratégico.
Entrevistado 3 (E3)	Formado em Administração pela UFMG, trabalhou como gerente do Banco Nacional e posteriormente atuou como assessor de diretoria na empresa Sion. Mudou-se para Montes Claros em 1975 para atuar na mesma empresa, onde foi convidado pela FADEC para ministrar aulas, sendo docente por 27 anos, além de exercer o cargo de chefe de departamento. Durante toda sua trajetória, esteve ligado a atividades profissionais, passando por três indústrias diferentes, onde exerce a função de gerente financeiro atualmente.
Entrevistado 4 (E4)	Formado em Filosofia e posteriormente em Administração pela primeira turma da antiga FADEC, exerceu a profissão em diversas empresas, além de ter sua própria empresa de consultoria. Foi o primeiro ex-aluno da faculdade a se tornar diretor da mesma. Além de Diretor, atuou como Pró-Reitor, Chefe de Departamento e Coordenador da área de extensão. Em paralelo, foi docente do curso por 33 anos, ministrando disciplinas como Gestão da Produção, Pesquisa Operacional e Consultoria Empresarial.
Entrevistado 5 (E5)	Formado em Economia e Psicologia, teve ampla trajetória profissional desde consultor, com atuação em área hospitalar, psicólogo e diretor da SUDE-NE por 22 anos. Na carreira acadêmica, trabalhou como professor nos cursos de Administração, Direito, Ciências Econômicas, Contábeis e Sociais. Atuou também como Chefe de Departamento e Presidente do Conselho Curador da Universidade.
Entrevistado 6 (E6)	Graduado em Administração na antiga FADEC, foi aluno da primeira turma do curso. Como docente, ministrou matérias da área de recursos humanos — seu foco de atuação como profissional em grandes indústrias na região. Tem mais de 30 anos de experiência com as áreas administrativas e de departamento de pessoal.

Fonte: elaborado pelos autores, 2024

A análise baseou-se nos seguintes tópicos norteadores: história do início do curso; perfil do professor na criação do curso; perfil do profissional formado pelo curso

e produção de saberes locais em Administração para o desenvolvimento do mercado de trabalho na cidade e na região.

Como método de análise, foi utilizada a análise de conteúdo. O material (falas e observações) passou por essa técnica de verificação da comunicação, que busca compreender o que foi dito e o que está por trás dos discursos. Como um conjunto de instrumentos e procedimentos metodológicos, a análise de conteúdo vai além do que está explícito (conteúdo verbal ou escrito) e busca, também, interpretar o que está implícito, como no caso do conteúdo não verbal e o que está nas entrelinhas (Colbati, 2014). Após a análise, passamos às construções de narrativas trazidas pelos professores entrevistados — em que foram revisitados fatos históricos, bem como diferentes percepções sobre o projeto de profissional-administrador desejado.

### O período de 1972-1989: A FADEC e a profissionalização no norte de Minas

A partir de 1950, em decorrência da instalação do escritório da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), foi propiciado um rápido desenvolvimento econômico e social para o município de Montes Claros e região. Como principal agente, a SUDENE estimulou e aprovou cerca de 110 projetos até o ano de 1979, o que gerou para a região norte mineira a criação de aproximadamente 20 mil empregos diretos na indústria, causando uma onda de urbanismo sem precedentes na cidade de Montes Claros e a estruturação de setores básicos como a saúde, a educação, o comércio e os serviços (Couto *et al.*, 2016). A atuação da SUDENE para consolidação e estruturação do curso de Administração a partir de 1972 foi ressaltada na fala de todos os entrevistados.

**01:** Olha, essa área, que era a área mineira da SUDENE, era uma área que desenvolvia de maneira acelerada. Para se ter uma noção, só a SUDENE colocou aqui alguma coisa em torno de sete a oito bilhões de dólares, em saúde, educação, transporte, comunicação, energia e grandes empresas. Tem empresas assim como Matsulfur, na época né, o grupo Coteminas era uma das grandes empresas. [...] Então eram um *boom*. Naquele momento estávamos vivendo um *boom* econômico. Então a economia chegou, houve uma época que a economia brasileira chegou a crescer 10% ao ano. E aqui a região crescia muito mais do que isso. Então o contexto era favorável (E5).

As ações da SUDENE podem ser observadas como propulsoras do desenvolvimento local, principalmente se tratando dos incentivos fiscais fornecidos às empresas na época. É mencionado pelos demais entrevistados o crescimento do número de empresas na cidade:

**03:** O que aconteceu, na época, é, ainda vivendo sobre o ciclo, né, de desenvolvimento com a presença da SUDENE, no Nordeste e Norte de Minas, aqui se implantaram empresas de grande porte (E4).

Em consequência do número de empresas que migraram para o norte de Minas, especialmente Montes Claros, a região enfrentou uma escassez de mão de obra para atuar nestas empresas. Inicialmente, a alternativa encontrada foi a importação de profissionais dos grandes centros, em que se averiguou, de acordo com E1 e E6, que as empresas estavam contratando profissionais de Belo Horizonte e São Paulo. Em meio a essa necessidade de mão de obra qualificada, surge a demanda de criação de estratégias que visam desenvolver e profissionalizar a população local. A partir

do Núcleo de Assistência Empresarial (NAE), formado por um grupo de profissionais composto por administradores, economistas e engenheiros, houve a atuação para a criação da primeira faculdade da região, a fim de capacitar a população para atuar nas áreas administrativas das empresas (E2; E4).

Como mostrou Barros (2014) sobre a implantação dos primeiros cursos de Administração do país, o mercado foi a principal força incentivadora, pois demandava mão de obra qualificada para uma nova economia industrial que surgia. No norte de Minas, não foi diferente, constatando-se que o setor da indústria foi o que mais exerceu influência para o surgimento do curso. Na cidade de Montes Claros tornou-se necessária a sistematização do conhecimento dadas as novas demandas do mercado. Esses acontecimentos foram cruciais na construção do profissional, que, na época, era formado para atuar no mercado de trabalho.

**05:** Olha, naquele momento existia uma demanda muito grande por parte das empresas. O número de empresas chegadas aqui, um número grande de empresas demandava um pessoal que tivesse qualificação para administração. E aí o curso de Administração teve essa oportunidade e uma boa parte das pessoas que eram formadas, rapidamente eram absorvidas pelo mercado de trabalho (E5).

No dia 02 de julho de 1972, surge no município de Montes Claros a Faculdade de Administração e Finanças (FADEC), com os cursos de Administração de empresas, Ciências Econômicas e Contábeis, que compuseram mais uma unidade da Fundação Norte Mineira de Ensino Superior (FUNM), fundação de direito privado que, posteriormente, seria convertida em Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) pela Constituição Mineira de 1989. Como relatado, as ações da SUDENE desencadearam uma forte demanda das indústrias de grande porte em Montes Claros para que a faculdade de Administração fosse criada.

O perfil técnico profissionalizante do curso foi também influenciado pela experiência pregressa dos professores que “na maioria atuaram no setor da indústria” (E1; E3; E6) e “no ramo da consultoria” (E4; E5). Quando questionados sobre teoria e prática no ensino em Administração, todos os professores ressaltaram a importância da conciliação de ambas as partes para formação de um bom profissional: “Não existe uma boa prática sem uma grande teoria, e não existe uma avaliação de um grande teórico se não for colocado em prática, então é importante as duas caminharem juntas” (E2).

No entanto, em outros pontos das falas, todos os professores se contradizem, ao dar maior ênfase nos aspectos práticos em sala de aula, como no relato do E4: “Olha, acho que até, de maneira muito singular eu acredito que prevalecia era a prática, nenhum professor tinha essa formação acadêmica pra ministrar aula, então os professores eram recrutados e selecionados por afinidade pela sua área”. Tal aspecto é corroborado pelo E6: “Na Unimontes sempre teve uma teoria, mas voltando a dizer, se tivesse mais prática, era melhor”. Esses trechos são importantes para entender a forma como os acadêmicos estavam sendo capacitados para forma prática.

O curso fez-se de grande importância para as empresas, que, entendendo isso, estimulam os seus funcionários: “Teve empresas também que assumiram o pagamento das mensalidades dos funcionários deles, para eles continuarem a fazer o ensino superior” (E1). Por consequência, foi definido um perfil de aluno para os anos iniciais do curso, devido também ao modelo de graduação proposto na época, focado no setor privado e na forma profissional destinada à área empresarial. Como o próprio

nome já dizia, “o curso foi criado para formar profissionais para atuar na área de Administração de empresas. [...] o curso de Administração de Empresas funcionou até 1993” (E2). Após esse período, o nome foi mudado para Administração em função da adequação à estadualização da universidade.

Percebe-se, pela seleção lexical dos respondentes nas falas 07 e 08, que o ensino superior atendia “acadêmicos”, não “estudantes”. O conhecimento em Administração não era objeto necessariamente do estudo em si, mas da qualificação profissional que deveria passar por treinamento, instrução e práticas prévias. A universidade era a via formal de legitimação dos saberes administrativos. Nesse caso, o curso de Administração foi incumbido desse papel, pois os conhecimentos informais/empíricos deixaram de ser suficientes, e os profissionais já alocados no mercado necessitam da titulação para se legitimar como administradores de fato.

“O perfil era gente que trabalhava, porque precisava e queria crescer na vida” (E1). A busca pela profissionalização faz parte dos discursos dos entrevistados quando se trata dos objetivos em cursar a graduação em Administração. Devido ao fato de grande parte já estar alocado nas empresas, a graduação se torna uma alavanca para suas carreiras:

**09:** Todo mundo estava lá a fim de buscar, coisas mesmo! Para o futuro deles, que realmente estavam necessitando. Você não via brincadeirinha dispersa em sala de aula, não via mesmo! Todos eles queriam crescer na empresa e não tinham condição de ir para fora (E3).

Estudar virou sinônimo de ter emprego no Norte de Minas, de “atuar na área de sonho” (sic). O advento da faculdade na região, além da valorização da mão de obra local, trouxe a oportunidade de qualificar-se na própria localidade, não dependendo mais dos grandes centros. Para E1, E2 e E3, a FADEC foi um importante estímulo também ao empreendedorismo, como mencionado por E5: “Eu acho que uma coisa que aconteceu também foi o instinto empreendedor [...] Eu acho que isso foi uma coisa muito importante pra região e para os alunos também”. Os indivíduos formados passaram a ser um projeto da sociedade, transformando-se em operários e empreendedores de um mundo produtivista.

## **A docência e a formação do sujeito administrador**

Entre as dificuldades de se operacionalizar o curso nos anos iniciais, a falta de professores é relatada como um dos fatores principais pelo grupo de entrevistados. Sobre isso, os entrevistados 1, 2 e 3 afirmaram que parte dos professores eram trazidos de regiões mais desenvolvidas, já o restante do quadro de professores era selecionado do mercado, como explica o E5: “Foram chamados os profissionais que mais se destacavam na cidade e eles fizeram isso mais por voluntário”. Dessa forma, o cargo de docente era posto em segundo plano, conciliado com as responsabilidades que tinham nas organizações locais.

Buscando “incentivar”, “ensinar aquilo que irão precisar nas empresas” e “inserir o acadêmico no mercado de trabalho”, os entrevistados compartilharam da mesma ideia quanto a ensinar por meio do repasse de experiências — através de uma abordagem técnica e funcionalista focada em “mostrar como faz”. As estratégias de ensino adotadas eram diversas; E1, E5 e E6 compartilhavam os mesmos métodos de ensino, e por trabalharem em outras empresas durante o dia, suas aulas se tornavam



uma extensão da jornada de trabalho, “levando o que tinha acontecido” para a sala de aula. Os demais professores utilizam estratégias diversas, como trazer para sala de aula ferramentas de gestão e outros aspectos práticos como mencionado por E4; incentivar os acadêmicos a participarem de estágio e Empresa Júnior (E2), e destinar parte do horário a relatos das atividades que desenvolviam para estimular o aluno (E3). Apesar de possuírem estratégias diferentes, todas estavam voltadas a ensinar a fazer (prática).

Entre os relatos dos entrevistados, a Administração, até os dias atuais, ainda aparece como chave para o sucesso, mais especificamente, para a empregabilidade. E3, em diversos momentos, ressalta a importância que o curso de Administração teve para inserção de seus antigos alunos em posições de destaque no mercado. Ao longo da entrevista, exemplos de diretores de empresas, gerentes de bancos, entre várias outras histórias de ex-alunos foram trazidos durante a sua fala. Questionados sobre o futuro do ensino na região, as falas ainda foram atinentes à aplicabilidade dos conhecimentos teóricos e à empregabilidade do aluno:

11: [O administrador é um] Profissional com a mente aberta para aglutinação de conhecimentos e profissional que esteja atento às necessidades de mercado e predisposto à buscar informações novas e inovadoras que possam preencher essa necessidade do mercado [...] pra formar o administrador do futuro é necessário que ele esteja incluindo a necessidade de estar buscando sempre inovar conhecimento, buscando sempre hoje com o avanço tecnológico, buscar avançar o seu conhecimento no sentido de alcançar as necessidade de mercado (E2).

Em termos de análise do futuro, percebe-se que a maior parte dos entrevistados ainda atribui ao curso de Administração o seu caráter hegemonicamente prático. Nesse sentido, o que os entrevistados transparecem é a percepção de que o aluno que entra na Administração está buscando saberes práticos que contribuam com a sua empregabilidade; a formação crítica, humanística, ou mesmo intelectual não foi identificada ao longo dos dados — o que denota uma identidade profissionalizante do curso e sua vocação prática, predominantemente.

O que foi relatado pelas entrevistas endossa a percepção de que o propósito da Administração reside na empregabilidade. Ao longo das entrevistas, foi percebida uma forte orientação para a prática e para as tecnologias existentes no mundo empresarial. A preocupação dos professores daquele tempo não estava na formação humanística dos estudantes, mas sim na possibilidade que estes possuíam de agregar valor às suas carreiras profissionais no mercado de empregos existentes no município naquele momento de “boom” econômico. O curso de Administração da Unimontes não foi, portanto, uma iniciativa de educação da população, mas de treinamento para atender aos propósitos do mercado — o que potencializou a expansão da indústria na região.

### **A década de 1990: o *management* chega ao Curso de Administração**

A partir da década de 1990, a economia do norte de Minas passa a ser caracterizada por uma forte recessão e pelo fechamento das indústrias que movimentavam a economia local (Couto; Ckagnazaroff, *et al.*, 2016). Abriu-se espaço para a adoção de um novo paradigma no curso de Administração. O discurso gerencial implantou uma ideologia que se apropriou do indivíduo e o transformou em uma unidade produ-



tiva do sistema capitalista sob o mote do empreendedorismo, algo absorvido amplamente pela Administração e expresso nos relatos dos entrevistados: “Um profissional tem que ser um empreendedor, mesmo sendo funcionário, por que empreendedorismo não é só o que funda uma empresa não, tem que ser a vida inteira, até na vida” (E1). São estímulos como esse que trazem motivação aos sujeitos a continuarem cursando uma graduação em Administração e se manterem produtivos, “mesmo sendo funcionário”, como mencionado anteriormente, pois os sucessos (individual e da empresa) só podem ser alcançados por meio do trabalho. Assim como abordado por Ituassu e Tonelli (2014), o sucesso é reflexo do acúmulo de bens materiais, e tal ideia está presente na fala do E4: “Porque eu acho que você precisa viver, precisa trabalhar e precisa ficar rico!”.

Ser produtivo é um pensamento compartilhado por E2, E3 e E4; nas suas falas, os aspectos produtivistas são ressaltados em todos os sentidos da formação, mas principalmente quando questionados sobre a pesquisa no curso. Para os entrevistados, uma pesquisa só é válida quando traz algo novo que pode ser aplicado na prática, assim como apresentado a seguir:

**15:** A pesquisa é você estar buscando informações inovadoras, buscando soluções no campo de atuação ou no campo a ser pesquisado, pra você ter informações que possam agregar valor na busca de soluções de problemas (E2).

Nesse sentido, é possível identificar aspectos do *management* à medida que o acadêmico formado em Administração é visto como um mero instrumento para as empresas alcançarem a produtividade e o lucro esperado. Nesse caso, assim como também apresentado por Santos e Dourado (2014), os aspectos funcionalistas e produtivistas são reforçados pelo argumento de que os profissionais precisam “buscar soluções” para algo “objetivo”, que seja aplicado e traga retorno, reforçando ainda mais o papel de servir as necessidades do mercado.

O *management* silenciou, nesse sentido, os problemas, as frustrações e o medo do desemprego em massa que amedrontavam o trabalhador, e, para isso, o modelo gerencial se encarregou de fabricar indivíduos produtivos que estão a todo o momento buscando demonstrar sua empregabilidade. O discurso do empreendedorismo tornou-se o indicativo de que a profissão não perdeu seu valor (ainda que tivessem sido perdidos os empregos), e o administrador continuaria a ser um dos responsáveis pelo progresso dos negócios no norte de Minas. A reputação e a imagem daquele período continuariam no curso, agora sob outro mote que justificaria a opção pela profissão de administrador — não mais apenas pela empregabilidade, mas também pelo empreendedorismo. A herança desse movimento é a contínua demanda pelo curso, que perdura até os dias atuais sob a égide desses discursos.

## Considerações Finais

Entendemos que compreender a história contemporânea do desenvolvimento do norte de Minas no que diz respeito ao desenvolvimento empresarial e da mão de obra local demanda um maior entendimento dos efeitos da atuação da SUDENE na região. A SUDENE teve o papel de buscar a industrialização e a estruturação da economia na região, e seus efeitos são, até os dias atuais, perceptíveis na dinâmica econômica dos municípios da região. No caso de Montes Claros, em específico, foi

elemento crítico para a criação de um mercado de formação universitária na área de Administração, dada a demanda das empresas instaladas na cidade.

Hoje, o município é polo universitário. A formação para a prática ainda é um traço forte na região, que ainda encontra dificuldades para consolidar outras atividades como pesquisas e pós-graduação. O sujeito administrador formado na região possui uma forte orientação para a empregabilidade e para o empreendedorismo, e busca no ensino superior a possibilidade da tão desejada ascensão econômica. No imaginário local, fica a noção de um curso cuja identidade é associada ao mercado, enquanto ainda é negligenciada a formação crítica necessária a profissionais com visão mais ampla e capacidade de compreender as organizações como fenômenos complexos. Na região, marcada pela pobreza e pela seca, a empregabilidade ainda conduz grande quantidade de pessoas a demandar o curso (e atuar na “área dos sonhos”).

Como limitações de pesquisa, indicamos que este caso se direciona especificamente a um determinado contexto, não podendo ser transposto para outros. Outra limitação foi a falta de acessibilidade a ex-professores da Unimontes, uma vez que essa fonte de informação, dada a ação do tempo, já se encontra prejudicada por fatores naturais. Contudo, o caso é representativo sobre os efeitos de longo prazo de políticas macroeconômicas na configuração do mercado de trabalho de um determinado local, bem como é elucidativo no que tange à formação profissional dos administradores no Brasil. Sugere-se que futuras pesquisas continuem buscando entender o fenômeno em contextos distintos, visto que compreender o passado traz uma série de possibilidades de se repensar o futuro da Administração no país.

## Referências

ANASTASIA, Carla Maria Junho (org.). **Unimontes 50 anos: história e memória**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2012.

BARROS, Amon. Uma narrativa sobre os cursos superiores em Administração da FACE/UFMG: dos primeiros anos à sua unificação em 1968. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 12, p. 07-25, 2014.

BARROS, Amon Narciso de; CRUZ, Rafael Costa; XAVIER, Wescley Silva; CARRIERI, Alexandre de Pádua; LIMA, Gustavo Cesar de Oliveira. Apropriação dos saberes administrativos: um olhar alternativo sobre o desenvolvimento da área. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 12, p. 43-67, 2011.

BARROS, Amon Narciso de; CARRIERI, Alexandre de Pádua. Ensino superior em Administração entre os anos 1940 e 1950: uma discussão a partir dos acordos de cooperação Brasil-Estados Unidos. **Cadernos Ebape. br**, v. 11, p. 256-273, 2013.

BARROS, Amon Narciso de; CARRIERI, Alexandre de Pádua. O cotidiano e a história: construindo novos olhares na Administração. **Revista de Administração de Empresas**, v. 55, p. 151-161, 2015.

CALEIRO, Regina Célia Lima; PEREIRA, Laurindo Méckie. **Unimontes 40 Anos de História**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2002.

COLBARI, Antônio. A análise de conteúdo e a pesquisa empírica qualitativa. *In*: SOUZA, Eloisio Moulin de (org.). **Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional**: uma abordagem teórico-conceitual. Vitória: EDUFES, 2014. p. 241-272.

COUTO, Felipe Fróes; CKAGNAZAROFF, Ivan Beck; EVANGELISTA, Bárbara Michelle; SILVA, Carla Vieira. No Dizer das Vozes Locais Revisitando a Experiência de Montes Claros/MG com Incentivos Fiscais Federais nos Anos de 1960-1980. **Desenvolvimento em Questão**, v. 14, n. 35, p. 60-102, 2016.

MOURA, Eliseu Ribeiro de; MANOLESCU, Friedhilde M. K. Sudene, a atuação do estado na desconcentração industrial—o caso de Montes Claros. *In*: VII ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E IV ENCONTRO AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO, [s.l.], 2004. Universidade do Vale do Paraíba, 2004.

FERNANDES, Felipe Kaiser; BEZERRA, Maia Bezerra; IPIRANGA, Ana Sílvia Rocha Ipiranga. Da Escola de Administração do Ceará (EAC) para o CESA/UECE: uma trama histórica. *In*: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, XVIII, 2015, São Paulo, nov. 2015. **Anais [...]**. São Paulo, 2015.

GODOI, Christine Kleinübing; BALSINI, Cristina Pereira Vecchio. A pesquisa qualitativa nos estudos organizacionais brasileiros: uma análise bibliométrica. *In*: BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo (org.). Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, v. 481, p. 89-112, 2006.

HASSARD, John; TONELLI, Maria José; ALCADIPANI, Rafael. Pós-Modernidade, Teoria Organizacional e o Self Do Gerente Minuto. **EAESP/FGV**, 2000.

ITUASSU, Cristina Trindade; TONELLI, Maria José. Sucesso, mídia de negócios e a cultura do management no Brasil. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 12, p. 86-111, 2014.

MEIRA, Fabio Bittencourt; MEIRA, Mônica Birchler Vanzella. A cultura de belezas americanas: gestão de pessoas, discurso e sujeito. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 12, p. 163-177, 2014.

MELO, Marlene Catarina Oliveira Lopes; PAIVA, Kely César Martins de; MAGESTE, Gizelle de Souza; BRITO, Maria José Menezes; ALVES, Mônica Carvalho. Em busca de técnicas complementares em pesquisa qualitativa no campo da administração. *In*: GARCIA, Fernando Coutinho; HONÓRIO, Luiz Carlos (org.). **Administração, metodologia, organização, estratégia**. São Paulo: Juruá, 2007. p. 67-79.

NICOLINI, Alexandre. Qual será o futuro das fábricas de administradores?. **Revista de Administração de Empresas**, v. 43, p. 44-54, 2003.

PEREIRA, Anete Marília. **Cidade média e região**: o significado de Montes Claros no norte de Minas Gerais. 2007. 351 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

PETINELLI-SOUZA, Susane. Constituição e Formação do Sujeito Administrador. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 14, n. 3, p. 453-483, 2013.

SANTOS, Elisabeth Cavalcante dos; DOURADO, Debora Coutinho Paschoal. Investidas do management no campo da cultura em Pernambuco: o caso dos produtores. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 12, p. 178-198, 2014.

SANTOS, Isabela Ladeia; MARTINS, Jardel N.; PRATES, Rodolfo G. S. P. G.; MARTINS, Fabiana Siqueira Alves Martins; COUTO, Felipe Fróes. A hélice da universidade no desenvolvimento local de Montes Claros/MG: uma narrativa dos 45 anos de administração na UNIMONTES. **Competência, Porto Alegre**, v. 12, n. 2, dez. 2019.

SOUSA, R. R. O Imaginário Organizacional e a Formação Ideológica do Administrador: um estudo de caso na UFMG. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 5, Porto Alegre, 19-21 out. 2016. **Anais [...]**. Porto Alegre: [s.n.], 2016.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

WOOD JR, Thomaz; PAULA, Ana Paula Paes. Pop-management: contos de paixão, lucro e poder. **Organizações & Sociedade**, v. 9, p. 39-51, 2002.

WOOD JR, Thomaz; CRUZ, Julia Fernandes Personi. MBAs: cinco discursos em busca de uma nova narrativa. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 12, p. 26-44, 2014.

## Capítulo 12

# A expansão do ensino superior potencializa o caminho para desenvolvimento regional? Uma reflexão sobre a atuação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará na região amazônica

Lorena Madruga Monteiro  
Mario Cesar Sousa de Oliveira

### Introdução

As abordagens sobre desenvolvimento regional vêm ganhando cada vez mais abrangência, pois representam uma forma de proporcionar a competitividade regional, atrelada a mercados globais e sistêmicos (Aguiar *et al.*, 2020; Xavier *et al.*, 2013). Inicialmente, as primeiras discussões acerca do desenvolvimento regional consideravam principalmente fatores econômicos e o potencial de produção de valores de uma região. Amadurecidos os debates, hoje se define o desenvolvimento regional não apenas relacionado ao contexto econômico, mas estruturado no potencial de uma região obter crescimento econômico, seguido da melhoria na qualidade de vida, demonstrada por meio de indicadores de bem-estar econômico e social (Aguiar *et al.*, 2020; Sen, 2000).

Para o desenvolvimento regional, importam as relações sociais, as estratégias de integração e um planejamento que leve em consideração um contexto específico, de características similares, de modo a provocarem transformações sociais, ambientais e econômicas (Vázquez Barquero, 2001; Xavier *et al.*, 2013). As Universidades, dentro da perspectiva de desenvolvimento regional, apresentam-se como difu-

soras do conhecimento, diálogos, saberes e inovação, proporcionando um ambiente propício para que a universidade pública possa contribuir com o desenvolvimento local. Destaca-se, portanto, seu potencial de intervenção, sendo o papel da universidade, em alguns casos, determinante para o desenvolvimento de uma região. Além disso, significa reforçar o contexto regional, já que estas instituições representam um espaço de articulação entre os segmentos da sociedade.

Dada esta constatação, neste ensaio refletimos sobre, em que medida, a universidade pública federal atua e pode atuar enquanto agente do desenvolvimento e do bem-estar regional. Como caso de destaque situamos a criação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa).

A Unifesspa foi fundada em 2013, pela lei nº 12.824 (Brasil, 2013), e teve sua origem no contexto da expansão do ensino superior motivada pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Criada a partir do desmembramento da Universidade Federal do Pará (UFPA), a Unifesspa herdou uma infraestrutura no *campus* de Marabá/PA que totalizava 10.374,20 m<sup>2</sup>. Em 2019, suas dimensões passaram para 38.094,43 m<sup>2</sup> (Unifesspa, 2020). A atuação da universidade foi definida como *multicampi*, abrangendo as sub-regiões Sul e Sudeste do Pará, totalizando 39 municípios. Sua área de atuação alcançou também os estados de Tocantins, Maranhão e Mato Grosso.

Para refletir se a expansão universitária representada pela instalação e atuação da Unifesspa proporcionou inclusão social para a população da Região Norte e se houve fortalecimento da Região Sul e Sudeste do Pará como polo educacional com vistas a gerar desenvolvimento e bem-estar, esta pesquisa possui uma abordagem observacional e não experimental, classificada como sendo de corte transversal, sendo o procedimento de coleta de dados feitos por meio de análise documental e dados secundários extraídos da instituição. Para melhor análise, optou-se por um desenho metodológico em três movimentos: inicialmente, e a partir da noção de bem-estar de Amartya Sen (2000), explora-se a relação entre a expansão do ensino superior com o desenvolvimento humano. Após, a partir de estudos e pesquisas, analisa-se se as universidades operam também no desenvolvimento regional, para, por fim, apresentar o caso e algumas evidências empíricas da Unifesspa na região amazônica e estados fronteiriços extraídos de documentos institucionais da Unifesspa com dados de 2014 a 2019.

Embora a reflexão proposta não esgote o tema, acredita-se que abre uma perspectiva para pensar o desenvolvimento socioeconômico e o humano, a partir do impacto direto e indireto da institucionalização universitária em determinada região.

## **A expansão do ensino superior e o desenvolvimento humano**

A educação pode ser um fator de transformação social e de empoderamento do indivíduo, na medida em que se coloca como mediadora de problemas e dos movimentos sociais da região. Além disso, na visão de Gumiero (2019a), sua implantação pode conciliar efeitos de redistribuição com os de reconhecimento, estes últimos por meio de ações afirmativas (raça, etnia indígena, população de baixa renda, refugiados políticos).

Para Sen (2000), a educação é posicionada como forma de liberdade, proporcionando ao indivíduo alternativas à privação de suas restrições econômicas, sociais ou políticas. Neste ponto, é necessário entender a necessidade de se desenvol-

ver o que o autor chama de capacidade de agente, sendo esta capacidade entendida como as ferramentas que tornam o indivíduo capaz, por meio de suas livres escolhas entre diversas alternativas em que o autor denomina de funcionamentos, de buscar seu próprio bem-estar. Neste passo, a educação é compreendida como ferramenta de empoderamento que visa e pode subsidiar escolhas com vistas ao bem-estar.

Conceitualmente e para clarificar a abordagem, identifica-se o bem-estar como sendo o poder de satisfação das necessidades pessoais do indivíduo. O poder de agência reflete as oportunidades de escolhas deste indivíduo. A agência e as concepções de bem-estar são elementos insertos na abordagem das capacidades proposta por Sen (2000), que se define como uma combinação de recursos com oportunidades que fornecem os meios para permitir realizar as ações de um determinado projeto de vida.

A capacidade de agente individual aponta para a importância de que as políticas públicas sirvam para aumentar a liberdade e não para servir com um viés assistencialista, em que o indivíduo fica dependente do Estado. Ou seja, a proposta é que o indivíduo possa tomar parte das decisões estatais, como sujeito de direito, protagonista no processo de construção do desenvolvimento humano. Não obstante, ao se falar em abordagem das capacidades, infere-se serem estas capacidades uma cesta de combinações de funcionamentos (escolhas) cujas oportunidades uma pessoa pode alcançar, expressando a liberdade de ter o que é valorizado (Sen, 2000). Um indivíduo tem diante de si uma série de funcionamentos possíveis que pode acessar ou escolher, a partir do que julga ser essencial para sua realização ou bem-estar. Essa habilidade de realizar funcionamentos, ou poder de escolha, é o que constitui a liberdade do indivíduo, uma vez que expressa suas oportunidades reais para alcançar o bem-estar (Delgado Blanco, 2017).

A tese de Sen é que a satisfação ou o bem-estar possui categorias analíticas para além do fator da renda, pois trata-se da busca pela dignidade e pelo desenvolvimento humano. A reflexão posta é que a educação constitui uma chave analítica que funciona como elemento de politização e balizadora das escolhas ótimas para os indivíduos. O prognóstico de Sen (2000) para a superação ou mitigação das privações de liberdades ou melhorias do bem-estar se dá por meio da educação, que pode ser a indutora da expansão de outras modalidades de liberdades dos indivíduos, como as oportunidades econômicas, políticas e sociais, entre outras. Dentro desse contexto, o ensino superior funciona como agente de mudança e inclusão social, balizando um processo de desenvolvimento humano para a região.

A educação como ferramenta de desenvolvimento e transformação social se insere como meta da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). A essência da PNDR deu-se pela ruptura com a visão das questões regionais, um olhar de superação para a dicotomia das regiões ricas *ou pobres* e o consequente o enfrentamento das desigualdades com a participação efetiva do Estado. De forma complementar, o PNDR significou o resgate da preocupação com as desigualdades regionais no País (Cargnin, 2014, p. 40).

Com efeito, e objetivando a concretização dos objetivos da PNDR narrados, o Estado inicia em 2007 sua política de levar a educação superior aos rincões do Brasil, através do processo de expansão das universidades públicas com a edição do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 (Brasil, 2006), que criou o programa de expansão da educação superior no país (Reuni). Imperativo afirmar que o Reuni funcionou como estratégia de desenvolvimento regional. Para Gumiero (2019a), o Reuni

foi apresentado como alternativa às disparidades regionais no Brasil a partir da oferta de novas vagas para o ingresso de discentes no ensino superior público, através da criação de novas universidades federais em regiões de fronteira e, sobretudo, no interior do país, como mecanismo de potencializar o local e a integração nacional. Neste contexto, oportuno destacar que a implantação de novas universidades (ou *campus*) buscou atender e harmonizar-se às características socioculturais do território e ofertar vagas em cursos de licenciaturas somadas à vocação regional do trabalho (Gumiero, 2019b).

Para Gomes e Freitas (2014), uma visão otimista desse programa apresenta, como um dos objetivos centrais, a criação de fatores que possibilitem o acesso ao ensino superior, bem como sua permanência. O programa, de maneira geral, prevê, dentre outras orientações: ocupação de vagas ociosas, aumento de vagas no período noturno e a diversificação das modalidades de graduação, as quais, apesar de irem pela via da privatização, também vão ao encontro dos anseios populares, especialmente das classes populares, que sempre foram excluídas das universidades. Para Gumiero e Tigre (2020), o Reuni teve como objetivo implementar universidades na região fronteiriça, como no caso da UFFS e da Unila, juntamente com a Ufopa e a Unilab. O segundo movimento do Reuni foi a expansão para consolidação 2012-2014, com a criação de mais quatro universidades federais: Unifesspa (com sede em Marabá), Universidade Federal do Cariri (UFCA), com sede em Juazeiro do Norte-CE, Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFBA), sediada em Barreiras, e Universidade Federal do Sul da Bahia (Ufesba), sediada em Itabuna.

A política pública de expansão do ensino superior contribui para o desenvolvimento ao revisar os critérios de mensuração dos indicadores do desenvolvimento. Ela reposicionou os indicadores sociais e os de vulnerabilidade social como importantes variáveis para a *accountability* do desenvolvimento. A universidade pública é central para a superação das assimetrias sociais em sub-regiões do interior e regiões de fronteira do Brasil. Entende-se que a implantação da universidade pública democratiza o acesso ao ensino superior, combinada com a tese de Sen (2000), que possibilita o empoderamento e a capacitação da população.

## O papel das universidades no desenvolvimento regional

Indubitavelmente, a educação constitui um fator de transformação social e de fomento da capacidade reflexiva do cidadão. Neste passo, as universidades, através de sua missão institucional de ensino, pesquisa e extensão (e cultura), contribuem com a formação de recursos humanos, o que estimula um ambiente de criticidade e resulta em um processo colaborativo e indutor para as transformações regionais.

Decerto, as universidades são capazes de gerar impactos diretos e indiretos junto às economias regionais. Os impactos diretos estão ligados aos benefícios financeiros e orçamentários que dão origem a diversos efeitos multiplicadores; os indiretos referem-se aos potenciais benefícios trazidos para a região, como serviços educacionais, auxílios, qualificação profissional e relacionados à promoção do bem-estar.

Notadamente, as universidades têm funcionado como um importante instrumento indutor para o desenvolvimento regional. Sua missão, para além da tríade ensino-pesquisa-extensão, possui o condão de gerar capital intelectual, inovação e transferência de tecnologia, o que, de forma indubitável, tem contribuído para um processo permanente de mudanças nas estruturas econômicas e sociais. Para Righi



(2012), esse ambiente intelectualmente diferenciado facilita as transformações nas estruturas produtivas das regiões onde estão localizadas.

A abordagem do desenvolvimento particularizada a partir das questões da regionalidade tem figurado de forma profícua e cada vez mais abrangente nas discussões e debates. A partir de pesquisa bibliométrica realizada na plataforma *Web of Science*, tendo como período investigado os anos de 2000 a 2020, evidenciaram-se, com base nos operadores “Desenvolvimento e/ou Desenvolvimento Regional”, quatro dimensões sobre a temática que possibilitam a concepção de um conceito, sendo: 1) Incremento econômico e qualidade de vida; 2) Progresso social, transformações na estrutura econômica, fluxo de renda seguido de aumento de bens à disposição da coletividade; 3) Agregação de resultado econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida e 4) Processo de expansão das liberdades do indivíduo e inserção de inovação. Neste sentido, tais dimensões refletem um amplo espaço para se discutir o desenvolvimento sobre outros parâmetros relevantes e antes não abordados sobre a temática (Aguiar *et al.*, 2020; Barros; Bilessimo; D’avila, 2017; Rolim; Serra, 2009; Xavier, 2013).

Com o amadurecimento das discussões, foi possível conceber que o desenvolvimento regional não se define apenas relacionando, isoladamente, o contexto econômico parametrizado nos fatores de crescimento ou de renda. Estrutura-se o conceito pela capacidade de uma região obter crescimento econômico, seguido da melhoria na qualidade de vida, demonstrada por meio de indicadores de bem-estar econômico e social. De toda sorte, para que o desenvolvimento de uma região ocorra, pressupõe-se que os fatores ambientais, culturais, sociais, humanos e econômicos devam ser considerados, com a perspectiva de melhoria da qualidade de vida. Contudo, não se despreza o fortalecimento da cadeia produtiva como dispositivo para a propulsão deste desenvolvimento (Aguiar *et al.*, 2020; Madureira, 2015).

Dimensionando esse contexto e as questões de um *locus* para que ocorra o desenvolvimento, faz-se necessário uma abordagem conceitual, porém despretensiosa de exaurir o assunto, sobre o conceito de território. Na visão de Oliveira, Piffer, Strassburg (2019), o território surge de um espaço concreto, tendo em si atributos naturais e peculiares, socialmente constituídos, apropriado e ocupado por um dado grupo social. Complementam ao abordar que o território se constitui como uma entidade imaterial, albergando em si um conjunto da vida em dado meio, com suas crenças, mitos, valores e experiências passadas, conscientes ou inconscientes (Oliveira; Piffer; Strassburg, 2019, p. 5).

É no território que ocorre o desenvolvimento em sua plenitude. O território é a unidade geradora de raízes e identidade cultural e social. Dentro desta perspectiva, o território é, segundo Oliveira, Piffer e Strassburg (2019), um espaço onde se projeta um trabalho, seja de energia ou de informação, e que, por consequência, revela reações marcadas pelo poder. Neste ponto, enfatiza-se uma categoria essencial para a compreensão do território, que é o poder exercido por pessoas ou grupos.

A partir deste contexto, o desenvolvimento regional contribui com e complementa o fazer do território. Neste passo, as teorias que discorrem sobre o desenvolvimento regional, de acordo com Madureira (2015) e Oliveira e Souza Lima (2003), partem da ideia de uma força motriz, exógena, que por meio de reações em cadeia influencia as demais atividades econômicas. Ao se tratar do desenvolvimento regional, deve-se ter em mente a “[...] participação da sociedade local no planejamento contí-

nuo da ocupação, do espaço e na distribuição dos frutos do processo de crescimento” (Oliveira; Lima, 2003 p. 31). As teorias do desenvolvimento regional servem para dar suporte às políticas econômicas que alavancam a sociedade regional.

O desenvolvimento regional, na acepção de Bresser-Pereira (2008), Lopes (2001), Madureira (2015) e Oliveira e Lima (2003), constitui-se e deve funcionar como um fio condutor e indutor de orientação da necessidade de elaborar políticas e formular planos que programem tais políticas em suas devidas proporções, levando em consideração as características que as regiões apresentam, sejam elas subdesenvolvidas, deprimidas ou congestionadas. Nesta linha, Bresser-Pereira (2008) argumenta que o desenvolvimento econômico de uma região é um processo de acúmulo de capital que, aliado ao progresso técnico, possibilita aumento de produtividade, dos salários e do padrão médio de vida da população.

Continuamente, e com vistas a aprimorar o seu conceito, o desenvolvimento regional compreende o crescente esforço das sociedades locais na formulação de políticas territoriais que ocorre com o intuito de discutir questões que incluem alterações da composição da sociedade e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social e mitigar as desigualdades (Madureira, 2015; Oliveira; Lima, 2003). Nesses preceitos, compreende-se o desenvolvimento regional como um processo de mudança social sustentada que tem como finalidade última o progresso permanente da região, da comunidade regional e seu fortalecimento.

Para além de uma redundância conceitual, na visão de Vázquez Barquero (2001), o desenvolvimento regional resulta e pode ser entendido como o processo de endogenia, de um crescente esforço das sociedades locais na formulação de políticas territoriais, com o intuito de discutir as questões centrais da complexidade contemporânea, capazes de tornar a região o sujeito de seu próprio processo de desenvolvimento.

Certamente, entende-se que o processo de desenvolvimento regional envolve uma discussão a respeito de fatores endógenos e exógenos. Por sua vez, Vázquez Barquero (2001) destaca que, no processo de desenvolvimento endógeno, a região passa a ser um agente de transformação e não um suporte ou simples celeiro dos recursos e das atividades econômicas ou do capital humano, uma vez que há interação e sinergia entre empresas, governo, universidades (que, para além do ensino, atuam de forma extensionista junto à comunidade local, bem como objetivam fomentar a inovação e outros arranjos locais) e demais atores que se organizam para desenvolver a economia e a sociedade. De acordo com esse pensamento, o ponto de partida para uma comunidade territorial reside no conjunto e no inter-relacionamento entre os recursos disponíveis (econômicos, humanos, sociais, institucionais e culturais) formadores de seu próprio potencial de desenvolvimento.

No Quadro 01, são apresentados alguns estudos sobre a contribuição das universidades para o desenvolvimento.

**Quadro 1 – Autores e contribuições das universidades para o desenvolvimento regional**

Autores	Contribuições verificadas
Nunes, Pereira e Pinho (2017)	Responsabilidade social da universidade e sua contribuição para um processo inclusivo do cidadão e de desenvolvimento econômico e social.
Rolim e Serra (2009)	Efeitos positivos da implementação de uma universidade a médio e longo prazo, sobretudo no aspecto econômico regional; criação de um polo de conhecimento.
Barbosa, Petterini e Ferreira (2020)	Os resultados indicaram que a expansão da rede federal elevou a renda <i>per capita</i> dos municípios beneficiados entre 3,5% e 5,8%, em média, mas que não houve ganho adicional relacionado ao tempo de implantação dos <i>campi</i> . Este padrão sugere que os novos <i>campi</i> foram capazes de gerar um impulso inicial sobre o nível de demanda local, fruto dos gastos envolvidos na implantação e no funcionamento.
Barros, Bilessimo e D'Avila (2017)	A universidade é um dos atores capazes de desenvolver socioeconomicamente uma região e o índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) é o indicador mais usado no mundo para mensurar o desenvolvimento municipal. Análise estatística comprovou que a variação no IDHM, entre cidades com e sem universidade pública, é representativa. As 6 cidades que receberam universidade pública se mantiveram entre os 20 melhores IDHM em 2010, ou seja, 100%, enquanto 44,4% das cidades que não receberam universidade continuaram entre as 20 melhores. Depreende-se que uma universidade pública pode influenciar direta ou indiretamente as dimensões do IDHM (renda, longevidade e educação) e, por conseguinte, o índice como um todo. A tendência é que as 20 primeiras posições no ranking do IDHM sejam de cidades com universidade pública.
Vinhais (2013)	Verificação de potenciais incrementos na economia regional, a partir dos recursos aplicados nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas por parte do governo. As regiões onde se inserem as IES verificaram melhorias em seus indicadores econômicos e sociais.
Niquito, Ribeiro e Portugal (2018)	Os resultados indicam, de maneira robusta, melhora na renda domiciliar <i>per capita</i> das famílias e redução da taxa de fecundidade. O estudo também mostra que municípios de menor porte tendem a ser mais afetados pela criação de um novo <i>campus</i> em algumas dimensões do desenvolvimento.
Valero e Reenen (2018)	Aumento de 10% no número de universidades <i>per capita</i> está associado a um PIB <i>per capita</i> futuro 0,4% maior nessa região. Percepção de efeitos colaterais positivos das universidades para os vizinhos geograficamente próximos.

Fonte: dos autores (2024).

Ainda, Gumiero (2019a), ao analisar o processo de expansão da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), expõe que as universidades públicas podem gerar um processo de desenvolvimento territorial, podendo produzir externalidades como: (a) pesquisa e inovação regional; (b) contribuição no processo de ensino-aprendizado com reflexos significativos no mercado de trabalho e melhorias na profissionalização regional; (c) capacitação para a cooperação regional a partir de

mecanismos de envolvimento entre universidade e região, promoção do diálogo e iniciativas de interesse regional, avaliação do impacto da universidade, capacitação institucional para o envolvimento regional, gerenciamento dos recursos humanos e financeiros, e criação de uma nova cultura organizacional.

## Resultados e Discussões

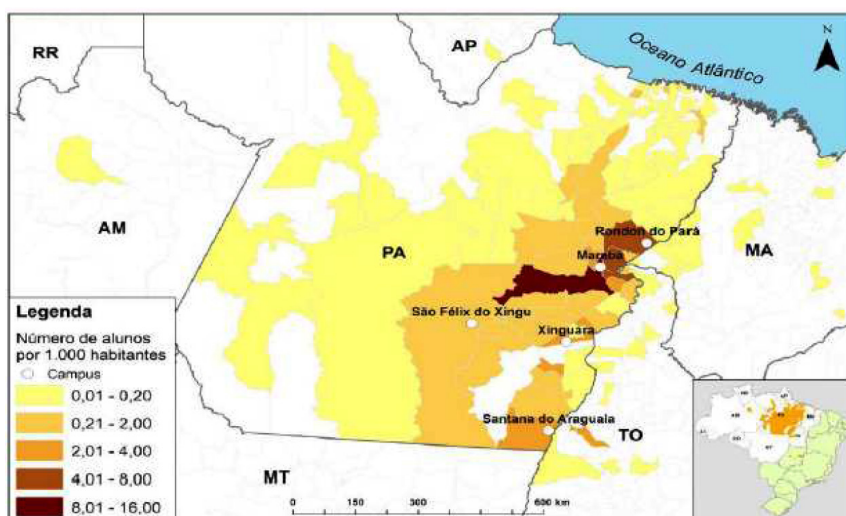
A partir de resultado de pesquisa documental, são apresentados, nos próximos itens, os efeitos da implantação da Unifesspa na Região Sul-Sudeste do Pará, através dos dados sobre local de origem dos discentes, investimentos em pesquisa e inovação, e programas de apoio à fixação dos discentes.

### Discentes e seus municípios de origem

Em resgate de informações já externadas anteriormente, rememora-se que a Unifesspa está localizada na Região Sul-Sudeste do Pará (mesorregião sudeste), com dimensões de 3.853.676,95 km<sup>2</sup>. Conforme resultados obtidos na pesquisa, a influência, em termos educacionais, da Unifesspa tem se mostrado exitosa no sentido da verificabilidade regional.

Em uma abordagem inicial, identificou-se a origem territorial dos discentes da universidade: o mapa da Figura 9 apresenta a espacialização dos municípios de origem de alunos da Unifesspa, destacando-se que muitos são oriundos de outros estados, entre eles Amapá, Amazonas, Maranhão e Tocantins, especialmente esses dois últimos.

**Figura 1** – Mapa dos municípios de origem de alunos da Unifesspa (2018)



Fonte: IBGE (2010); Unifesspa (2018); Unifesspa (2020-2024).

Salienta-se, igualmente, que muitos alunos são procedentes de cidades ou de áreas limítrofes em que se encontram sediados os *campi* da Unifesspa, o que configura a relevância da instituição para a região e inclusão social e para uma integração regional. Muitos desses alunos estão em situação de vulnerabilidade econômica e/ou representam grupos sociais que precisam de políticas públicas específicas que garantam melhorias socioeconômicas. Neste contexto, a Unifesspa cumpre seu papel, pois garante cotas para alunos que vieram de escolas públicas e com baixa renda familiar, além de alunos identificados como pardos/negros, indígenas e quilombolas.

### Fomento ao conhecimento e inclusão

Na Tabela 1, quantifica-se o impacto educacional que a Unifesspa tem na região. Nota-se o incentivo ao conhecimento a partir de projetos de pesquisa, do aumento considerável na publicação científica e de pessoas beneficiadas com os projetos de cultura e extensão, contribuindo para um ambiente crítico dentro da comunidade.

**Tabela 1** – Ações educacionais da Unifesspa

Descrição da ação educacional	2015	2016	2017	2018	2019
Nº de bolsas e auxílios	406	1054	733	806	887
Nº de diplomas emitidos	280	342	467	404	220
Nº de projetos de pesquisa	NE	NE	99	158	174
Nº de pessoas atendidas nas atividades de extensão e cultura	3.853	6.385	7.077	10.000	13.000
Nº de projetos de extensão	NE	68	68	70	70
Nº de docentes	244	273	345	381	431
Nº de artigos publicados	NE	165	184	198	323
Nº de cursos stricto sensu	0	3	5	7	10
Nº de cursos de especialização	0	0	3	3	5
Nº alunos em cursos stricto sensu	53	68	157	382	492
Nº de grupos de pesquisa	7	16	83	117	129
Nº de vagas em curso de graduação	1.302	1.621	1.284	1.540	2.460
Nº de alunos matriculados	3.360	3.771	3.973	4.530	4.285
Nº de cursos de graduação	34	34	38	41	42

Fonte: Unifesspa (2020 a 2024).

Conforme exposto na Tabela 2, a Unifesspa dissemina o conhecimento e fomenta o desenvolvimento na região na medida em que estimula a construção de um processo reflexivo na sociedade.

**Tabela 2** – Nº de egressos

Ano	Quantitativo acumulado
2014	669
2015	949
2016	1.291
2017	1.758
2018	2.165
2019	2.680

Fonte: Unifesspa (2020 a 2024).

Desde sua criação, em 2013, a Unifesspa vem formando profissionais que atuam em várias áreas da ciência, como saúde, humanas, naturais, engenharias, direito etc. Entre 2014 e 2019, o número acumulado de egressos dos cursos de graduação alcançou 2.680, devendo alcançar 5.781 até 2024, conforme projeção (2020) da Pró-reitoria de ensino e graduação - Proeg. Cumprindo sua missão precípua, é possível observar, a partir da construção do Quadro 02, a descrição de diversos programas que atuam junto à comunidade e objetivam seu bem-estar, o aprimoramento da capacidade reflexiva e sua criticidade.

**Quadro 2 – Programas de incentivo à pesquisa (2015 a 2019)**

<b>Programa</b>	<b>Objetivos</b>
Programa de Bolsas Institucionais para Iniciação Científica e Desenvolvimento Tecnológico e Inovação	Viabilizar a bolsa de concessão de Ciência e Tecnologia; Iniciação aos graduandos sob a orientação de pesquisadores da Unifesspa.
Programa de Bolsas Institucionais para o Ensino Médio de Iniciação Científica	Despertar a vocação científica e incentivar potenciais talentos entre estudantes do ensino fundamental, médio e profissional de escolas públicas (indicados ao CNPq pela entidade proponente), e possibilitar a participação de estudantes do ensino médio em ciência ou tecnologia atividades de pesquisa, guiado por um pesquisador da Unifesspa.
Programa de Fortalecimento de Grupos de Pesquisa da Unifesspa	Viabilizar a concessão de apoio financeiro para ingressos e subsídios diários aos pesquisadores convidados por professores da instituição para realizar, fora, ações voltadas para o fortalecimento do grupo de pesquisa.
Programa de Suporte à Publicação Qualificada	Promover a publicação de artigos científicos de autoria de funcionários públicos (professores e técnicos administrativos) e estudantes da Unifesspa em revistas estrangeiras reconhecidas por suas respectivas áreas de conhecimento.
Incentivo à publicação qualificada Programa para Estudantes de Graduação. (Parceria Propit/ Proex/ Proeg)	Recompensa, com valor financeiro, aluno da Unifesspa autor ou coautor de um artigo publicado em revistas qualificadas, como incentivo à produção científica.
Bolsas de doutorado da Capes são premiadas cota para a Unifesspa no âmbito do Programa Pró Doutoral	Promover apoio aos professores que são completamente afastados de suas atividades regulares na Unifesspa para cursar o doutorado.
Seleção e monitoramento de bolsistas de acordo com as diretrizes da Capes	Promover a formação de recursos humanos de alto nível, através da concessão de bolsas para cursos de pós-graduação na Unifesspa.
Apoio ao fortalecimento da pós-graduação Programas	Financiar as atividades dos cursos de pós-graduação, proporcionando melhores condições para o treinamento de recursos humanos.

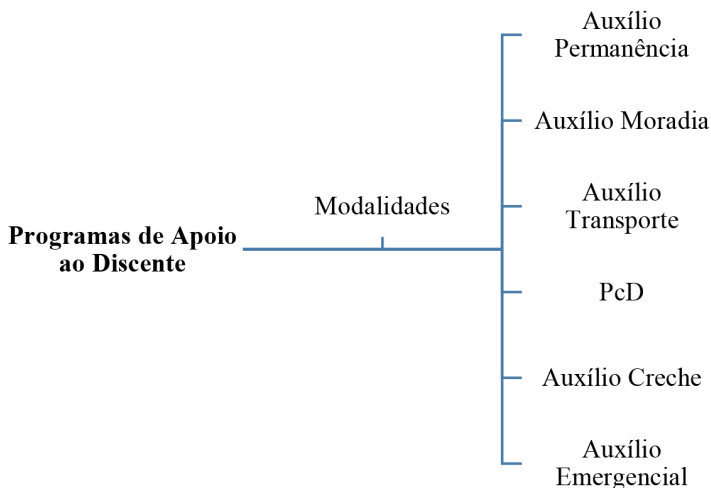
Programa	Objetivos
Programa de bolsas institucionais que financia estágios de pós-doutorado em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> recomendados pela Capes	Promover a inserção de pesquisadores brasileiros e estrangeiros no estágio de pós-doutorado, estimulando sua integração com projetos de pesquisa desenvolvidos por programas de pós-graduação, reforçando grupos de pesquisa.
Doutorado Interinstitucional	Fomentar a produção acadêmica e o fortalecimento de linhas de pesquisa que respondam a demandas relacionadas ao desenvolvimento local e regional.
Centro de Inovação Tecnológica da Unifesspa <a href="https://nit.unifesspa.edu.br">https://nit.unifesspa.edu.br</a>	Dar suporte aos pesquisadores da Unifesspa no processo de patenteamento de invenções, produtos e processos gerados em atividades de pesquisa e que podem ser transformados em benefícios para a sociedade. O NIT é a principal instituição para a implementação de políticas institucionais, proteção e transferência de tecnologia da propriedade intelectual da universidade.
Empresas Juniores	Promover apoio e orientação estratégica para a institucionalização de empresas juniores, a fim de incentivar o empreendedorismo e a inovação empresarial.
Laboratório de Computação Científica e Aplicada	Realizar análises científicas com a aplicação de técnicas e modelos matemáticos e computacionais para resolver problemas científicos e tecnológicos dos diversos grupos de pesquisa da Instituição, além de fornecer um ambiente de computação distribuído e de alto desempenho.

Fonte: Gumiero e Tigre (2020); Unifesspa (2021).

Diversos projetos descritos têm no seu escopo o processo de interação entre conhecimento, inovação, universidade e sociedade, incentivando e fortalecendo o desenvolvimento regional (a partir da criação de empresas juniores, programas de doutorados institucionais e centros de inovação tecnológica), desta forma, contribuindo para a concretização de um dos eixos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que é educação e qualificação.

Buscando trabalhar uma política que incentive a permanência do discente na instituição, por meio da Figura 02, podem ser verificados os programas gerenciados pela Unifesspa que apoiam a permanência estudantil:

**Figura 2** – Programas de apoio ao discente



Fonte: Unifesspa (2021).

Os valores fornecidos aos discentes são concedidos por meio de editais e oscilam entre R\$ 300,00 (trezentos reais) e R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por bolsa. Neste sentido, trabalha-se um processo de inclusão e de redução da vulnerabilidade do aluno. Os recursos são garantidos pelo PNAES, Programa Nacional de Assistência Estudantil. Nos anos compreendidos entre 2017 e 2019, os valores médios dos recursos foram de R\$ 3.188.023,19 em 2017; R\$ 2.343.113,19 em 2018 e R\$ 2.128.250,48 em 2019. Decerto, e sob uma ótica econômica, os montantes recebidos pelo discentes devem ser reaplicados no consumo e promover um giro satisfatório no mercado regional.

## Considerações Finais

O processo de oferta de novas vagas por meio da expansão do ensino superior tem se mostrado uma política pública exitosa na medida em que fortalece a criação de novos arranjos produtivos locais, cristaliza a educação local e induz o desenvolvimento da região. Verifica-se, ainda, um processo de inclusão social em curso, que abre portas para grupos vulneráveis, como negros, indígenas e quilombolas.

A oferta pecuniária de bolsas e de auxílios, para além de fortalecer a permanência do discente na universidade, movimenta a economia local com geração de empregos e consequente qualificação profissional. Ainda, a instalação da Unifesspa consolida a região Sul e Sudeste do Pará como polo educacional com significativa influência sobre os estados fronteiriços.

Nesse contexto, e corroborando Aguiar *et al.* (2020) e Xavier *et al.* (2013), cabe observar que tal fortalecimento resulta no aumento da capacidade reflexiva da sociedade, destacando, conforme a tese de Sen (2000), a educação como bem público e forma de liberdade. De modo complementar, a atuação da universidade na região contribui para o crescimento econômico através dos valores investidos de forma direta



e indireta e fortalece as estruturas sociais, à medida que demanda políticas públicas mais consistentes para a região.

## Referências

AGUIAR, Mariane Rodrigues Volz; KOCOUREK, Sheila; OLIVEIRA, Jairo Luz de; RODRIGUES, Adriano Correia. Desenvolvimento regional e a contribuição universitária: uma análise das publicações nacionais e internacionais de 2008 a 2016. **Interações**, v. 21, n. 2, p. 305-316, abr./jun. 2020.

BARBOSA, Marcelo Ponte; PETTERINI, Francis Carlo; FERREIRA, Roberto Tatiwa. Política de expansão das universidades federais: é possível potencializar os impactos econômicos? **Revista de Administração Contemporânea**, v. 24, n. 1, p. 1-24, jan./fev. 2020.

BARROS, Alberto Felipe Friderichs; BILESSIMO, Simone Meister Sommer; D'AVILA, Jones Costa. Universidade e o desenvolvimento regional: o caso da Universidade Federal de Santa Catarina. **Espacios**, v. 38, n. 2, 2017.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. **Diário Oficial da União**, Brasil, 24 abr. 2007.

BRASIL. Lei nº 12.824, de 05 de junho de 2013. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - Unifesspa, por desmembramento da Universidade Federal do Pará - UFPA, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasil, 05 jun. 2013.

CARGNIN, Antonio Paulo. **Políticas de desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul**: vestígios, marcas e repercussões territoriais. 1. ed. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2014

DELGADO BLANCO, Andy. El enfoque de las capacidades: algunos elementos para su análisis. **Espacio Abierto**, v. 26, n. 2, p. 201-207, 2017.

GUMIERO, Rafael Gonçalves. Avaliação da expansão do Reuni UFPA no Mato Grosso do Sul. **Revista Interações**, v. 20, n. 4, p. 989-1003, out./dez. 2019a.

GUMIERO, Rafael Gonçalves. Políticas de desenvolvimento para Amazônia: um balanço do planejamento multiescalar das PAS-PDRS e os PPAs do Pará. In: ENCONTRO NACIONAL DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, n. 18, 2019, Natal. **Anais [...]**. Natal: Anpur, 2019b.

GUMIERO, Rafael Gonçalves; TIGRE, Ana Maria Lopes. Avaliação de políticas para o desenvolvimento regional: ações da Unifesspa para inclusão social e empoderamento no Pará Amazônia. **Revista Produção e Desenvolvimento**, v. 6, e474, jan./dez. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

NUNES, Enedina Betânia Leite de Lucena Pires; PEREIRA, Isabel Cristina Auler; PINHO, Maria José de. A responsabilidade social universitária e a avaliação institucional: reflexões iniciais. **Avaliação**, v. 22, n. 1, p. 165-177, mar. 2017

MADUREIRA, Eduardo Miguel Prata. Desenvolvimento regional: principais teorias. **Revista Thêma et Scientia**, v. 5, n. 2, p. 8-23, jul./dez. 2015

NIQUITO, Thais Waldeiman; RIBEIRO, Felipe Garcia; PORTUGAL, Marcelo Savino. Impacto da criação das novas universidades federais sobre as economias locais. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, n. 51, p. 367-394, jul./dez. 2018.

NUNES, Enedina Betânia Leite de Lucena Pires; PEREIRA, Isabel Cristina Auler; PINHO, Maria José de. A responsabilidade social universitária e a avaliação institucional: reflexões iniciais. **Avaliação**, v. 22, n. 1, p. 165-177, mar. 2017

OLIVEIRA, Nilton Marques; PIFFER, Moacir; STRASSBURG, Udo. O indicador de desenvolvimento regional no território do Tocantins. **Revista Interações**, v. 20, n. 1, p. 3-20, jan./mar. 2019.

OLIVEIRA, Débora Regina Soares de; NOBRE, Gelcimara de Lima; OLIVEIRA, Lúcia Helena Soares de; SILVA, Cirlande Cabral da. O método hipotético dedutivo no ensino fundamental: uma proposta prática para o ensino de ciências naturais no tema transpiração das plantas. **Revista REAMEC**, v. 6, n. 3, dez. 2018.

PARÁ. Lei nº 8.186, de 23 de junho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação – PEE-II e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Pará**, Belém, 23 jun. 2015.

ROLIM, Cássio; SERRA, Maurício. Ensino superior e desenvolvimento regional: avaliação do impacto econômico de longo-prazo. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 3, n. 1, p. 85-106, 2009.

RIGHI, Moacir Luiz. **Universidade, desenvolvimento regional e empreendedorismo**: uma relação de imanência. 2012. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ. **Plano de Desenvolvimento Institucional**: 2020 a 2024. Marabá, 2020. Disponível em: [https://seplan.unifesspa.edu.br/images/DIPLAN/22-12\\_-\\_21\\_-\\_PDI\\_UNIFESSPA\\_2020-2024\\_-\\_impresso\\_-\\_atualizado\\_em\\_21\\_dez\\_2021-compactado.pdf](https://seplan.unifesspa.edu.br/images/DIPLAN/22-12_-_21_-_PDI_UNIFESSPA_2020-2024_-_impresso_-_atualizado_em_21_dez_2021-compactado.pdf). Acesso em: 12 fev. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ. **Unifesspa em números 2020**: ano base 2019. Marabá: Unifesspa, 2020. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1dK12sURJ7kvei4tU914blhNourqD\\_OxD/view](https://drive.google.com/file/d/1dK12sURJ7kvei4tU914blhNourqD_OxD/view). Acesso em: 12 fev. 2023.

VINHAIS, Henrique Eduardo Ferreira. **Estudo sobre o impacto da expansão das universidades no Brasil**. 2013. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

VALERO, Anna; VAN REENEN, John. The economic impact of universities: evidence from across the globe. **Economics of Education Review**, v. 68, p. 53-67, fev. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.econedurev.2018.09.001>. Acesso em: 20. set. 2023.

VARIAN, Hal R. **Microeconomia**: conceitos básicos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

XAVIER, Thiago Reis; INÁCIO, Raoni de Oliveira; WITTMANN, Milton Luiz; KERN, Juliana. O estudo do desenvolvimento regional: uma análise da produção científica internacional e dos “hot-topics”. **Gestão & Regionalidade**, v. 29, n. 87, p. 19-31, set./dez. 2013.

## Capítulo 13

# A transformação do conhecimento de base científica em valor econômico: análise de um caso brasileiro

Nayara Gonçalves Lauriano  
Rodrigo Gava

### Introdução

No cenário global pós-Segunda Guerra Mundial, assentado no processo de abertura comercial e consolidação de uma dinâmica de mercado concorrencial, o desenvolvimento econômico tornou-se o objetivo político de muitas economias nacionais, de modo que uma nação só estaria sendo bem-sucedida ao atingir taxas de crescimento que viabilizassem este processo (Gala, 2017; Bresser-Pereira, 2006; Kaldor, 1957). Neste ínterim, as variações no desempenho das economias nacionais foram sendo associadas à capacidade de inovação acumulada em cada nação, com a inovação, deste modo, sendo tratada como elemento-chave para impulsionar o processo de desenvolvimento (Lundvall, 2010; Nelson; Rosenberg, 1993).

Elementos encontrados além da fronteira economicista ocuparam as lacunas decorrentes das abstrações das teorizações econômicas clássicas para se explicar a economia (Reinert, 2006). A realização de “novas combinações” dos fatores de produção era apontada como elemento fundamental para que o capitalismo tivesse suas engrenagens funcionando (Schumpeter, 1962). Diante disso, as atividades de produção de manufaturas e de bens sofisticados se apresentaram como mais favoráveis ao desenvolvimento e, desta forma, os países que não fossem capazes de desenvolver capacidades tecnológicas e de inovação competitivas, entre outros fatores complementares a essa dinâmica, tenderiam a continuar atrasados (Gala, 2017; Fagerberg; Srholec, 2008; Furtado, 1998).

Novos produtos e processos apresentavam-se como consequência do avanço do conhecimento de natureza científica (Dosi, 1988). O conhecimento acumulado

a partir do desenvolvimento de tecnologias militares, via financiamento público, havia proporcionado avanços em outras áreas exploradas pelo setor industrial (Nelson, 2004). As transformações nas relações entre ciência e tecnologia e a atividade industrial fizeram da tecnologia um fator de competitividade determinante para a indústria (Bourguinat, 1999). Nesta conjuntura, assume-se a dependência da economia em relação à geração de conhecimento em níveis mais altos de especialização, estimulando a estruturação de organizações formais de pesquisa, como laboratórios de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), laboratórios governamentais e universidades (Dosi, 1988).

Existia um processo de integração entre as atividades formais de pesquisa, as indústrias e o apoio governamental. O processo de inovação passou a ser caracterizado, portanto, como um processo interativo entre diferentes partes. A destacar o Estado como atuante na formulação, fomento de políticas de ciência e tecnologia, além do papel de agente financiador; as universidades e institutos de pesquisa, responsáveis pela geração e disseminação de conhecimento; e as empresas, responsáveis pela transformação deste conhecimento em produto (Gala, 2017; Dosi, 1988).

O conhecimento como força motriz do processo de geração de inovações moveu o interesse de formuladores de políticas em todo o mundo a realizarem esforços para incentivar universidades mais empreendedoras e seu estreitamento com o setor produtivo, como fonte de vantagem competitiva (Guerreiro, 2005; Etzkowitz, 1998). Estruturas especializadas foram instituídas como apoio à comercialização do conhecimento científico e formas estruturadas foram sendo incentivadas e estabelecidas para a promoção da interação entre a academia e o mercado (Audy, 2017).

No Brasil, diretrizes nacionais para Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) reconhecem que “[...] uma das tendências recentes mais fortes nas políticas de CT&I é a do avanço aos incentivos para a comercialização da pesquisa pública [...]” (Brasil, 2016, p. 52). Por outro lado, as capacidades de geração e difusão de inovações tecnológicas, a fim de se alcançar maior complexidade econômica (Hausmann *et al.*, 2011), ainda são desafios a serem enfrentados na realidade brasileira (Gala, 2017).

Este estudo teve como interesse aprofundar em um caso de geração de inovação tecnológica reconhecido por muitos como aquele que representa “a história de um Brasil que dá certo” (Cabral, 2017, p. 16). Propôs-se, diante disso, como pergunta norteadora da investigação: Sob quais condições uma nova tecnologia é desenvolvida a partir do conhecimento de base científica e chega até o mercado, como expressão de criação de valor econômico?

A investigação realizada contribui com a identificação de condições e contradições manifestadas no estabelecimento de um fluxo entre ciência e mercado em contexto brasileiro. Em razão disso, busca-se trazer para o campo do desenvolvimento econômico fatores que conduzem e obstruem a trajetória de geração de conhecimentos em níveis mais altos de especialização, em uma estrutura produtiva que, na contramão das expectativas para o desenvolvimento econômico, veio tornando-se menos complexa ao longo das últimas décadas (Gala, 2017).

## Caracterização do caso

A inovação tecnológica desenvolvida trata-se de um produto desenvolvido em uma universidade pública federal brasileira após décadas de pesquisas voltadas para o controle biológico de pragas agrícolas. O desenvolvimento e a transferência da

nova tecnologia se deram a partir da concepção de um *spin-off* acadêmico (SOA), empresa criada a partir da academia, por estudantes ou membros do corpo docente, com fins lucrativos, na qual os conhecimentos e tecnologias desenvolvidos são comercializados e protegidos por propriedade intelectual (Gilsing; van Burg; Romme, 2010; Fuster *et al.*, 2019; Corsi; Prencipe, 2016). Além de empregos de alta qualificação, enfatiza-se a contribuição destas empresas para explorar novas áreas de tecnologias altamente complexas e mais radicais (Freitas *et al.*, 2011).

O SOA teria percorrido todo o caminho de inovação criado pela universidade, até que a tecnologia desenvolvida fosse adquirida por uma multinacional de origem norte-americana, com filial estabelecida no Brasil, passando a ser sócia majoritária da empresa de origem acadêmica. O caso ganhou repercussão como uma dinâmica de desenvolvimento tecnológico brasileiro bem-sucedido. Além disso, é via para o desenvolvimento de um produto com potencial industrial e comercial em área de intenso crescimento mercadológico (Lenteren *et al.*, 2018) considerada estratégica pelas políticas de CT&I, dentre elas a brasileira (Brasil, 2016). O SOA mostra-se arraigado em determinados protagonismos ligados à sua trajetória, a destacar: foi precursor na execução de instrumentos normativos, como o de compartilhamento do laboratório entre universidade e empresa, garantias conforme a Lei de Inovação para o envolvimento do docente com a atividade privada, além de ter sido a primeira empresa a ser investida pelo Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes Criatec (Fundo Criatec) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O produto foi o segundo à base de fungo que combate nematoide a ser registrado no Brasil para uso comercial, sendo o primeiro e único à base de *P. chlamydosporia*. Quando o produto é pulverizado no sulco de plantio no solo, os clamidósporos de *P. chlamydosporia* germinam, colonizam o solo e atacam os ovos antes de eles darem origem aos nematoides. O controle biológico significa uma mudança de paradigma tecnológico no mercado agroindustrial, uma vez que o uso deste tipo de produto se posiciona como alternativa à utilização de agrotóxicos, estes que ainda dominam o mercado de controle de pragas agrícolas em escala nacional e mundial.

## Definições constitutivas e operacionais

Como parte dos esforços de delimitação metodológica, foram definidos eixos de análise, de maneira a orientar a operacionalização da pesquisa e sistematizar o encontro entre o objeto empírico e as concepções conceituais que alicerçam a constituição da problematização trazida pelo estudo proposto. A fim de analisar as condições sob as quais a nova tecnologia foi desenvolvida a partir do conhecimento de base científica e chegou até o mercado, a pesquisa designou (i) caracterizar o processo de formação e desenvolvimento do SOA; (ii) identificar os componentes, as funções e interações que configuram a dinâmica de CT&I estabelecida e viabilizada pelo caso; (iii) analisar os fatores intervenientes na geração e comercialização da tecnologia concebida no SOA. Remetendo a um suporte teórico para fundamentar tal operacionalização, propôs três eixos de análise.

Assim sendo, o primeiro eixo de análise esteve relacionado à Dinâmica de desenvolvimento do SOA. Para sua operacionalização, recorreremos à utilização do modelo desenvolvido por Vohora, Wright e Lockett (2004), ao considerar que o processo de desenvolvimento da dinâmica *spin-off* é constituído por: (1) Estágios de desenvolvimento e (2) Conjunturas críticas. Como exposto na teoria trazida pela pesqui-

sa, o processo de desenvolvimento é caracterizado pelas fases de: (1.1) Pesquisa; (1.2) Enquadramento da oportunidade; (1.3) Pré-organização; (1.4) Reorientação e (1.5) Retornos sustentáveis. A transição se dá na presença de conjunturas críticas a serem superadas, sendo elas: (2.1) Reconhecimento da oportunidade; (2.2) Comprometimento empreendedor; (2.3) Credibilidade do empreendimento e (2.4) Sustentabilidade.

A delimitação realizada parte da perspectiva de que o modelo de Vohora, Wright e Lockett (2004) representa avanços em relação às concepções analíticas anteriores acerca do processo de formação e criação de valor econômico via *spin-offs*, preenchendo lacunas identificadas e tratando o fenômeno de maneira holística, sendo ponderado também por outros estudos (Hayter, 2016; Calvo; Rodeiro; Soares, 2013).

Ainda nesse ensejo, tem-se em mente a noção de que esta dinâmica não se dá a partir de um processo “fechado”, constituído dentro dos limites de atuação somente da universidade, senão de maneira sistêmica, envolvendo a interação entre diferentes atores, que desempenham funções de acordo com suas respectivas competências, entre elas tecnológica, administrativa, financeira, normativa, entre outras (Nelson; Rosenberg, 1993; Lundvall, 2010). Vale ressaltar que a “dinâmica de desenvolvimento do SOA” tem como alicerce uma estrutura funcional sistêmica, que se apresenta então como o segundo eixo de análise da pesquisa. Para captar esta estrutura, foram adotados como categorias os elementos que constituem a estrutura de um sistema de inovação, em sua perspectiva de funcionamento, sendo eles: (1) componentes (organizações e instituições); (2) interações e (3) funções (Edquist, 1996; 2001; Carlsson; Stankiewicz, 1991 Hekkert *et al.*, 2007).

No que diz respeito à formação, desenvolvimento e desempenho dos *spin-offs* acadêmicos, tem-se a influência de aspectos integrantes de diferentes âmbitos, entre eles individual, organizacional, institucional e ambiental (Mathisen; Ramussen, 2019; Montiel-Campos, 2018; Sarabia-Altamirano, 2016). Logo, a pesquisa buscou evidenciar os principais determinantes da inovação (Edquist, 1996; 2001) revelados no contexto de transformação dos resultados das pesquisas do pesquisador em criação de valor econômico via SOA.

## Coleta e Análise de Dados

Para esta investigação, o caso é tratado como um sistema delimitado, visto como um objeto e não como um processo. Isto é, reafirmamos que a busca em considerar o estudo de caso como estratégia de pesquisa se caracteriza pelo interesse intrínseco por um caso individual e não pelos métodos de investigação (Stake, 1999).

O estudo contou com a coleta de dados primários, por meio de uma pesquisa de campo realizada a partir de entrevistas em profundidade com atores que participaram da criação e trajetória do caso. Para a definição dos sujeitos de pesquisa, foi selecionado à princípio o inventor da tecnologia e seu ex-diretor executivo. Com isso, aplicou-se a técnica de amostragem por julgamento “bola de neve”, por intermédio da qual foi possível, com as cadeias de referência, solicitar que o participante recomendasse o próximo sujeito para a pesquisa, e assim sucessivamente, até atingir a saturação conforme os critérios de acessibilidade e relevância (Vinuto, 2016).

Uma lista de atores participantes foi assim acessada, tal como é mostrado na Tabela 1.

**Tabela 1** – Relação dos entrevistados

Entrevistado	Ocupação	Ator
Entrevistado 1	Diretor	Aceleradora/SOA
Entrevistado 2	Pesquisador-inventor	Universidade/SOA
Entrevistado 3	Administrativo Financeiro	SOA
Entrevistado 4	Agrônomo Responsável Técnico	SOA
Entrevistado 5	Empreendedor Local	Contexto local empresarial
Entrevistado 6	Presidente	Núcleo de Inovação Tecnológica
Entrevistado 7	Gerente de Marketing	Multinacional
Entrevistado 8	Chefe de desenvolvimento do produto e Supervisor de produção	SOA/Multinacional
Entrevistado 9	Supervisor	Fundo de Investimento

Fonte: elaboração própria (2023).

As entrevistas duraram de trinta minutos a duas horas, foram gravadas com o consentimento dos participantes segundo as diretrizes do Comitê de Ética da instituição e depois transcritas. Para o tratamento dos dados, ponderou-se o método de Análise de Conteúdo, cuja técnica utilizada foi a de Análise Categrorial. Para o processo estrutural de isolamento e classificação dos elementos da mensagem, foram levados em conta certos “indicadores de categorização”. Tais indicadores foram definidos a fim de possibilitar a identificação dos “núcleos de sentido” da entrevista transcrita, de acordo com cada categoria definida. Tal identificação ponderou um recorte semântico, quando se realizou a classificação dos dados de acordo com afirmações acerca de um assunto, e então reuniu as dimensões relevantes do conteúdo (Tabela 2).



**Tabela 2** – Relação entre os eixos de análise, categorias e indicadores

Eixo de análise	Categorias	Indicadores de categorização
Dinâmica de desenvolvimento do <i>spin-off</i> acadêmico	Pesquisa	Início das pesquisas
		Foco do pesquisador
		Carreira e atuação na área de conhecimento
	Enquadramento da oportunidade	Processo de “rastreo”
		Avaliação da tecnologia
		Definição do modelo de negócio
	Pré-organização	Identificação de recursos e habilidades necessários
		Condições iniciais da formação do negócio
		Primeiras decisões
	Reorientação	Redefinição de decisões tomadas
		Operacionalização do negócio
		Amadurecimento da organização
	Retornos sustentáveis	Alcance de alto crescimento
		Tração no mercado
	Reconhecimento da oportunidade	Necessidade de mercado não atendida
		Reconhecimento de uma solução
Estrutura funcional sistêmica	Comprometimento empreendedor	Envolvimento do empreendedor
	Credibilidade do empreendimento	Superação de desconfianças e falta de confiabilidade no produto
	Sustentabilidade	Atratividade para acessar recursos chaves
Determinantes da inovação	Componentes	Organizações e Instituições atuantes
		Relações entre organizações e instituições
		“Atividades” que acontecem no sistema
	Individuais	Atuação do inventor e equipe
	Organizacionais	Atuação da própria organização
	Institucionais	Atuação da universidade
	Ambientais	Atuação do ambiente externo

Fonte: elaboração própria (2023).

A exploração do material foi realizada com o auxílio do *software* de análise de dados qualitativos ATLAS.ti (versão 8.4).

## Dinâmica de desenvolvimento do SOA

A análise dos dados demonstra que o SOA se constituiu sob uma fase de pesquisa fundamentada, sobretudo, em três aspectos centrais: (1) resultados de pesquisa provenientes da pós-graduação; (2) orientação para desenvolvimento de novo produto e; (3) extensão da fase de pesquisa para as fases de desenvolvimento seguintes, focada na busca pelo microrganismo adequado para o produto e pela tecnologia definitiva.

Diferente dos resultados obtidos em Vohora, Wright e Lockett (2004), tendo em vista que o foco dos inventores era, no primeiro instante, o aperfeiçoamento da pesquisa acadêmica e sua publicação para a comunidade científica, o pesquisador do caso analisado mostrou já ter a orientação para desenvolver um novo produto para o mercado.

Ademais, mesmo que o produto tivesse alcançado uma formulação para ser comercializado e estivesse sendo explorado comercialmente, seu aprimoramento ainda imputou a realização de novas pesquisas. Observou-se a formação de uma fase de pesquisa que acompanhou paralelamente toda dinâmica de desenvolvimento do caso. Este aspecto, ainda, pode ser reiterado ao identificar que, mesmo após a transferência da tecnologia para uma empresa compradora, novas pesquisas foram iniciadas pelo pesquisador para aperfeiçoamento do produto.

No estágio de formação do negócio, a articulação realizada por meio de uma aceleradora de empresas junto à universidade mostrou ser relevante para o reconhecimento de desenvolvimento da nova tecnologia, permitindo a aplicação de metodologias, orientações voltadas para o mercado e o envolvimento de parceiros para pavimentar o início de concepção do novo negócio. Ademais, tal articulação foi relevante também para a própria definição do mecanismo de desenvolvimento e transferência da tecnologia. Para o inventor da tecnologia, a formação do SOA significava uma garantia de continuidade da oportunidade reconhecida:

[...] o professor e a equipe de pesquisa podem passar a tecnologia para uma grande empresa, mas o que acontece quando isso ocorre? Eles podem simplesmente comprar a tecnologia para não concorrer com a deles que existe no mercado e engavetar. Uma empresa que vende agrotóxico compra o biológico para dizer que tem, mas nunca que quer desenvolver o negócio de verdade. Então assim, é, eu achei muito mais interessante, para ter certeza de que ia virar verdade, fazer a empresa (Entrevistado 2).

Na busca por tornar o SOA totalmente operacional, foi possível identificar a readequação de decisões tomadas e processos estabelecidos perante as condições de infraestrutura voltada para uma produção escalável, devido à especificidade do tipo de tecnologia desenvolvida. Sobre isso, foram reveladas dificuldades em explorar comercialmente uma tecnologia apoiada em um agente biológico, em razão da dificuldade de previsibilidade. Um dos participantes da pesquisa lembra que:

Na área biológica você não manda tanto nas coisas, não depende muito de você, você não encomenda o resultado. Você tem que esperar pelo resultado e, muitas vezes, a forma como você tenta desenvolver não vai muito bem, você tenta de outra forma, até conseguir (Entrevistado 6).

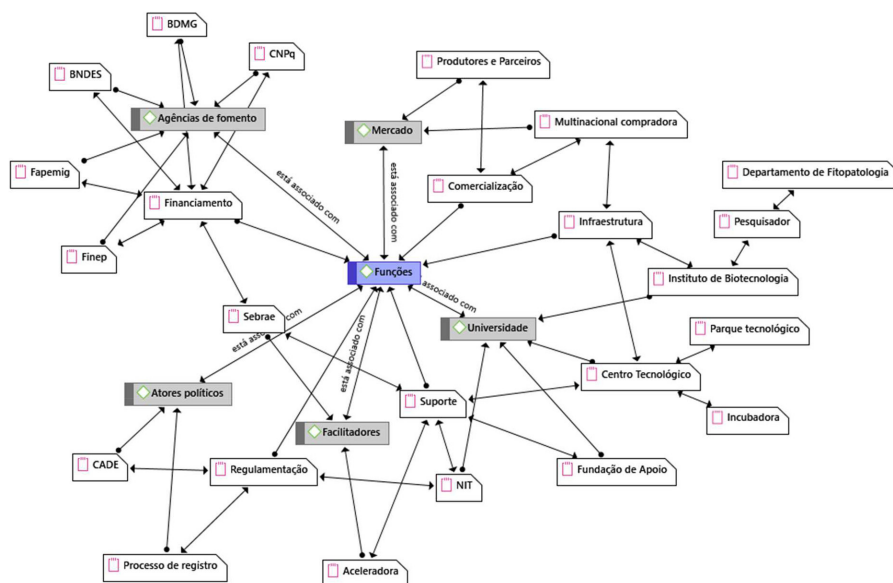
## Estrutura funcional sistêmica

No primeiro momento, mesmo que Edquist (1996; 2001) identifique os elementos desta estrutura, tratando-os teoricamente separados, os dados analisados do estudo de caso demonstraram uma dinâmica sob a qual interações diversificadas são estabelecidas. Tal como destacado conceitualmente por Edquist (2001), organizações estão “incorporadas” em um ambiente institucional. Logo, percebeu-se a identificação de certas organizações, normas, padrões e estruturas jurídicas que figuram como elementos, bem como regem a ponte entre o conhecimento de base científica e a introdução de uma inovação tecnológica no mercado.

Durante a compreensão da dinâmica de desenvolvimento da empresa acadêmica, foram encontrados cinco “domínios” principais, sendo eles: (1) a Universidade; (2) Agências de fomento; (3) Atores políticos; (4) Facilitadores; e (5) Mercado. Foi possível identificar os componentes que alicerçaram a transferência do conhecimento científico para o SOA e a transferência da tecnologia desenvolvida para o mercado.

A atuação de tais atores demonstrou o exercício de cinco funções principais, que se manifestaram como fundamentais para a configuração das condições do sistema de inovação: (1) Regulamentação; (2) Suporte; (3) Infraestrutura, sendo ela física ou associada ao acesso de capital intelectual, (4) Financiamento e (5) Comercialização.

**Figura 1 – Atores principais e suas respectivas funções**



Fonte: dados da pesquisa.

O caso analisado alcança um ponto identificado na literatura – a atuação de estruturas especializadas que são estabelecidas nas universidades para o estreitamento de vínculos com o mercado e outros atores sociais, como os escritórios de

transferência de tecnologia, incubadoras de empresas e parques tecnológicos (Mäkinen; Esko, 2023). Vale frisar que a articulação destes atores teve como aspecto relevante o aparato jurídico favorável da universidade para a viabilização do compartilhamento do laboratório da instituição com a nova empresa.

Ressalta-se ainda a atuação das agências de fomento, como atores representativos da condição de financiamento da dinâmica analisada. Um dos participantes da pesquisa relatou: “Eu me lembro que chegávamos a ter relatórios específicos sobre o *status* de alguns editais ligados às agências de fomento brasileiras” (Entrevistado 1). Observa-se aqui que o papel desempenhado pela aceleradora de empresas foi o de identificar oportunidade de captação de recursos públicos. Todavia, os recursos advindos do financiamento de bolsas de pesquisas foram caracterizados como: “engessados em rubricas [...]. Você não pode utilizar este tipo de financiamento para inovação, para, por exemplo, registro, para pagar teste de registro, ou para pagar funcionário que você precisa” (Entrevistado 2). Desse modo, o acesso do SOA ao capital de risco foi necessário para a superação do financiamento da pesquisa na fase de financiamento da inovação, de maneira a deter a capacidade de cumprir com processos demandados à escalabilidade comercial da nova tecnologia.

Determinantes da inovação

A dinâmica analisada mostrou ser constituída por fatores influenciadores característicos nos quatro níveis pelos quais perpassa o processo de desenvolvimento de SOAs, tal como representados a seguir (Figura 2).

Figura 2 – Fatores influenciadores destacados

Ambiental	Universitário	Organizacional	Individual
Tipo de Financiamento Condições Regulatórias Contexto regional	Infraestrutura Apoio normativo	Modelo de negócio  Natureza da tecnologia	Motivação do pesquisador  Participação de diretor externo

Fonte: dados da pesquisa.

Alguns destes fatores puderam ser mostrados com base nos eixos de análises anteriores. Evidenciamos aqui as condições de regulamentação do novo produto, manifestadas como uma conjuntura crítica do processo de desenvolvimento e ligadas às condições do sistema nacional de inovação, apontado como relevante entre os participantes da pesquisa. Sobre isso, a análise dos dados do estudo de caso revelou que a nova tecnologia, um produto de controle biológico, alternativo ao uso de agrotóxicos teve que passar pelo registro de “Agrotóxicos e Afins”, sob o entendimento de que se enquadrava na categoria “Afins”. Em razão disso, foi salientada certa inadequação deste processo à realidade de um produto biológico, por meio do qual teve que se submeter a testes de toxicidade, que não faziam sentido para um produto biológico, constituindo um processo demorado (neste caso, cerca de 6 anos). Tal

como destacado: “A forma de categorizar o produto biológico, dentro dessa categoria “Agrotóxicos e afins”, ela inviabiliza bons projetos de controle biológico, você cria um entrave [...]” (Entrevistado 1). Além disso, a regulamentação do produto mostrou ser um processo caro, demorado e que exigia muitos testes.

De acordo com o artigo 15 do Decreto nº 4.074/2002, os órgãos federais competentes devem realizar a análise técnico-científica, embutida em tal processo regulatório, no prazo de 120 dias (Brasil, 2002). Por outro lado, tem-se que a fila de pleitos do registro de agrotóxicos é de aproximadamente de 2.200 processos aguardando análise. O prazo para análise de novos ativos pode chegar a 10 anos (Kervalt, 2019). Segundo depoimento do Gerente-geral de toxicologia da Anvisa, em informações reunidas por Kervalt (2019), o atraso da liberação do registro estaria associado à fila de espera, sobretudo, devido à falta de profissionais.

Ressalta-se que toda a regulamentação do produto precisaria evoluir paralelamente para que o SOA pudesse exercer a comercialização do produto. Por isso, as falas de alguns dos entrevistados convergiram, no que se refere à impossibilidade de sustentar o negócio com o produto impossibilitado de ser vendido, sendo um impasse que quase colocou em risco a possibilidade de a empresa continuar em funcionamento: “[...] Eu tinha que manter uma empresa e não podia vender o produto, enquanto não registrasse. O risco de a empresa fechar, por causa desse estresse foi muito grande” (Entrevistado 4).

Manifestou-se que o contexto regional, tido como favorável para o desenvolvimento do caso, esteve associado, sobretudo, à atuação da universidade e não, necessariamente, à atuação de outros atores locais. Neste sentido, ao buscar identificar a percepção quanto ao contexto regional fora da estrutura da universidade, identificou-se que “ele deixa a desejar”, principalmente no que tange à presença de competências empresariais a serem absorvidas por um novo negócio.

Sobre isso, um dos participantes mencionou acerca da pesquisa que estaria faltando aproximar o ambiente regional ao mercado, trazendo à superfície um aspecto importante, expondo que o contexto regional se concentra no desenvolvimento de tecnologia, e não necessariamente em sua transferência para o mercado.

O que nos falta [...] é trazer mais negócios, criar mais um ambiente de negócios, estar mais próximo do mercado, as empresas em [cidade] estão muito longe do mercado, tirando algumas raras exceções, as outras tem muita dificuldade, ficam aqui concentradas no produto e não sai para o mercado (Entrevistado 5).

Em Mathisen e Rasmussen (2019), o contexto regional é posicionado como um ecossistema que deve ser favorável à colaboração da interação da universidade com o mercado. A constituição de uma economia regional competitiva estimularia que novos negócios fossem absorvidos pela dinâmica econômica local, estabelecendo uma relação bidirecional de demandas e desenvolvimento. Nessa direção, a atuação no mercado, por meio da aposta de parceiros e produtores, remete à ideia presente em Bourguinat (1999) e em Nelson (2004), de que a tecnologia, além do conhecimento científico, envolve um corpo de prática, promovendo avanços recíprocos.

## Considerações Finais

Este estudo teve como propósito analisar sob que condições uma tecnologia é desenvolvida por meio do conhecimento de base científica e chega até o mercado.

Acredita-se que aprofundar no estudo de um caso a partir do qual se estabeleceu um processo de transformação do conhecimento de base científica em uma mudança de paradigma tecnológico faz com que seja possível proporcionar o conhecimento acerca de aspectos sobre os quais uma realidade é moldada, revelando de que forma se constituem as condições para que um processo de inovação seja firmado, bem como mostrar suas contradições, em especial, diante o tratamento estratégico da inovação para geração de valor econômico.

Realizou-se a construção de uma investigação alicerçada na concepção de que o estreitamento entre ciência e mercado é absorvido pelas condições de inovação de uma infraestrutura institucional, que é sustentada pelo tratamento da inovação como um processo sistêmico, bem como ocorre por meio de diferentes mecanismos, entre eles, a formação de *spin-off* acadêmicos, que mostram não apresentar uma finalidade em si mesma, senão constituir condições para induzir o desenvolvimento econômico.

Ressaltamos aqui que as dificuldades identificadas no processo de regulamentar o novo produto tendem a transpor as fronteiras do caso, sendo um aspecto posicionado que pode vir a estar à disposição de outras dinâmicas de desenvolvimento de tecnologia dentro do sistema de inovação brasileiro e, portanto, identificado como um aspecto crítico, que merece atenção de pesquisas futuras, a fim de gerar contribuições práticas para formuladores de políticas públicas. Ainda foi oportuno observar a participação de atores públicos entre os condutores para que a inovação pudesse chegar ao mercado, especialmente, das agências de fomento. Contudo, cabe elencar que o papel do setor público não vem a ser apenas de intervenção em aspectos macroeconômicos ou de financiamento de iniciativas de CT&I, de maneira passiva. A competitividade econômica por meio do desenvolvimento tecnológico está na noção de o Estado também se dispor e ter o intuito de criar mercados (Mazzucato, 2014).

Destacamos ainda que, embora se tenha a compreensão em torno das condições pelas quais a relação entre ciência e mercado salienta, principalmente, as condições institucionais que caracterizam a capacidade do próprio país em fomentar inovações, a dinâmica de transformação do conhecimento de base científica em inovação mostrou ter como aspecto relevante o envolvimento do próprio inventor como mediador da trajetória do caso em meio às condições que o envolveram. Aspectos relacionados à própria motivação do docente para se envolver com o desenvolvimento de um novo produto, suas experiências anteriores, sua produtividade e excelência científica e capacidade de relacionamento manifestaram-se como fatores que também moldaram a superação de limiares de desenvolvimento do caso, especialmente nas contradições vivenciadas diante do processo regulatório. Assim, a perspectiva individual, do pesquisador e inventor, tende a ser relevante para a identificação dos limiares de desenvolvimento de tecnologias e fatores influenciadores da difusão de inovações.

Por fim, como limitante, a pesquisa tratou do caso de um *spin-off* acadêmico de biotecnologia, sendo entendível que empresas acadêmicas compreendidas sob o contorno de outras áreas de conhecimento e de desenvolvimento tecnológico podem trazer peculiaridades não contempladas. Para pesquisas futuras, observou-se a oportunidade de explorar os fatores influenciadores que permeiam a formação e desenvolvimento deste tipo de mecanismo de transferência. Realizar esforços em torno da identificação de impulsionadores e fatores que obstruem uma dinâmica de inovação como a tratada pela pesquisa vem a permitir que iniciativas conscientes acerca dos efeitos de determinados aspectos sejam formuladas e implementadas.

## Referências

AUDY, Jorge. A inovação, o desenvolvimento e o papel da Universidade. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 90, p. 75-87, 2017.

BOURGUINAT, Henri. **Finance Internationale**. 4. ed. Paris: Presses universitaires de France, 1999.

BRASIL. **Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002**. Regulamenta a Lei no 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Brasília, 2002.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016 – 2022**. Brasília: MCTIC, 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. Trabalho originalmente preparado para curso de desenvolvimento econômico na Fundação Getúlio Vargas. Versão de 2 de março de 2006. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-conceitohistoricodesenvolvimento.pdf>. Acesso em: 25 set. 2023.

CABRAL, Paulo Renato Macedo. Prefácio. In: MAMÃO, Gustavo. **Inovação na Raiz: Uma jornada empreendedora a partir da universidade brasileira**. Curitiba: Editora Voo, 2017.

CALVO, Nuria; RODEIRO, David; SOARES, Isabel. Are USOs more supported to compete than spin-offs not linked to universities? A dynamic overview and proposal of model of USOs support. **International journal of innovation and learning**, v. 14, n. 3-4, p. 271-288, 2013.

CARLSSON, Bo; STANKIEWICZ, Rikard. On the nature, function and composition of technological systems. **Journal of Evolutionary Economics**, v. 1, n. 2, p. 93-118, 1991.

CORSI, Corsi; PRENCIPE, Aantonio. Improving innovation in university spin-offs: the fostering role of university and region. **Journal of Technology Management & Innovation**, v. 11, n. 2, p. 13-21, 2016.

DOSI, G. The nature of the innovative process. In: DOSI, G.; FREEMAN, C.; NELSON, R.; SILVERBERG, G.; SOETE, L. (org.). **Technical change and economic theory**. London: Pinter Publishers, 1988. p. 221-238.

EDQUIST, Charles. **Systems of innovation approaches**: their emergence and characteristics. [S.l.]: Univ., 1996.

EDQUIST, Charles. The Systems of Innovation Approach and Innovation Policy: an account of the state of the art. **DRUID conference**, Aalborg, jun. 2001.

ETZKOWITZ, Henry. The norms of entrepreneurial science: cognitive effects of the new university–industry linkages. **Research Policy**, v. 27, n. 8, p. 823-833, 1998.

FAGERBERG, Jan; LUNDVALL, Bengt-Åke; SRHOLEC, Martin. Global value chains, national innovation systems and economic development. **The European Journal of Development Research**, v. 30, n. 3, p. 533-556, 2018.

FAGERBERG, Jan; SRHOLEC, Martin. National innovation systems, capabilities and economic development. **Research Policy**, v. 37, n. 9, p. 1417-1435, 2008.

FURTADO, Celso. **O Capitalismo Global**. Paz e Terra. São Paulo, 1998.

FUSTER, Elena; PADILLA-MELÉNDEZ, Aantonio; LOCKETT, Nigel; DEL-ÁGUILA-OBRA, Ana Rosa. The emerging role of university spin-off companies in developing regional entrepreneurial university ecosystems: The case of Andalusia. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 141, p. 219-231, 2019.

FREITAS, Jonathan Santana; GONÇALVES, Carlos Alberto; CHENG, Lin Ching; MUNIZ, Reynaldo Maia. O Fenômeno das Spin-Offs Acadêmicas: Estruturando um Novo Campo de Pesquisa no Brasil. **Innovation and Management Review**, v. 8, n. 4, art. 105, p. 67-87, 2011.

GALA, Paulo. **Complexidade Econômica: uma nova perspectiva para entender a antiga questão da Riqueza das Nações**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017. v. 20.

GILSING, Victor A.; VAN BURG, Elco; ROMME, A. Georges L. Policy principles for the creation and success of corporate and academic spin-offs. **Technovation**, v. 30, n. 1, p. 12-23, 2010.

GUERREIRO, J. As funções da universidade no âmbito dos Sistemas de Inovação. **Estudos II**, p. 131-148, 2005.

HAUSMANN, Ricardo; HIDALGO, César A.; BUSTOS, Sebastián; COSCIA, Michele; CHUNG, S; JIMENEZ, J.; SIMÕES, Aalexander; YILDIRIM, Muhammed A. **The Atlas of Economics Complexity: Mapping Paths to prosperity**. Puritan Press, 2011.

HEKKERT, M. P. *et al.* Functions of innovation systems: A new approach for analysing technological change. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 74, n. 4, p. 413-432, 2007.

HAYTER, Christopher Shawn. A trajectory of early-stage spinoff success: the role of knowledge intermediaries within an entrepreneurial university ecosystem. **Small Business Economics**, v. 47, p. 633-656, 2016.

KALDOR, N. Características do desenvolvimento econômico. **Revista Brasileira de Economia**, v. 11, n. 1, p. 55-82, 1957.

KERVALT, M. Mais de 2,2 mil processos de registro de agrotóxicos esperam análise. Campo e Lavoura. **Gauchazh**, 2019.



LENTEREN, J. C. V.; BOLCKMANS, K.; KÖHL, J.; RAVENSBERG, W. J.; URBANEJA, A. Biological control using invertebrates and microorganisms: plenty of new opportunities. **BioControl**, v. 63, n. 1, p. 39-59, 2018.

LUNDVALL, B-Å (Ed.). **National systems of innovation**: Toward a theory of innovation and interactive learning. Anthem press, 2010.

MÄKINEN, E. I.; ESKO, T. Nascent academic entrepreneurs and identity work at the boundaries of professional domains. **The International Journal of Entrepreneurship and Innovation**, v. 24, n. 3, p. 167-177, 2023.

MATHISEN, M. T.; RASMUSSEN, E. The development, growth, and performance of university spin-offs: a critical review. **The Journal of Technology Transfer**, v. 44, p. 1891-1938, 2019.

MAZZUCATO, Mariana. **O Estado Empreendedor**: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. Portfolio-Penguin, 2014.

MONTIEL-CAMPOS, H. University spin-offs creation in the Latin American region. **Journal of Entrepreneurship in Emerging Economies**, 2018.

NELSON, R. R.; ROSENBERG, N. Technical Innovation and National System. *In*: NELSON, R. R. (Ed.). **National innovation systems**: a comparative analysis. Oxford University Press on Demand, 1993.

NELSON, R. R. The market economy, and the scientific commons. **Research Policy**, v. 33, n. 3, p. 455-471, 2004.

REINERT, E. **Evolutionary Economics, Classical Development Economics, and the History of Economic Policy**: A plea for theorizing by inclusion. Technology Governance, Tallinn University of Technology, Estonia and Norwegian Institute of Strategic Studies (NORISS), Oslo, Noruega, 2006.

SARABIA-ALTAMIRANO, G. La vinculación universidad-empresa y sus canales de interacción desde la perspectiva de la academia, de la empresa y de las políticas públicas. **Ciência UAT**, v. 10, n. 2, p. 13-22, 2016.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalism, socialism, and democracy**. 3. ed. New York: Harper & Row, 1962.

STAKE, R. **Investigación con estudio de casos**. Ediciones Morata, S. L. Mejía Lequerica, 12, 28004, Madrid, 1999.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, n. 44, 2016.

VOHORA, A.; WRIGHT, M.; LOCKETT, A. Critical junctures in the development of university high-tech spinout companies. **Research Policy**, v. 33, n. 1, p. 147-175, 2004.

## **Capítulo 14**

# **Da Tripla-Hélice ao Diagrama da Inovação Local: o caso ITCP-Unimontes**

Rodolfo Gustavo e Sousa Pessanha Guedes Prates  
Eros Phillippe Costa Claro do Nascimento  
Felipe Fróes Couto

### **Introdução**

O presente capítulo visa expandir a discussão sobre a relação entre universidades, empresas e mercado, reinterpretando o modelo Tripla-Hélice proposto por Etzkowitz e Leydesdorff (2000). Adequa-se o modelo às dimensões de análise de dois distintos campos: (a) do desenvolvimento local, proposto na nova geografia econômica (Boisier, 1996), e (b) das dimensões de inovação e aprendizagem organizacionais (Takeuchi; Nonaka, 2009). Tais interfaces teóricas deram origem à proposta analítica do Diagrama da Inovação Local, que integra a importância de um projeto político local, encabeçado por um líder visionário e pertencente a qualquer uma das hélices (Soares, Athayde; Couto, 2021).

O Diagrama propõe que, para além das livres interações entre os atores, deve ser levada em consideração a presença de um agente central, que mobilize a rede de interações, resultando em inovação, desenvolvimento de negócios e integração para o desenvolvimento local, trazendo aportes da gestão da inovação e do conhecimento. O modelo incorpora três novas dimensões: a) a cultura do ambiente; b) as práticas de gestão; e c) a liderança visionária.

Este trabalho alinha-se às tendências atuais para estabelecer críticas ao modelo tripla-hélice, com base: a) na ineficácia do modelo, em estabelecer laços de cooperação; b) de ser incapaz de gerar resultados sem a presença de um ator-líder ou de uma política pública central, que estabeleça as diretrizes de cooperação com base em um objetivo comum; e c) de ser incapaz de potencializar o desenvolvimento de maneira top-down, sem levar em consideração as particularidades culturais e de

coesão social contextuais (Athayde *et al.*, 2022; Mineiro, Souza e Castro, 2020; Soares; Athayde; Couto, 2021).

Com base no Diagrama da Inovação Local, propõe-se uma análise qualitativa do caso da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Montes Claros (ITCP-Unimontes). A ITCP-Unimontes opera na região do norte de Minas Gerais, região tradicionalmente caracterizada pelas secas, pela pobreza em níveis extremos e por grande nível de intervenção estatal, por meio de incentivos fiscais da SUDENE (Couto *et al.*, 2016).

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Montes Claros (ITCP/Unimontes) é um projeto de extensão inspirado na existência de outras ITCPs, que surgiram no Brasil a partir de 1995, tendo como pioneira a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A sua atividade principal é apoiar a criação de empreendimentos econômicos solidários, por meio de um processo de incubação, especialmente com as populações econômica e socialmente excluídas, e com a finalidade de gerar renda e trabalho de forma que essas populações trabalhem na Economia Solidária. Para responder ao problema de pesquisa, este trabalho fundamenta-se na abordagem do tipo exploratória-qualitativa. Utilizou-se a análise de conteúdo para o tratamento dos dados.

A presente pesquisa subdivide-se em cinco seções. Na primeira seção, esta breve introdução. Na seção seguinte, delineamentos sobre o modelo tripla-hélice e sobre o Diagrama da Inovação Local. Em seguida, os pressupostos metodológicos da pesquisa. A quarta seção é composta pelas análises em três dimensões: a) liderança visionária; b) práticas de gestão, e c) cultura local. A quinta seção é composta pelas considerações finais deste trabalho.

## Da Tripla-Hélice ao Diagrama da Inovação Local

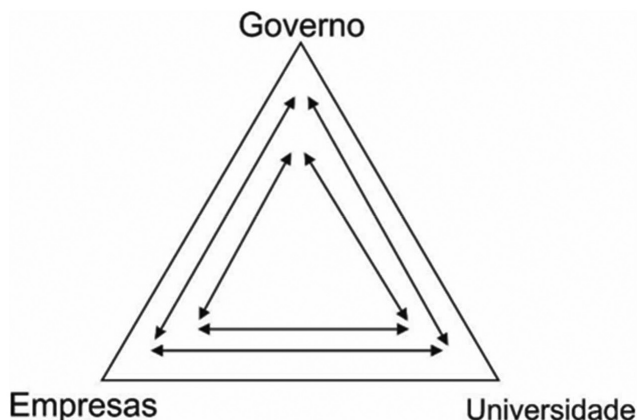
O desenvolvimento de pequenos negócios inovadores e estruturados é fundamental para o desenvolvimento local. Isso está ligado a inúmeros fatores determinantes de um ciclo contínuo e longínquo de produção criativa, tais como: estrutura física e intelectual, interações entre os atores da sociedade (governo, empresariado e academia), além do financiamento ou subsídios da União (Couto e Ckagnazaroff, 2017; Plonski, 2005). As articulações entre o governo e os atores sociais e econômicos para promover o desenvolvimento da capacidade inovadora em uma região são fundamentais, já que a articulação de uma rede heterogênea de entidades públicas e privadas pode criar um ambiente favorável para as perspectivas de desenvolvimento e inovação (Santos; Solleiro, 2006).

Um dos modelos teóricos mais conhecidos por buscar aumentar a interação entre os players da sociedade é o Tripla-Hélice, concebido por Henry Etzkowitz e Loet Leydesdorff (2000) como o caminho para que uma nação, região ou localidade se desenvolvam. Esse modelo é popularizado no meio acadêmico brasileiro e mundial (Bernardes, Varela e Soares, 2012; Luengo e Obeso, 2013; Stal, Andreassi e Fujino, 2016) e visto como um caminho para o desenvolvimento e a inovação com ganhos sociais e financeiros.

O modelo é embasado na teoria do Triângulo de Sábato, um modelo proposto pelos pesquisadores argentinos Sábato e Botana (2011), cujo objetivo é desenvol-

ver as economias da América Latina. Esse modelo fora, originariamente, concebido a partir das ideias de Celso Furtado e do argentino Raul Prebisch durante a década de 1950 e 1960 para industrializar os países da América Latina e promover o desenvolvimento econômico desses países, os quais estavam estagnados e altamente dependentes de importações (Bernardes, Varela e Soares, 2012; Tissot *et al.*, 2014).

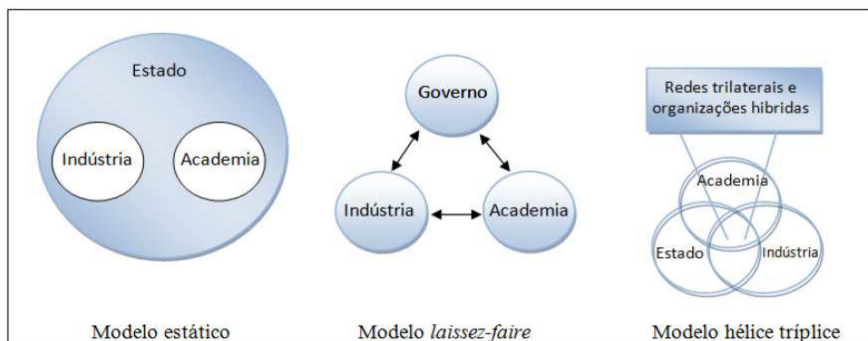
**Figura 1** – Triângulo de Sábato



Fonte: adaptado de Sábato e Botana (2011).

O modelo tem três bases, compostas pelo governo, pela estrutura produtiva e pela infraestrutura científica e tecnológica. Cada uma dessas bases tem um papel para o desenvolvimento. Segundo Schreiber *et al.* (2013), o governo teria o papel de efetuar políticas para o desenvolvimento científico-tecnológico; a infraestrutura científica (universidades e institutos de pesquisa) seria responsável por fomentar inovações e desenvolvimento; e, por fim, a estrutura produtiva seria responsável por levar inovações e desenvolvimento à sociedade. O modelo do Triângulo de Sábato coloca o governo como principal meio para o desenvolvimento e, por isso, a sua participação é primordial para que o processo seja exitoso (Athayde *et al.*, 2022).

A Tripla Hélice é reconhecida como a inovação/evolução do Triângulo de Sábato. Antes dele, foram idealizados outros três modelos (Cunha; Neves, 2008). No primeiro modelo, chamado de Estadista, empresas e organizações de ensino atuam livremente, e o governo apenas direciona as suas interações. No segundo modelo, denominado modelo *laissez-faire*, empresas impulsionam as organizações de ensino para a criação de inovação e vantagem competitiva. O governo seria meramente o agente facilitador dessas ações. Por fim, chega-se à elaboração “madura” da Tripla Hélice, na qual subsistem Governo, Indústria e Academia (Figura 02).

**Figura 2** – Representações dos estágios de desenvolvimento da Tripla Hélice.


Fonte: adaptado de Gomes, Coelho e Gonçalves (2014).

Nesta última versão, espera-se, do Governo, a promoção do desenvolvimento socioeconômico com base em incentivos legais, planos políticos, e interações políticas nas esferas públicas entre município, Estado e União (Trevisan; Silva, 2010). O governo seria o agente ativo e mediador da relação universidade-mercado, além de ser o principal condutor entre as três esferas e o responsável pelas regras do jogo (Natário, Couto; Almeida, 2012). Subsistem divergências, pois alguns autores acreditam que o governo não deva fazer mais do que facilitar a interação empresa-universidade, pois é possível que este, ao intervir no mercado, possa atrapalhar a flexibilidade das negociações (Gomes, Coelho; Gonçalves, 2014). Dessa forma, costuma-se afirmar, no campo, que todas as hélices devem interagir sem um protagonista, mas, sim, como resultado da união das forças para fomentar o desenvolvimento.

O mercado seria o difusor das inovações por meio da escala. O interesse maior das empresas seria converter invenções em produtos e serviços escaláveis e lucrativos. Para tanto, é necessária uma relação de confiança forte entre empresários e infraestrutura de ciência, para que os investimentos corram livremente em função do potencial de resultados (Trevisan; Silva, 2010). A geração da confiança não deve ser iniciativa exclusiva das universidades, mas também deve ser iniciativa das organizações privadas para interação com as outras hélices.

Por fim, a infraestrutura científica que integra o modelo se constitui em quatro pilares. O primeiro pilar é a liderança acadêmica, capaz de impulsionar a capacidade negocial das instituições de pesquisa e de desenvolvimento; o segundo é o controle jurídico sobre os recursos e a autonomia decisória das instituições de pesquisa, incluindo propriedades físicas, como os prédios da universidade e a propriedade intelectual que resulta da pesquisa; o terceiro pilar é a capacidade organizacional de transferir tecnologia por meio de patenteamento, licenciamento e incubação e, por fim, o quarto pilar é o saber empreendedor que constitui as relações entre os agentes locais (Stal, Andreassi e Fujino, 2016; Tisost *et al.*, 2014).

O último pilar em instituições brasileiras é visto por alguns autores como frágil (Stal, Andreassi; Fujino, 2016), pelo fato histórico de que as universidades, principais centros de pesquisa nacionais, são, em sua maioria, do setor público, estranguladas entre as funções de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Nesse sentido, não há uma filosofia fortemente difundida no mercado de que as universidades brasileiras são

centros viáveis de ganho de competitividade (Athayde *et al.*, 2022; Mineiro, Souza e Castro, 2020).

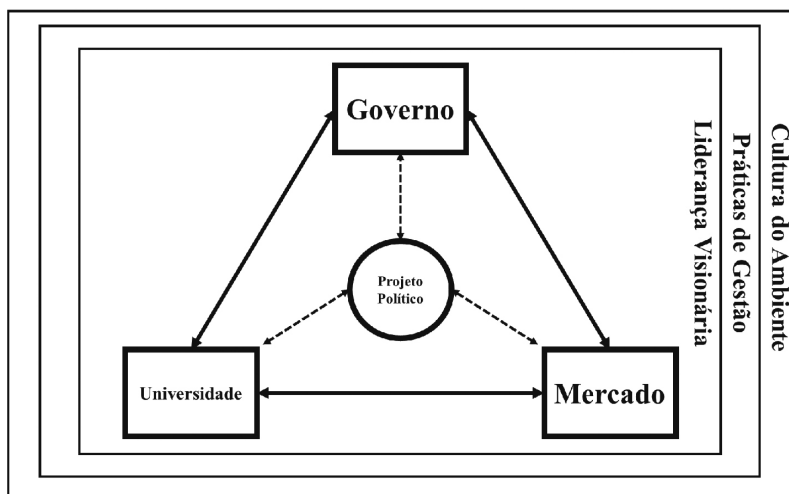
Sobre isso, é importante ressaltar que toda a teorização e as características expostas por Etzkowitz (2000) sobre a academia foram concebidas dentro de uma perspectiva estadunidense-eurocêntrica e, evidentemente, inúmeros fatores tratados até aqui se diferem da realidade brasileira. A maior parte das instituições de ensino dos EUA são financiadas pela iniciativa privada. Os conhecimentos tornam-se commodities e são produzidos para serem “vendidos para o mercado”. O conhecimento, nesse sentido, pode ser visto como produtos a serem comercializados de maneira livre (Bennera; Sandströmb, 2000).

Como afirmado, o ambiente da academia brasileira não segue essa estrutura/orientação e é composta, majoritariamente, por instituições públicas com intuito de desenvolvimento das localidades nas quais estão instaladas. A filosofia predominante das universidades nacionais é a de construção de um projeto de sociedade melhor, e, não necessariamente, de um projeto econômico melhor. A ideia é a de que o progresso deve ser científico, e não mercadológico (Athayde *et al.*, 2022).

Para que haja maior adequação ao desenvolvimento e inovação em terras brasileiras, Soares, Athayde e Couto (2021) propuseram o Diagrama da Inovação Local, que resgata, de um lado, os sentidos propostos a partir da literatura sobre desenvolvimento local presentes na nova geografia econômica (Boisier, 1996; Couto *et al.*, 2016) e, de outro, as dimensões de inovação e aprendizagem organizacionais (Takeuchi; Nonaka, 2009), para compor um modelo integrado que se adeque melhor à necessidade de uma construção política de um projeto de desenvolvimento nacional.

O modelo analítico difere-se dos anteriores por partir de dois pressupostos relativamente simples. O primeiro é que a integração dos agentes deve visar à dinamização das relações por meio da inovação, e o segundo é que a “pessoalidade brasileira” (isto é, o grande valor que se atribui às características pessoais) é um fator capaz de estimular valores de motivação, empenho e ação para o atingimento de determinado objetivo coletivo. Tais releituras nos conduzem à necessidade de lideranças locais capazes de articulação política para o desenvolvimento (Soares, Athayde; Couto, 2021). O modelo constrói-se a partir de uma liderança que emerge em uma das hélices com um projeto político de desenvolvimento e inovação (Figura 03). O modelo não assume mais a feição de um triângulo, mas de uma pirâmide vista de cima, na qual há, no topo, um projeto político de desenvolvimento, ‘motor’ do desenvolvimento.

**Figura 3** – Diagrama da Inovação Local



Fonte: Soares, Athayde e Couto (2021).

A liderança visionária de um agente consolida-se por características como a proatividade em desenvolver um projeto de longo prazo e a habilidade em introduzir ideais no ambiente, influenciando, assim, o meio. A liderança visionária, de acordo com Mintzberg, Ahlstrand e Lampel (2010), é um estado mental de sonho e projeção que consegue inspirar os demais agentes para que seja possível alcançar os objetivos colimados. Líderes visionários costumam ser carismáticos e persuasivos; a inquietude e o senso de oportunidade lhes caracterizam como agentes articuladores no meio (Barreto *et al.*, 2013).

As práticas de gestão, sobretudo as que priorizam a eficiência operacional, devem ser adequadas para articular todo o processo de implementação do projeto político. Cada hélice necessitará de mecanismos para o entendimento e o repasse de conhecimento tácito para as demais hélices, de modo que realmente ocorra o ciclo de desenvolvimento e inovação. A governança entre as instituições deve ser coordenada pelos agentes visionários, responsáveis pelo diálogo entre as instituições. O Diagrama da Inovação Local cria um ciclo no qual surge uma liderança (ou várias lideranças) relacionada(s) a um projeto político de desenvolvimento.

Por fim, a cultura do ambiente incorpora os valores, as crenças, os símbolos, as tradições e as cerimônias dentro de uma realidade que se forma (Brătianu, 2013). Desta forma, o ambiente é o contexto que pode englobar um projeto, uma organização ou até uma nação. A cultura é, nesse sentido, o conjunto de condições subjetivas para o surgimento das relações sociais e o Brasil, caracterizado por várias culturas e contextos.

### **Percurso Metodológico**

A pesquisa é um estudo de caso de abordagem qualitativa. A escolha por tal abordagem do interesse dos pesquisadores em conhecer, com profundidade, as

nuances referentes às dimensões propostas pelo modelo teórico-aplicadas no caso concreto. A coleta de dados ocorreu através de observação participante e as entrevistas semiestruturadas com as coordenadoras do projeto e dois representantes de empreendimentos urbanos que estavam ativos e incubados no momento da coleta (de julho de 2017 a fevereiro de 2019). Os entrevistados foram identificados como E1, E2, E3 e E4 (QUADRO 1).

**Quadro 1** – Perfil dos entrevistados.

<b>Entrevistada 1</b>	Professora Mestre da Unimontes, Coordenadora do projeto ITCP-UNIMONTES.
<b>Entrevistada 2</b>	Professora Mestre da Unimontes trabalhou no projeto ITCP-UNIMONTES.
<b>Entrevistado 3</b>	Membro da Cooperativa Essências do Cerrado, Claro dos Poções – MG, empreendimento incubado pelo ITCP.
<b>Entrevistado 4</b>	Assistente Social da Fundação Fé e Alegria, coordenadora do projeto de cooperativa: Artesãos do Norte de Minas. Incubada no ITCP

Fonte: elaboração própria, 2024.

Cada um dos respondentes foi entrevistado, pelo menos, duas vezes, em seu local de trabalho. Além das entrevistas, observações e anotações, foram realizadas visitas nos meses de julho de 2017, outubro de 2017, abril de 2018 e outubro de 2018, para acompanhar as atividades e percepções dos agentes envolvidos nas ações de fomento e formação de empreendimentos de economia solidária. Nas entrevistas, foram abordados temas centrais ao referencial teórico construído como interação entre os players, lideranças, processos, histórias dos participantes, autogestão, benefícios de incubação e problemas e desafios enfrentados, além dos pilares do Diagrama da Inovação Local, que são: liderança visionária, cultura e gestão.

Como forma de análise, fez-se uso da análise de conteúdo das entrevistas (Colbati, 2014). Os dados foram estruturados em formato de uma narrativa central, na qual serão apresentadas as construções dos respondentes de pesquisa e as suas percepções sobre o papel da incubadora no desenvolvimento de empreendimentos locais de economia solidária.

**Análise e Resultados**

A partir dos dados obtidos e através das entrevistas realizadas, buscou-se uma visão ampla sobre a ocorrência da incubação na interação entre universidade/mercado e os processos decorrentes da Tripla Hélice, tais como a interação entre os atores, as lideranças, história dos participantes, princípios de autogestão, benefícios de incubação, dificuldades e desafios. A seguir, seguem os principais achados sobre o tema.

**Iniciativa, liderança visionária e articulação entre agentes**

Como proposto no modelo, a formação do Diagrama perpassa a criação de um Projeto Político de alguma liderança visionária local. Esta liderança visionária, que



pode partir de qualquer uma das instâncias, partiu da própria Universidade. Neste caso, a realidade em que a líder visava intervir era a de indivíduos que ficavam à margem da sociedade, em várias ocasiões, não detendo o mínimo para a sua sobrevivência. O seu objetivo era também demonstrar uma forma diferente de organização social para que esses grupos se sustentassem:

01: Como professora de uma disciplina optativa, de metodologia de trabalho comunitário, eu envolvi os alunos e consegui mobilizar diversas lideranças comunitárias e instituições para dentro da universidade para a gente discutir a economia solidária. E dessa mobilização, fizemos seminários e alguns encontros. Foi sugerido criar um centro de apoio à economia solidária aqui em Montes Claros. Sempre com o envolvimento dos estudantes, né? Na época era só eu de professora que estava nessa discussão, nessa coordenação de trabalhos. [...] E nesse processo da articulação estadual, e municipal, a gente conhece a rede de incubadoras, a rede universitária de incubadoras de cooperativas populares, e resolvemos então, criar uma incubadora aqui no modelo de diversas outras incubadoras. [...] A Universidade deu todo o apoio, abriu espaço pra gente, tínhamos uma sala e tentamos esse edital e fomos contemplados com 10 bolsas e mais a compra de um veículo e estrutura, computadores, mesas, armários, tudo foi através do Edital (E1).

No decorrer da fala 01, percebe-se a liderança visionária e o apoio governamental, por meio de editais, como uma força motriz para a construção da incubadora ITCP/UNIMONTES. Uma vez que empreendimentos de economia solidária são compostos por famílias carentes, dificilmente vislumbrava-se um cenário no qual o financiamento para tais atividades partisse de outro lugar que não o das políticas afirmativas do Governo, aliadas ao protagonismo de agentes universitários interessados nessa abordagem. O protagonismo da agente, somado ao apoio estrutural do Governo por meio de editais de fomento à economia solidária, é evidente. A liderança é lembrada constantemente nas entrevistas, visto que E1 é contemplada como articuladora e responsável pelos resultados (Entrevistas E2; E3).

A literatura trata dessas articulações como fundamentais para o sucesso, criando um ambiente favorável para o desenvolvimento de localidades e organizações (França Filho; Laville, 2004; Tissot *et al.*, 2014). Nesse sentido, por se caracterizar como uma região de extrema pobreza, o norte de Minas ainda depende das hélises Governo e Universidade para criar um ambiente favorável ao surgimento de novos empreendimentos.

A interação entre diferentes agentes governamentais foi fundamental, não apenas para a criação da incubadora, mas para o seu funcionamento. Foi realizado pelos incubados que o papel da incubadora é a articulação de agentes públicos e privados, em prol da geração de um saber capaz de trazer sustentabilidade às cooperativas:

02: [Sobre a ITCP] eles ajudaram... a nos orientar, por exemplo. Precisava de um local, quem nós vamos buscar? Aí, nos orientou: ó, vai na prefeitura, conversa né. Cheguei à prefeitura, [...] e lá nós conversamos juntos, mostramos a necessidade de o grupo manter, e pra manter precisava de um local. Aí nós conversamos com o advogado da prefeitura, ele se prontificou a escrever o termo de comodato. Então, eu acho que ajuda a informação legal, de fazer, de como procurar órgão, de como pode estar participando (E3).

03: [...] não conseguimos andar sozinhos. O apoio das incubadoras é qualificar para trazer conhecimento aos grupos; [...] não tem o poder público como o Município ou o Estado dando as ferramentas para que o grupo possa se consolidar (E4).

Observa-se, a partir das falas 02 e 03, que as interações externas com governo e com os agentes profissionalizantes são tratadas como um fator crítico para o sucesso dos projetos (tanto dos incubados quanto da incubadora). A incubadora tem um papel fundamental na articulação, sendo o laço que uniu a comunidade cooperada ao Governo. Apesar disso, as articulações internas da universidade mostraram-se frágeis, não havendo interações entre outros departamentos e até descrença no projeto de economia solidária ou na autogestão:

04: Em termos de demanda do empreendimento incubado, tem muita coisa que a gente precisa de parceiro, aqui dentro da universidade, por exemplo, da área de Administração, da área de Economia, da área de Design, da área da própria Engenharia. Então assim, nós não somos autossuficientes, mesmo que a equipe seja interdisciplinar, a grande maioria é de estudante e infelizmente nem todos tem uma posição de autonomia [...] (E1).

A fala 04 reforça a ideia de que uma ITCP ganha força a partir da sua capacidade de articulação e construção de legitimidade entre os agentes locais por meio da criação e difusão de conhecimentos e networking (França-Filho; Cunha, 2009). Internamente, por outro lado, é necessária a interdisciplinaridade com grupos distintos, especialmente aqueles que possuem conhecimentos de procedimentos mercadológicos e tecnologias sociais. Essa articulação interna mostrou-se prejudicada pelas diferenças entre os campos de saberes existentes na própria universidade, o que lança atenção para as diferenças culturais existentes dentro do ambiente plural e complexo da academia. Nesse sentido, por mais que haja estruturas institucionais que apoiem as ações da ITCP, esta ficou dependente de poucos atores locais.

## Práticas de Gestão

As práticas de gestão são o nível de maturidade em que a aprendizagem organizacional, a comunicação entre os agentes e a difusão de conhecimentos sobre tecnologias sociais e metodologias gerenciais ocorrem. Nesse sentido, as dimensões de análise do caso concreto derivam das condições em que se produz conhecimento e se absorve conhecimento nas organizações (Soares, Athayde; Couto, 2021).

A universidade empreendedora possui quatro pilares: liderança acadêmica, controle jurídico ou autonomia, capacidade organizacional e, por fim, o saber empreendedor (Etzkowitz; Leydesdorff, 2000). A liderança acadêmica é exercida de forma centralizada na ITCP/Unimontes (E1; E2). Foi relatada a concentração em uma docente e a falta de continuidade dos projetos, além da falta de engajamento dos docentes, bem como a falta de interesse dos discentes, motivados apenas ou por bolsas ou por horas extracurriculares.

05: No que diz respeito aos bolsistas da ITCP, é muito relativo. Tem alguns que realmente assumem, vestem a camisa, no sentido assim de gostar, de assumir o seu papel mesmo. E outros já assim, passam pelo processo, não desenvolvem tanto, não tem nem muita motivação, por exemplo, para sair do prédio e ir para reuniões externas, desenvolver com as pessoas (E1).

06: Mas eu vejo muito mais insegurança, porque a gente está num processo hoje, no qual os estudantes que trabalham na ITCP não escolheram diretamente ela, sendo mais uma questão do estágio e acaba sendo um cumprimento formal (E2).

A relativa falta de interesse por parte dos acadêmicos fora atribuída, na fala das entrevistadas, pela percepção de retorno financeiro dos acadêmicos. No momento da pesquisa, parcela significativa dos acadêmicos participantes relatou estar no projeto por interesses financeiros. Um dos possíveis motivos para que isso ocorra é a necessidade de autossustento dos acadêmicos que, em virtude das circunstâncias, preferem empregos remunerados.

O controle jurídico ou autonomia da incubadora, segundo E1 e E2, são praticamente inexistentes, visto que a incubadora é totalmente dependente da universidade. Todas as propriedades, incluindo físicas ou intelectuais, são pertencentes à universidade. Os demais pilares da capacidade organizacional e do saber administrativo abrangem a eficiência na transferência de tecnologia e o conhecimento, por meio de oficinas, palestras, patenteamento, licenciamento, inovações e incubação, além da gestão e colocação no mercado.

Esses pilares contemplam aspectos essenciais em incubadoras: inovação, competitividade, capacidade de promoção de desenvolvimento econômico de negócios e dinamização da economia local. Entretanto, quando isso é retratado na perspectiva de economia solidária, seus significados moldam-se de outra forma. Cria-se uma tensão de natureza filosófica: na mesma medida em que se rejeitam princípios de competição e inovação de mercado, conhecimentos administrativos tradicionais são necessários para a sustentabilidade dos empreendimentos. A competitividade e a inovação não são vistas como primordiais, e o desenvolvimento principal é o do capital social e intelectual nas próprias famílias.

07: Nossa proposta é sustentabilidade, qualidade de vida, garantia de sobrevivência, e não tanto competir no mercado e tal. Por outro lado, é necessária uma dose mínima aí [de competitividade] para o produto em si ser vendável, ser buscado, despertar interesse nas pessoas (E1).

A competitividade não é em si prioritária, mas é obtida de modo incremental no que diz respeito aos conhecimentos e às técnicas antes não utilizadas pelos incubados. Inovações abrangem processos simples como a escolha correta do nome, a taxação de preços e a articulação entre vários players para fortalecimento da empresa. As práticas de gestão, conforme observado, ocorrem de uma forma orgânica, valorizando as relações sociais e interpessoais dos grupos, sem a pressa por uma maior competitividade ou necessidade de um retorno financeiro competitivo.

A proposta da ITCP, nesse sentido, é justamente voltada a três grandes objetivos: a) capacitar os cooperados, tirando-os da precariedade e informalidade, permitindo, então, uma renda digna aos participantes; b) articular novas políticas públicas no campo da geração de trabalho e renda, e, por fim, c) organizar as ITCPs em torno de redes nacionais, o que fortifica a proposta e ajuda na organização política das práticas de economia solidária (França-Filho; Cunha, 2009). O primeiro objetivo foi recorrente nas falas dos entrevistados:

08: [a gente aprendeu] como se organizar, como ir para o mercado de trabalho, como relacionar com o outro, como calcular preços [...]. Tivemos oficina de cálculos de pre-

ço, é também a questão de organização do local, de como organizar o local, como adequar o local para funcionar. Então assim, eu vejo que o acompanhamento da ITCP se deu em várias áreas. A questão de logística, de como elaborar uma etiqueta, as cores, até as cores que a gente ia colocar nas etiquetas foi um processo de aprendizado. Tanto é que no primeiro momento a gente usava a cor verde e branca, mas quando falou assim “cor de cerrado não é verde e branco, tem que ser marrom e amarelo”, aí nós refizemos a etiqueta (E3).

09: Nós, e quando dizemos nós, incubadora e Cooperativa, é como um grupo que montou um plano de trabalho, e já o dividimos em acompanhamento quinzenal, para não ser muito cansativo. Neste acompanhamento, nós tínhamos alguns temas relacionados, como o nome do grupo, a oficina de precificação, a definição de qual produto que nós íamos focar... Foram desenvolvidas várias temáticas para o grupo se consolidar e criar uma linha de trabalho [...]. Assim, foram abrindo novos campos e possibilidades para gente, e com essa parceria, nós conseguimos alguns avanços como a inscrição no CADSOL, que é o cadastro da economia solidária nacional (E4).

A leitura das falas 08 e 09 mostram ganhos de conhecimentos administrativos e de regras de mercado. Contudo, os respondentes não reconhecem tal aprendizagem como ganho de aprendizagem competitiva, ou mesmo, empresarial. Entendem que a ITCP funciona adequadamente como “uma escola que ensina a se organizar” (E3).

Em relação ao segundo objetivo, os entrevistados enfatizaram a importância social e de possibilidade transformadora não apenas na economia local, mas também para a possibilidade de geração de trabalho e renda para famílias carentes em municípios do interior, além de influenciar a identidade e a autoestima de trabalhadores locais:

10: Os participantes se veem numa ânsia de voltar a estudar, sendo muito comum, em economia solidária, pessoas excluídas da escola quando mais novas para trabalhar! Numa situação de desemprego e pobreza que temos um nicho fortíssimo na economia solidária, né? São pessoas que já vivem em sistemas de cooperação, justamente porque são pobres. Com a incubadora, impulsiona a possibilidade de voltar a estudar! (E2).

11: Santa Rafaela, não sei se você conhece a região lá, conhece? Santo Amaro, Alterosa, Vila Itatiaia, são regiões bem carentes e nós não tínhamos nenhum projeto que atendia aquela região, então a proposta de levar o projeto para lá foi neste objetivo de atender aquelas famílias e gerar renda a partir do desenvolvimento do curso. Temos casos de mulheres que começaram o curso e não tinham nenhuma perspectiva de vida antes do curso. Aí, começaram a fazer o curso falando ‘Não estou fazendo nada mesmo, então vou fazer o curso’. E hoje estas mulheres exportam até para outros países (E4).

A percepção dos ganhos dos empreendimentos de economia solidária foi evidente ao longo das entrevistas. Por mais que se trate de uma iniciativa estimulada, hegemonicamente, pelo governo (e pelas suas ações de fomento) e pelas universidades, a percepção de melhoria da qualidade de vida entre as famílias atendidas pelas iniciativas solidárias foi evidente ao longo das entrevistas e observações realizadas, visto que a ITCP é tida como “escola profissionalizante” para as famílias em condição de vulnerabilidade (E2). Nesse sentido, os ganhos da ITCP não dizem respeito ao desenvolvimento de novas tecnologias, mas à difusão de conhecimentos para inovações incrementais graduais nos agentes, focada principalmente, no uso de uma linguagem de comum entendimento e acessibilidade:

12: Olha, vou ser bem sincera! Assim um desafio que a gente tem o acompanhamento com a ITCP é no sentido de trazer uma linguagem a qual o grupo entenda! Uma linguagem popular e trazer algo como fazer preço, marketing, mas de uma forma que você ali, uma dona de casa que não é alfabetizada possa entender o que estou falando. Muitas vezes o que é trago é uma linguagem acadêmica, que é difícil da pessoa entender [...] (E1).

Dois problemas ficaram evidentes nas entrevistas e observações: a dificuldade de constituir um corpus de conhecimento para atender as necessidades do campo e a dificuldade de obter continuidade de agentes permanentemente envolvidos para consolidar um conhecimento e os procedimentos padronizados (E1; E2). Novamente, evidencia-se a dependência de uma liderança que continue a responder pelo projeto. Sem a liderança de pessoas que sejam capazes de “herdar” a incubadora, esta fica ameaçada.

Por fim, na questão da formação de redes, ainda é percebida uma fragilidade de articulação para obtenção de recursos e apoio governamentais, já que a principal forma de interação é por meio de editais públicos.

13: Olha, nós estamos ligados a uma rede de incubadoras. E rede, ela faz algumas articulações com o governo federal, principalmente, Secretaria Nacional de economia solidária, Ministério do Trabalho... essa articulação termina demandando do governo, recursos e a forma de distribuir é através de editais. Então nós tivemos 3 etapas, que foi esses 10 anos, 9 anos, praticamente, 3 etapas que nos deu sustentação financeira, foi através da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Então, surgiram os editais e nós participávamos, mas com sérias dificuldades de obter recursos (E1).

As fragilidades ficam evidentes, uma vez considerada a carga de concentração de conhecimentos e funções na figura da gestora do projeto, que desenvolve parcerias de maneira mais enfática, na velocidade e na medida das suas capacidades. Da mesma forma, a capacidade de obtenção de recursos varia em função das mudanças administrativas sofridas nos governos federal e estadual, com a extinção de ministérios e secretarias estratégicas ao desenvolvimento de ações de economia solidária. Nesse sentido, em termos de práticas de gestão, a ITCP é caracterizada como um ambiente onde há fraquezas relacionadas à captação de recursos, ao envolvimento dos agentes e ao respaldo institucional. Contudo, há forças no sentido de fortalecimento de capital social e de formação de trabalhadores.

## **Cultura, Valores e Crenças**

Em termos culturais, avalia-se as crenças, os rituais e os hábitos do grupo e a sua predisposição ao desenvolvimento de potencialidades econômicas locais. Nesse quesito, algumas falas mostram certa descrença no projeto político da economia solidária e da autogestão, tanto interna quanto externamente. Tal fato reflete-se nas interações internas dentro da incubadora e nas cooperativas (E3; E4). Valores e crenças da economia solidária nem sempre são postos em prática, ficando apenas “no papel” como conceitos de autogestão e solidariedade.

14: Então, a própria incubadora, ela também não chegou a isso [autogestão]. Justamente por isso, não é necessário ter um chefe, um coordenador para estar lá ordenando: faz isso, faz aquilo [...]. Se não faz isso, as pessoas não tomam iniciativa. E

como eu tento não fazer para não criar essa dependência assim, às vezes muita coisa não sai (E1).

15: A barreira é a coletividade! Um grupo que pense e constitua a solidariedade. Porque o grupo deverá entender que um talvez não consiga trabalhar tanto quanto ele e, ainda assim, ele poderá precisar do mesmo montante financeiro. Isso é uma das principais complicações! Nós encontramos diversos conflitos nas cooperativas como as de catadores. Os jovens trabalham com outra gana dos que os mais velhos, e os jovens não conseguem pensar de outra forma que não seja de produção (E2).

A análise das falas 14 e 15 demonstra que, por mais que haja um esforço no fomento à cultura da cooperação, o ambiente cultural, em si, estabelece uma força contrária ao movimento. Configura-se a necessidade de alguém que tome a liderança da iniciativa, seja de mobilização até a organização da atividade produtiva. Além da descrença na proposta da autogestão, há a visão por parte de alguns dos participantes das cooperativas que veem aquele local apenas como um “bico” ou um passatempo enquanto não conseguem emprego (E3; E4).

16: A maior dificuldade é cada um se responsabilizar e comprar a ideia, de forma a comprar para sua vida. Porque quando eu vejo aquilo como um trabalho, eu sei que isso é meu trabalho e, desta forma, eu tenho que disponibilizar um tempo para produção e me organizar. Mas, quando eu vejo aquilo como um bico, ou uma aposta enquanto não encontro trabalho, eu estou lá, mas enquanto isso estou procurando outras coisas. Então as pessoas não veem aquilo como uma fonte de renda ou um trabalho e, desta forma, vai enfraquecendo o grupo, de forma que desmotiva outras pessoas (E4).

A falta de homogeneização de valores cria barreiras para o êxito dos projetos propostos, criando conflitos nas organizações que contemplam a ITCP e cooperativas incubadas. Valores ditos pilares da economia solidária, como autoajuda, autorresponsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade, são perdidos no decorrer das falas, como evidenciado por E3: “tem pessoas que não se interessam em trabalhar no coletivo, em grupo. Desta forma, falam que vão trabalhar na economia solidária, mas de forma individual”.

As observações e entrevistas indicaram a presença de indivíduos que não “compraram a ideia”, e estão ali apenas por falta de escolha ou oportunidades. Desta forma, são enfrentadas questões culturais que dificultam a difusão de uma visão comum no ambiente econômico local.

## Considerações Finais

Um resumo dos achados, conforme as categorias teóricas do Diagrama da Inovação Local proposto por Soares, Athayde e Couto (2021), permite uma análise integrada dos fatores que influenciam a promoção e a operacionalização de iniciativas de economia solidária, destacando os diferentes papéis desempenhados pelos atores governamentais, acadêmicos, mercadológicos e pela liderança visionária, além das práticas de gestão e cultura organizacional.

Na hélice governamental, a promoção de editais de fomento é um mecanismo central para incentivar a economia solidária, evidenciando o papel essencial do Estado como financiador e articulador de políticas públicas que sustentam estas

iniciativas. Este suporte é essencial para viabilizar projetos que, de outra forma, teriam dificuldades em acessar recursos financeiros.

A hélice acadêmica desempenha um papel estratégico na articulação e mobilização de atores da sociedade, fomentando operações de networking e oferecendo capacitações que qualificam cooperados. A academia atua como um elo entre conhecimento teórico e prático, instrumentalizando os cooperados para enfrentar os desafios do mercado e da organização interna.

Na hélice de mercado, destaca-se a adesão às iniciativas promovidas pela universidade, indicando que o setor empresarial reconhece e engaja-se com essas ações, contribuindo para ampliar a inserção dos produtos e serviços das cooperativas no mercado consumidor.

A liderança visionária aparece como um fator de destaque. O protagonismo de uma professora, que mobiliza lideranças comunitárias e autoridades, busca financiamentos e estrutura dentro da universidade, reflete a importância de um agente catalisador para consolidar as iniciativas. Esta liderança atua não apenas na orientação das cooperativas, mas também na intermediação entre famílias carentes, o poder público e o mercado consumidor, gerando pontes que facilitam a integração dos atores envolvidos.

As práticas de gestão revelam tanto os pontos fortes quanto os desafios enfrentados. A centralização das transações na figura da liderança acadêmica traz eficácia inicial, mas aponta fragilidades, como a falta de continuidade dos projetos e o baixo engajamento de outros docentes e discentes. A dependência da estrutura universitária para controle jurídico e recursos reflete um modelo ainda pouco autônomo, enquanto a rejeição à competitividade mercadológica reforça o alinhamento com os princípios da economia solidária. A formação de redes, o estímulo ao estudo e a busca pela sustentabilidade empresarial aparecem como esforços organizacionais significativos.

A cultura do ambiente, por sua vez, destaca entraves que dificultam a consolidação de um modelo sólido de economia solidária. A dependência ativa da incubadora para garantir a sustentabilidade, aliada à percepção limitada da economia solidária como atividade complementar, reforça o caráter incipiente dessas iniciativas. Além disso, há dificuldades em promover um ambiente de cooperação genuína e de um sentimento de solidariedade entre os cooperados, fatores fundamentais para o sucesso coletivo.

Tais elementos analíticos indicam que subsistem fragilidades na construção política da iniciativa. Isso porque a economia solidária e a perspectiva da autogestão ainda não são vistas como cerne fundamental para o desenvolvimento da economia local, mas apenas como uma fonte complementar de renda ou de formas alternativas de trabalho para as populações mais carentes ou em estado de vulnerabilidade. A proposta da economia solidária, mesmo sendo fomentada como política de desenvolvimento pelos governos federal e estadual, ainda não constitui a centralidade necessária para a potencialização das vocações produtivas da região.

Tais limitações demonstram que as condições para a prosperidade da iniciativa ainda podem ser melhoradas para que o projeto alcance sua potencialidade. Nesse sentido, uma análise detida da dinâmica de Tripla-Hélice demonstrou grande dependência e impulsionamento da iniciativa apenas no meio universitário.

Uma limitação deste trabalho é a baixa quantidade de agentes entrevistados, mesmo considerada a relevância dos participantes (participaram desta pesquisa

todos os agentes em atividade no projeto). Também não é nosso interesse, ao longo desta pesquisa, aprofundar conceitos de economia solidária. Tampouco, dada a natureza qualitativa deste trabalho, não se buscou generalizações, mas apenas a análise em profundidade do caso da ITCP/UNIMONTES pelo modelo apresentado.

Novas pesquisas, tanto de natureza qualitativa, quanto quantitativa, poderão ser realizadas para indicar o potencial analítico do Diagrama da Inovação Local. Nesse sentido, entende-se que a promoção e a adoção de novos modelos analíticos, que explorem os limites da tripla-hélice, podem contribuir para o aperfeiçoamento de projetos que integrem universidade-mercado-governo, especialmente diante das especificidades locais.

## Referências

ATHAYDE, André Luiz Mendes; DE PAULA, Pablo Peron; SILVA, Larissa Oliveira; CASTRO, Priscilla Nogueira; COUTO, Felipe Fróes. Obstacles to Triple Helix Model: A Study with Professors in Minas Gerais State. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, 18, n. 1, 2022.

BENNER, Mats; SANDSTRÖM, Ulf. Institutionalizing the Triple Helix: Research Funding and Norms in the Academic System. **Research policy**, 29, n. 2, p. 291-301, 2000.

BERNARDES, Roberto Carlos; VARELA, Carmen Augusta; SOARES, José Aparecido. Desafios Da Consolidação Sustentável Da Cadeia Produtiva Do Biodiesel No Brasil: Uma Abordagem Com Base No Método Da Hélice Tripla. **Revista de Administração da UNIMEP**, 10, n. 3, p. 145-161, 2012.

BOISIER, Sergio. Em Busca Do Esquivo Desenvolvimento Regional: Entre a Caixa-Preta E O Projeto Político. **Planejamento e políticas públicas**, n. 13, 1996. Disponível em: Acesso em: 29 ago. 2024.

BRĂȚIANU, Contantin. The Triple Helix of the Organizational Knowledge. **Management Dynamics in the Knowledge Economy**, 1, n. 2, p. 207, 09/03 2013.

COLBARI, Antonia. A Análise De Conteúdo E a Pesquisa Empírica Qualitativa. In: SOUZA, E. M. D. O. (Ed.). **Metodologias E Analíticas Qualitativas Em Pesquisa Organizacional**. Vitória: EDUFES, 2014. p. 241-272.

COUTO, Felipe Fróes; CKAGNAZAROFF, Ivan Beck; EVANGELISTA, Bárbara Michelle Pereira; SILVA, Carla Vieira. No Dizer Das Vozes Locais Revisitando a Experiência De Montes Claros/Mg Com Incentivos Fiscais Federais Nos Anos De 1960-1980. **Desenvolvimento em Questão**, 14, n. 35, p. 60-102, 2016.

DA CUNHA, Sieglinde Kindl; NEVES, Pedro. Aprendizagem Tecnológica E a Teoria Da Hélice Tripla: Estudo De Caso Num Apl De Louças. **RAI-Revista de Administração e Inovação**, 5, n. 1, p. 97-111, 2008. Disponível em: Acesso em: 29 ago. 2024.

ETZKOWITZ, Henry; LEYDESDORFF, Loet. The dynamics of innovation: from national systems and “Mode 2” to a triple helix of university–industry–government relations. **Research Policy**, v. 29, n. 2, p. 109-123, 2000.



DE FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. **Economia Solidária: Uma Abordagem Internacional**. [S.]: UFRGS Editora, 2004.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; CUNHA, Eduardo Vivian da. Incubação De Redes Locais De Economia Solidária: Lições E Aprendizados a Partir Da Experiência Do Projeto Eco-Luzia E Da Metodologia Da Ites/Ufba. **Organizações & Sociedade**, 16, 2009.

GOMES, Myller Augusto Santos; COELHO, Tainá Terezinha; GONÇALO, Cláudio Reis. Tríplíce Hélice: A Relação Universidade-Empresa Em Busca Da Inovação. **Gestão.org**, 12, n. 1, p. 70-79, 2014.

LUENGO, María Jesús; OBESO, María. El Efecto De La Triple Hélice En Los Resultados De Innovación. **Revista de Administração de Empresas**, 53, 2013. Disponível em: Acesso em: 29 ago. 2024.

DA COSTA MINEIRO, Andréa Aparecida; SOUZA, Thais Assis; DE CASTRO, Cleber Carvalho. Desafios E Críticas Ao Modelo De Hélice Tríplíce: Uma Revisão Integrativa. **Desenvolvimento em questão**, 18, n. 52, p. 233-248, 2020.

MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. **Safári Da Estratégia**. Porto Alegre: Bookman Editora, 2009. ISBN 8577807436.

NATÁRIO, Maria Manuela; PEDRO ALMEIDA COUTO, João; FERNANDES ROQUE DE ALMEIDA, Carlos. The Triple Helix Model and Dynamics of Innovation: A Case Study. **Journal of Knowledge-based Innovation in China**, 4, n. 1, p. 36-54, 2012.

PLONSKI, Guilherme Ary. Bases Para Um Movimento Pela Inovação Tecnológica No Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, 19, 2005.

SÁBATO, Jorge A; BOTANA, Natalio R. La Ciencia Y La Tecnología En El Desarrollo Futuro De América Latina. In: SÁBATO, J. A. (Ed.). **El Pensamiento Latinoamericano En La Problemática Ciencia-Tecnología-Desarrollo-Dependencia**. Buenos Aires: Instituto de estudios peruanos Lima, 1970. p. 215-231.

SANTOS, M. E. R. D.; SOLLEIRO, J. L. Relações universidade-empresa no Brasil: diagnóstico e perspectivas. In: AUDY, J. L. N.; MOROSINI, M. C. (Org.). **Inovação e empreendedorismo na universidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. Cap. 12, p. 346-360.

SCHREIBER, Dusan; BESSI, Vânia Gisele; PUFFAL, Daniel Pedro; TONDOLO, Vilmar Antônio Gonçalves. Posicionamento Estratégico De Mpe's Com Base Na Inovação Através Do Modelo Hélice Tríplíce. **READ.: Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, 19, 2013.

SOARES, Débora Cristina; ATHAYDE, André Luiz Mendes; COUTO, Felipe Frões. Liderança Visionária E O Diagrama Da Inovação Local. **Revista Pretexto**, p. 94-115, 2021.

STAL, Eva; ANDREASSI, Tales; FUJINO, Asa. The role of university incubators in stimulating academic entrepreneurship. **RAI Revista de Administração e Inovação**, v. 13, n. 2, p. 89-98, abr./jun. 2016.

TAKEUCHI, Hirotaka; NONAKA, Ikujiro. **Gestão Do Conhecimento**. Porto Alegre: Bookman 2009. 318 p. ISBN 8577802299.

TISOTT, Priscila Bresolin; NESPOLO, Daniele; DE ÁVILA DIAS, Deise Taiana; OLEA, Pelayo Munhoz; MILAN, Gabriel Sperandio. Incubadora Tecnológica De Caxias Do Sul: Inovação Tecnológica Sob a Perspectiva Da Hélice Tríplice. **Administração: Ensino e Pesquisa**, 15, n. 3, p. 561-591, 2014.

TREVISAN, Marcelo; SILVA, TN. Programa Primeira Empresa Inovadora: Uma Possibilidade De Operacionalização Da Hélice Tríplice No Brasil. **Anais do Simpósio da Gestão da Inovação Tecnológica**, v.26, p. 1-16, 2010.

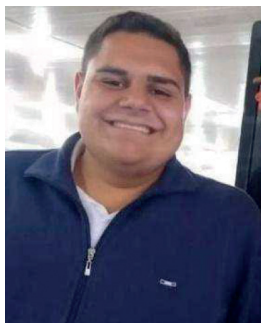


# Dados dos organizadores



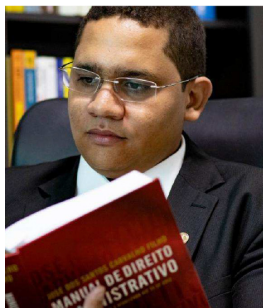
## **Felipe Fróes Couto**

Professor da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Membro permanente dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS) e Pós-Graduação Profissional em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial (PPGDÉE). Mestre (2015) e Doutor (2020) em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bacharel em Administração (2010) pela Unimontes e em Direito (2011) pelo Centro Universitário FIPMoc. MBA em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria (2013) pelas Faculdades IBS-FGV. MBA Executivo Internacional em Direito Tributário (2014) pelas Faculdades IBS-FGV e Fordham Law University. Leciona nos cursos de Administração e Tecnologias em Gestão Pública.



## **Júnio Matheus da Silva Cruz**

Mestre em Desenvolvimento Social pelo PPGDS/Unimontes. Graduado em Administração, Ciências Econômicas e Gestão Pública. Pesquisador pelo Núcleo Cidadino, Observatório do Futebol e do Torcer e LUDENS/Unimontes. Trabalhador do Banco Comunitário Sevilha.



## **Teddy Marques Farias Júnior**

Mestrando em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial pela Unimontes. Pós-graduado em Direito Processual e Fase Recursal pela Faculdade de Direito Santo Agostinho (FADISA). Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Pesquisador-Bolsista FAPEMIG do projeto de pesquisa “Núcleos de Auto-composição do norte de Minas Gerais – NANMS”.



**Vitória Dreide Xavier Araújo Silva**

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros (PPGDS/Unimontes). Graduada em Direito pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Extensionista no Projeto de Extensão “INSERTO” - Núcleo pela Diversidade Sexual e de Gênero/Unimontes e no Núcleo Cidadino-Núcleo Interdisciplinar em temáticas urbanas. Membro da Comissão de Direito Civil da 11 subseção da OAB/MG.

# Dados do autor do Prefácio



## **Ivan Beck Ckagnazaroff**

Possui graduação em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1981), mestrado em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (1988) e doutorado em Doctoral Programme Aston Business School - Aston University (1993). Atualmente é professor titular com dedicação exclusiva, do Departamento de Ciências Administrativas e do Cepead (Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração), da Universidade Federal de Minas Gerais.

# Dados dos autores



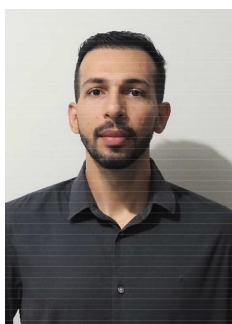
## **Albér Carlos Alves Santos**

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS/Unimontes). Mestre em Ciências Humanas pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Assistente Social. E-mail: alber.carlos@ufvjm.edu.br.



## **Alexandre Queiroz Guimarães**

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (1989), mestrado em Economia da Indústria e da Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1992) e doutorado em Politics - Political Economy - University of Sheffield (2003). Professor e pesquisador – Escola de Governo Fundação João Pinheiro; PUC-MG.



## **Alexandre Teixeira Norberto Batista**

Graduado em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (2013), MBA em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) (2016), Mestre em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) (2018) e Doutorando em Controladoria e Contabilidade pela UFMG (2020 – Atual). Atua como docente, pesquisador e revisor de artigos em periódicos nacionais. Atualmente (2023), é Professor de Finanças no Departamento de Administração do CCSA da Unimontes. Possui experiência na área de Administração, Controladoria e Finanças, atuando nos principais temas: Métodos Quantitativos, Fusões e Aquisições, Avaliação de Empresas, Ferramentas Gerenciais, Finanças Corporativas, Orçamento Empresarial.



**Brenda Barbosa Rodrigues**

Discente em Administração e Iniciação Científica pela UFRN, integrante da Rede TraMa. Temas de interesse: estudos organizacionais, trabalho e comportamento.



**Eros Phillipe Costa Claro do Nascimento**

Doutorando na Universidade Estadual de Montes Claros, com foco em combate à pobreza, fome e desenvolvimento social. Formado em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas - SP (2010), possui também um mestrado em Administração Pública e Governo pela mesma instituição (2015) e realizou intercâmbio na Brigham Young University, em Utah, EUA (2008). Iniciou uma graduação em Ciências Sociais na USP (2007-2009). Com sólida experiência em consultoria, foi gerente associado na Economist Intelligence Unit e especialista no Departamento de Agricultura dos EUA. Atuou também

na Euromonitor International. Sua expertise abrange políticas públicas e desenvolvimento.



**Freddy Freitas Alcântara**

Bacharel em Administração (2013), pós-graduado em Gestão Empreendedora (2016), mestre em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial (2020) e MBA em Finanças e Controladoria (2023). Atuou por 19 anos como funcionário de carreira em banco público de desenvolvimento, no qual exerceu diversas funções gerenciais e técnicas, com enfoque na análise de viabilidade de empreendimentos. Atualmente atua como consultor empresarial e sócio proprietário (idealizador) da plataforma digital FINPOP® (Finanças Populares), voltada

para o desenvolvimento das micro e pequenas empresas brasileiras e seus empreendedores.



**Handerson Leonidas Sales**

Doutor em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (2021). Possui mestrado em Administração - Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo (2007), graduado em Administração pela Universidade Estadual de Montes Claros (1996). Professor da Universidade Federal de Minas Gerais. Realiza pesquisas em Administração e Desenvolvimento, com ênfase em finanças corporativas e desenvolvimento socioeconômico. Foi membro do Conselho Gestor da



Fundação Sara Albuquerque Costa (2000-2022), instituição de assistência a crianças e adolescentes em tratamento oncológico.



**Isabela Ladeia Santos**

Atuação como professora substituta no curso de Administração Rural da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Instituto de Ciências Agrárias (ICA), Campus Montes Claros - MG. Educação: Doutoranda em Administração pela Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Federal de Uberlândia (FAGEN/UFU); Mestre em Administração pela Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Federal de Uberlândia (FAGEN/UFU); Especialista em Gestão Pública pelo Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) e graduada em Administração pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES).

Atuação em pesquisas sobre Estudos em Estratégia, Declínio Organizacional, Sensemaking, Análises narrativas, Comportamento do Consumidor e Tripla Hélice.



**Isabela Pardino Reis**

Mestre em Educação pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Possui graduação em Ciências Biológicas pela UFVJM. Professora na Escola Estadual Mestra Virgínia Reis – São Gonçalo do Rio das Pedras, Serro (MG). Bióloga. E-mail: isabela.reis@educacao.mg.gov.br



**Isaías Albertin de Moraes**

Professor Visitante do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS) da UFABC. Doutor em Ciências Sociais pela Unesp/Araraquara (2020) e com período de mobilidade no Sector Cooperativo y de Economía Social y Solidaria da UdelaR/Uruguay (2019) por meio do Comité Académico Procesos Cooperativos y Asociativos (Procoas) da Asociación de Universidades Grupo Montevideo (AUGM). Mestre em Ciência Política pelo IUPERJ-UCAM (2014). Especialista em Relações Internacionais pela UnB (2008). Possui

Graduação em Ciências Econômicas (2014) e Comércio Exterior (2010) ambas pela Unisul, e em Comunicação e Artes pelo Mackenzie (2004). Aperfeiçoamento em Estudios Avanzados en Economías Latinoamericanas pela CEPAL-ONU em Santiago do Chile (2017). Em 2019, ganhou o Samuels Young Scholars Program da History of Economics Society (HES). Desde 2023, é Diretor Científico Adjunto do Centro de Investigação e Pesquisa em Economia Pública e Social (Ciriec-Brasil).



**Janaynna de Moura Ferraz**

Professora adjunta do Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DEPAD/UFRN). Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA/UFRN) e no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFRN). É doutora (CEPEAD/UFMG), mestra (PROPADM/UFS) e bacharela em Administração. Coordena o Grupo de Pesquisa/CNPq: Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa Trabalho e Marxologia (NIP-TRAMA), integrante da Rede Trama. Atua como pesquisadora nos grupos Nec-Trama/UFMG; GESTI/UFRN e EPPEO/UFPR. Temas de interesse: crítica da economia política; crítica à prática empreendedora; classe, raça e gênero; capitalismo brasileiro e estudos organizacionais.



**Jardel Nunes Martins**

Graduado em Administração pela Universidade Estadual de Montes Claros e mestrando em Administração pela Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Federal de Uberlândia (FAGEN/UFU). Atuação em pesquisas sobre estudos organizacionais; inovação no setor público; marcas regionais; comportamento do consumidor e consumo.



**João Guilherme Magalhães-Timóteo**

Doutor em Administração pelo Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Desenvolvimento Social com ênfase em Relações Socioeconômicas e Estado e Bacharel em Administração pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Atualmente é professor de ensino superior na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) e no Centro Universitário UniFIPMoc.



**Lorena Madruga Monteiro Lorena Madruga Monteiro**

É bacharel em Ciências Sociais, Mestre e Doutora em Ciência Política pela UFRGS. Professora PPG III do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas e do curso de Direito do Centro Universitário de Maceió (UNIMA-Afya). Líder do Laboratório Interdisciplinar de Inovação em Organizações e Políticas Públicas (LABIPOL), grupo de pesquisa cadastrado no diretório do CNPq. Pesquisadora com publicações sobre organizações da sociedade civil e políticas públicas, implementação e avaliação de políticas públicas.



**Luana de Andrade Pinheiro Borges**

Mestra (PPGA/UFRN) e bacharela em Administração (UFRN). Integrante do grupo de pesquisa do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa Trabalho e Marxologia (NIP-TRAMA). Temas de interesse: empreendedorismo, gênero, trabalho, tecnologia, educação e inclusão.



**Luciana Maria Costa Cordeiro**

Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Montes Claros (1997), é mestre em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2001) e Doutora em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais. É professora adjunta efetiva da Universidade Estadual de Montes Claros, lecionando no Curso de Graduação em Ciências Econômicas (Unimontes) e no Mestrado Profissional Stricto Sensu em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial (PPGDEE). Atua na área de Macroeconomia Aplicada, Economia Regional e Urbana, com as seguintes abordagens: microfinanças, análise regional espacial, políticas públicas de renda e pobreza, responsabilidade fiscal, política monetária e comércio internacional.



**Luiz Paulo Fontes de Rezende**

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Viçosa (2000), Mestre em Economia pela Universidade Estadual de Maringá (2003) e Doutor em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2012). Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Teoria Econômica, atuando principalmente nos seguintes temas: sistema financeiro, inovações tecnológicas e financeiras. Atualmente é professor do Instituto de Ciências Agrárias (ICA/UFGM) e professor adjunto efetivo da Universidade Estadual de Montes Claros, lecionando no Curso de Graduação em Ciências Econômicas (Unimontes) e no Mestrado Profissional Stricto Sensu em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial (PPGDEE).



**Mario Cesar Souza de Oliveira**

Graduado em Ciências Contábeis (UERN). Consultor e Instrutor do SEBRAE/RN para as áreas de gestão e finanças de micro e pequenas empresas. Mestre em Gestão Pública (MGP/UFPE). Doutor em Políticas Públicas pelo programa SOTEP, Unima/Afya. Professor do curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Ceará (UECE) pelo sistema UAB. Integrante do Laboratório Interdisciplinar de Inovação em Or-

ganizações e Políticas Públicas (LABIPOL), grupo de pesquisa cadastrado no diretório do CNPq. Professor assistente da Universidade Federal do Cariri (UFCA), campus Juazeiro do Norte-CE.



**Mário Júnior Teles Machado**

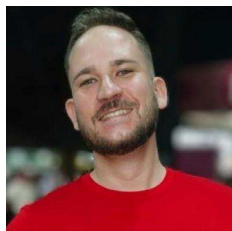
Mestrando em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Especialista em Educação Tecnológica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ). Especialista em Gestão Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Graduado em Administração pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Atua profissionalmente como Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Informações Geográficas e Estatísticas na Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Áreas de pesquisa: capacidades estatais para o desenvolvimento socioeconômico, ciência e tecnologia,

geração de informações para elaboração e avaliação de políticas públicas.



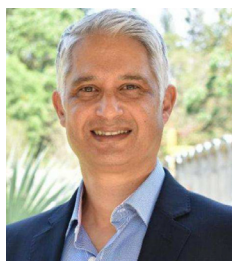
**Nayara Gonçalves Lauriano**

Universidade Federal de Viçosa (Viçosa, MG, Brasil). Doutoranda e Mestre em Administração com concentração na área de Administração Pública do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Viçosa (PPGAdm/UFV). Bacharel em Administração pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Especialista em Gestão Empresarial e Inovação (PUC-PR). Atua na linha de pesquisa sobre inovação tecnológica, desenvolvimento e indústria.



**Rodolfo Gustavo e Sousa Pessanha Guedes Prates**

É bacharel em Administração pela UNIMONTES (2018) e em Farmácia pela FASI (2024). Atuou como Bolsista de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Montes Claros (BIC-UNI) no Projeto “Inovação e Desenvolvimento em Montes Claros/MG: Um Estudo Qualitativo conforme o Triple-Helix Model”.



**Rodrigo Gava**

Universidade Federal de Viçosa (Viçosa, MG, Brasil). Professor Associado da Universidade Federal de Viçosa. Doutor em Administração pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE/FGV). Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Especialista em Gestão Estratégica de Marketing pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-

-MG). Atua em temas de pesquisa sobre inovação tecnológica, desenvolvimento e indústria.



**Tânia Marta Maia Fialho**

Graduada em Economia pela Fundação Norte-Mineira de Ensino Superior (1980), doutora em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2012). É professora titular da Universidade Estadual de Montes Claros, atuando nos cursos de Graduação em Ciências Econômicas e na Pós-Graduação Mestrado Profissional Stricto Sensu em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial (PPGDDE). Atua nas linhas de pesquisa economia e políticas públicas; economia e criminalidade; Sistema Financeiro; economia regional e microeconomia aplicada.



**Wagner de Paulo Santiago**

Graduado e Especialista em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Montes Claros, Mestre em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (2000) e Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (2013). Professor titular da Universidade Estadual de Montes Claros desde 1994. Atual Reitor da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) (mandato 2023-2026). Professor do Mestrado em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial da Universidade Estadual de Montes Claros. Tem experiência na área de Administração e contabilidade, atuando principalmente nos seguintes temas: Ensino em Contabilidade, Fluxo de caixa, Custos, Análise Envolvória de Dados, Evidenciação contábil, Contabilidade Pública, Licitação e Administração Pública.

**©Editora Unimontes**  
Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro  
Montes Claros - Minas Gerais - Brasil  
CEP 39401-089 - CAIXA POSTAL 126  
[www.editora.unimontes.br](http://www.editora.unimontes.br)  
[editora@unimontes.br](mailto:editora@unimontes.br)



ISBN 978-65-86467-93-2

